

# PLANO DE AÇÃO



## PARA PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS

RELATÓRIO DO PRIMEIRO CICLO DE IMPLEMENTAÇÃO  
2011 – 2014

**Presidência da República**

Dilma Rousseff

**Vice-Presidência da República**

Michel Temer

**Ministério do Meio Ambiente**

Izabella Teixeira

**Secretaria Executiva**

Francisco Gaetani

**Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

Regina Gualda

Ministério do Meio Ambiente  
Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

## PLANO DE AÇÃO



**PARA PRODUÇÃO E CONSUMO  
SUSTENTÁVEIS**

RELATÓRIO DO PRIMEIRO CICLO DE IMPLEMENTAÇÃO  
2011 – 2014

## CONSOLIDAÇÃO E REVISÃO

Raquel Breda dos Santos  
Diretora do Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental

### Coordenação

Ariel Cecílio Garces Pares  
Diretor do Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis

### Equipe Técnica

Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis  
Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental  
Ministério do Meio Ambiente

### Edição, revisão e normalização

Centro de Informação, Tecnologias Ambientais e Editoração (Cnia/Ibama)

Catálogo na Fonte  
Ministério do Meio Ambiente

---

M59r	Ministério do Meio Ambiente Plano de ação para produção e consumo sustentáveis – PPCS: Relatório do primeiro ciclo de implementação. Brasília: MMA, 2014. 164 p. ISBN 978-85-7738-  1. Desenvolvimento sustentável. 2. Produção sustentável. 3. Consumo sustentável - Brasil. I. Ministério do Meio Ambiente. II. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental - SAIC. III. Título.
------	---

---

CDU(2.ed.)502.33(81)

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Plano de ação para produção e consumo sustentáveis - PPCS:** Relatório do primeiro ciclo de implementação. Brasília: MMA, 2014. 164 p.

# APRESENTAÇÃO

*O Plano de Produção e Consumo Sustentáveis, publicado em 2011, representou um novo patamar no modelo de desenvolvimento brasileiro, no qual o crescimento econômico precisa ser equitativo e inclusivo, reduzindo as desigualdades e melhorando a qualidade de vida das pessoas, ao mesmo tempo em que promove a gestão e a conservação dos recursos naturais e dos ecossistemas.*

*A mudança dos padrões de produção e consumo é um desafio gigantesco e complexo para todos os países, mas particularmente para os países em desenvolvimento, como o Brasil, que têm necessariamente como principais objetivos o combate à pobreza e a inclusão social, em um difícil contexto internacional. Promover o crescimento econômico dissociado da degradação ambiental, usando menos recursos e gerando menos resíduos e poluição, e combinado ao desenvolvimento social constitui um empreendimento tão grande quanto o próprio País.*

*Esses novos padrões de produção e de consumo só podem ser viabilizados com a participação consciente e engajada dos setores privado e público, em todos os níveis, e da sociedade como um todo. Apesar de estar apenas no primeiro ciclo de implementação, o PPCS já conseguiu mobilizar um grande número de atores para a agenda da sustentabilidade nos processos de produção e no consumo, em parcerias que têm se mostrado fundamentais para avançar essa agenda no país.*

*Este relatório consolida um levantamento das medidas e iniciativas que vêm contribuindo para modificar os padrões de produção e consumo no Brasil no período entre 2011 e 2014, e apresenta alguns desafios e oportunidades, que podem sinalizar aperfeiçoamentos, bem como novas ações, parcerias e iniciativas que fortaleçam a implementação do Plano em seu segundo ciclo de implementação e, com isso, o compromisso brasileiro com o desenvolvimento sustentável.*

Izabella Teixeira



## SUMÁRIO

I. Objetivo e Metodologia	7
II. Sumário Executivo	8
III. Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis	17
Missão, Diretrizes, Princípios, Objetivos	17
Processo	18
Marco Legal e Institucional	22
Conexões e Sinergias	23
Comitê Gestor Nacional do PPCS	24
As Prioridades do PPCS	28
Metas do Primeiro Ciclo de Implementação	29
IV. Relatório de Implementação 2011-2014	30
Educação para Consumo Sustentável	31
Compras Públicas Sustentáveis	46
Agenda Ambiental na Administração Pública	68
Aumento de Reciclagem de Resíduos Sólidos	75
Varejo Sustentável	93
Construções Sustentáveis	101
Outras Iniciativas	126
Finanças Sustentáveis	126
Diálogos Setoriais	127
Relatórios de Sustentabilidade	129
Inova Sustentabilidade	130
Indicadores e Monitoramento	130
Direito do Consumidor e Sustentabilidade	134
Parceria com o Pnuma	136
Rede de Mulheres Brasileiras Líderes pela Sustentabilidade	138
Copa Sustentável 2014	140
Produção e Consumo Sustentáveis no Mercosul	143
V. Conexões e Sinergias	147
VI. Desafios e Oportunidades	149
Referências	155
Anexos	
1. Checklist – Critérios de Avaliação LEED	157
2. Tabelas IBGE – MUNIC 2013	159





## I. Objetivos e Metodologia

O principal objetivo deste relatório é consolidar informações sobre atividades e iniciativas desenvolvidas e/ou implementadas com vistas à promoção da produção e do consumo sustentáveis no contexto do primeiro ciclo de implementação do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis – PPCS, desde sua adoção até 2014. O relatório não pretende descrever todas as iniciativas e ações realizadas, tanto por órgãos governamentais como pelo setor privado e pela sociedade civil em geral, porém busca identificar boas práticas e recomendações para adaptar, replicar e disseminar as políticas e iniciativas existentes, bem como os desafios a serem enfrentados para fortalecer a implementação do Plano e avançar no objetivo maior de alcançar o desenvolvimento sustentável no país.

Em um cenário de crescimento econômico e ascensão de percentual importante dos cidadãos brasileiros à classe média, o Brasil se depara com a oportunidade histórica de delinear um novo padrão de desenvolvimento. Os padrões de consumo observados nos países de primeira industrialização mostraram-se predatórios e insustentáveis, avançando sobre os recursos naturais em seus territórios e fora deles. O estímulo ao consumo excessivo e a pouca preocupação em ofertar tecnologias e produtos menos nocivos ao meio ambiente agravaram problemas globais, como as mudanças climáticas, a poluição dos oceanos e a geração de resíduos.

Observa-se no Brasil um olhar diferenciado da sociedade civil e do Governo em busca de soluções social e ambientalmente responsáveis para o crescimento do país, além de uma forte adesão a práticas mais conscientes de consumo, com cidadãos ansiosos para fazer parte da mudança. O Brasil, país megasociobiodiverso, é palco principal da nova economia mundial, tornando-se modelo de desenvolvimento sustentável para o mundo.

Na construção desse novo modelo, é necessário envolver todos os setores na promoção de padrões de produção e consumo mais sustentáveis. As ferramentas utilizadas são, entre outros, o diálogo e a parceria, e as estratégias incluem a implementação do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis – PPCS. O PPCS é um instrumento ambicioso e envolve um conjunto de prioridades complexo e desafiador. Porém, mesmo com pouco tempo de implementação, é possível perceber uma clara mudança nos padrões e práticas que envolvem consumo e produção no país, no sentido da inserção da sustentabilidade como paradigma do processo de desenvolvimento.

O desafio para o futuro é fortalecer e ampliar as políticas, programas, projetos e iniciativas que contribuem para os objetivos do Plano, identificando meios para seu acompanhamento e avaliação, e buscando cada vez mais envolver todos os setores da sociedade nesse esforço fundamental para garantir um futuro com qualidade de vida para a atual e para as gerações que virão.

Este documento foi elaborado a partir do levantamento de dados e informações disponibilizados em relatórios e publicações de órgãos de governo, empresas e instituições não governamentais, particularmente daqueles mais envolvidos com a implementação do Plano de Produção e Consumo Sustentáveis. Os resultados estão organizados em função das prioridades estabelecidas para o primeiro ciclo de implementação do PPCS e complementados com informações sobre iniciativas que contribuem com as demais prioridades e com o objetivo geral do Plano.

## II. Sumário Executivo

O desenvolvimento econômico e o progresso social no Brasil, com seus efeitos sobre os processos de industrialização e urbanização, bem como sobre os padrões de consumo e produção, têm causado uma crescente demanda sobre os recursos naturais e pressões sobre o meio ambiente cada vez mais fortes.

É nesse contexto desafiador que o levantamento do conjunto de iniciativas governamentais e de vários setores da sociedade civil, inclusive dos setores produtivos de bens e serviços, desenvolvidos e/ou implementados no contexto do primeiro ciclo de implementação do Plano de Produção e Consumo Sustentáveis, sumarizado abaixo e descrito mais detalhadamente adiante, conseguiu demonstrar que é possível avançar para um modelo mais sustentável de desenvolvimento, que garanta uma melhor qualidade de vida para as presentes e futuras gerações.



### PRIORIDADE 1 – EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO SUSTENTÁVEL

Com o objetivo de formar uma nova geração de cidadãos para que consigam integrar a sustentabilidade em suas decisões pessoais e profissionais, as iniciativas na área de educação para o consumo buscaram dar resposta à necessidade de novos modelos culturais e educacionais, alcançando milhares de cidadãos por meio de ações de formação/capacitação e de comunicação, com o uso dos mais recentes e inovadores instrumentos e tecnologias de informação, comunicação e aprendizagem.

Os processos formativos e de capacitação incluíram:

- iniciativas voltadas para representantes dos governos e da sociedade, os quais envolveram mais de 3.000 pessoas em cursos tais como “Estilo de Vida Sustentável” e “Criança e Consumo”;
- cursos semipresenciais do Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar – PEAAF, organizados em parceria com 16 instituições, em 11 estados, que formaram 1.700 pessoas com o objetivo de estimular práticas produtivas mais sustentáveis e mais justas no campo, além da regularização ambiental das propriedades rurais. Esses cursos estão sendo ampliados para mais 11 instituições, com apoio do Fundo Nacional de Meio Ambiente, pretendendo alcançar outros 1.650 de agricultores, gestores e lideranças desse segmento;
- edição especial da revista digital educares, plataforma que reúne experiências de sustentabilidade que visam à educação ao consumo consciente e à destinação ambientalmente adequada de resíduos sólidos. Iniciativa de grande alcance, voltada para a educadores no contexto do PEAAF, teve mais de 13.500 acessos até setembro de 2014.
- repasse financeiro pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para promover ações voltadas à melhoria da qualidade de ensino e apoiar as escolas públicas na adoção de critérios de sustentabilidade socioambiental - PDDE Escolas Sustentáveis; e
- 4ª Conferência Infantojuvenil de Meio Ambiente, realizada em 2013, que mobilizou mais de 9 milhões de pessoas em todo o país, envolvendo quase 17.500 escolas, com o tema “Vamos cuidar do Brasil com escolas sustentáveis”.

As ações de informação e comunicação também conseguiram mobilizar um número expressivo de pessoas, em iniciativas como:

- edição especial do site e revista COLECIONA sobre a temática do PEAAF, dirigida a milhares de educadores, a qual recebeu mais de 13.500 acessos desde seu lançamento até setembro de 2014 com informações sobre uso e conservação de recursos naturais;
- Salas Verdes, 358 espaços de referência socioambiental distribuídos em todo o país, para os quais foram enviados kits com publicações sobre consumo sustentável; e o Circuito Tela Verde, que envolveu mais de 15.000 pessoas na exibição e discussão sobre temas socioambientais;
- campanhas de conscientização e mobilização sobre “Consumo Consciente de Embalagem”, “Saco é um Saco”, “Vamos Tirar o Planeta do Sufoco” e “Separe o Lixo e Acerte na Lata”;
- cartilhas da série “Caminhos para práticas do consumo responsável”, parte do projeto Consumo Sustentável nos Territórios Rurais com exemplos de práticas de consumo responsáveis e justas;
- plataforma disponibilizada na internet para Teste do Consumo Consciente<sup>1</sup>, parceria do Instituto Akatu com o MMA, criada para avaliar o perfil de consciência de consumo das pessoas;
- comemoração do “Mês do Consumo Sustentável”, celebrado todos os anos em outubro, bem como do “Dia do Consumidor Consciente”, em 15 de outubro, envolvendo ações para despertar a consciência do público para os problemas sociais, econômicos, ambientais e políticos causados pelos padrões de produção e consumo excessivos e insustentáveis praticados, tais como instalação de postos de coleta para eletroeletrônicos e outros, realização de piqueniques conscientes;
- Hora do Planeta (2014), campanha para inspirar as pessoas a mudarem seus hábitos de consumo cotidianos, com vistas a, entre outras coisas, reduzir os impactos negativos sobre os recursos naturais;
- Caderno de Consumo “Consumismo Infantil: na contramão da sustentabilidade”, cartilha lançada em 2012 em parceria do MMA com o Instituto Alana, dá dicas e aborda a problemática de forma clara e ilustrativa para pais, mestres e educadores, tendo sido distribuídos 80mil exemplares em todo o Brasil;
- Feiras de Troca, organizadas em parcerias do MMA com instituições governamentais e não governamentais para estimular práticas de consumo colaborativo entre as crianças, com a troca de brinquedos e outros produtos;
- realização de estudos e pesquisas, para qualificar as informações e aperfeiçoar as iniciativas, tais como a publicação Consumo Sustentável – Caderno de Investigação Científica Vol. 3, do Ministério da Justiça; e as pesquisas Sustentabilidade Aqui e Agora, realizada em 2010, O Que o Brasileiro Pensa do Meio Ambiente e do Consumo Sustentável, edição 2012, e a *Pesquisa AKATU 2012: Rumo à Sociedade do Bem-Estar*; e
- a 4ª Conferência Nacional de Meio Ambiente, realizada em 2013, foi a maior conferência ambiental já organizada e teve papel fundamental na ampliação da discussão e conscientização sobre produção e consumo sustentáveis ao escolher como tema Resíduos Sólidos e a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, debatido por cerca de 200 mil pessoas no processo preparatório e na etapa nacional da Conferência.

<sup>1</sup> <http://tcc.akatu.org.br/>

## PRIORIDADE 2 – COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

Ao longo dos últimos 4 anos, as compras sustentáveis saíram de R\$ 13,5 milhões para uma participação de R\$ 40,4 milhões nas aquisições dos órgãos SISG (Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais) – administração pública federal direta, autárquica e fundacional, o que significou um crescimento de 200% em 2013, em relação a 2010. As contratações públicas sustentáveis representaram, em 2013, 0,06% do total das compras públicas, num aumento significativo em relação a 2011, início do Plano, quando somavam 0,02%. Já nos três primeiros meses de 2014, as compras sustentáveis movimentaram R\$ 7,9 milhões na aquisição de bens, por meio de 168 processos. Na comparação com o mesmo período de 2013, as aquisições sustentáveis sofreram um aumento de 66%.

Para o alcance desses resultados, foram fundamentais os normativos legais e regulatórios, a capacitação e o treinamento de gestores públicos, e a organização da logística interna de compras do governo:

- Decreto nº 7.746/2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações públicas realizadas pela Administração Pública Federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade – CISAP;
- Resolução nº 482/2012/ANEEL, que estabelece condições gerais para o acesso da microgeração e minigeração distribuída aos sistemas de distribuição de energia elétrica, e o sistema de compensação de energia elétrica;
- inclusão no Catálogo de Materiais – CATMAT, utilizado nas compras governamentais, de informações sobre sustentabilidade de produtos;
- inclusão no Relatório de Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis do TCU de anexo com Lista de Verificação para avaliação da gestão ambiental e das licitações sustentáveis, o que possibilita um maior conhecimento e controle sobre as práticas sustentáveis realizadas pelos agentes envolvidos nas contratações e compras públicas;
- Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Ministério da Indústria e Comércio (MDIC), com a criação do Fórum Permanente de diálogo entre os setores público e privado para promover o debate sobre o tema de Produção e Consumo Sustentáveis, com a participação de MCTI, MPOG e pesquisadores da Universidade de Brasília, responsáveis pela elaboração de estudos setoriais de referência;
- capacitação em Compras e Contratações Sustentáveis:
  - ✓ cursos, workshops, seminários e programas de treinamento no MMA, MPOG, TCU, IPEA, Câmara dos Deputados, TRT10-CSJT, DNIT, MEC e AGU;
  - ✓ Curso de Sustentabilidade nas Contratações Públicas para a Câmara Temática de Meio Ambiente da Copa 2014 e para gestores públicos das cidades sede da Copa, incluindo participantes das Prefeituras, Secretarias, Ministério Público, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça e Tribunal Regional do Trabalho dos estados envolvidos; e
  - ✓ Cursos para capacitação de servidores federais dos Institutos Federais da Região Sul (40 servidores), capacitação de servidores do Ministério da Defesa (80 servidores), da Ordem dos Pregoeiros (80 servidores) e do Conselho Superior de Justiça do Trabalho (962 servidores de 25 unidades, presencial/ via teleconferência);
- Resolução CD/FNDE nº 18/2013, que dispõe sobre a destinação de recursos financeiros (FNDE) para a adequação do espaço físico em escolas públicas - utilização de materiais construtivos mais adaptados às condições locais e de um desenho arquitetônico que permita a criação de edificações dotadas de conforto térmico e acústico, que garantam acessibilidade, gestão eficiente da água e da energia, saneamento e destinação adequada de resíduos;

- repasse de recursos para 4.975 escolas públicas da educação básica - em 2013 e 2014, totalizando aproximadamente R\$ 53 milhões - por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE Escolas Sustentáveis, do MEC;
- Instrução Normativa nº 02/2014/MPOG, que define regras para aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e o uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) nos projetos e respectivas edificações públicas federais novas ou que recebam *retrofit*;
- inclusão no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) de opção de compras de coletores solares ao invés do uso de chuveiros elétricos, o que proporcionou uma economia de energia de 1,3 milhão de MWh/ ano, equivalente à energia total que será gerada pela Usina Hidrelétrica de Santo Antônio (RO), até março de 2014;
- Medida Provisória nº 647, de 28 de maio de 2014, que determina a adição de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final, contribuindo para o uso racional de combustíveis no transporte de carga e no transporte coletivo;
- fomento à sustentabilidade no setor da agricultura, por meio de iniciativas como o Plano ABC (Agricultura de Baixo Carbono), a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA; e
- realização de compras públicas compartilhadas sustentáveis, as quais têm sido cada vez mais utilizadas e trazido vantagens significativas em rapidez, transparência, redução de custos, racionalidade, ganhos de escala e formação ou ampliação do mercado produtor de bens sustentáveis.

Com base nos avanços e nas tendências identificadas no primeiro ciclo do PPCS, estima-se um crescimento cada vez mais significativo e consolidado das compras públicas sustentáveis no país nos próximos anos.

### PRIORIDADE 3 – AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- O Programa A3P duplicou o número de parceiros do Programa no período entre 2011 e 2014, tanto em adesões formais - 118 novos Termos de Adesão -, como na Rede A3P - 900 novos membros, totalizando 1.300 instituições cadastradas. O Programa A3P conta, atualmente, com a adesão de 159 instituições municipais, 168 estaduais e 168 federais. São parceiros da A3P no nível federal, entre outros, a Advocacia Geral da União, a Caixa Econômica Federal, a Câmara dos Deputados, a Casa da Moeda do Brasil, o Comando do Exército Brasileiro e FURNAS Centrais Elétricas S/A;
- Por meio de campanhas de sensibilização, realizadas em 2012 e 2014, foram coletadas 4,1 toneladas de material eletroeletrônico. Apenas no MMA, o Programa já resultou em economias significativas no consumo de água e energia, entre outros insumos. Apenas como exemplo, o material reciclável coletado, selecionado e destinado a cooperativas passou de 6,7 toneladas em 2011 para 17,6 toneladas em 2013, o que representou um aumento de 260%;
- Foram realizadas 3 edições do Fórum Nacional da A3P (2011, 2012 e 2014), somando cerca de 1.200 participantes; além de quatro fóruns regionais, em 2012, que contaram, em conjunto, com aproximadamente 410 participantes, representando 141 instituições;
- Três edições do Prêmio A3P de Melhores Práticas de Sustentabilidade foram organizadas, em 2011, 2012 e 2014, as quais envolveram perto de 1.200 pessoas diretamente, em debates, projetos e avaliação das iniciativas;

- Em 2014, foi lançado o Selo de Sustentabilidade na Administração Pública - Selo A3P, o qual já certificou 112 instituições com o Selo Verde (adesão formal), 8 com o Selo Prata (entrega de relatório anual), e 10 com o Selo Laranja (vencedoras do Prêmio A3P); e
- No período coberto por este relatório, foram realizados cursos para 13 turmas de capacitação presencial, com a participação de 780 servidores, e 2 turmas de capacitação à distância, com 3.727 alunos.

#### **PRIORIDADE 4 – AUMENTO DE RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

Com a publicação da Lei nº 12.305/2010, verificou-se grande avanço nas estatísticas relacionadas à reciclagem no Brasil, impulsionada pelos princípios e instrumentos estabelecidos na Política Nacional de Resíduos Sólidos:

- Entre 2010 e 2014, o governo federal investiu mais de R\$ 1,2 bilhão no fomento à elaboração de planos de resíduos sólidos, em investimentos em infraestrutura e na inclusão produtiva dos catadores de materiais recicláveis. Esses investimentos resultaram:
  - ✓ no crescimento no número de municípios brasileiros que já elaboraram seus planos de resíduos sólidos – atualmente correspondendo a 33,5% do total de municípios, cobrindo 37% da população (MUNIC 2013);
  - ✓ na disposição final adequada, implementada em 38% dos municípios, correspondendo a 62% da população; e
  - ✓ no apoio a 1,5 mil empreendimentos de catadores de materiais recicláveis, com um total de R\$ 455 milhões aplicados em ações de capacitação, assessoramento técnico e infraestrutura.
- Até agosto de 2014, 24 dos 27 estados brasileiros já contavam com apoio para elaboração dos planos estaduais de resíduos sólidos, num total de R\$ 28,5 milhões investidos. Esses investimentos, somados às iniciativas de capacitação e campanhas de conscientização da população, além dos acordos e pactos setoriais, já refletem em aumentos progressivos nos percentuais de reciclagem em importantes cadeias de produtos, tais como do alumínio (com índice praticamente de 100%), papel e plásticos;
- Programa Cataforte – Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias, projeto do Programa Pró-Catador, o qual, em sua terceira fase, lançada em 2013, prevê contar com 170 milhões de recursos não reembolsáveis e mais 30 milhões de recursos reembolsáveis. O Edital do Programa Cataforte 3, lançado em 2014, disponibilizou recursos da ordem de R\$ 20 milhões para a estruturação de 24 Redes de Cooperação de Empreendimentos Econômicos Solidários de Catadores de Materiais Recicláveis;
- Prêmio Cidade Pró-Catador, lançado em 2013, que visa a incentivar, valorizar e dar visibilidade a práticas que contribuam para a implementação de políticas de inclusão social e econômica de catadores de material reciclável, em especial na implantação da coleta seletiva, realizou duas edições para reconhecer municípios por suas práticas de inclusão de catadores. Na primeira edição, lançada em 2013, foram escolhidas 4 iniciativas vencedoras. Na edição 2014, as iniciativas vencedoras podem apresentar proposta de investimento para projeto conjunto da prefeitura e da cooperativa ou associação de até R\$ 120 mil, num total de 12 iniciativas, em 4 categorias; e
- Criação de associações empresariais, como a Coalizão Empresarial para a Logística Reversa de Embalagens, que definiu como meta recuperar, até 2015, 20% das 55,4 mil toneladas de resíduos sólidos recicláveis que são descartadas diariamente no Brasil.

## PRIORIDADE 5 – VAREJO SUSTENTÁVEL

O setor varejista representa 14% do PIB no Brasil, razão pela qual a inserção de práticas de sustentabilidade em suas operações tem papel relevante na promoção do consumo sustentável. As empresas varejistas representam um grande potencial de contribuição no campo da responsabilidade social, principalmente por sua característica de contato direto com o consumidor e a comunidade em geral. A capilaridade territorial e o amplo leque de relações do varejo reforçam sua vocação como agente de transformação social.

Desde 2011, adoção do PPCS, o setor incrementou suas iniciativas e práticas voltadas para: redução no uso de recursos e na geração de resíduos, principalmente aqueles gerados pelo uso de sacolas plásticas; ampliação do número de lojas ecoeficientes; aumento no número de pontos de entrega voluntária de embalagens e resíduos; aumento na oferta de produtos sustentáveis em quatro categorias - alimentos, utensílios, vestuário, e limpeza e higiene; e incentivo a produtos que apresentam selos de qualidade e que incluam critérios socioambientais em seus processos de certificação, entre outras.

- Várias redes estão coletando, armazenando e dando destinos ambientalmente adequados a resíduos, em estações de reciclagem ou ecopontos, os quais recebem papel, plástico, embalagens, metais, vidros, pilhas e baterias, óleo de cozinha e cartuchos de impressoras. Apenas em lojas de uma das redes, são recolhidos anualmente 70 mil litros de óleo de cozinha, que são transformados em biodiesel e deixam, assim, de poluir milhões de litros de água todos os meses.
- As estações de reciclagem, em apenas uma rede, já têm capacidade de coletar mais de 1.000 toneladas de resíduos produzidos nas residências de seus consumidores, os quais são destinados a cooperativas de reciclagem, promovendo a inclusão social e a geração de renda. As estações recolhem celulares, acessórios, baterias, pilhas e uma enorme gama de produtos usados, embalagens e resíduos.
- As caixas verdes, que recolhem embalagens secundárias antes destinadas ao serviço de coleta pública, têm se tornado prática corrente, principalmente em redes de supermercados. Posicionadas estrategicamente logo após as caixas registradoras, com o objetivo de coletar as embalagens plásticas ou de papelão dos produtos recém-adquiridos pelos consumidores que, por sua vez, não querem levá-las para suas casas.
- A formação de servidores do varejo para atuar em iniciativas de sustentabilidade já alcançou, em apenas um das redes, mais de 4.500 colaboradores, com uma capacidade de replicação que, além de alcançar os funcionários das empresas, ainda ajuda a disseminar as práticas sustentáveis para a comunidade envolvida.
- A Premiação GVcev do Centro de Excelência em Varejo da Fundação Getúlio Vargas, por meio do reconhecimento de iniciativas de economia verde, escolas sociais do varejo, programa de plantio de árvores, reciclagem e redução de emissões de Carbono, entre outras, tem ajudado a disseminar boas práticas e promover sua ampliação.
- Campanhas e metas de redução do uso de sacolas plásticas foram adotadas antes mesmo do lançamento do Plano de Produção e Consumo Sustentáveis. Apenas com a campanha “Saco é um Saco”, por exemplo, foi constatada uma redução de consumo de 5 bilhões de sacolas plásticas em todo o país, num período de dois anos. No contexto da campanha, o MMA distribuiu 200 mil ecobags.
- Crescimento da oferta de produtos em formato de refil, principalmente para cosméticos, produtos de beleza e de limpeza, o que proporciona a redução de uso de plásticos (70%) e nas emissões de CO2 (60%).
- Pactos Setoriais, acordos ou ações voluntárias, em parceria com o MMA:
  - ✓ ABIPLA (Associação Brasileira de Indústrias de Limpeza e Afins): site do programa Movimento Limpeza Consciente, com cerca de mil acessos por mês, de promoção da redução do uso de água e energia, da redução da emissão de gases de efeito estufa, da redução de uso de químicos e de embalagens, e da maior ergonomia na cadeia e para o consumidor;

- ✓ Abre (Associação Brasileira de Embalagem): inclusão da simbologia de descarte seletivo em 3.000 embalagens de produtos de bens de consumo não perigosos cadastrados, além de cerca de 2.000 ainda não cadastrados. A harmonização para a orientação do descarte seletivo de embalagens abrangeu as cadeias de alimentos, bebidas, cosméticos, utensílios e eletrodomésticos, entre outros.
- ✓ Outras iniciativas voluntárias, tais como:

Sanofi Farma - minimização dos impactos ambientais de suas ações promocionais, fomento ao consumo consciente para médicos e consumidores, promoção da fabricação de produtos mais sustentáveis, e publicação, impressa e em meio digital, do Guia de Consumo Consciente;

Instituto de Embalagens – capacitação técnica de servidores do MMA, das companhias aéreas, SENAI, SEBRAE e Confederação Nacional da Indústria (CNI) com o curso “Embalagens de A a V – do Aço ao Vidro” materiais de embalagens e seu descarte; elaboração de conteúdo do primeiro Caderno de Produção Sustentável sobre Embalagens, ecodesign e descarte de resíduos; e de um filme sobre a importância do ecodesign das embalagens e da correta escolha de materiais.

## PRIORIDADE 6 – CONSTRUÇÕES SUSTENTÁVEIS

No setor de construções, os objetivos do Plano avançaram com várias abordagens:

- Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat – PBQP-H, o qual desenvolveu, em parceria entre o setor público e o privado, sistemas matriciais avaliativos:
  - ✓ Sistema de Avaliação da Conformidade de Serviços e Obras – SiAC, o qual já certificou aproximadamente 3.260 construtoras em níveis evolutivos, em todas as regiões brasileiras;
  - ✓ Sistema de Qualificação Empresas de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos – SiMaC, criado para combater a não conformidade de materiais, o desperdício e a baixa produtividade, que tem por meta elevar e manter em 90% o percentual médio de conformidade dos produtos com as normas técnicas; com o SiMaC e a implementação dos Programas Setoriais de Qualidade – PSQs, o percentual de não conformidade, que era de 50%, já foi reduzido para aproximadamente 20%, sendo que alguns setores já estão próximos a 100% de conformidade; e
  - ✓ Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Produtos Inovadores – SiNAT, que busca mobilizar a comunidade técnica da construção civil para avaliar o desempenho dos novos produtos utilizados, estimulando a inovação tecnológica, o aumento no número de alternativas disponíveis e a competitividade, com base em diretrizes de segurança, habitabilidade e sustentabilidade; desde 2009, já foram publicadas 10 diretrizes SiNAT e mais de 20 Documentos de Avaliação Técnica – DATec.
- O Programa Minha Casa Minha Vida, lançado pelo Governo Federal em 2009, também tem sido conduzido com base em diretrizes de sustentabilidade. O Programa, entre outras práticas, tem estimulado financiamento extra para instalação de aquecimento solar de água nas casas populares, buscando proporcionar uma economia média de 35% no consumo de energia elétrica. Até março de 2014, a economia de energia com essas ações já alcançava 1,3 milhão de MWh/ano.
- O Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), em seu componente dedicado às Edificações, trabalha com etiquetagem voluntária e eficiência em edifícios públicos e comerciais. Apenas em 2013, o Procel Edifica realizou 16 cursos de capacitação; disponibilizou o Software de Simulação Hidrotermoenergético de Edificações Domus Eletrobras, com 3 cursos de capacitação dedicados; realizou avaliação técnica de edificações públicas; e publicou a 3ª edição do livro „Eficiência Energética na Arquitetura“, entre outras ações.



- O ProjetEEE, coordenado pelo MMA, ferramenta que pretende alcançar uma economia de até 4 milhões de MWh de eletricidade nos próximos 20 anos, disponibiliza uma ferramenta online que oferece soluções de eficiência energética, desenvolve material informativo e didático sobre etiquetagem, e estudos sobre projetos de eficiência energética.
- O Selo Casa Azul da Caixa Econômica Federal é outra iniciativa que visa a promover a sustentabilidade no setor da construção, por meio da classificação socioambiental dos projetos habitacionais financiados pela CAIXA, visando a reconhecer projetos de empreendimentos que adotem soluções eficientes na construção, uso, ocupação e manutenção dos edifícios, incentivando o uso racional de recursos naturais e a melhoria da qualidade da habitação e de seu entorno.
- Distribuição de 100 mil exemplares da publicação „Construção e Reformas Particulares Sustentáveis”, parte da série Cadernos de Consumo Sustentável (MMA e BASF).
- Estudos sobre estado da arte da construção sustentável, numa parceria entre o MMA, o Conselho Brasileiro da Construção Sustentável (CBCS) e o PNUMA; e iniciativas voltadas para ampliar a destinação adequada e o reaproveitamento de resíduos da construção civil, particularmente no contexto da publicação e implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- Certificação e gestão sustentável de arenas esportivas, particularmente aqueles realizados em função da realização da Copa do Mundo 2014, que se tornaram exemplos não apenas no Brasil, mas em todo o mundo.

## OUTRAS INICIATIVAS

Foram muitas as contribuições trazidas por iniciativas e ações programadas ou voluntárias realizadas por órgãos governamentais, não governamentais, internacionais, empresariais e outras para avançar as metas e objetivos do Plano de Produção e Consumo Sustentáveis desde seu lançamento em 2011:

### Finanças Sustentáveis

- Edição da Resolução nº 4.327, de 25 de abril de 2014, do Banco Central do Brasil, que dispõe sobre as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Relatórios Integrados de Sustentabilidade

- Criação, na Rio+20, do Grupo de Amigos do Parágrafo 47, iniciativa que envolve África do Sul, Brasil, Dinamarca, França, Áustria, Chile, Colômbia, Noruega e Suíça para dar suporte à promoção da relatoria empresarial sustentável. O PNUMA exerce o secretariado do grupo e a Global Reporting Initiative (GRI) apoia suas atividades.
- Criação de grupo de trabalho interinstitucional, o qual está elaborando diretrizes de orientação a empresas e instituições quando da preparação de seus respectivos relatórios; e formulando uma estratégia nacional de estímulo à publicação de relatórios.
- O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA, com apoio técnico do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (Gvcev), vem estimulando a publicação voluntária de relatórios de sustentabilidade ou similares pelas empresas que desejam ter suas ações negociadas no ISE.
- O Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), que congrega cerca de 70 dos maiores grupos empresariais do país, foi responsável pelo primeiro Relatório de Sustentabilidade do Brasil e tem contribuído na sistematização e compartilhamento das experiências de empresas brasileiras sobre relatórios integrados de sustentabilidade.

### **Programa Inova Sustentabilidade**

- O Programa Inova Sustentabilidade - iniciativa conjunta do MMA, Banco Nacional De Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) - apoia projetos nas temáticas Produção sustentável; Recuperação de Biomas Brasileiros e Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis de Base Florestal; Saneamento Ambiental (responsável por mais de 90% da demanda); e Monitoramento de Desastres Naturais. Na Etapa 3 do edital 2013 do Inova Sustentabilidade, a Finep/MCTI recebeu 196 demandas de planos de negócio, enviadas por 136 empresas líderes de mercado, com um valor médio de R\$ 25,7 milhões, num total de aproximadamente R\$ 5 bilhões.

### **Parceria com o PNUMA**

Várias ações desenvolvidas com o objetivo de implementar o PPCS foram executadas por meio do projeto MMA/PNUMA “Eficiência de Recursos e Consumo e Produção Sustentáveis”, cujo objetivo é fomentar no Brasil um vigoroso e contínuo processo de ampliação das ações alinhadas ao conceito de Consumo e Produção Sustentáveis, estabelecido pelo Processo de Marrakesh, integrado aos esforços nacionais de enfrentamento das mudanças climáticas, combate à pobreza, desenvolvimento econômico e conservação da biodiversidade e recursos, tais como:

- Publicação da pesquisa “O que o brasileiro pensa do ambiente e do consumo sustentável”, em 2012;
- Promoção da Campanha Passaporte Verde, durante a Copa 2014, com o slogan “Eu Cuido do Meu Destino”; e
- Realização de estudo sobre estado da arte das construções sustentáveis no Brasil, parceria que envolve, além do MMA e do PNUMA, o Conselho Brasileiro da Construção Sustentável (CBCS).

### **Copa do Mundo de Futebol 2014**

- O MMA foi responsável, juntamente com o Ministério dos Esportes, pela coordenação da Câmara Temática de Sustentabilidade da Copa 2014, cujas ações incluíram: a certificação e gestão sustentável das arenas; a Campanha Passaporte Verde - plataforma de comunicação em consumo e produção sustentáveis, com portal interativo, aplicativo móvel e forte presença nas mídias sociais; e o apoio às 12 cidades sedes para inclusão das associações de catadores na gestão integrada de resíduos sólidos nos eventos da Copa.

### **Mercosul**

- Elaborados manuais de “Boas e Melhores Práticas de Produção Mais Limpa e Gestão Sustentável em Matéria Ambiental” - para os setores serrarias e madeireiro, açucareiro, resíduos eletro e eletrônicos, e têxtil e confecções - a serem divulgados entre as pequenas e médias empresas, e organizações da região.

## III. PLANO DE AÇÃO PARA PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS



O Plano de Ação para a Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS), lançado em 2011, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, propõe-se como um mapa do caminho, construído com a sociedade, para atingir os objetivos de desenvolvimento sustentável por meio de ações de produção e consumo sustentáveis. O PPCS é coordenado e monitorado pelo governo, mas só vem se concretizando com a ativa e engajada participação de todas as partes interessadas.

### MISSÃO

A missão do PPCS é fomentar políticas, programas e ações de consumo e produção sustentáveis no país voltadas a ampliar as soluções para problemas socioambientais, consoante com as políticas nacionais visando à erradicação da miséria e ao desenvolvimento sustentável, e com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, sobretudo com as diretrizes do Processo de Marrakesh.

Dessa forma, contribui também para as mudanças de padrão de produção e consumo, rumo a uma economia de baixo carbono, que garantam a sustentabilidade das sociedades humanas, em harmonia com o planeta.

### PRINCÍPIOS

Dada sua natureza transversal, os princípios do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis - PPCS são compatíveis com aqueles expressos em políticas nacionais estruturantes e acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, voltados para temas afins, como erradicação da miséria, proteção climática, gestão de resíduos sólidos, gestão de recursos hídricos, combate à desertificação e proteção da biodiversidade, entre outros. O Plano, portanto, norteia-se pelos seguintes princípios:

- **Do desenvolvimento sustentável**
- **Da responsabilidade compartilhada**
- **Da liderança governamental por meio do exemplo**
- **Da precaução**
- **Da prevenção**
- **Da participação da sociedade civil e transparência**
- **Da cooperação**
- **Da educação ambiental**

### DIRETRIZES

As ações no âmbito do PPCS buscam idealmente incorporar a (e beneficiar-se da) influência recíproca que existe entre produção e consumo, levando em conta os limites físicos e biológicos que a natureza impõe e os valores éticos que informam a cultura da sustentabilidade, buscando:

- considerar tanto o sistema produtivo em si, como o sistema institucional-regulatório que o sustenta: infraestrutura, tecnologia, instrumentos econômicos e regulatórios;
- considerar os impactos do PPCS sobre o mercado de trabalho e os requisitos da definição de “empregos verdes” da OIT;
- incluir ações que tenham impacto no sistema cultural e educacional visando à mudança de comportamento;
- promover a integração dos planos de PCS com outros programas e planos nacionais, como por exemplo aqueles voltados à mudança do clima, à redução da pobreza, à questão energética e ao uso da água e do solo;
- identificar, valorizar e explicitar as conexões entre as principais políticas, programas e planos nacionais;
- identificar ações existentes em todo o Brasil, que, por suas características, possam vir a compor e enriquecer o PPCS;
- identificar sinergias e confluências entre as prioridades e metodologias propostas nos âmbitos nacional e internacional, de modo a contribuir com o processo internacional e com a sustentabilidade no plano global;

- envolver amplamente a sociedade brasileira no processo, tanto por meio das organizações já engajadas no Comitê Gestor e seus grupos de trabalho, quanto por meio de outras organizações e redes que possam ser identificadas e motivadas a participar;
- observar a variedade e a diversidade de públicos, culturas regionais e de grupos sociais, dentro do próprio país; e
- levar em conta os acordos internacionais assinados pelo Brasil, especialmente as Convenções da Biodiversidade e do Clima, bem como as demais que afetem direta ou indiretamente as prioridades eleitas pelo PPCS.

## OBJETIVOS

O **objetivo primordial** do PPCS é fomentar dinâmicas e ações, nos médio e longo prazos, que mudem o atual paradigma de produção e consumo, contribuindo significativamente para o desenvolvimento sustentável da sociedade brasileira.

Os **objetivos gerais** do PPCS são:

1. Fomentar no Brasil um vigoroso e contínuo processo de ampliação de ações alinhadas ao conceito de PCS, tal como estabelecido pela ONU no Processo de Marrakesh, compartilhando com parceiros nacionais e internacionais o esforço por promover também a sustentabilidade no plano global;
2. Integrar a iniciativa de disseminação de PCS ao esforço de enfrentamento das mudanças climáticas, e também a outras frentes prioritárias para a sociedade brasileira, como o combate à pobreza, a distribuição equitativa dos benefícios do desenvolvimento e a conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais.

O **objetivo específico** do Plano de Ação é fornecer as diretrizes básicas e eleger as prioridades para que um conjunto de ações cabíveis, articuladas entre si, possa efetivar mudanças expressivas e mensuráveis, tanto nos padrões de consumo como de produção, que possam ser reconhecidos como mais sustentáveis.

## PROCESSO



O Plano de Implementação de Johannesburgo (aprovado na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, ou Rio+10, em 2002) propôs a elaboração de um conjunto de programas, com duração de dez anos (*10 Years Framework Program*) que apoiasse e fortalecesse iniciativas regionais e nacionais para promoção de mudanças nos padrões de consumo e produção.

A fim de cumprir com esse mandato, foi estabelecido, sob a coordenação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UNDESA), o Processo de Marrakesh<sup>2</sup>, que contou também com a participação essencial de governos nacionais, agências de desenvolvimento, setor privado, sociedade civil e outros atores.

A adesão ao Processo de Marrakesh pressupôs o desenvolvimento de atividades que conduzissem à elaboração de um Plano de Ação. Para ajudar nessa empreitada, o PNUMA e seus parceiros criaram sete Forças-Tarefa

<sup>2</sup> A ONU nomeia os documentos e processos oficiais resultantes de suas reuniões de acordo com a cidade sede da reunião. Essa foi realizada em Marrakesh, no Marrocos em 2003, daí o nome Processo de Marrakesh.

(Task Forces)<sup>3</sup>, cada qual encarregada de um tema no contexto do “10-Year Framework of Programmes on SCP – 10YFP” (Johanesburgo 2002) – os resultados desse primeiro marco de programa foram apresentados durante a Décima Nona Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS 19) da ONU, realizada em Nova York em maio de 2011 e, embora a proposição estivesse aprovada pelos membros do grupo de trabalho, não foi tomada decisão que viabilizasse a implementação do programa a partir de 2012.

As *Task Forces* (Forças-Tarefa de Marrakesh – MTF) contaram com a participação de especialistas de países desenvolvidos e em desenvolvimento. Esses grupos consistiam iniciativas voluntárias, coordenadas por governos que, em cooperação com outros países, se propuseram a realizar um conjunto de atividades em nível nacional ou regional, relatando avanços em relação aos objetivos traçados. O intuito das Forças-Tarefa criadas foi o de reunir as experiências mais avançadas em PCS nos países para poder disseminá-las, incluindo manuais metodológicos.



O Brasil aderiu formalmente ao Processo de Marrakesh em 2007, comprometendo-se a elaborar seu Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS).

A primeira versão do PPCS foi disponibilizada no site do PNUMA em maio de 2008. Essa versão refletia os trabalhos desenvolvidos ao longo de um ano, iniciados ainda no âmbito Comitê Gestor de Produção mais Limpa, que passou a ser denominado **Comitê Gestor de Produção e Consumo Sustentável** a partir de fevereiro daquele ano (Portaria MMA nº 44, de 13/02/2008). A elaboração do Plano envolveu um amplo e diversificado grupo de organizações da sociedade brasileira, tanto governamentais quanto não governamentais, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente (MMA), em parceria com o PNUMA. A primeira versão incluía a definição dos principais conceitos, antecedentes e seu escopo, bem como a indicação das estruturas com as quais contaria e a definição de um conjunto de 17 prioridades, designando os responsáveis por implementá-las.

Com vistas a contribuir para a Cúpula do Clima em Copenhague, o MMA iniciou nesse mesmo ano a elaboração do Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), lançado em dezembro. Dada a conexão entre os temas foi tomada a decisão, após consulta ao Comitê Gestor, de rever o PPCS para compatibilizá-lo com o Plano para o clima, identificando sinergias e pontos de confluência, de modo a permitir que as ações previstas em ambos os planos pudessem conjugar resultados no alcance de objetivos iguais ou semelhantes.

Entre 2009 e 2010, foi feita a revisão do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis pela equipe técnica do Ministério do Meio Ambiente, o Comitê Gestor de Produção e Consumo Sustentáveis, e parceiros. Nesse mesmo

<sup>3</sup> Forças-Tarefa: 1.Cooperação com a África (liderado pela Alemanha); 2.Produutos Sustentáveis (Reino Unido); 3.Estilos de vida Sustentáveis (Suécia); 4.Compras Públicas Sustentáveis (Suíça); 5.Turismo Sustentável (França); 6.Edifícios e construções Sustentáveis (Finlândia); 7.Educação para o Consumo Sustentável (Itália).

período, foi elaborado um Projeto de Cooperação Técnica Internacional com o Programa das Nações para o Meio Ambiente (PNUMA) para apoiar estudos, consultorias e elaboração de manuais metodológicos necessários ao processo de implementação do Plano.

Entre setembro e novembro de 2010, o Plano foi disponibilizado para ampla consulta pública no site do MMA. O documento final incorporou as contribuições desse processo, assim como as atualizações no período entre dezembro de 2010 e setembro de 2011.

O documento final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada no Rio de Janeiro em 2012, denominado O Futuro que Queremos, reafirmou que a promoção de modos sustentáveis de produção e consumo, entre outros, é objetivo geral e requisito indispensável do desenvolvimento sustentável. No documento, as Nações Unidas também adotaram o Quadro Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis (*10YFP on SCP*, na sigla em inglês), conjunto de iniciativas voluntárias de membros das Nações Unidas.



### Linha de tempo do consumo sustentável

1981	Editada a lei que estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente.
1987	Surge o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC).
1988	Constituição Federal – Artigos diretamente relevantes: 170 e 225.
	Instituída a Comissão de Defesa do Consumidor da OAB/SP.
1990	Promulgado o Código de Defesa do Consumidor.
1992	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), no Rio de Janeiro, lança as bases da Agenda 21, que propõe “mudanças nos padrões de consumo”.
1993	Criação do Programa Brasileiro de Etiquetagem – PBE e do Selo Procel de Economia de Energia – INMETRO, com o objetivo de orientar o consumidor no ato da compra, indicando os produtos que apresentam os melhores níveis de eficiência energética dentro de cada categoria e estimulando a fabricação e a comercialização de produtos mais eficientes.
1995	A Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU documenta o conceito de consumo sustentável: “É o uso de serviços e produtos que respondem às necessidades básicas de toda a população e trazem a melhoria na qualidade de vida, ao mesmo tempo em que reduzem o uso dos recursos naturais e de materiais tóxicos, a produção de lixo e as emissões de poluição em todo o ciclo de vida, sem comprometer as necessidades das futuras gerações”.

1998	O Estado de São Paulo sai à frente na adoção de normas que incorporam preceitos de ordem ambiental, social ou ética nas compras promovidas pelo governo, com o Decreto nº 42.836/98, com redação alterada pelo Decreto nº 48.092/03, que dispõe sobre a imposição de aquisição, para a frota do grupo especial do estado, de veículos movidos a álcool.
1999	Estabelecimento da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P.
2003	Decreto Estadual – São Paulo Nº 48.138/2003, que dispõe sobre a obrigação de adoção de medidas de redução de consumo e racionalização de água no âmbito da administração pública direta e indireta.
2005	Estabelecimento do Prêmio “Melhores Práticas em A3P”.
2007	Adesão do Brasil ao Processo de Marrakesh.
2008	Firmados os pactos setoriais da soja, da pecuária bovina e da madeira.
	Inaugurada na cidade paulista de Indaiatuba, a primeira loja verde do Brasil.
	Primeira campanha do Ministério do Meio Ambiente voltada para o consumo consciente, com o nome “Consumo Consciente de Embalagens: a escolha é sua, o planeta é nosso”.
2009	O Ministério do Meio Ambiente institui 15 de outubro como o Dia Nacional do Consumidor Consciente.
	Aprovada a Lei que institui a Política Nacional de Mudanças Climáticas.
2010	Lançada a Campanha “Saco é um Saco” pelo MMA em parceria com ABRAS.
	Instituída a Política Nacional de Resíduos Sólidos, após vinte anos de tramitação no Congresso Nacional.
	IN nº 1/2010, que Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração.
2011	Lançado o Mês de Consumo Sustentável, em outubro.
	Lançamento do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis em seu primeiro ciclo.

2012	Criação da Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP pelo Decreto nº 7.746/2012.
	IN nº 10/2012, que estabelece regras para elaboração dos planos de gestão de logística sustentável.
	Instituição, pela Portaria Interministerial nº 244/2012, do Projeto Esplanada Sustentável - PES, cuja finalidade é integrar ações que visam à melhoria da eficiência no uso racional dos recursos públicos e à inserção da variável socioambiental no ambiente de trabalho.
	Publicação da IN nº 2/2014-SLTI/MPOG, que dispõe sobre regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia e do uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) nas edificações públicas federais.

## MARCO LEGAL E INSTITUCIONAL

No Brasil, a ordem jurídica ambiental de escala nacional teve início com a criação, no âmbito do Poder Executivo federal, da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA)<sup>4</sup>. Mais tarde, a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, para assegurar o desenvolvimento do país e garantir a preservação dos recursos naturais.

No ano de 1988, a assembleia constituinte aprovou a nova Constituição Federal, cujo capítulo dedicado ao meio ambiente é considerado um dos mais modernos do constitucionalismo mundial; em seu artigo 225, consagra o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado às presentes e futuras gerações.

A proteção ambiental também é garantida pelo artigo 170 da Constituição, sobre a ordem econômica: “fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa”, para “assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social”, inclusive por meio do direito do consumidor, conforme o inciso V e da proteção ambiental, conforme o inciso VI.

Outras leis brasileiras têm sido pioneiras ao regular a proteção dos recursos naturais e a atuação dos agentes econômicos com o fim de promover a mudança dos padrões de produção e consumo. É o caso da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que instituiu o Código Florestal. Em maio de 2012, a Lei nº 12.651, instituiu o novo Código Florestal Brasileiro, o qual dispõe sobre a proteção da vegetação nativa no país.

A Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, reconhece a água como recurso natural dotado de valor econômico; a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente<sup>5</sup>, regulamentada pelo Decreto nº 3.179 de 1999, e a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental.

Diretamente relacionada aos atuais padrões do sistema econômico, a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e adota como uma de suas diretrizes o estímulo e o apoio à manutenção e à promoção de padrões sustentáveis de produção e consumo (art. 5º, XII, 'b').

Regulamentada pelo Decreto nº 7.390, de 9 de dezembro de 2010, a PNMC contempla a meta de redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) de 36,1% a 38,9%, fator contributivo para o desenvolvimento de sistemas

<sup>4</sup> A SEMA foi criada pelo Decreto nº 73.030, de 30 de outubro de 1973, no Ministério do Interior. Este decreto foi alterado pelo Decreto nº 99.604, de 13 de outubro de 1990, que tornou a SEMA órgão de assistência direta do Presidente da República. Atualmente, após históricas mudanças, vigora o Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, que dispõe sobre as competências do Ministério do Meio Ambiente

<sup>5</sup> Lei de Crimes Ambientais, acessível em <http://www.mma.gov.br/port/gab/asin/lei.html>.



produtivos e bens de consumo mais sustentáveis. Alguns estados também criaram suas políticas locais, com ações de mitigação e adaptação como, por exemplo: Amazonas – Lei Estadual nº 3.135/2007; Goiás – Lei Estadual nº 14.497/2009; São Paulo – Lei Estadual nº 13.798/2009; Santa Catarina – Lei Estadual nº 14.829/2009; Pernambuco – Lei Estadual nº 14.090/2010; Espírito Santo – Lei Estadual nº 9.531/2010; e Rio de Janeiro – Lei Estadual nº 5.690/2010.

Da mesma forma, a Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), objetiva estimular a adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo, e incentivar a indústria da reciclagem. A PNRS foi regulamentada pelo Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, que, dentre seus destaques, criou o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa.

Outras leis, decretos e resoluções também promovem a gestão adequada de resíduos no país, tais como: Lei nº 11.445/2007 regulamentada pelo Decreto nº 7.217/2010; Lei nº 7.802/1989, regulamentada pelo Decreto nº 4074/2005; Decreto nº 5.940/2006; Resolução CONAMA nº 416/2009; Resolução CONAMA nº 362/2005; Resolução CONAMA nº 307/2002 e Resolução CONAMA nº 257/99.

Por fim, e alinhado à PNRS, ressalta-se o Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, que determina a realização de coleta seletiva de resíduos da Administração Pública Federal e sua destinação a associações e cooperativas de catadores de produtos recicláveis. Cabe mencionar ainda a Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, que define critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras na esfera pública federal, e a Instrução Normativa SLTI/MP nº 10, de 12 de novembro de 2012, que estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável.

Os mecanismos de comando e controle citados acima têm em comum o fato de orientarem os agentes econômicos e a sociedade brasileira rumo ao desenvolvimento sustentável e constituem o marco legal para o PPCS.

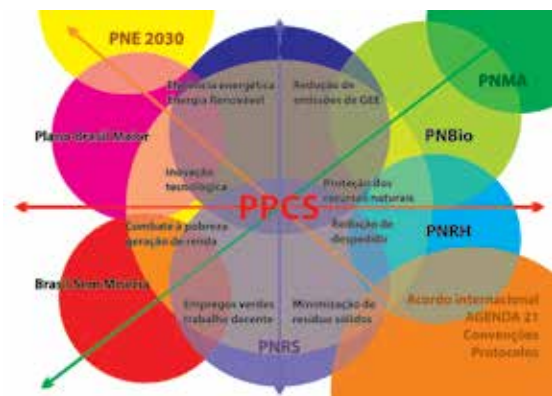
### CONEXÕES E SINERGIAS

A fim de atender um dos principais objetivos do Plano, que é internalizar a questão de produção e consumo sustentáveis nas políticas de governo, foram identificadas as conexões e sinergias do PPCS com as políticas estruturantes e demais Planos Nacionais do Governo Federal. Esse esforço permite encontrar soluções efetivas, evitando a duplicação de ações e transmitindo à sociedade a ideia de integração e a transversalidade das políticas públicas.

Embora não tenham sido sempre explicitadas no primeiro ciclo do PPCS, as relações com outras políticas, como a Política de Biodiversidade e a Política Nacional de Recursos Hídricos, estão internalizadas em prioridades e ações do próprio PPCS. No âmbito internacional, a Convenção de Combate à Desertificação e o Protocolo de Montreal são exemplos de marcos legais e institucionais que também norteiam ações do PPCS.

Os Planos Brasil Sem Miséria e Brasil Maior, o Plano Nacional de Mudança do Clima e a Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelecem metas e diretrizes que foram incorporadas ao PPCS. Trata-se da construção

de esforços simultâneos e integrados contra a extrema pobreza, e pelo incentivo à busca por maior eficiência produtiva da economia, o enfrentamento das consequências da mudança do clima global e a busca por soluções para a gestão dos diversos tipos de resíduos gerados, em sintonia com a busca de processos produtivos e hábitos de consumo mais sustentáveis. Na figura abaixo, veem-se os eixos do PPCS articulados com outras políticas por meio das ações e objetivos comuns. Essas políticas também apresentam sinergias e conexões entre si.



## COMITÊ GESTOR NACIONAL DO PPCS

Criado pela Portaria MMA nº 44/08, o Comitê Gestor Nacional de PCS é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e congrega as seguintes instituições:

- I. Fóruns Estaduais de Produção Mais Limpa
- II. Rede de Fóruns Estaduais de Produção Mais Limpa
- III. Ministério do Meio Ambiente (MMA)
- IV. Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)
- V. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)
- VI. Ministério de Minas e Energia (MME)
- VII. Ministério das Cidades
- VIII. Ministério da Fazenda (MF)
- IX. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
- X. Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS)
- XI. Confederação Nacional da Indústria (CNI)
- XII. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)
- XIII. Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE)
- XIV. Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (ABIPTI)
- XV. Central Sindical envolvida em atividades de gestão ambiental, produção mais limpa e desenvolvimento sustentável, representada pela Central Única dos Trabalhadores – CUT
- XVI. Fundação Getúlio Vargas – FGV
- XVII. Instituto Ethos
- XVIII. Confederação Nacional do Comércio – CNC
- XIX. Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC
- XX. Compromisso Empresarial para Reciclagem – CEMPRE

O papel do Comitê Gestor é acompanhar, direcionar e promover atividades de desenvolvimento e implementação do PPCS e de suas prioridades, criando as condições para uma efetiva mudança paradigmática nos processos de produção e consumo. Para alcançar seus objetivos, o Comitê pode convidar outras instituições para colaborar com seus trabalhos.



Como contexto institucional, é importante ressaltar ainda a criação, no Ministério do Meio Ambiente, de um setor dedicado a coordenar e fomentar ações e iniciativas voltadas para a produção e o consumo sustentáveis, demonstrando a prioridade que o tema passou a representar para o MMA e o governo federal como um todo. Além de estudos, pesquisas e campanhas, o Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis realizou eventos, tais como o “Primeiro Workshop Internacional de Compras Públicas Sustentáveis”, em 2012, e o “Vida Plena e Digna para Todos: o Desafio da Produção e Consumo Sustentáveis”, em 2013; elaborou e publicou o Plano de Logística Sustentável do MMA; e promoveu cursos em EaD tratando dos temas atinentes ao Plano de Ação em Produção e Consumo Sustentáveis, entre muitas outras ações.

## AS PRIORIDADES DO PPCS

Ao longo do processo de elaboração de suas versões anteriores, o Comitê Gestor identificou um conjunto de 17 temas prioritários que constituem a estrutura do PPCS:

- **Educação para o consumo sustentável** – Para conceber e por em prática instrumentos como pesquisas, estudos de caso, guias e manuais, campanhas e outros, para sensibilizar e mobilizar o indivíduo/consumidor, visando a mudanças de comportamento por parte da população em geral;
- **Compras públicas sustentáveis** – Para impulsionar a adoção das compras públicas sustentáveis no âmbito da administração pública, nas três esferas e níveis de governo, incentivando setores industriais e empresas a ampliem seu portfólio de produtos e serviços sustentáveis, e induzindo com essa dinâmica a ampliação de atividades compatíveis com a economia verde (green economy) ou de baixo carbono;
- **Agenda Ambiental na Administração Pública/ A3P** – Para consolidar a A3P como marco referencial de responsabilidade socioambiental no governo;
- **Aumento da reciclagem de resíduos sólidos** – Para incentivar a reciclagem no país, tanto por parte do consumidor como por parte do setor produtivo, promovendo ações compatíveis com os princípios da responsabilidade compartilhada dos geradores de resíduos e da logística reversa, conforme estabelecido na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Neste quesito, cabe também incentivar a indústria da reciclagem com inclusão social (inserção dos catadores);
- **Varejo e consumo sustentáveis** – Para discutir a percepção do setor varejista a respeito da inserção de práticas de sustentabilidade em suas operações e seu papel na promoção do consumo sustentável por meio de ações condizentes com as premissas e objetivos do PPCS;
- **Promoção de iniciativas em construção sustentável** – Para induzir os setores da construção civil e de infraestrutura, como estradas, portos e outros, a adotarem práticas que melhorem seu desempenho socioambiental, desde o projeto até a construção efetiva, passando por criteriosa seleção de materiais e alternativas menos impactantes ao ambiente e à saúde humana;
- **Integração de políticas em PCS** – Para integrar o PPCS às demais políticas de produção e consumo na área de desenvolvimento econômico, e atuar em cooperação internacional com o Plano de PCS do Mercosul e com o Processo de Marrakesh;
- **Fortalecimento de uma articulação nacional em PCS** – Para organizar iniciativas para otimizar recursos e esforços, no sentido de promover e implementar ações articuladas de PCS em âmbito nacional;
- **Inovação e difusão de tecnologias em PCS** – Para promover a gestão do conhecimento em produção e consumo sustentáveis, com ações que visem a desenvolver design inovador de serviços e soluções que considerem as variáveis da ecoeficiência e outros cenários, como a nanotecnologia ou “desmaterialização” da economia – como diferencial competitivo e estratégico para as empresas brasileiras;
- **Desenvolvimento de indicadores em PCS** – Para gerar informações que subsidiem o desenvolvimento de políticas públicas focadas em produção e consumo sustentáveis, mobilizando instituições produtoras de informação, como o IBGE e o IPEA (âmbito governamental), e centros de excelência das universidades federais e estaduais, públicas e privadas;

- **Divulgação e capacitação em PCS** – Para divulgar conceitos e disseminar conhecimentos e informações relevantes ligados ao tema PCS junto ao setor produtivo, governos e sociedade civil;
- **Agricultura e pecuária sustentáveis** – Para estimular a proteção da biodiversidade e a redução do desmatamento/emissão de gases de efeito estufa (GEE), por meio da expansão das possibilidades que valorizem a floresta em pé, e incentivar a adoção de práticas agrícolas visando à redução dos impactos ambientais e o desmatamento;
- **Fomento a produção e consumo sustentáveis** – Para promover iniciativas que levem os gastos públicos e o sistema bancário a se comprometerem cada vez mais a considerar, na oferta de crédito e financiamento, bem como na compra de produtos e serviços, critérios de sustentabilidade, contribuindo dessa forma para induzir a correção, a mitigação, e também um crescente mercado de negócios sustentáveis;
- **Diminuição do impacto social e ambiental na geração e uso de energia** – Para incentivar a adoção de práticas economizadoras de energia pelos consumidores (pessoas físicas e jurídicas), promovendo o acesso a opções mais eficientes, e fomentar o aprimoramento e a aplicação de tecnologias para a geração e aproveitamento de energias renováveis;
- **Rotulagem e análise do ciclo de vida** – Para consolidar a rotulagem ambiental como instrumento de desenvolvimento de novos padrões de consumo e produção sustentáveis, mediante a mobilização das forças de mercado, aumentar o número de especialistas brasileiros em rotulagem ambiental, aumentar o número de produtos com análise de ciclo de vida (ACV), de forma que não seja apenas um rótulo midiático, mas orientador do consumo responsável;
- **Rotulagem para expansão sustentável do uso de biocombustíveis** – Para garantir que a expansão na produção e uso de biocombustíveis seja feita de modo sustentável, proporcionando aos consumidores condições de escolha mais adequadas;
- **Estímulo a criação e expansão de negócios / mercados com inclusão social e menor impacto ambiental** – Para disseminar o conceito “mercados/negócios inclusivos” – novos modelos e práticas corporativas que promovam a inclusão social; criar e disseminar produtos e processos inovadores acessíveis a populações carentes; fornecer à população necessitada de acesso à renda por meio de negócios, oportunidades, emprego, bens de consumo e serviços, de forma a possibilitar uma melhoria na qualidade de vida; estimular o setor produtivo à inclusão social (gerando produtos, empregando e incluindo em sua cadeia produtiva), contribuindo para o desenvolvimento social de populações carentes; e incentivar o consumo de produtos que promovam a inclusão social.

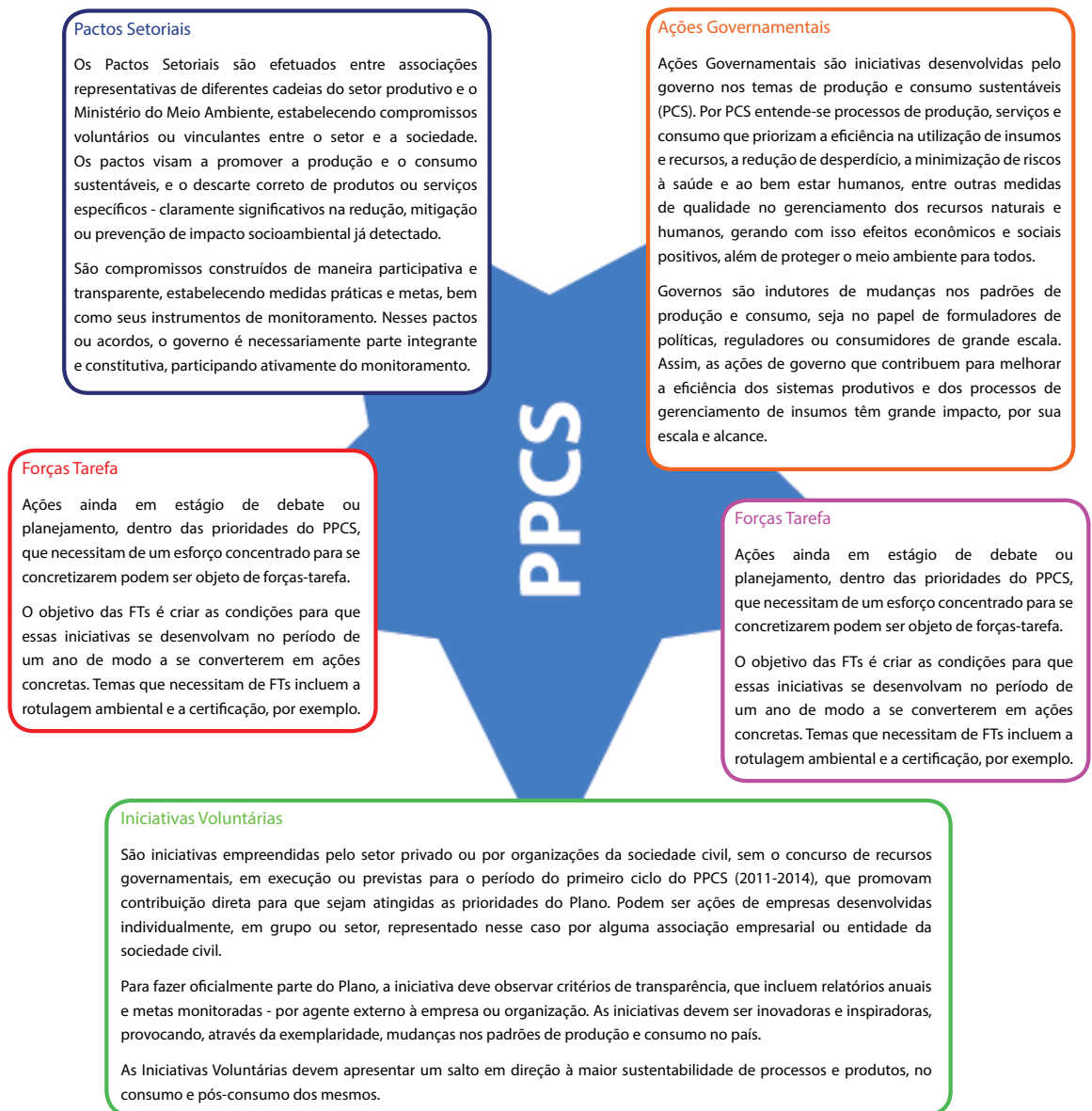
A estratégia de implementação do Plano de Produção e Consumo Sustentáveis foi estruturada para operar em ciclos de quatro anos, redefinindo as prioridades de acordo com a evolução do padrão de ecoeficiência da economia brasileira e de novos engajamentos do país aos compromissos globais. No primeiro ciclo – 2011 a 2014 – foram selecionadas seis prioridades:

- Educação para o consumo sustentável
- Compras públicas sustentáveis
- Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P
- Aumento da reciclagem de resíduos sólidos
- Varejo e consumo sustentáveis
- Promoção de iniciativas de construção sustentável

A seleção desses temas não implicou na exclusão dos demais como áreas de interesse e atuação. A expectativa era que, ao longo do primeiro ciclo, as ações ainda incipientes amadurecessem, agregando conteúdo ao PPCS de acordo com a demanda da própria sociedade.

Ademais, buscou-se primeiramente abordar o papel de consumidor de todos os atores, individuais ou institucionais, envolvidos na cadeia produtiva. O motivo para esse enfoque baseou-se no fato de que o papel do consumidor como agente político tem sido negligenciado pelas políticas públicas. Além de direitos, faz-se necessário compartilhar responsabilidades e deveres, atribuindo as ações aos atores relevantes que consomem recursos naturais, tanto no usufruto de bens e serviços quanto em seus processos produtivos.

Dentro do Plano, estão elencados Pactos Setoriais, Ações Governamentais, Iniciativas Voluntárias, Ações de Parceria e Forças-Tarefa. Estes são os **Instrumentos** para implementação desse novo modelo de desenvolvimento que se propõe através do PPCS, abarcando ações públicas e privadas, individuais ou em parceria.



## Mecanismos de implementação do PPCS

O PPCS conta com mecanismos e ferramentas incorporados à estratégia de implementação:



**METAS DO PRIMEIRO CICLO DE IMPLEMENTAÇÃO**

A meta síntese do PPCS é aumentar significativamente o número de agentes de produção que pratiquem a ecoeficiência e o fornecimento de produtos cada vez mais sustentáveis, e um número cada vez mais expressivo de instituições e cidadãos brasileiros que pratiquem o consumo sustentável, em bases verificáveis (quantitativas e qualitativas).

Macrometa do PPCS para 2014, 1º ciclo:

**AUMENTAR EM 100% O NÚMERO DE CONSUMIDORES CONSCIENTES NO BRASIL,  
COM BASE EM LEVANTAMENTO DE 2010**

PRIORIDADES E MACROMETAS		
Prioridade	Macrometa	Prazo
1. Educação para o consumo sustentável	Aumentar o número de consumidores conscientes na classe C em pelo menos 50%	2014
2. Compras públicas sustentáveis	Concluir 20 processos licitatórios com critérios de sustentabilidade na administração federal	2014
3. Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P	Instituir, em todos os órgãos da Administração Direta Pública Federal, a responsabilidade socioambiental como estratégia permanente	2014
4. Aumento de reciclagem de resíduos sólidos	Atingir 20% de aumento da reciclagem no país até 2015 e 25% até 2020	2015 e 2020
5. Varejo sustentável	1. Estimular que 50% do setor supermercadista incorporem práticas de PCS 2. Estimular práticas de PCS em outros 2 segmentos do varejo	2014
6. Construções sustentáveis	Aumentar em 20% o desempenho ambiental das obras, a partir de índice de sustentabilidade definido por indicadores de consumo de água, energia, geração de resíduos e compra responsável	2020 (metas parciais a partir de 2012)

Para atingir os objetivos do PPCS no âmbito dos temas prioritários selecionados para o primeiro ciclo, o MMA estabeleceu metas em conjunto com parceiros envolvidos com membros do Comitê Gestor de Produção e Consumo Sustentáveis, e com órgãos de governo. Algumas das metas dos órgãos do Governo Federal adotadas pelo PPCS constam do Plano Plurianual da Administração – PPA para o período 2012-2015, o que reflete o compromisso da Administração Federal com esses resultados, muitos dos quais com orçamento público vinculado.



## IV – RELATÓRIO DE IMPLEMENTAÇÃO 2011 - 2014

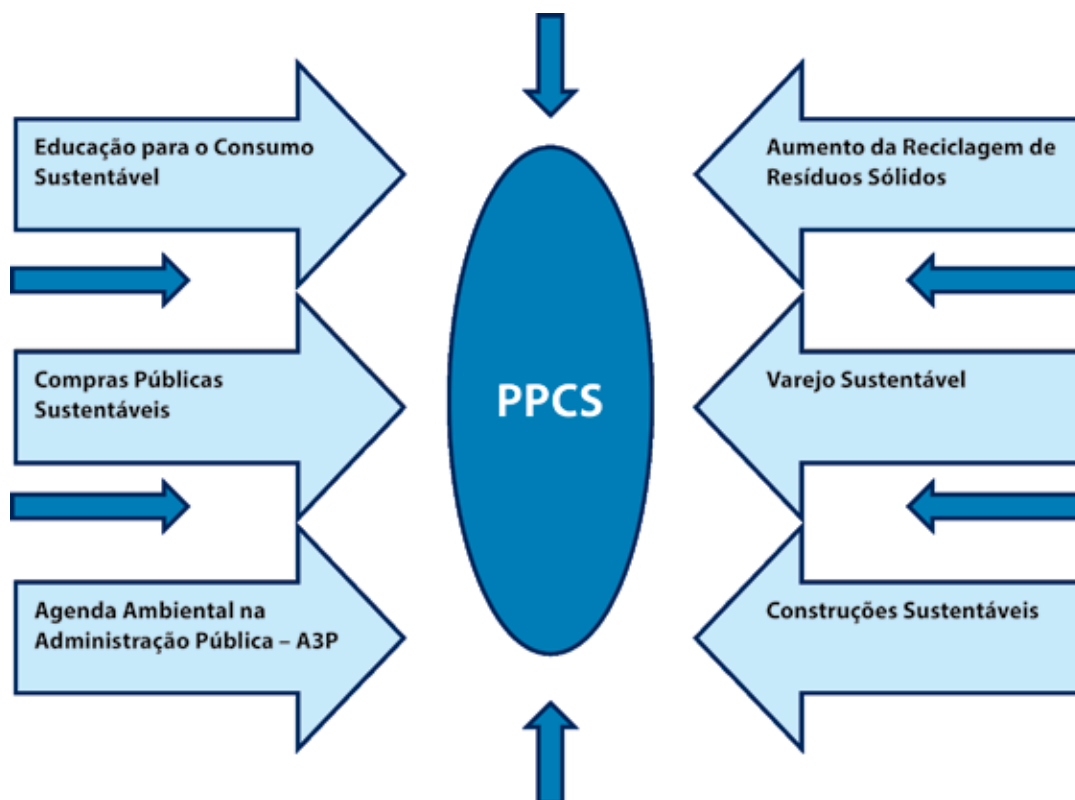
A implementação do Plano de Ação de Produção e Consumo Sustentáveis – PPCS foi estruturada em ciclo de quatro anos, definindo, e eventualmente atualizando, suas prioridades de acordo com a evolução dos padrões de ecoeficiência da economia brasileira e de novos engajamentos do país a compromissos globais.

A estratégia utilizada no primeiro ciclo de implementação do Plano de Ação de Produção e Consumo Sustentáveis – PPCS baseou-se, inicialmente, na busca de adesões voluntárias ao Plano, tanto de instituições do setor público como do privado, e na demonstração pelo exemplo, por meio da adoção de medidas voltadas a promover mudanças nos padrões de produção e consumo no país, com vistas a fortalecer o desenvolvimento sustentável.

Com esse objetivo maior, as ações foram primeiramente focadas em medidas relativas ao consumo, com o apoio de parceiros estratégicos. Além disso, buscou-se identificar e fortalecer iniciativas já existentes e melhores práticas, tanto no âmbito governamental como aquelas implementadas pelo setor privado, que contribuem com os objetivos do Plano. Com isso, as iniciativas desenvolvidas ao longo desse ciclo contribuíram com a consecução das metas estabelecidas em todas as prioridades, não apenas daquelas priorizadas no primeiro ciclo de implementação.

Várias iniciativas e ações desenvolvidas fora do contexto do Plano, tais como os programas de eficiência energética, os programas para coleta e destinação de embalagens de agrotóxicos e o Projeto Esplanada Sustentável, entre tantos outros, contribuíram com seus objetivos.

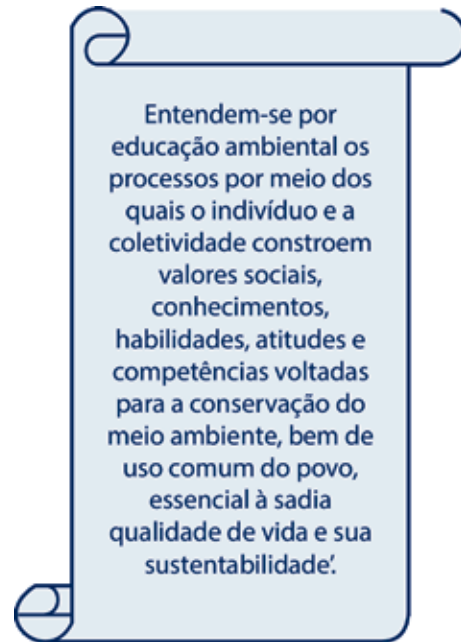
Buscou-se ainda, durante o primeiro ciclo de implementação do PPCS, identificar elementos que pudessem ser considerados na implementação dos demais ciclos, com vistas ao aperfeiçoamento e fortalecimento do Plano.





## EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO SUSTENTÁVEL

Em 2002, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO lançou a “Década da educação para o desenvolvimento sustentável”, abrangendo o período de 2005 a 2014. O objetivo da iniciativa é fomentar, juntamente com seus parceiros, entre eles o Brasil, programas de cooperação que possam aumentar o engajamento do setor de educação em temas de sustentabilidade e contribuir decisivamente para mudanças de mentalidade e de comportamento. Quando se considera o papel da educação na mudança cultural que o ideal de uma sociedade sustentável requer, é preciso levar em conta que não existe somente o consumo objetivo, ou seja, voltado apenas para atender às necessidades humanas básicas. Existe também o consumo subjetivo, relacionado a fatores emocionais, psíquicos, associados ao modelo mental de cada pessoa, construído ao longo da vida, no seio da família e da sociedade. Estilos de vida, às vezes mais do que nível de renda, determinam estilos de consumo, mais ou menos receptivos a agregar valores positivos de responsabilidade individual e coletiva.



A educação para o consumo sustentável vem se tornando um caminho viável, não apenas para agregar uma série de competências técnicas e de conceitos a serem disseminados, mas também como meio de se propor e contribuir para novas políticas públicas que possam regular – com mecanismos voluntários ou compulsórios – os “excessos” dos interesses puramente individuais, desprovidos de valores éticos positivos, como no caso de propagandas enganosas ou daquelas que promovem preconceitos ou consumo excessivo de bens e serviços.

É por essa razão que a educação tem necessariamente papel de destaque no Plano de Produção e Consumo Sustentáveis, seja por meio dos instrumentos estabelecidos pela Política Nacional de Educação Ambiental, seja com o uso de novas ferramentas, tais como as digitais e as conhecidas como educomunicação.

O principal objetivo almejado na prioridade de Educação para o Consumo Sustentável é conceber e colocar em prática instrumentos, tais como iniciativas de formação e capacitação, pesquisas, estudos de caso, guias e manuais, campanhas e outros, para sensibilizar e mobilizar o indivíduo/consumidor, visando a mudanças de comportamento por parte da população em geral, utilizando os mais recentes e inovadores instrumentos e tecnologias de informação, comunicação e aprendizagem.

### PROCESSOS FORMATIVOS E DE CAPACITAÇÃO

As ações de formação e de capacitação foram implementadas tendo como público alvo não apenas os gestores públicos, mas a sociedade em geral, tendo como referência os princípios e diretrizes estabelecidos pela Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999), especialmente por intermédio do Departamento de Educação Ambiental da SAIC - DEA.

Nesse contexto, o Ministério do Meio Ambiente estruturou a plataforma Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA ([ava.mma.gov.br](http://ava.mma.gov.br)), de educação à distância, novo ambiente de aprendizagem que possui ferramentas que facilitam o desenvolvimento de processos formativos à distância, com maior interatividade.

Em 2014, foram lançados os  **cursos** “Estilo de Vida Sustentável” e “Criança e Consumo”, com uma previsão de 2.000 vagas, somando-se ao final 11.624 inscritos. Mesmo com um número significativo de inscritos que interromperam o aprendizado, concluíram o curso “Criança e Consumo Sustentável” 1.364 alunos. O curso “Estilo de Vida Sustentável” concluiu com 1.600 usuários. Somaram, portanto, um conjunto de usuários 50% superior ao que estava previsto inicialmente. Foram ainda realizados outros cursos sobre a 4ª Conferência Nacional de Meio Ambiente, com tema Resíduos Sólidos, a Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, e sobre Gênero e Sustentabilidade.

O  **Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar – PEAAF** , ao estimular práticas produtivas mais sustentáveis e mais justas no campo, além da regularização ambiental das propriedades rurais, contribuiu fortemente com a promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares. O PEAAF considera a agricultura familiar e camponesa mais vocacionada à produção agrícola sustentável, com procedimentos potencialmente menos impactantes para o ambiente e os recursos naturais. Além disso, pode favorecer o consumo sustentável nos centros urbanos, uma vez que cerca de 70% dos alimentos tem origem nesse segmento da produção, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O PEAAF vem capacitando milhares de agricultores, gestores e lideranças desse segmento. Desde antes de sua criação formal (Portaria MMA nº 169/2012), o PEAAF promoveu processos formativos em 11 estados, com a capacitação de mais de 600 pessoas, por meio de oficinas estaduais e territoriais, bem como em seminários, como o de Boas Práticas de Educação Ambiental na Agricultura Familiar. Atualmente, 3 iniciativas de formação já estão capacitando milhares de novos educadores. O curso de Formação de Agentes Populares de Educação Ambiental na Agricultura Familiar está sendo desenvolvido pela plataforma AVA, de maneira semipresencial, em parceria com 16 instituições governamentais e não governamentais de todo o país, somando aproximadamente 1.700 alunos. O mesmo curso está sendo fomentado pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA, com cerca de 13 milhões de reais, em convênio com outras 11 instituições, que deverão formar mais 1.650 agricultores, com destaque para a juventude rural. O curso de Implementação do PEAAF é dirigido a extensionistas, gestores e lideranças rurais, com um número de inscritos superior a mil pessoas. Público capacitado: 4.950

A plataforma  **EducaRES** , integrante da Estratégia Nacional de Educação Ambiental e Comunicação Social em Resíduos Sólidos, é outra iniciativa que apoia a formação ao reunir e disseminar experiências desenvolvidas por instituições de governo, do segmento empresarial e da sociedade civil, especialmente associações de catadores. A respeito, encontra-se aberto edital público, lançado pelo MMA, com o objetivo de ampliar o número de experiências na plataforma EducaRES ([educares.mma.gov.br](http://educares.mma.gov.br)), de maneira a serem chanceladas aquelas que, efetivamente, contribuem para a educação ao consumo consciente e à destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos. Em paralelo, o Departamento de Educação Ambiental do MMA está contratando consultoria para desenvolver com catadores a formulação de um curso semipresencial, que será direcionado ao fortalecimento desse segmento, no âmbito da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Até setembro de 2014, a plataforma EducaRES já havia sido acessada por mais de 700 usuários.

### **Escolas sustentáveis**

Uma iniciativa governamental que caminhou no sentido de apoiar a promoção da sustentabilidade para os pequenos foi a regulamentação do MEC, que lançou recentemente o manual para a escola sustentável, que consiste em apoiar a implementação da Resolução CD/FNDE nº 18, de 21 de maio de 2013, a qual destina recursos financeiros, nos moldes operacionais do Programa Dinheiro Direto na Escola - MEC (PDDE), a escolas públicas municipais, estaduais e distritais que possuam alunos matriculados na educação básica, de acordo com dados extraídos do Censo Escolar do exercício imediatamente anterior ao do repasse, a fim de favorecer a melhoria da qualidade de ensino e a promoção da sustentabilidade socioambiental nas unidades escolares.

Escolas sustentáveis são definidas como aquelas que mantêm relação equilibrada com o meio ambiente e compensam seus impactos, com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, de modo a garantir qualidade de vida às presentes e futuras gerações. Esses espaços têm a intenção de educar pelo exemplo e irradiar sua influência para as comunidades nas quais se situam. A transição para a sustentabilidade nas escolas é promovida a partir de três dimensões inter-relacionadas: espaço físico, gestão e currículo.

O PDDE Escolas Sustentáveis, oferecido nos moldes operacionais estabelecidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), consiste no repasse financeiro, por meio de transferência de recursos de custeio e de capital, para promover ações voltadas à melhoria da qualidade de ensino e apoiar as escolas públicas das redes distrital, municipais e estaduais na adoção de critérios de sustentabilidade socioambiental, considerando o currículo, a gestão e o espaço físico, de forma a torná-las espaços educadores sustentáveis.

A 4ª **Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente** (4º CNIJMA), realizada em 2013, tratou do tema “Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis” como um “pretexto” educativo junto a professores, alunos, funcionários e comunidades no entorno das escolas. Somando as fases de conferência nas escolas - onde foram desenvolvidos projetos referentes ao tema Escola Sustentável (construções, resíduos, currículo escolar, gestão democrática etc.) -, e as conferências municipais, regionais, estaduais e nacional, a 4ª edição da CNIJMA mobilizou aproximadamente 9 milhões de pessoas em todo o país, envolvendo 17.457 escolas. O MMA e o MEC coordenam esta que é única das conferências dedicada ao público infantojuvenil.



Previamente à 4ª Conferência, foram distribuídas 500 mil revistas da Turma da Mônica – Edição especial Rio + 20 – sobre o tema resíduo e sustentabilidade, juntamente com cartilhas sobre Consumismo Infantil, para 72.500 escolas de ensino fundamental.

## PROCESSOS INFORMATIVOS E DE COMUNICAÇÃO

Nas iniciativas de informação comunicação, foram utilizadas as mais modernas ferramentas de apoio à organização e disseminação de informações, bem como de comunicação voltada à conscientização de massa. Entre essas iniciativas, pode-se citar a edição especial do site e **revista COLECIONA** sobre a temática do PEAAF, dirigida a milhares de educadores, a qual recebeu mais de 13.500 acessos desde seu lançamento até setembro de 2014. A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e o PEAAF foram reconhecidos pelo Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO, integrando aos eixos 1 - Uso e Conservação de Recursos Naturais, e 3 - Conhecimento.



Os ambientes do projeto **Salas Verdes**, com 358 espaços de referência socioambiental distribuídos em todo o país, receberam kits com publicações sobre consumo sustentável, além de publicações de todo o MMA e suas entidades vinculadas, tendo como referência suas agendas prioritárias, atingindo um público estimado de 36.000 pessoas.



A **educomunicação** também integra esse esforço de educação para o consumo sustentável, compreendendo ações e métodos pedagógicos que utilizam meios de comunicação e tecnológicos como recursos ao processo educativo e de mobilização. No contexto do projeto **Circuito Tela Verde – CTV**, iniciativa do MMA em parceria com o Ministério da Cultura - MinC, que tem como objetivo estimular a produção audiovisual independente sobre a temática socioambiental, foram desenvolvidos vídeos por comunidades locais, e instituições governamentais e não governamentais, os quais integraram o 5º CTV, sendo selecionados e distribuídos, em 2014, para exibição e debates em 1.365 espaços exibidores em todo o Brasil, alcançando um público estimado de 15.000 espectadores.



### **Campanhas de Conscientização e Mobilização**

São várias as campanhas promovidas pelo Ministério do Meio Ambiente e parceiros, que fazem parte da estratégia de conscientização e mobilização para a Produção e o Consumo Sustentáveis: Consumo Consciente de Embalagem; Saco é um Saco; Vamos Tirar o Planeta do Sufoco; Separe o Lixo e Acerte na Lata; e Outubro – Mês do Consumo Sustentável.

A campanha **Consumo Consciente de Embalagens** busca levar os consumidores a pensar no meio ambiente quando estão fazendo compras e avaliar se as embalagens que estão levando para casa junto com os produtos são mesmo necessárias ou feitas de materiais ambientalmente amigáveis - material reciclado, feito de fontes renováveis, fáceis de reciclar ou que possibilitem sua reutilização.

A Campanha quer conscientizar no sentido de que consumir embalagens de maneira consciente é evitar comprar produtos “superembalados” e, sempre que possível, dar preferência a bens não-embalados (como, por exemplo, alimentos frescos). É pegar um guardanapo do porta-guardanapo em lugar de aceitar um que venha dentro de um saquinho de plástico. É evitar embalagens demais, do tipo “caixinha-dentro-de-um-saquinho-dentro-da-sacola-dentro-do-sacolé”, que geram uma quantidade enorme de lixo. É levar uma sacola retornável para diminuir o consumo de sacolas plásticas e pedir que o empacotador utilize toda a capacidade da sacolinha - além de exigir que o lojista ofereça sacolas resistentes, dentro das especificações técnicas de qualidade.

É também procurar comprar produtos em embalagens que tragam quantidades adequadas para as famílias - por exemplo: se a família é grande, as bebidas devem ser compradas em embalagens maiores; se for pequena, deve-se evitar as embalagens grandes e, conseqüentemente, o desperdício. É saber que há diversos produtos que vêm

concentrados, contendo em apenas uma embalagem o equivalente a muitas delas do produto normal. É não comprar embalagens descartáveis de refrigerantes e bebidas quando houver a possibilidade de comprá-las em vasilhames retornáveis. É preferir produtos que ofereçam a opção de refil - e assim ajudar a economizar os recursos naturais na fabricação de novas embalagens.

A geração de resíduos cresce com o aumento do consumo e, quanto maior o consumo, maior a produção de embalagens. O consumo consciente de embalagens leva em conta que toda embalagem que vai de carona nas compras têm impacto na natureza - seja em sua fabricação ou em seu descarte. Os consumidores devem estar atentos a embalagens que proporcionem o devido uso de todo o seu conteúdo, promovam a eliminação de desperdício do produto, a eficiência do preparo, a possibilidade de refeitamento para aproveitamento do conteúdo após sua abertura, e a inclusão de informações adequadas sobre o produto e sua forma de consumo.

Já a campanha **Saco é um Saco** buscou chamar a atenção sobre o enorme impacto ambiental dos sacos plásticos e sugerir outros caminhos para um consumo consciente. Buscou conscientizar o consumidor para o fato de que os sacos e sacolas plásticas são produzidas a partir de petróleo ou gás natural, dois tipos de recursos naturais não renováveis, e que o impacto das sacolinhas começa aí, pelo consumo de sacolas plásticas aos bilhões em todo o mundo e, sendo elas descartáveis, a pressão por esses recursos naturais só aumenta.



Depois de extraído, o petróleo passa pelo refino no processo de produção dos plásticos, consumindo água e energia, e ainda emitindo gases de efeito estufa e efluentes. O plástico é um material altamente resistente, e por isso as sacolas plásticas podem durar até 400 anos na natureza. Além disso, as sacolas plásticas ajudam a deixar mais sujas as cidades, florestas e oceanos, sendo depósito para água das chuvas e berçário para mosquitos, entupindo bueiros e causando a morte de animais. A campanha buscou mostrar que a sacola plástica não é a vilã do meio ambiente, mas seu consumo excessivo é um grande problema ambiental.

A campanha deu dicas de como evitar esses impactos, por exemplo levando as compras em sacolas retornáveis ou caixas de papelão, que muitas lojas já oferecem aos seus clientes.

Depois de três anos de sensibilização do consumidor a respeito dos impactos ambientais negativos do consumo exagerado de sacolas plásticas, o MMA lançou a segunda fase da campanha Saco é um Saco, agora falando sobre as alternativas reutilizáveis às sacolinhas. Em parceria com a ABRAS e a APAS (Associações Brasileira e Paulista de Supermercados), o MMA lançou nacionalmente a campanha **Vamos Tirar o Planeta do Sufoco**.



A campanha falou sobre as alternativas às sacolas descartáveis: as embalagens reutilizáveis - é reutilizável toda embalagem, recipiente, sacola, caixa, que possa ser utilizada várias vezes, sendo, portanto, feita de material durável. São sacolas de pano ou plástico resistente, caixas de papelão, engradados plásticos, carrinhos de feira etc.

A campanha Vamos tirar o planeta do sufoco foi iniciada em São Paulo, sendo depois levada aos demais estados do país, para mobilizar cidadãos e empresários locais. Mais de 100 municípios paulistas aderiram à campanha, o que abrange 75% da população do estado. O grande benefício da campanha foi a preparação da comunidade para a redução da oferta de sacolas plásticas, seja por política interna das redes supermercadistas seja por ditame da legislação.

O Ministério do Meio Ambiente, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, iniciou uma campanha nacional para conscientizar a população brasileira sobre o valor do lixo, como separá-lo adequadamente para gerar renda e emprego, e de que maneira é possível utilizá-lo para preservar os recursos naturais.

Com a mensagem **Separe o Lixo e Acerte na Lata**, a primeira etapa da campanha trouxe peças publicitárias tendo como personagem principal o lixo e tudo o que ele ainda pode oferecer: desde adubo e energia - para o caso dos resíduos úmidos -, até madeira sintética e tecido - através da reciclagem de garrafas pets e embalagens longa vida.



As **cartilhas** da série “Caminhos para práticas do consumo responsável” fazem parte do projeto Consumo Sustentável nos Territórios Rurais, parceria do MDA com o Instituto Kaikós, que apresentam práticas de consumo que promovem a aliança entre produtores, comerciantes e consumidores, de forma responsável e justa. A iniciativa tem a intenção de, por um lado, facilitar o acesso de consumidores a produtos e serviços da agricultura familiar, agroecológica e da economia solidária a um preço justo, ao mesmo tempo em que busca construir um canal de escoamento para esses produtos, com remuneração mais justa e sob melhores condições de trabalho.



No sexto ano da **Hora do Planeta** (2014), movimento promovido pelo WWF-Brasil em março, o Instituto Akatu, organização não governamental que atua na área do consumo consciente, também aderiu, mobilizando as mais de 700 escolas de todas as regiões do país, inscritas no Edukatu – Rede de Aprendizagem para o Consumo Consciente, a participarem da ação. Principalmente dedicada ao combate ao aquecimento global e às mudanças climáticas, a ação também inspira pessoas a mudarem seus hábitos de consumo cotidianos, com vistas a, entre outras coisas, reduzir os impactos negativos sobre os recursos naturais. A ONG participa ainda dos esforços pelo consumo consciente com **campanhas** de comunicação e conscientização.



Outro interessante instrumento de mídia relativo ao consumo sustentável foi lançado, em outubro de 2014, pelo Instituto Akatu, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente: a nova plataforma de **Teste do Consumo Consciente**<sup>6</sup>, criada para avaliar o perfil de consciência de consumo das pessoas. Após fazer o teste, de 55 questões de múltipla escolha, o sistema aponta em qual categoria de consumo consciente a pessoa se encontra: indiferente, iniciante, engajada ou consciente. O teste foi adaptado ao universo virtual, possibilitando o cadastro e o compartilhamento dos resultados nas redes sociais. Outro ponto de destaque é a maior interação do usuário com os resultados oferecidos.



### Dia e Mês do Consumo Consciente

Em 15 de outubro de 2008, a *Consumers International*, organização mundial das associações de defesa dos direitos do consumidor, fez uma campanha sobre Consumo Sustentável chamada *Consumer's Action Day* (Dia de Ação do Consumidor). Entidades, como as brasileiras Proteste e IDEC, mobilizaram suas redes, prepararam material informativo e enviaram manifestações ao governo reforçando a importância do tema para o nosso futuro.

Antes mesmo da vigência do Plano de Produção e Consumo Sustentáveis, o Ministério do Meio Ambiente, envolvido com a temática, lançou o **Dia do Consumidor Consciente** em 15 de outubro de 2009, para divulgar um movimento que vem tomando conta do planeta no contexto de suas campanhas de mídia para sensibilização e conscientização da sociedade.

Em 2010, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) perguntou aos consumidores: “Onde está a sua ecobag?” O objetivo foi estimular o consumidor a levar a sua sacola retornável para passear e evitar as sacolas plásticas

<sup>6</sup> <http://tcc.akatu.org.br/>

que tanto prejudicam o meio ambiente, entupindo bueiros, causando enchentes, poluindo mares e matando tartarugas. A campanha informava que, para ser consumidor consciente, não basta ter sua linda sacola retornável de enfeite em casa, é preciso usá-la!

Grandes empresas também apoiaram o desafio e a campanha. A Unilever, por exemplo, doou mil sacolas retornáveis, que foram distribuídas pelo Homem-Ecobag no dia 15 de outubro, no estande do MMA, que foi montado na 29ª Feira do Livro de Brasília, no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade. Quem passeou pela Feira, ganhou fitinhas do estilo Senhor do Bonfim, doadas pelo Carrefour, com mensagens personalizadas para lembrar o brasileiro a levar sua ecobag quando fosse às compras. Ao todo, foram distribuídas duas mil fitinhas na Feira do Livro. A ideia era, ao amarrar sua fitinha e fazer os três pedidos de Consumidor Consciente, se deveria mentalizar um mundo livre de sacolas plásticas, praias e ruas sem lixo e um futuro mais limpo para todos. Outras duas mil fitinhas doadas pela rede de supermercados foram distribuídas pela Secretaria do Ambiente do Rio de Janeiro às pessoas que passaram pela Cinelândia ou pela Praça XV, no centro do Rio.

Em 2011, o MMA inaugurou o **Mês do Consumo Sustentável**, com atividades de mobilização e conscientização de consumidores e de diferentes setores da sociedade. Foram lançadas nesse período três novas campanhas, como a de coleta de eletroeletrônicos, que foram promovidas em estações de metrô de Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Entre os dias 12 e 26 de outubro, foram disponibilizados postos de coleta em locais escolhidos pela intensa movimentação de passageiros. Os consumidores foram estimulados a levar equipamentos antigos ou fora de uso, como TVs, eletrodomésticos, monitores, cabos de computadores, telefones, celulares, CDs, DVDs, fitas VHS e afins.

Nessa campanha, o MMA contou com as parcerias de Phillips, Carrefour e duas empresas de coleta e reciclagem, a Descarte Certo e a Oxil, que fizeram a coleta, triagem e destinação adequada para recicladores. Essa foi uma maneira de preparar o consumidor para o processo de logística reversa, prevista na Política Nacional de Resíduos Sólidos. A estratégia foi a sensibilização do consumidor a não descartar os eletroeletrônicos no lixo comum, pois tal prática tem alto impacto ambiental, uma vez que os produtos possuem componentes químicos e tóxicos. Além disso, o descarte inadequado gera desperdício de materiais que podem ser reaproveitados, como plástico, vidro e metais.

O Instituto Akatu apoiou a comemoração com uma proposta divertida: a realização de piqueniques em parques e praças de todo o Brasil, dando como dicas para um **piquenique consciente**: i) prefira copos e pratinhos não descartáveis, ii) leve guardanapos de pano, iii) coloque os docinhos e o suco em embalagens reutilizáveis, iv) vá ao local escolhido de transporte público, v) leve um saquinho para o descarte do lixo orgânico e vi) se houver algum resíduo para reciclagem, guarde para quando encontrar uma lixeira própria para isso.



Em 2012, buscou-se ressaltar a importância da redução do desperdício da água. No site do MMA, foram disponibilizadas **Dicas para um consumo consciente da água**, elaboradas pelo Instituto Akatu: i) Elimine os vazamentos – um buraco de 2 mm num cano de água desperdiça até 3.2 mil litros por dia, 96 mil por mês - o que representa a água potável para quatro pessoas por 33 anos; ii) Não deixe torneiras pingando: uma gota por segundo desperdiça em média 46 litros de água. Em um ano, são 16,5 mil litros; iii) Economize água no banho: diminua o tempo ou feche a torneira enquanto estiver ensaboando. Em 10 minutos, são gastos em média 160 litros de água; iv) Escove os dentes com a torneira fechada. A cada dois minutos, são gastos 13 litros de água; v) Vasos sanitários com caixa d'água acoplada e descarga diferenciada gastam menos água; vi) Instale torneiras com sensores automáticos (em prédios comerciais); vii) Use vassoura



para limpar a calçada e o quintal de casa; e viii) Use bacias ou a própria pia tampada para lavar a louça. Ao lavar a louça durante 15 minutos com a torneira aberta, gastam-se 240 litros de água.

Em 2013, o MMA comemorou a data dando dicas sobre o consumo consciente, estimulando a reflexão na compra e no descarte tendo em vista que cidadãos informados fazem opções mais sustentáveis. Também com essa preocupação, o MMA elaborou o curso em EAD sobre Estilo de Vida Sustentáveis e Criança e Consumo.

### **Consumismo Infantil**

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), crianças de 0 a 14 anos representam mais de 45 milhões de brasileiros. Ou seja, quase um quarto da população. Essa parcela expressiva da população vem cada vez mais sendo encarada como consumidora e alvo de ações de estímulo ao consumo. Exemplo disso é que o país é o segundo maior consumidor de produtos infantis destinados a pessoas de 0 a 10 anos, de acordo com o instituto de pesquisa Euromonitor.

No entanto, as crianças e adolescentes devem ser vistos não apenas como vítimas de um sistema que impulsiona o consumismo, mas são também atores importantes para a viabilização das transformações necessárias. Partindo do princípio de que o público infanto-juvenil também tem potencial transformador e que ele pode desenvolver um pensamento crítico, o Estado, os pais e a sociedade civil podem juntos olhar por ele.

Por meio da educação, do acesso à informação, da instigação do debate em casa – principalmente do exemplo dos pais –, as crianças podem começar a aprender desde cedo a ter comportamentos sustentáveis e a não cair nas armadilhas do consumismo.

Alguns dos principais problemas hoje enfrentados em relação ao consumo infantil são:

- ✓ Crianças são alvo de publicidade exagerada, que estimula o consumismo: as brasileiras estão entre as que mais assistem televisão no mundo. A média de mais de 5 horas por dia contribui para o consumismo, o sedentarismo e o consumo de energia;
- ✓ Acesso exagerado às novas tecnologias: o consumidor infantil está ao alcance das influências do mundo virtual. Por meio de smartphones, notebooks e outras mídias, a criança está exposta e vivenciando uma realidade muito mais próxima a de um adulto;
- ✓ Alimentação inadequada e excessiva: a obesidade infantil já atinge 15% da população infantil brasileira. Conforme dados do IBGE, o sobrepeso entre crianças dobrou nos últimos 34 anos e está intimamente relacionado ao aumento do consumo de alimentos industrializados, amplamente divulgados pelo mercado produtor e distribuidor; e
- ✓ Falsa referência de felicidade: as crianças estão crescendo com a mesma ideia que os adultos geralmente possuem sobre satisfação pessoal. O “eu quero, eu tenho”, “eu posso comprar” são considerados sinônimos de contentamento.

Para enfrentar essa realidade, o Ministério do Meio Ambiente elaborou estratégias e ações em direção ao combate dos problemas. Em parceria com o Instituto Alana, foi lançado o Caderno de Consumo: Consumismo Infantil: na contramão da sustentabilidade.

A cartilha, lançada em 2012, dá dicas e aborda a problemática de forma clara e ilustrativa para pais, mestres e educadores, tendo sido distribuídos 80mil exemplares em todo o Brasil.

Algumas dicas utilizadas na publicação são:

- ✓ Estimule questionamentos: Eu quero ou eu preciso?
- ✓ Organize ou participe de grupo de trocas solidárias. As famílias da vizinhança podem fazer regularmente um dia de trocas de brinquedos e roupas;
- ✓ Organize doação de tudo que não é mais usado ou que não seja trocado;
- ✓ Diminua o tempo de contato com a TV e estimule as brincadeiras de rua ou nos parques. O jogo de tabuleiro é uma outra tradição perdida. Que tal retomá-la?
- ✓ Quer experimentar uma receita nova? Crianças na cozinha podem ajudar, lavando frutas e verduras, as folhas de alface. O contato com esses alimentos pode estimular o apetite para comidas saudáveis;
- ✓ Prepare a lancheira da criança com frutas, sucos naturais e sanduíches feitos em casa; e
- ✓ Assista e mostre para as crianças vídeos documentários sobre consumo sustentável.



### **Dia das Crianças Diferenciado – A Campanha Feira de Trocas**

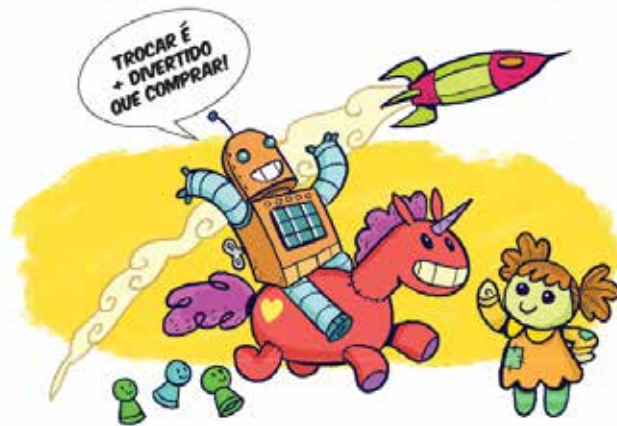
O Ministério do Meio Ambiente e as Secretarias da Criança e de Educação do GDF participaram de um movimento por um Dia das Crianças diferente. Realizaram a Feira de Trocas, para estimular a troca ao invés da compra. A Feira aconteceu no Parque da Cidade de Brasília, no Dia das crianças de 2013, e seu objetivo principal foi estimular práticas de consumo colaborativo entre as crianças. Essa campanha foi lançada originariamente pelo Instituto Alana em 2012 e mais de 50 feiras em todas as regiões do Brasil foram realizadas. Em 2013, em parceria com o Instituto Alana, o MMA repetiu o convite.

Além de promover uma atividade divertida, as feiras de troca possibilitam entrosamento e socialização entre os pequenos. Muito mais do que trocar brinquedos que já não interessam como antes, a experiência é enriquecedora por dar novos significados a objetos antigos e afirmar que as relações não precisam ser pautadas na compra.

Nesse sentido, essa atividade é uma oportunidade de sensibilizar as crianças para o prazer da troca: o que já não usa mais e está guardado no fundo da gaveta pela novidade que o outro traz. É um momento no qual o dinheiro não tem nenhuma importância. As trocas acontecem por meio do escambo e o diálogo é o principal canal, promovendo nas crianças o exercício da argumentação e a negociação. Essa é uma prática que permite trabalhar várias questões, como solidariedade, consumismo, reaproveitamento e viver de forma sustentável.

# ★ FEIRA DE ★ TROCA DE BRINQUEDOS

Que tal comemorar o Dia das Crianças de um jeito diferente?  
Ao invés de presentear nossos pequenos com brinquedos novos,  
convidamos as famílias a participar de uma feira de troca!  
É fácil: a criança leva aquele brinquedo que já não tem tanta graça para ela,  
mas que pode ser uma novidade e tanto para outra criança.



Esse evento faz parte de um grande movimento pelo Brasil a fora, que busca promover o consumo colaborativo entre crianças.  
Saiba mais em <http://feiradetrocas.alana.org.br>

## Criança e Consumo - EAD

Em 2013, visando a ampliar o acesso de diversos públicos interessados nos processos de formação e capacitação desenvolvidos pelo MMA, foram lançados 8 cursos por meio da plataforma Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Dentre eles, o curso sobre criança e consumo, que aborda a ideia de qualificar e reduzir o consumo infantil. O curso teve a duração de 20 horas e atingiu um público de 5.089 usuários inscritos.

O objetivo do curso foi trabalhar o conhecimento dos pais para que transmitam valores mais sustentáveis para suas crianças, desestimulando o consumir por consumir e incentivando a prática de brincadeiras, hábitos e atitudes mais saudáveis e sustentáveis. Os objetivos específicos tratados foram: i) solidificar os valores da sustentabilidade; ii) sensibilizar os consumidores; iii) alertar para os impactos do consumismo; e iv) estimular o consumo sustentável.

Separado em 7 capítulos e com uma abordagem lúdica, a partir de figuras e conteúdo audiovisual, foram oferecidas à sociedade ferramentas para o envolvimento na proposta de mudanças de paradigmas e comportamentos culturais. A estratégia utilizada pelo MMA e suas entidades vinculadas, na atualidade, é procurar articular e potencializar a capacidade institucional de formação e capacitação, ampliando a base social da política ambiental no País.

*"Cada dia, procuro formas de trabalhar o conteúdo meio ambiente sustentável com meus alunos, e através do curso percebi que sempre temos o que aprender e ensinar. O curso abriu novos horizontes para trabalhar esse tema importantíssimo em minha sala de aula e para minha vida. Obrigada pela oportunidade e espero realizar outros cursos nesse tema."*

Algumas iniciativas foram também promovidas com vistas a fortalecer a base legal que visa a limitar a publicidade infantil. Desde 2001, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 5.921/01, que dispõe sobre esse tema. O debate é, no entanto, polêmico. Publicitários e empresários do setor são contra o PL e defendem que o Conselho Nacional de Publicidade (Conar) seja autogerenciado. Já a sociedade civil organizada defende que o Estado tem a obrigação de ter um marco regulatório.

O Conar possui de fato algumas regulamentações que visam a uma publicidade menos ofensiva ao público infantil. Contudo, é uma entidade privada e não possui a força de lei necessária para que essas regras sejam cumpridas. Em 2012, um pequeno passo foi dado pelo Conar, que pode sinalizar avanço. O conselho proibiu o *merchandising* em programas infantis, mas resta saber se será seguido ou não.

Enquanto isso, outros PLs relacionados tramitam no congresso brasileiro, entre eles:

- PL 4815/09: proíbe a venda conjunta de lanches e brinquedos ou brindes
- PL 1637/07: institui regras para a publicidade de alimentos com elevados teores de açúcar, sal e gordura, além de bebidas com baixos valores nutricionais, como refrigerantes

Além disso, a Secretaria Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça, vem monitorando os impactos da publicidade infantil. A pasta encomendou um estudo técnico para acompanhar as normas internacionais sobre o tema, a fim de trazer exemplos bem sucedidos para o debate.

A Constituição Federal de 1988 dedica seu artigo 227 para a criança e o adolescente: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Outro avanço importante foi a instituição, em 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que, apesar de não citar claramente a questão da publicidade, reforça o caráter prioritário que têm as crianças e os adolescentes, e sua condição peculiar como pessoas em desenvolvimento, que devem ser respeitadas.

Já o Código de Defesa do Consumidor (CDC), também de 1990, coloca claramente que é inadmissível a publicidade que se aproveite da deficiência de julgamento da criança, assim como a que é capaz de induzi-la a se comportar de forma prejudicial à sua saúde. O Código de Defesa do Consumidor, CDC, determina no artigo 37, parágrafo 2º, *que é abusiva a “publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeita valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança”.*

A Resolução nº 163 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda, publicada em 4 de abril de 2014, reitera a abusividade da publicidade dirigida à criança já expressa no Código de Defesa do Consumidor e aborda a questão da comunicação mercadológica também no espaço escolar.

## Estudos e Pesquisas

**Estudos** foram realizados para subsidiar e qualificar informações e assim fortalecer a implementação das áreas prioritárias do Plano de Produção e Consumo Sustentáveis. Entre esses, podem ser mencionados:

### Consumo Sustentável – Caderno de Investigação Científicas vol.3 – Ministério da Justiça

O Ministério da Justiça, no âmbito da Secretaria Nacional do Consumidor, por meio da Escola Nacional de Defesa do Consumidor, publicou o terceiro volume da coleção Caderno de Investigações Científicas, que trata do tema Consumo Sustentável. A publicação é resultado do estudo de diversos especialistas que discutiram o impacto do consumo na sociedade contemporânea, além da importância da sustentabilidade nas políticas públicas de defesa do consumidor.



O Caderno de Investigações Científicas reflete o novo momento da Política Nacional das Relações de Consumo, no qual a proteção do consumidor transforma-se em política de Estado e dialoga com diversos órgãos e políticas públicas voltadas ao desenvolvimento e à proteção ao meio ambiente.

Segundo Relatório de Desenvolvimento Humano de 1998, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), as despesas de consumo privado e público dobraram de 1975 a 1998, atingindo 24 trilhões de dólares. O número também representa seis vezes mais do que o ano de 1950. O estudo mostra que o modelo de desenvolvimento do século XXI continua a apontar na mesma direção.

Isso é resultado do aumento populacional, do marketing voltado para

a sociedade do consumo e da falta de políticas que eduquem o consumidor, mostrando o quanto as decisões individuais de compra têm reflexo no cenário global.

O Caderno Científico aborda quatro eixos centrais, sendo eles “Do mundo do consumo ao consumo sustentável”; “Eixos do desenvolvimento inclusivo e sustentável”; “A proteção do consumidor e o consumo sustentável” e a “A política nacional de resíduos sólidos na perspectiva da tutela do consumidor”.

As **pesquisas** constituíram algumas das principais ferramentas do PPCS, focadas na área de meio ambiente, desenvolvimento sustentável e consumo, com o objetivo de fornecer dados relevantes para o melhor conhecimento da realidade do brasileiro no que se refere a conhecimento e comportamento.

### Sustentabilidade Aqui e Agora

A pesquisa “Sustentabilidade Aqui e Agora” foi encomendada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Walmart Brasil, e foi executada pela Synovate, tendo ouvido 1.100 pessoas em 11 capitais: Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), Goiânia (GO), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e São Paulo (SP).

A pesquisa mostra que a população brasileira tem, cada vez mais, a percepção de que cuidar do meio ambiente é mandatório e que não há mais saída para o futuro do planeta a não ser atitudes que preservem seus recursos naturais: 59% dos entrevistados entendem que o meio ambiente deve ter prioridade sobre o crescimento econômico. No entanto, partir para ação propriamente dita ainda não está no consciente das pessoas, principalmente se essas ações envolverem custos.

A pesquisa teve como objetivo saber se as ações de sensibilização - como a campanha “Saco é um Saco” para redução de sacolas plásticas, por exemplo - realmente chegam aos cidadãos comuns. O estudo revelou que a maioria da população (60%) é simpática à ideia da proibição das sacolinhas, mas 21% não saberiam como descartar seu lixo doméstico num suposto mundo sem sacolas.

Como fruto das conclusões, é importante mencionar os principais aspectos da pesquisa. Os entrevistados entendem “meio ambiente” como um conceito bastante amplo e relacionado a questões mais ligadas ao seu cotidiano, como coleta de lixo, reciclagem ou saneamento básico. 40% dos entrevistados acham que “limpeza pública” é o principal problema ambiental nas suas cidades ou bairros. O segundo lugar - “áreas verdes” - teve 9% das respostas. 61% acham que a responsabilidade é dos órgãos públicos (prefeitura e governo) e 18% responderam que o meio ambiente é responsabilidade do indivíduo. 82% dos pesquisados, por sua vez, se dispõem a participar de abaixo-assinados para resolver questões ambientais, mas não atuando diretamente na solução dos problemas.

A pesquisa também fez uma relação direta com o tema resíduos e faz alguns alertas: mais de 70% dos entrevistados jogam pilhas e baterias no lixo comum; 66% descartam remédios no lixo doméstico; 33% jogam tintas e solventes no lixo doméstico; 39% descartam óleo usado na pia da cozinha e 17% possuem lixo eletrônico em casa. Foi também lembrado o papel que os supermercados podem desempenhar na conscientização do consumidor, com postos de coleta de material reciclável, informações sobre sustentabilidade nos produtos para facilitar a escolha e a oferta de mais itens saudáveis.

Outro dado interessante é que os brasileiros apostam na próxima geração para solidificar uma sociedade mais atuante em prol do meio ambiente. 63% dizem que a escola é o local mais apropriado para a construção de uma consciência ambiental, seguido de comunidades (58%) e igrejas (43%). O dado mostra que, atribuindo às crianças e às escolas a responsabilidade de ser o lugar onde a nova sociedade será formada, o brasileiro demonstra uma possível omissão ou falta de capacidade ou vontade de realizar as mudanças necessárias.

Perguntados sobre o que poderia trazer mais felicidade, entre dinheiro, tempo ou profissão, a amostra se dividiu em dois grupos distintos, que surpreende pela porcentagem similar. 56% preferem apostar em ter mais dinheiro e aprimorar a profissão, e 44% preferem mais tempo com a família e defendem valores como “fé na humanidade”.

Como conclusão geral, o estudo mostrou que a população revela uma preocupação expressiva em relação a temas como meio ambiente, saúde e qualidade de vida. Contudo, há pouca disposição para mudanças que dão trabalho ou envolvem custos. Ou seja, ainda há uma razoável distância entre a intenção e o gesto, embora haja um terreno fértil para programas de educação ambiental e para campanhas que permitam que o meio ambiente vire um assunto do dia a dia.

### **O Que o Brasileiro Pensa do Meio Ambiente e do Consumo Sustentável**

A pesquisa “O Que o Brasileiro Pensa do Meio Ambiente e do Consumo Sustentável”, edição 2012, revelou que os brasileiros estão mais conscientes sobre a importância do meio ambiente.

O levantamento foi realizado com a cooperação técnica do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), que entrevistou 2,2 mil pessoas de áreas urbanas e rurais de todas regiões do país. Segundo o documento, o meio ambiente está em sexto lugar na lista de preocupações dos brasileiros, ficando atrás de saúde e hospitais, com 81%; violência e criminalidade, com 65%; desemprego, com 34%; educação, com 32% e políticos, com 23%. Há seis anos, o meio ambiente aparecia na 12ª colocação, à frente apenas de reforma agrária e dívida externa. Em 1992, ano da primeira pesquisa, o tema sequer foi citado.

A pesquisa revelou que, ao longo de duas décadas, os mais jovens e os mais velhos são os que menos conhecem a realidade ambiental, mas a consciência aumentou. Há 20 anos, quase 40% dos entrevistados entre 16 e 24 anos não opinaram sobre problemas ambientais, assim como mais de 60% dos brasileiros com 51 anos ou mais. Em 2012, as proporções caíram para 6% entre os jovens e 16,5% entre os mais velhos.

O principal problema ambiental citado pelos brasileiros tem sido, desde a primeira pesquisa, o desmatamento de florestas, que em 2012 ano registrou 67%. Outros principais problemas são a poluição de rios e lagoas (47%), a poluição do ar (36%), o aumento do volume do lixo (28%), o desperdício de água (10%), a camada de ozônio (9%) e mudanças do clima (6%).

Também foram citados na pesquisa problemas como a extinção de animais e plantas; a falta de saneamento; a poluição por fertilizantes; o consumo exagerado de sacolas plásticas; e a falta de conscientização ambiental da população.

A questão relacionada ao lixo, por exemplo, foi um dos problemas que mais ganhou posições no ranking dos desafios ambientais montado pelos brasileiros. O destino, seleção, coleta e outros processos relativos aos resíduos, que preocupavam 4% das pessoas entrevistadas em 1992, em 2012 foram alvos da atenção de 28% das pessoas.

A pesquisa mostrou, no entanto, que as belezas naturais são o principal motivo de orgulho para os brasileiros. Aproximadamente 28% das pessoas dizem que o meio ambiente brasileiro é motivo de orgulho, à frente do desenvolvimento econômico, com 22%; das características da população, com 20%; do pacifismo, com 13%; da cultura, com 6% e da qualidade de vida, com 1%.

Outras Pesquisas que merecem destaque na área, pois são orientadoras na implementação das prioridades do PPCS e na formulação de políticas de sustentabilidade:

### **Pesquisa AKATU 2012: Rumo à Sociedade do Bem-Estar**

O Instituto Akatu lançou, em 2012, a pesquisa Rumo à Sociedade do Bem-Estar – Assimilação e Perspectivas do Consumo Consciente no Brasil & Percepção da Responsabilidade Social Empresarial pelo Consumidor Brasileiro, e lançou um olhar sobre o momento de transição do modelo civilizatório e de consumo que vivemos.

A edição do levantamento inovou ao trazer também dados sobre a relação subjetiva entre consumo e felicidade. Entre outros, os resultados apontaram que os brasileiros associam sua felicidade muito mais ao bem-estar físico e emocional, e à convivência social do que aos aspectos financeiros e à posse de bens.

### **Conferência Nacional de Meio Ambiente**

A 4ª Conferência Nacional de Meio Ambiente, realizada em 2013, foi a maior conferência ambiental já organizada e teve papel fundamental na ampliação da discussão e conscientização sobre produção e consumo sustentáveis ao escolher como tema Resíduos Sólidos e a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, com foco em quatro eixos temáticos: Produção e Consumo Sustentáveis; Redução dos impactos ambientais; Geração de emprego e renda; e Educação Ambiental.

A 4ª Conferência Nacional de Meio Ambiente mobilizou mais de 200 mil pessoas em todo o país, o que representa 65,61% dos municípios brasileiros, distribuídos em todos os 26 estados e no Distrito Federal, e 1.352 delegados apenas na etapa nacional. Foram realizadas 643 conferências municipais e 179 regionais nas etapas preparatórias da Conferência, seguidas das conferências estaduais e distrital, nas quais foram eleitos os 1.352 delegado(a)s para a etapa nacional.

A 4ª CNMA teve como tema “Resíduos Sólidos” e marcou o início de uma forte articulação institucional, envolvendo União, estados, municípios, setor produtivo e sociedade civil, na busca de soluções e estratégias que contribuam com a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, aprovada em 2010, depois de 21 anos de tramitação no Congresso Nacional.

O processo de conferência trouxe três novidades: as Conferências Livres, a Conferência Virtual e os painéis temáticos. Foram 224 Conferências Livres, que reuniram 25 mil pessoas, em 26 estados. A Conferência Virtual contou com a participação de 3.000 pessoas. A inovação dos painéis temáticos favoreceu a dinâmica da Conferência e ajudou a organizar as discussões em torno dos temas mais relevantes para a Política Nacional de Resíduos Sólidos – tais como logística reversa; erradicação de lixões; e o papel dos catadores na gestão de resíduos sólidos – para chegar ao total de 60 deliberações, 15 por eixo temático.

Outra importante inovação da 4ª Conferência foi a instituição, em 2014, do Comitê de Acompanhamento das Deliberações da 4ª CNMA, composto por representantes do poder público, da sociedade civil organizada e do setor empresarial, para dar continuidade ao processo participativo concretizado nas Conferências, além de acompanhar e contribuir para a implementação das deliberações aprovadas.

## COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

Em todo o mundo, as estruturas administrativas governamentais são responsáveis por uma grande parcela da movimentação na economia de seus países. O governo, normalmente, é o principal consumidor da economia nacional. Os governos europeus gastam, a cada ano, aproximadamente 16% do PIB em bens e serviços, e os gastos públicos dos países latino-americanos giram em torno de 24%. No Brasil, a participação do consumo das administrações públicas no PIB foi de 21,5 %, em 2012, segundo o IBGE. Tratando apenas das compras do governo federal de produtos padronizados, em 2013, segundo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, essas movimentaram R\$ 68,4 bilhões na aquisição de bens e serviços.



Fonte: IBGE/FGV 2014

Dada a escala dessas operações, o poder de compra governamental tem sido utilizado crescentemente como instrumento de política pública junto ao setor produtivo, em especial para mudar o padrão de produção, combinando inovação e sustentabilidade. A intenção é que o setor produtivo passe a incorporar considerações ambientais e sociais, nos seus processos produtivos e de suprimentos, induzidos por exigências de critérios de sustentabilidade, inseridos nos editais de compras públicas.

Em nível global, desde 2002, vem se dando bastante atenção ao tema. Na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Johannesburgo, África do Sul, foi elaborado um plano de implementação que incita autoridades a levar em consideração o desenvolvimento sustentável em suas tomadas de decisão. Nesse sentido, o texto explicita a importância das licitações "... englobando ações para promover políticas de licitação pública que incentivem o desenvolvimento e a difusão de bens e serviços ambientais saudáveis".

No Brasil, a prática já vem sendo adotada há pelo menos sete anos, em iniciativas estaduais e no Governo Federal, a partir de 2010. Além do Governo Federal duas outras unidades da Federação merecem destaque, os estados de São Paulo (Decreto Estadual nº. 50.170/2005) e de Minas Gerais (Decreto Estadual nº 44.903/2008 e Decreto nº. 46.105/2012), usam de forma sistemática o poder de compra do Estado como instrumento de política pública voltado para a ampliação de práticas de sustentabilidade do setor produtivo brasileiro.

A prioridade deste tema no PPCS espelha uma determinação do Governo Federal tomada em 2010 com a criação do Programa de Contratações Sustentáveis do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), e a inclusão, na legislação federal de licitações, Lei 8.666/93 de critérios de sustentabilidade ambiental para compras e contratações realizadas pela Administração Pública Federal.



A constituição de uma base jurídica específica foi determinante para a expansão das contratações sustentáveis, como se depreende do primeiro bloco de exposição desse tema. O Governo Federal aprendeu, todavia, que não é suficiente definir normas de conduta responsável para o setor público e, por indução, para o setor privado. A experiência mostra que o governo deve assumir uma posição de liderança e, ao mesmo tempo, dar exemplo de gestão socioambiental mais eficiente, capaz de induzir grandes transformações em prol da sustentabilidade no setor produtivo. Razão pela qual o esforço de capacitação e o desempenho do Programa A3P tem sido uma alavanca indispensável da política de compras públicas sustentáveis, descrito no segundo bloco e num dos capítulos deste Relatório. Por último importa relatar os resultados da estratégia de atuação adotada ao lado de iniciativas para introduzir diretrizes de sustentabilidade nas políticas setoriais. Isto está registrado no terceiro e quarto bloco.

É fato que os avanços na política de compras públicas sustentáveis estiveram sempre dependentes da criação de legislação pertinente. São necessárias medidas voltadas a ampliar o conforto jurídico do gestor público, responsável pelas contratações, ao tomar a iniciativa de fazê-las com exigências de sustentabilidade. Embora a base jurídica de maior relevância fosse favorável a esse exercício, a começar por dispositivos presentes na Constituição Federal<sup>7</sup>, a política de compras públicas sustentáveis teve que dedicar-se, nos últimos anos, a construir um arcabouço legal, no nível federal e nos Estados que possuem essa política, e uma jurisprudência, por meio dos Acórdãos dos Tribunais de Conta.

A Constituição Federal de 1988 estabelece, como princípio da ordem econômica e financeira, a busca pela defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e de serviços, e de seus processos de elaboração e prestação – inc. VI, do art. 170. A possibilidade, contudo, da inclusão de critérios de sustentabilidade nas licitações públicas só se tornou viável com a Lei nº 12.349, de 2010, que deu nova redação ao art. 3º da Lei nº 8.666/1993, definindo como Licitação Sustentável aquela que se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável. A mudança levou o Governo Federal a dar o primeiro passo da sua política de compras públicas sustentáveis ao editar a Instrução Normativa 01/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG.

Antes disso a Lei nº 12.187/2009, da Política sobre Mudança do Clima – PNMC, já previa critérios de preferência nas licitações públicas para propostas que propiciam maior economia de água e luz, e outros recursos naturais. Outra Lei, a de nº 12.305/2010, referente à Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, também já estabelecia a prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para produtos reciclados e recicláveis, e para bens, serviços e obras que consideram critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

Todavia foi a regulamentação do art. 3º da Lei nº 8.666/1993, pelo Decreto nº 7.746/2012, que as dúvidas no tocante ao princípio da isonomia foram sanadas. Tais alterações impuseram uma nova forma de ver as contratações públicas, tanto para o executor, quanto para aquele que tem o dever de controlá-las. O Decreto estabelece diretrizes e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública Federal. O instrumento instituiu também a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP.

Em decorrência desse novo ordenamento jurídico, cunhou-se, na doutrina, o conceito de licitação sustentável. Essa nova modalidade de certame prevê que a decisão de realizar uma contratação não pode mais limitar-se ao princípio da economicidade e isonomia concorrencial, na forma tradicional vigente, e passa a considerar o conceito de “proposta mais vantajosa” para a Administração Pública, a partir do qual os bens e serviços sustentáveis, embora a um custo maior, em alguns casos, têm sua contratação assegurada porque prestam um benefício público maior.

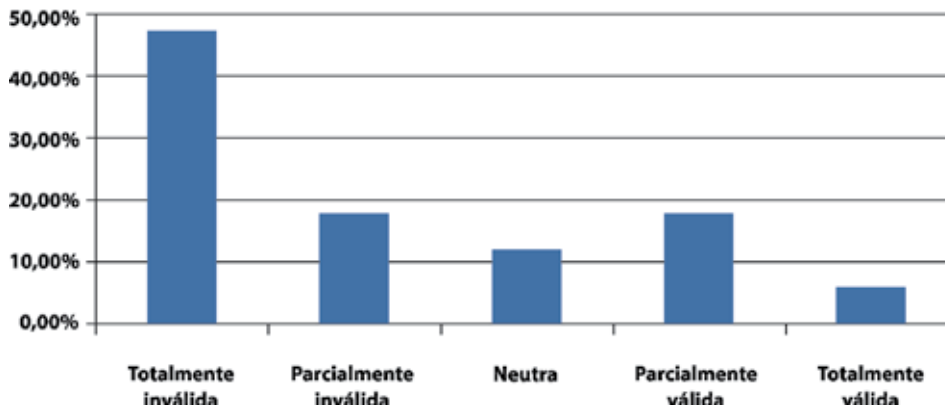
<sup>7</sup> A Constituição Federal de 1988 estabelece, como princípio da ordem econômica e financeira, a busca pela defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e de serviços, e de seus processos de elaboração e prestação – inc. VI, do art. 170.

<b>Base Legal das Compras Sustentáveis</b>	
Art. 225 da CF/88	Direito ao meio ambiente equilibrado - Direito fundamental
Art. 225 da CF/88	Obrigação do Poder Público de assegurar o direito
Art. 170 da CF – inciso VI	Elege a “defesa do meio ambiente” como um dos princípios da ordem econômica nacional.
Lei n� 12.187/2009	Política Nacional de Mudanç�s Climáticas
Lei n� 8.666/1993 – Art. 3�, <i>caput</i> , e 12, inc. VII	Lei Geral de Licitações e Contratos
LC n� 123/2006	Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte
Lei n� 11.947/2009 e Resolução FNDE n� 38/2009	Programa Nacional de Alimentação Escolar
Lei n� 12.305/2010	Política Nacional de Resíduos Sólidos – prioridade por produtos reciclados e recicláveis nas aquisições e contratações
Lei n� 12.349/2010	Altera a Lei n� 8.666/1993 – Lei Geral de Licitações e Contratos.
IN n� 01/2010-SLTI/MPOG	Estabelece os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviç�os e obras
Portaria n� 02/2010 – SLTI /MPOG	Especificações do padrão de bens de TI
Decreto 7.746, de 05/06/2012	Regulamenta o art. 3� da Lei 8.666/93; estabelece critérios, prática e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável; e instaura a CISAP
IN n� 10/2012-SLTI/MPOG	Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável nos órgãos públicos
IN n� 02/2014- SLTI/MPOG	Dispõe sobre regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia e do uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) nas edificações públicas federais
IN n� 04/2014 – SLTI/MPOG	Dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de TI na administração pública federal.

Uma série de normativos e orientações está sendo implementada para incentivar o uso de poder de compra do Estado no sentido de promover a inovação tecnológica e criação de uma consciência sobre o consumo responsável. O Regime Diferenciado de Contratações (RDC), por exemplo, foi criado inicialmente para desburocratizar as contratações e obras das olimpíadas e da copa e, posteriormente, estendido às obras de educação, saúde e do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). A norma que implementou o RDC, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, tem como prerrogativas o desenvolvimento regional e a sustentabilidade.

Mesmo com a alteração na Lei de Licitação e Contratos, em 2010, a preocupação com produtos menos agressivos ao meio ambiente era incipiente para a maioria dos órgãos da Administração Federal. Permaneceram por um bom tempo dúvidas quanto à legalidade da inserção de critérios sustentáveis como forma de selecionar a proposta mais vantajosa em razão de uma possível afronta ao princípio da isonomia que rege o processo licitatório, como demonstra a pesquisa feita Tribunal de Contas da União – TCU junto aos gestores envolvidos no processo de contratação sobre a Inclusão de Critérios de Sustentabilidade nas Licitações, no Relatório de Gestão Consolidada, demonstrada a seguir.

### Questão 1 - Inclusão de Critérios de Sustentabilidade nas Licitações



Fonte: Relatórios de Gestão Consolidados referentes ao exercício de 2010 /TCU

Depreende-se da figura acima que, naquele momento, grande parte das instituições entrevistadas admitiu não realizar licitações sustentáveis, indo de encontro ao disposto na IN nº 01/2010/SLTI/MP.

A **Lei nº 12.349, de 2010**, deu nova redação ao art. 3º da Lei nº 8.666/1993, que definiu Licitação Sustentável como aquela que se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Com a regulamentação do art. 3º da Lei nº 8.666/1993, pelo **Decreto nº 7.746/2012**, que incluiu expressamente o termo “sustentável” na lei geral de licitações, as dúvidas no tocante ao princípio da isonomia foram sanadas. Tais alterações impuseram uma nova forma de ver as contratações públicas, tanto para o executor, quanto para aquele que tem o dever de controlá-las. Em decorrência dessa mudança, cunhou-se na doutrina o conceito de licitação sustentável.

Todavia, o ordenamento jurídico brasileiro já contemplava diversas normas legais que amparavam o uso da sustentabilidade na Administração Pública. A própria Carta Magna, em seu artigo 225, prescreve o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo um dever do Poder Público e da coletividade, defendê-lo e preservá-lo, além de erigir, no inciso VI, do art. 170, a defesa do meio ambiente, como um dos princípios que norteiam a atividade econômica no País.

Também a Lei nº 12.187/2009, da Política sobre Mudança do Clima – PNMC, já previa critérios de preferência nas licitações públicas para propostas que propiciam maior economia de água e luz, e outros recursos naturais. Outra Lei, a de nº 12.305/2010, referente à Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, também já estabelecia a prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para produtos reciclados e recicláveis, e para bens, serviços e obras que consideram critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

A implementação da política de compras públicas sustentáveis é realizada em duas frentes de trabalho, diferenciadas em função da natureza dos bens e serviços contratados. No primeiro eixo, têm-se as compras para o consumo próprio do Governo, cuja característica principal é a de serem bens e serviços padrão. Nesse caso, a possibilidade de contrastar itens sustentáveis daqueles, que tendo a mesma função, seriam convencionais permite centralizar a sua implementação, na área responsável pela logística do Governo. Esse movimento torna a tarefa de ampliar a escala de compras sustentáveis da administração pública mais célere, assim como de compreensão mais imediata por parte dos gestores da sua contribuição a esta política.

No segundo eixo encontram-se as contratações realizadas pelo Estado para a implementação das políticas setoriais e cuja orientação é prover a sociedade de bens e serviços públicos. A característica principal dessas contratações é serem bens e serviços não padrão e espelharem diretamente as diretrizes da política setorial. Nesse caso a política de compras sustentáveis é por definição descentralizada e exige a introdução de diretrizes de sustentabilidade no centro de cada política setorial conduzida por órgãos distintos da administração pública.

## COMPRAS PARA CONSUMO PRÓPRIO DO GOVERNO

O modelo adotado nesse tipo de compra tem sido o mesmo nas três unidades da Federação, ou seja predomina o uso de lista de bens e serviços sustentáveis, o uso de um conjunto de critérios de sustentabilidade para selecionar os bens e serviços sustentáveis que poderão compor as listas, uma base normativa que confere legalidade aos atos diferenciados de compra e a criação de uma governança intragovernamental para promover e ampliar o valor das contratações sustentáveis na administração pública.

Com a criação do Programa de Contratações Sustentáveis do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e a edição da Instrução Normativa nº 01/2010, da Secretaria de Logística do MPOG, criou-se o Catálogo de Bens Sustentáveis, no âmbito do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG. Este é o sistema onde são realizadas as operações das compras governamentais de bens e serviços padrão, dos órgãos integrantes do SISG (Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional). O Sistema inclui a divulgação e a realização das licitações, a emissão de notas de empenho, o registro dos contratos administrativos, a catalogação de materiais e serviços e o cadastro de fornecedores. No Brasil, assim como em outros países, o arranjo adotado foi o de criar listas de produtos padrão, considerados sustentáveis, tendo em conta um conjunto preestabelecido de critérios de sustentabilidade. O mesmo princípio é usado para a contratação de serviços definidos como sustentáveis, com a diferença neste caso de que o catálogo não possui uma relação de serviços sustentáveis padrão, mas um conjunto de editais padrão, por serviço, que descrevem procedimentos e o uso de produtos sustentáveis que deverão ser considerados pelos candidatos ao edital.

**O Catálogo de bens sustentáveis<sup>8</sup>**, inserido no SIASG, e o esforço para a sua ampliação no número de itens ofertados ao gestor de compras, tem-se constituído num dos principais instrumentos para a política de expansão do valor de compras sustentáveis em relação ao total gasto em contratações pela administração pública. Atualmente o Catálogo do Governo Federal conta com cerca de 810 itens, número que veio crescendo ao longo dos últimos anos. O Catálogo do Estado de São Paulo conta com cerca de 990 itens e o de Minas Gerais cerca de 510 itens. A

<sup>8</sup>O Catálogo de Materiais –CATMAT - apresenta uma lista de produtos com descrição e codificação de materiais. Desenvolvido e mantido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), é uma ferramenta de uso obrigatório para todos os órgãos da Administração Pública Federal que utilizam o SIASG e de uso facultativo a todo órgão público das três esferas de poder. Engloba alimentos, produtos de higiene, artigos de vestuários, produtos químicos, armamentos, máquinas agrícolas, medicamentos, materiais e equipamentos de uso hospitalar, e insumos e equipamentos de laboratório.

identificação de bens e serviços sustentáveis tem crescido sistematicamente e por conseguinte o valor total de contratações sustentáveis nas três unidades da federação. O Estado de São Paulo, a unidade mais antiga nesta prática, obteve um crescimento de 40 % no valor das compras sustentáveis em 2011/2012, quando comparado com o valor alcançado no período 2008/2009. O valor das contratações sustentáveis, no período 2011/2012, foi de 4,7% em relação ao valor total das aquisições, equivalente a R\$ 202,5 milhões. O Governo Federal registrou também um avanço significativo na evolução do valor das compras sustentáveis, embora em valor menor que o Estado de SP, devido a sua adesão ao sistema ter sido mais tarde, em 2010.

Mesmo necessitando ser ampliada, observa-se pelos dados apresentados nas tabelas abaixo que as compras sustentáveis contaram com uma considerável evolução. Partiram de R\$ 13,5 milhões, em 2010, chegando a R\$ 40,4 milhões nas aquisições dos órgãos do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, o que representou um crescimento de 200% em 2013. No primeiro ano da regulamentação do art. 3º da Lei nº 8.666/1999, pelo Decreto nº 7.746/2012, o acréscimo no valor da contratação sustentável foi de 200% em relação ao ano anterior, frente ao crescimento aproximado de 30% nos valores das compras públicas do mesmo período. Apesar desse crescimento, representou apenas 0,06% de um universo de R\$ 68,4 bilhões das compras governamentais ocorridas em 2013, levando-se em consideração todas as modalidades de contratação.

## MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

### Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI

#### Valor das compras sustentáveis – Órgãos SISG

Ano	Valor das Compras Sustentáveis <sup>1</sup>				
	Pregão Eletrônico	Pregão Presencial	Convite	Dispensa/Inexigibilidade de Licitação	Total
2010	11.705.665,26	53.157,88	943,45	965.076,07	12.724.842,65
2011	13.506.612,94	20.909,88	458,92	635.254,32	14.163.236,06
2012	39.503.845,06	15.506,00	613,50	425.962,13	39.945.926,69
2013	39.818.783,58	3.850,00	528,00	603.724,90	40.426.886,48

<sup>1</sup> Valores Corrigidos pelo IPCA Dessazonalizado.

<sup>2</sup> Janeiro e Dezembro

Fonte? Comprasnet

Elaboração: SLTI/Mp.

## MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

## Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI

## Valor das compras públicas, segundo o tipo de processo – Órgãos SISG

Mobilidade	Valor de Compra <sup>1</sup>						
	2008	2009	2010	2011	2012	2013 <sup>2</sup>	
Concorrência	9.167.855.840,53	14.546.704.831,43	12.393.154.773,53	6.377.263.000,50	12.678.890.659,73	5.140.841.080,08	
Concorrência Internacional	146.359.305,34	1.053.839.103,41	1.032.577.330,98	85.951.777,18	140.937.239,77	12.378.228,84	
Concurso	372.625,43	1.151.347,51	2.974.844,09	901.562,48	2.581.625,00	3.357.349,09	
Convite	163.181.777,33	73.198.638,70	49.330.037,37	32.885.611,90	22.409.868,60	14.808.398,04	
Dispensa de Licitação	15.134.384.857,80	8.725.194.787,66	11.676.471.129,88	7.646.697.849,80	13.802.507.425,32	9.442.357.296,24	
Inexigibilidade de Licitação	3.210.978.280,03	5.824.096.648,18	7.731.978.598,76	11.513.800.634,23	10.672.115.922,26	11.738.434.680,30	
Pregão Eletrônico	21.277.510.721,75	22.026.596.987,24	28.656.588.714,71	33.639.555.907,00	33.639.555.907,00	40.963.356.588,24	
Pregão Presencial	2.802.208.233,58	3.117.945.219,90	1.313.059.935,34	1.152.980.671,26	1.152.980.671,26	726.223.535,31	
Tomadas de Preços	745.677.499,84	696.300.483,06	557.320.756,89	507.064.775,89	507.064.775,89	394.789.405,35	

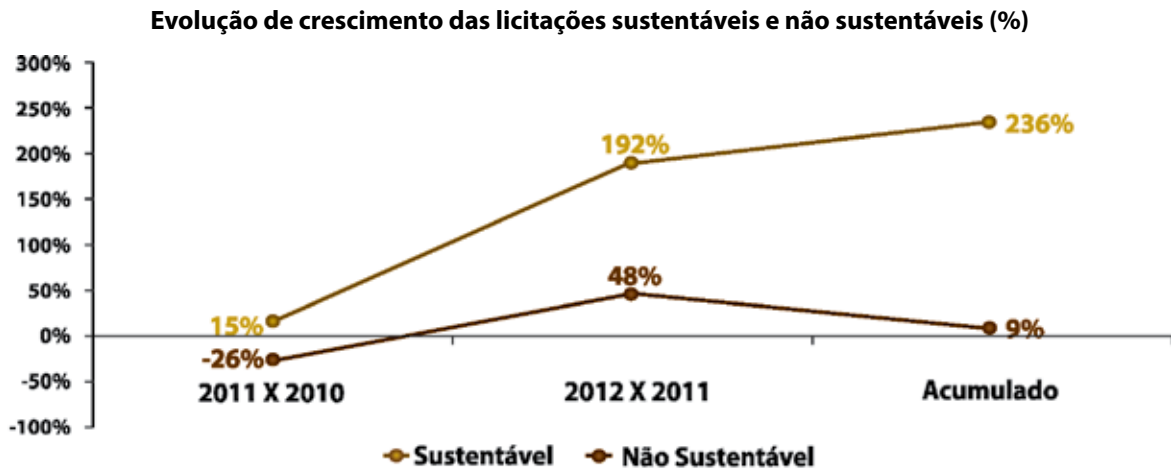
<sup>1</sup> Valores Corrigidos pelo IPCA Dessazonalizado.

<sup>2</sup> Janeiro e Dezembro

Fonte? Comprasnet

Elaboração: SLTI/Mp.

Segundo o Balanço de Compras do governo federal, a evolução das licitações pode ser demonstrada no quadro abaixo:



Fonte Comprasnet - janeiro a dezembro.  
Elaboração: SLTI/MP

Entre janeiro a dezembro de 2013, as compras sustentáveis feitas pelo governo federal movimentaram R\$ 40,4 milhões. Os itens mais adquiridos foram: papel A4, aparelhos de ar condicionado e copos descartáveis.

## MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

### Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI

#### Bens mais adquiridos nas compras sustentáveis dos Órgãos SISG – 2013

Material	Valor
Papel A4	12.414.902,40
Aparelho ar condicionado	6.481.920,77
Copo descartável	4.934.178,06
Detergente	3.696.152,79
Caneta esferográfica	1.772.208,25
Outros Materiais	11.127.524,22
<b>Total</b>	<b>40.426.886,48</b>

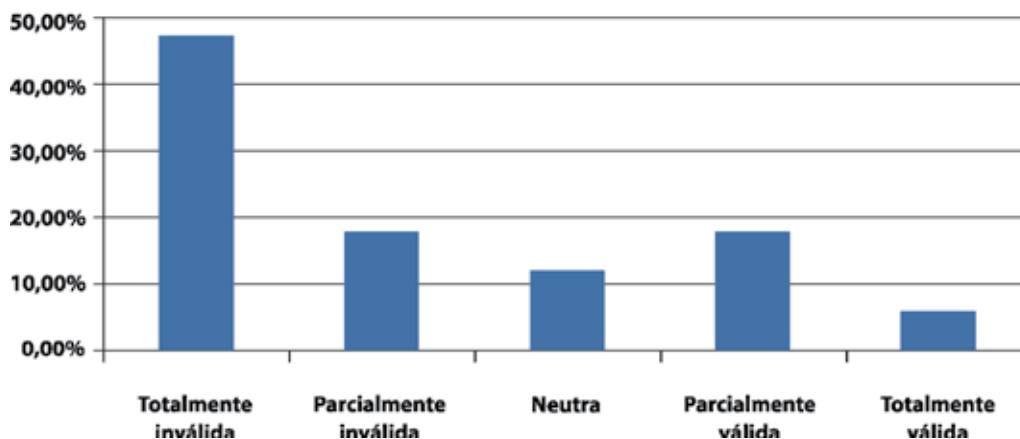
Fonte: Comprasnet – janeiro a dezembro.

Elaboração: SLTI/MP.

O resultado relativamente ainda pequeno, se tomado o valor total das compras de produtos padrão do governo, traduz, em parte, a curta experiência do Governo Federal na promoção de compras públicas sustentáveis e de outra parte as dificuldades em vencer as resistências dos gestores de compras em assumir novas posturas, claramente identificadas em pesquisa realizada pelo TCU em 2010.

Mesmo com a alteração na Lei de Licitação e Contratos, em 2010, a preocupação com produtos menos agressivos ao meio ambiente era incipiente para a maioria dos órgãos da Administração Federal. Permaneceram por um bom tempo dúvidas quanto à legalidade da inserção de critérios sustentáveis como forma de selecionar a proposta mais vantajosa em razão de uma possível afronta ao princípio da isonomia que rege o processo licitatório. O gráfico abaixo registra as respostas dos gestores envolvidos no processo de contratação, ao responderem, em 2010, à questão elaborada pelo Tribunal de Contas da União – TCU, sobre a Inclusão de Critérios de Sustentabilidade nas Licitações, no Relatório de Gestão Consolidada.

### Questão 1 - Inclusão de Critérios de Sustentabilidade nas Licitações



Fonte: Relatórios de Gestão Consolidados referentes ao exercício de 2010 /TCU

A pesquisa revela ainda uma atenção especial do TCU com a política de compras sustentáveis. Isto é transparece na Lista de Verificações do Relatório de Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis editado anualmente pelo Tribunal de Contas da União – TCU

Com a alteração do artigo 3º da Lei de Licitações e Contratos, em favor do desenvolvimento nacional sustentável, colocado como um dos objetivos a serem alcançados pela licitação, uma nova forma de ver as contratações públicas passou a vigorar, tanto para o executor quanto para aquele que tem o dever de controlá-las.

Entre os anexos do Relatório de Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis do TCU, consta uma Lista de Verificação, onde estão elencados diversos itens de avaliação da gestão ambiental e das licitações sustentáveis, sobre as quais os gestores devem emitir uma avaliação segundo sua concordância ou não com as afirmações apresentadas. O resultado desse questionamento possibilita um maior conhecimento e controle sobre as práticas sustentáveis realizadas pelos agentes envolvidos nas contratações e compras públicas.

Em razão da importância desse órgão de controle externo, credita-se a ele destaque especial na mudança progressiva do padrão de compras dos órgãos federais, por meio de ações de produção e consumo sustentáveis.



É no campo das Licitações e Contratos sustentáveis que se verifica um dos bons resultados do PPCS. Este bom desempenho deve-se em parte, ao esforço de **capacitação** realizado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o MPOG, envolvendo os gestores públicos responsáveis por compras.

Sob responsabilidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Pública – MPOG, o governo federal tem buscado capacitar seus agentes, tanto pelo sistema de Educação a Distância – EaD, quanto pelo modo presencial. Fato marcante tem sido a inclusão sistemática de cursos de compras públicas sustentáveis nas edições das Semanas de Administração Orçamentária e Financeira e Contratações Públicas, realizadas pela ESAF (Escola Fazendária).

A ENAP também foi mobilizada para disseminar essa prática junto as unidades de compra das organizações da União. O Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis do Ministério do Meio Ambiente - DPCS/SAIC/MMA, em parceria com a SLTI/MPOG e a Advocacia Geral da União (AGU), desenvolveu o projeto de capacitação de 21 horas, com foco na “Sustentabilidade na logística e nas contratações públicas”, direcionado aos órgãos da Administração Pública Federal. O projeto visa a introdução do tema na grade curricular de cursos regulares da ENAP.

Os dados apresentados no quadro abaixo são uma amostra de ações promovidas para a capacitação dos agentes envolvidos com aquisições e contratações públicas.

CAPACITAÇÃO EM COMPRAS E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS			
ÓRGÃO	CURSO	DATA	LOCAL
MMA	1º Fórum de Licitações e Contratos	11 a 14/08/14	Brasília
MPOG	2º Seminário Internacional sobre Contratações Públicas Sustentáveis	27 - 28/08/14	Brasília
MPOG	Curso sobre Políticas Públicas de Sustentabilidade nas Contratações Públicas	29/08/14	Brasília
MPOG	Workshop sobre Margem de Preferência e Contratações de Bens e Serviços de Informação e Comunicação	29/08/14	Brasília
TCU	Workshop “Compras Sustentáveis e Certificação”	27/03/14	Brasília
MPOG	Capacitação em Logística Sustentável	2014	Brasília
IPEA	Seminário Setor Público Responsável	4 - 6/06/14	Brasília
Câmara dos Deputados	Programa de Treinamento em Compras Públicas Sustentáveis	4 - 5/08/14	Brasília
MMA	Curso “Compras Públicas Sustentáveis”	19 - 22/8/13	Brasília
TCU	Seminário “Contratações Públicas Sustentáveis”	05/12/13	Brasília
MPOG	EaD: Compras Públicas Sustentáveis	2012	

MMA	Sustentabilidade nas Contratações Públicas	21 - 23/8/12	Paraíba
TRT10 – CSJT	“Compras Públicas Sustentáveis” em DVD	2012	Brasília
DNIT	Um modelo p/ redução de despesas, racionalização de processos e agregação de inteligência em compras públicas		Brasília
MPOG	EaD: Capacitação em Compras Públicas Sustentáveis	2011/2012	
MEC	Compras Públicas Sustentáveis	22 - 23/05/12	Brasília

Em 2012, organizado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, 962 servidores de 25 unidades federativas foram capacitados em evento realizado em Brasília e transmitido, via teleconferência, para 24 estados. Em 2013, o DPCS/SAIC e o MPOG, incluindo a Ordem dos Pregoeiros do Brasil, capacitaram cerca de 500 gestores, incluindo unidades descentralizadas do Governo Federal, nos Estados.

Em 2014, foram ofertadas capacitações sobre “sustentabilidade nas contratações públicas” no âmbito da Iniciativa Compras Públicas Sustentáveis no contexto da Copa do Mundo 2014. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) ofereceram o curso “Sustentabilidade nas Contratações Públicas” no âmbito do Programa de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Copa. O curso contou com oficinas, módulos teóricos e uma mesa-redonda sobre experiências locais. A organização dos eventos ficou sob responsabilidade dos governos estaduais e municipais, e o conteúdo, de responsabilidade da SAIC/MMA, foi desenvolvido em parceria com a Advocacia-Geral da União. Os cursos foram realizados nas cidades de Natal, Cuiabá, Porto Alegre e Rio de Janeiro, sendo beneficiados 55 órgãos.

A demanda por cursos de Compras Sustentáveis tem sido crescente, nas três unidades da Federação, exigindo um envolvimento das Escolas de Governo Como ESAF e ENAP, além do desenvolvimento para os próximos anos de cursos a distância com maior carga horária e disseminação de boas práticas.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Ministério da Indústria e Comércio (MDIC), acordaram unir esforços para implementar a agenda proposta pelo Plano de Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS). A iniciativa conta com um **Acordo de Cooperação Técnica** e visa a dar suporte a um conjunto de atividades iniciadas em 2013, com a criação do Fórum Permanente de diálogo entre os setores público e privado para promover o debate sobre o tema de Produção e Consumo Sustentáveis. Foram realizadas 4 reuniões, envolvendo as principais Associações empresarias e 5 Seminários Regionais, com o objetivo de promover o debate para a revisão e atualização do Plano de Ação para Produção e Consumos Sustentáveis (PPCS) junto às Federações Estaduais da Indústria. Outra ação em curso trata da criação de câmaras técnicas setoriais da indústria, ação denominada de **Diálogos Setoriais para a Produção e Consumo Sustentáveis**. O objetivo é definir critérios/especificações que possam servir como referência para os gestores públicos incluírem nos termos de referência relacionados às compras públicas, assim como definir iniciativas para uma atuação conjunta – associações empresarias, CNI, MDIC e MMA – voltadas à disseminação de práticas de produção mais limpa e consumo consciente. A intenção é criar condições para a constituição progressiva de padrões de produção e consumo sustentáveis cada vez mais elevados, por meio do diálogo entre o setor produtivo e o setor público. Os Diálogos Setoriais contam com a participação direta de pesquisadores da Universidade de Brasília, responsáveis pela elaboração de estudos setoriais de referência para a geração de compromissos entre as partes. Fazem parte das Câmaras as associações empresarias, CNI, MDIC, MCTI, MPOG e MMA. Considerando os setores que mais

forneçam para o Governo, foram iniciados os diálogos, em 2014, com três segmentos: eletroeletrônicos, materiais e serviços de limpeza e afins e mobiliário.

As **Compras Públicas Compartilhadas Sustentáveis** no contexto de um mesmo órgão público ou entre esses, apresentam vários benefícios: compartilhamento de estudos de mercado e audiências públicas; ganho de escala; racionalidade processual; redução do custo final; maior transparência; adequação, qualidade e padronização dos produtos adquiridos; maior rapidez; e formação ou ampliação de mercado fornecedor de produtos sustentáveis, entre outros.

Uma das primeiras compras compartilhadas envolveu 10 órgãos, tais como o Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ (gerenciador), a Receita Federal, a Fiocruz, o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual - INPI e a Polícia Federal, entre outros, para aquisição de 22 produtos sustentáveis, o que gerou uma economia de 49,89% do valor da estimativa inicial feita na pesquisa de mercado. Em alguns casos, os itens sustentáveis adquiridos apresentaram preço igual ou inferior ao dos itens convencionais.

Em outra compra compartilhada sustentável realizada, participaram 19 unidades administrativas, reunidos em um comitê executivo. A aquisição foi de 20 dos 33 itens listados e incluiu novos itens sustentáveis, como envelope de papel reciclado cor branca e caneta BIC com plástico reciclado, entre outros. Houve grande vantagem no papel A4 reciclado e em etiquetas adesivas em relação à primeira compra. A economia foi de 43,59%.

As lições aprendidas já configuram uma evolução do sistema recentemente iniciado. Houve necessidade de reduzir a diversificação dos itens, com foco maior na qualidade. Foi necessária ainda a realização de visitas técnicas às indústrias vencedoras do pregão referentes aos principais itens de materiais sustentáveis (por ex.: envelope reciclado branco), associada à necessidade de aprimoramento da lista da segunda compra, com a padronização/ficha técnica dos itens.

## COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS PARA O PROVIMENTO DE BENS E SERVIÇOS PARA A SOCIEDADE

A busca pela sustentabilidade não se circunscreve apenas aos bens e serviços voltados para a manutenção das atividades do Governo. Ela vai muito além, devendo refletir-se também em suas políticas setoriais. A intenção neste caso é que estas incorporem diretrizes socioambientais nos provimento de bens e serviços à sociedade. As compras públicas sustentáveis possibilitam a gestão de demanda e de contratos, como também geram alterações na cadeia produtiva e no próprio processo de fabricação dos produtos. Possibilitam ainda desdobramentos relacionados à opção de rotas tecnológicas, nas quais se intensifica a demanda por produtos ou equipamentos que possibilitam o uso mais racional dos recursos ambientais, econômicos e sociais.

### Setor de Energia

No campo da energia, as diretrizes socioambientais sobressaem, de imediato, na permanência de uma matriz energética limpa. Apesar de a geração térmica estar sendo utilizada circunstancialmente, os investimentos são predominantemente aplicados em as fontes de energia renováveis, tais como a hidroeletricidade, a cogeração a partir da biomassa e a eólica. Além disso, cabe destacar os esforços no campo da eficiência energética, o PROCEL e o COMPET.

A Resolução nº 482/2012 da ANEEL foi outro dispositivo importante relacionado à energia, estabelecendo condições gerais para o acesso da microgeração e minigeração distribuída aos sistemas de distribuição de energia elétrica, e o sistema de compensação de energia elétrica, e torna-se meio importante para estímulo às compras sustentáveis pela sociedade. Essa norma possibilitou que o consumidor seja também um gerador de energia e possa optar pelos equipamentos de geração, como aerogeradores, células fotovoltaicas ou de aquecimento solar.

Esta modalidade não tem necessidade de acumuladores porque, enquanto houver luz solar ou vento, o sistema gera e transfere o excedente para a rede da concessionária elétrica.

A Resolução criou um sistema no qual a energia ativa injetada pela unidade consumidora com microgeração ou minigeração distribuída é cedida, por meio de empréstimo, à distribuidora local. Posteriormente, essa quantidade de energia é compensada, com o consumo de energia elétrica dessa mesma unidade consumidora ou de outra unidade consumidora de mesma titularidade da unidade consumidora onde os créditos foram gerados, desde que possua o mesmo Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ) junto ao Ministério da Fazenda.

A geração distribuída (GD) abre outras possibilidades de concepção do sistema de distribuição de energia e passa a contar com uma racionalidade maior, porque aproxima aquele que gera daquele que consome. Além de aumentar a eficiência do sistema e diminuir o valor das contas de energia, a geração distribuída induz a construção das redes inteligentes, nas quais o consumo pode ser planejado para o pagamento das menores tarifas, associado à maior segurança energética devido ao aumento de confiabilidade do sistema.

Estímulos aos órgãos públicos para também tornarem-se geradores distribuídos, instalando sistemas de geração em suas edificações e negociando com as concessionárias condições mais satisfatórias nas contas de energia, incluídos no próximo ciclo do PPCS e do Programa A3P, dariam grande impulso à conservação de energia na Administração Pública, reduzindo os gastos com esse insumo.

Para apoiar o desenvolvimento da GD foi lançada cartilha, pela ABDI (Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial), no Congresso Internacional de Energias Renováveis – RENEX, em dezembro de 2013. Em atendimento a solicitação do MME, foi incluído o segmento de energia distribuída no sistema de cartão de crédito do BNDES. O mesmo aconteceu com o Construcard, da CAIXA. O grupo solar fotovoltaico da ABINEE (Associação Brasileira de Indústria Elétrica e Eletrônica) reuniu-se com os bancos para avaliar as expectativas quanto às condições de crédito que viabilizariam os serviços de geração solar distribuída. Além disso, foi reativada a comissão que trata de certificação para energia eólica de pequeno porte. A portaria com as regras foi colocada em consulta pública e se encontra em fase final para implantação.

Na área da promoção de biocombustíveis, cabe destaque o esforço recente de ampliar sua utilização com a publicação da Medida Provisória nº 647, de 28 de maio de 2014, sobre adição de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final. A iniciativa também contribui para o uso racional de combustíveis no transporte de carga e no transporte coletivo. A partir de 1º de julho de 2014, tornou-se obrigatório o percentual de 6% na adição do biodiesel na mistura com o óleo diesel fóssil e, a partir de 1º de novembro de 2014, esse percentual será de 7%. Com essa medida, a demanda obrigatória do biodiesel crescerá em 40% até o final de 2014, tornando a compra da mistura combustível mais sustentável.

O CONPET, criado em 1991, é outro programa que promove o desenvolvimento de uma cultura antidesperdício no uso dos recursos naturais não renováveis no Brasil. Vinculado ao Ministério de Minas e Energia, o CONPET estimula a eficiência no uso da energia em diversos setores, com ênfase nas residências, nas indústrias e nos transportes, além de desenvolver ações de educação ambiental. Os principais objetivos do Programa são: racionalizar o consumo de derivados do petróleo e de gás natural; reduzir a emissão de gases poluentes na atmosfera; promover a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico; e fornecer apoio técnico para o aumento da eficiência energética no uso final da energia, além de conscientizar os consumidores sobre a importância do uso racional de energia para o desenvolvimento sustentável e melhor qualidade de vida.

No Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), foi incluída opção de compras de coletores solares ao invés do uso de chuveiros elétricos, que criam pressão de demanda de energia em horários de pico, diminuindo a confiabilidade do sistema de distribuição. Na faixa 1 do programa, que abrange casas térreas em áreas urbanas, em cidades com mais de 50 mil habitantes e famílias com renda de até R\$ 1,6mil, 100% das casas estão sendo atendidas com aquecimento solar. A meta é o financiamento de 400 mil aquecedores por linha de crédito da Caixa Econômica

Federal (Construcard), de R\$ 680 milhões, para que os interessados possam adquirir os equipamentos para suas residências. Até março de 2014, as ações desenvolvidas alcançaram uma economia de energia de 1,3 milhão de MWh/ ano, equivalente à energia total que será gerada pela Usina Hidrelétrica de Santo Antônio (RO).

### Setor de Transporte

A escolha de prioridades, como o investimento público em modais de transporte de carga mais eficientes, no caso marítimo, hidroviário ou ferroviário, transforma a trajetória convencional baseada no modal rodoviário, além de induzir a demanda de produtos e equipamentos de outra natureza. Além disso, a priorização dos investimentos em modais mais sustentáveis reduz o preço dos serviços prestados à sociedade.

O Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT) desenvolve a implantação da infraestrutura de transportes brasileira para solucionar os problemas dos sistemas de transporte e de logística no país. Considerando seu planejamento de longo prazo, o Plano não apresentando apenas ações incrementais para a melhoria dos sistemas, como também ações de natureza estruturante.

O PNLT fundamenta-se em aspectos como o fomento à multimodalidade, com aproveitamento maximizado das vantagens de cada modal de transporte, valorizando as estruturas e redes atuais; e a promoção de ganhos socioambientais, com a utilização das vantagens microrregionais e com redução dos impactos na emissão de poluentes.

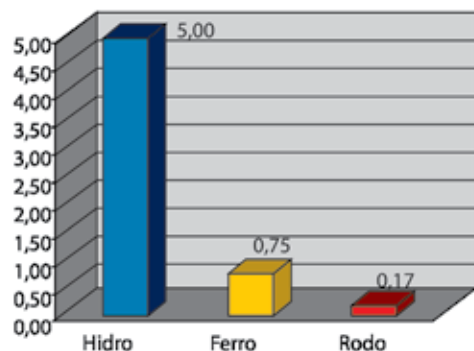
O Plano identifica a necessidade de mudança na atual matriz de transportes de cargas do país, com melhor equilíbrio na distribuição modal, buscando atender às necessidades de desenvolvimento das logísticas de cargas e passageiros por todo o país, por meio da racionalização do uso do modal rodoviário e do uso mais intensivo e adequado das modalidades ferroviária, dutoviária e hidroviária.

O PNLT prevê uma alteração significativa de modais, conforme o quadro a seguir, reduzindo a participação do modal rodoviário, de 58% em 2005 para 30% apenas em 2025.

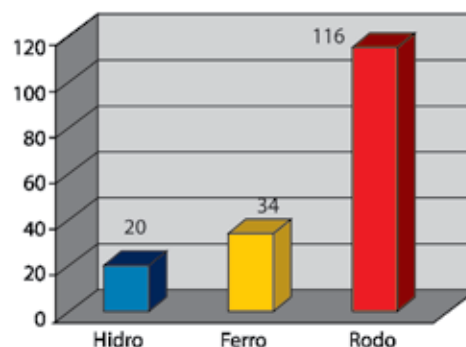
MODAL	1996	2005	2025
<b>Aéreo</b>	0,33	0,4	1,0
<b>Hidroviário</b>	11,47	13,0	29,0
<b>Dutoviário</b>	3,78	3,6	5,0
<b>Ferrovário</b>	20,74	25,0	35,0
<b>Rodoviário</b>	63,68	58,0	30,0
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Esse esforço de mudança da matriz tem reflexos significativos, tanto na eficiência energética, consumo de combustíveis e emissão de poluentes, com destaque para as emissões de CO<sup>2</sup>, como se depreende dos quadros abaixo.

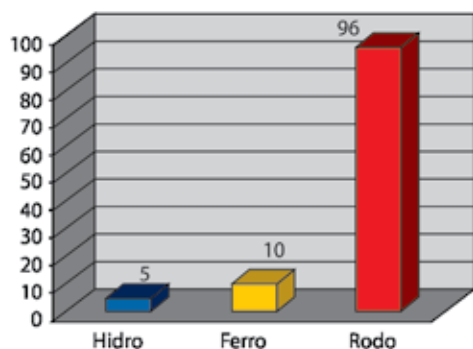
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA: Carga / Potência (t / HP)



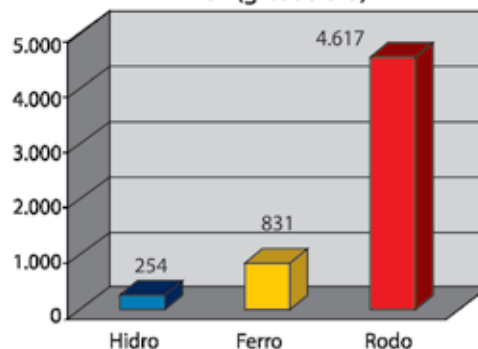
EMIÇÃO DE POLUENTES:  
Co<sub>2</sub> (Kg/1.000 tku)



CONSUMO DE COMBUSTÍVEL: Litros / 1.000 tku



Nox (g/1.000 tku)



## Setor da Educação

O Manual das Escolas Sustentáveis da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI)<sup>9</sup>, do Ministério da Educação, contém Orientações Operacionais para apoio à implementação da Resolução CD/FNDE nº 18, de 21/05/2013, que destina recursos financeiros, nos moldes operacionais do Programa Dinheiro Direto nas Escolas - PDDE, para escolas públicas municipais, estaduais e distritais que possuam alunos matriculados na educação básica. Esse documento traz a definição de Escolas Sustentáveis como sendo “aquelas que mantêm relação equilibrada com o meio ambiente e compensam seus impactos com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, de modo a garantir qualidade de vida às presentes e futuras gerações. Com seu exemplo, busca irradiar sua influência para as comunidades nas quais se situam”.

A transição para a sustentabilidade nas escolas é promovida a partir de três dimensões inter-relacionadas: espaço físico, gestão e currículo. Muitos dos aspectos a serem observados pelos gestores das escolas, por força dos

<sup>9</sup> [http://pdeinterativo.mec.gov.br/escolasustentavel/manuais/Manual\\_Escolas\\_Sustentaveis\\_v%2005.07.2013.pdf](http://pdeinterativo.mec.gov.br/escolasustentavel/manuais/Manual_Escolas_Sustentaveis_v%2005.07.2013.pdf).

institutos legais, levaram à prática da ação “Compras Sustentáveis” do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis, que apontaram para sua abrangência além das fronteiras do consumo interno governamental.

Nas orientações contidas na Resolução CD/FNDE nº 18/2013, em relação à adequação do espaço físico, consta a utilização de materiais construtivos mais adaptados às condições locais e de um desenho arquitetônico que permita a criação de edificações dotadas de conforto térmico e acústico, que garantam acessibilidade, gestão eficiente da água e da energia, saneamento e destinação adequada de resíduos. Traz também orientações quanto à necessidade de inserção de critérios ambientais na produção e aquisição de materiais didáticos, *“dando preferência à compra de materiais e equipamentos não poluentes e/ou com reduzida toxicidade, em parte ou no todo reciclados ou recicláveis, que minimizem o consumo de água ou energia elétrica, provenham da economia local, entre outros atributos que concorram para a sustentabilidade socioambiental na escola, considerando os processos de extração, fabricação e descarte.”*

Em suas recomendações, apontou a valorização, nas ações adotadas, do conhecimento local, das características culturais das edificações locais, a utilização de profissionais da própria comunidade escolar quando da contratação de serviços, de materiais em conformidade com orientações ambientais, materiais duráveis, não poluentes e com baixo consumo energético, preferencialmente certificados e dotados de selos ambientais. Essas exortações induziram avanços significativos na inserção de critérios sociais e ambientais, ao lado de critérios econômicos, bem como a promoção de melhorias desses processos nas ações diretas do governo, sendo fruto da busca pela implementação do poder de compra do Estado na promoção de um crescimento sustentável.

Por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE Escolas Sustentáveis, o MEC repassou recursos para 4.975 escolas públicas da educação básica, sendo que o valor a ser repassado em 2013 e 2014 totaliza aproximadamente R\$ 53 milhões.

O programa Caminho da Escola foi criado com o objetivo, entre outros, de renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes, e padronizar esses veículos. Parceiro do MEC no Programa, o Inmetro estabeleceu, entre os requisitos para a realização das inspeções dos ônibus escolares destinados ao transporte de estudantes da educação básica das redes públicas, que os veículos do Programa, movidos à combustível Diesel, devem ter condição de operação com BioDiesel, conforme diretrizes estabelecidas pelo Programa Nacional de Produção e Uso do BioDiesel.

## **Setor da Agricultura**

### ***Plano ABC do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento***

O Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura, denominado Plano ABC, foi feito de acordo com o artigo 3º do Decreto nº 7.390/2010 e tem a finalidade de organizar o planejamento das ações a serem realizadas para adoção de tecnologias sustentáveis de produção na agricultura, de modo a evitar a elevação dos níveis atuais de emissões e o desmatamento.

De 2011 a 2014, foram contratados cerca de R\$ 7,2 bilhões para apoiar os sete programas do Plano, dos quais seis se referem a tecnologias de mitigação e um último com ações de adaptação às mudanças climáticas. A abrangência é nacional e o período de vigência do Plano é de 2010 a 2020, sendo previstas revisões e atualizações no período.

Os compromissos na atividade de agropecuária relacionam-se à recuperação de pastagens atualmente degradadas; promoção da integração lavoura-pecuária (ILP) e ampliação do uso do sistema plantio direto (SPD) e da fixação

biológica de Nitrogênio. Adicionam-se a essas medidas estratégias de Integração lavoura-pecuária-floresta (iLPF) e os sistemas agroflorestais (SAFs), bem como a produção de florestas plantadas e o processo de tratamento de dejetos animais. A meta para integração lavoura-pecuária-floresta (iLPF) e de sistemas agroflorestais (SAFs) é atingir 4 milhões de hectares em todo país.

A ampliação do uso de sistemas de plantio direto (SPD) promove a conservação do solo e da água, o aumento da eficiência da adubação, do conteúdo de matéria orgânica do solo e, especialmente, a redução do consumo de combustíveis fósseis. Além disso, possibilita a diminuição do consumo de agrotóxicos, mitigando a emissão dos gases de efeito estufa e contribuindo para o aumento da resiliência do solo. As compras do setor se tornam mais sustentáveis, já que há redução do consumo de insumos intensivos em Carbono. A meta, nesse caso, é chegar aos 8 milhões de hectares até 2020.

O uso dos processos de biodigestão e compostagem previstos no Plano proporciona a redução de custos de produção por evitar consumo de energia e de insumos químicos, diminuir os riscos para o meio ambiente, bem como reduzir a emissão de GEE (gases de efeito estufa). A meta do Plano é ampliar o uso de tecnologias para tratamento de 4,4 milhões de m<sup>3</sup> de dejetos de animais para geração de energia e produção de composto orgânico, para consumo próprio ou venda.

### ***Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade – PGPM-Bio***

Além da garantia da renda, do fortalecimento e desenvolvimento econômico e social das populações tradicionais, e da permanência do homem na floresta, a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) representa a valorização da floresta em pé, contribuindo para a conservação, preservação e uso sustentável de seus recursos naturais.

A ação permite o pagamento da Subvenção Direta ao Extrativista. Trata-se de política operacionalizada pela CONAB, sendo coordenada por um Grupo Gestor, que é composto pelos Ministérios do Meio Ambiente (MMA), da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), da Fazenda (MF), do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Inicialmente, a ação buscou a sustentação de preços de sete produtos da sociobiodiversidade - açaí, babaçu, borracha, castanha-do-Brasil, carnaúba, pequi e piaçava. Posteriormente, outros produtos passaram a integrar a lista do programa de garantia de preço mínimo, conforme quadro apresentado abaixo, e novos estudos estão sendo realizados para inclusão de outros produtos do extrativismo nacional.



## Preços Mínimos por Região e Limites de Subvenção

produtos	Preços Mínimos para a safra 2013/2014 (R\$/Kg)	Unidades da Federação/Regiões amparadas	Limite de subvenção a partir da Safra 2013/2014 (R\$ / DAP)
 Açaí (Fruto)	1,11	Norte e Nordeste	1.000,00
 Andiroba (Amêndoa)	1,29	Norte e Nordeste	1.000,00
 Babaçu (Amêndoa)	2,49	Norte, Nordeste e MT	3.000,00
 Baru (Fruto)	0,25	Bioma Cerrado	1.000,00
 Borracha extrativista (cernambi)	4,90	Bioma Amazônico	3.000,00
 Cacau extrativo (Amêndoa)	5,54	Norte	2.000,00
 Castanha do Brasil (com casca)	1,18	Norte e MT	2.000,00
 Carnaúba - cera tipo 4	8,12	Nordeste	2.000,00
 Carnaúba - pó cerífero tipo B	4,97	Nordeste	1.000,00
 Juçara (fruto)	1,87	Sul e Sudeste	2.000,00
	1,11	Nordeste	1.000,00
 Macaúba (fruto)	0,45	CE, MG e MS	2.000,00
 Mangaba (fruto)	2,53	Nordeste	1.000,00
	1,20	Sudeste e Centro-Oeste	1.000,00
 Pequi (fruto)	0,43	Norte e Nordeste	2.000,00
	0,51	Sudeste e Centro-Oeste	2.000,00
 Piaçava (fibra bruta)	1,70	Norte e Bahia	3.000,00
 Pinhão (fruto)	2,26	Sul, SP e MG	1.000,00
 Umbu (fruto)	0,53	Nordeste e MG	1.000,00

Fonte: Conab – Companhia Nacional de Abastecimento. Folder pgmbio.

As tabelas abaixo mostram dados referentes ao Pagamento de Subvenção da PGPM-Bio dos anos 2011, 2012 e 2013:

### Pagamento de Subvenção da PGPM-BIO – 2011

UF	N.º Extrativistas	Quant. (Kg)	Valor (R\$)
<b>Borracha</b>			
AC	381	104.896	142.102,08
AM	952	450.884	435.524,60
PA	121	153.966	200.843,60
RO	148	57.866	69.494,95
<b>Subtotal</b>	<b>1.602</b>	<b>767.612</b>	<b>847.965,23</b>
<b>Amêndoa de Babaçu</b>			
CE	16	11.625	5.347,00
MA	3.639	815.402	410.398,52
PI	12	2.779	1.000,26
<b>Subtotal</b>	<b>3.667</b>	<b>829.806</b>	<b>416.745,78</b>
<b>Fibra de Piaçava</b>			
BA	473	1.048.467	627.717,25
<b>Subtotal</b>	<b>473</b>	<b>1.048.467</b>	<b>627.717,25</b>
<b>Pequi</b>			
MG	11	17.750	2.662,50
<b>Subtotal</b>	<b>11</b>	<b>17.750</b>	<b>2.662,50</b>
<b>Total Geral</b>	<b>5.753</b>	<b>2.663.635</b>	<b>1.895.090,76</b>

Fonte: Sugof

Fonte: Relatório de Gestão – Matriz – Ano de 2011

[http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12\\_07\\_09\\_11\\_40\\_42\\_relatorio\\_matriz\\_2011.pdf](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_07_09_11_40_42_relatorio_matriz_2011.pdf)

**Pagamento de Subvenção da PGPM-BIO – 2012**

<b>Produto</b>	<b>UF</b>	<b>N.º Extrativistas</b>	<b>Quant (ton)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Borracha	AC	21	13,8	28.460,61
	AM	833	336,4	213.362,50
	PA	188	85,8	93.871,72
	RO	93	84,0	140.143,60
	<b>Subtotal</b>	<b>1.135</b>	<b>520,1</b>	<b>475.838,43</b>
Amêndoa de Babaçu	CE	79	<u>103,3</u>	<u>54.872,84</u>
	MA	6.560	1.341,5	772.047,22
	<b>Subtotal</b>	<b>6.639</b>	<b>1.444,8</b>	<b>826.920,06</b>
Fibra de Piaçava	BA	1.492	7.021,0	2.946.903,30
<b>Açaí</b>	<b>AM</b>	<b>15</b>	<b>29,0</b>	<b>9.090,70</b>
Total Geral		9.281	9.014,9	4.258.752,49

Fonte: Dipai/Sugof/Gebio

Fonte: Relatório de Gestão – Matriz - Ano de 2012

[http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13\\_06\\_05\\_10\\_37\\_03\\_relatorio\\_de\\_gestao\\_-\\_2012\\_matriz.pdf](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_06_05_10_37_03_relatorio_de_gestao_-_2012_matriz.pdf)

**Pagamento de Subvenção da PGPM-BIO – 2013**

<b>Produto</b>	<b>UF</b>	<b>Quant (kg)</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>Nº de Acessos de Extrativistas</b>
Borracha	AC	180.663	437.683	347
	AM	237.523	335.471	757
	RO	69.461	122.929	186
	PA	82.470	154.199	89
<b>Subtotal</b>		570.117	1.050.282	1.379

	<b>MA</b>	2.097.894	2.234.156	9.947
	<b>AC</b>	134	283	1
	<b>AM</b>	338.421	43.995	112
<b>Subtotal</b>		338.555	44.277	113
	<b>AM</b>	135.890	59.906	70
	<b>BA</b>	6.473.076	2.030.179	816
<b>Subtotal</b>		6.608.966	2.090.085	886
	<b>AC</b>	31.335	9.726	32
	<b>AM</b>	245.014	58.953	138
<b>Subtotal</b>		276.349	68.679	170
<b>Total</b>		9.891.881	5.487.480	12.495

Relatório de Gestão de 2013 – Conab/ Matriz – p. 135 [http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/14\\_07\\_02\\_12\\_37\\_57\\_relatorio\\_de\\_gestao\\_de\\_2013\\_conab\\_versao\\_1.pdf](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/14_07_02_12_37_57_relatorio_de_gestao_de_2013_conab_versao_1.pdf)

Com a Política, o Estado vem contribuindo para a gestão e uso sustentável da biodiversidade local, utilizando o poder de compra como elemento indutor de mudanças nos padrões de produção e consumo local das populações extrativistas e demais povos e comunidades tradicionais.

### **Programa de Aquisições de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA**

Segundo a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006), entende-se por Segurança Alimentar e Nutricional - SAN *"a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis"*, sendo o Programa de Aquisições de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA, um de seus ramos.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) atua na promoção da inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar, combatendo a insegurança alimentar e nutricional, e contribuindo para a formação de estoques estratégicos, o abastecimento institucional de alimento para fins diversos e possibilita a estocagem dos produtos pelos agricultores para serem comercializados a preços mais justos.

Instituído em 2003, pelo artigo 19 da Lei nº 10.696/2003, o PAA é desenvolvido com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA). A implementação do PAA ocorre por meio de parcerias com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), governos estaduais e municipais. São quatro as modalidades de instrumentos utilizados, pela Conab, para operacionalizar, em âmbito nacional, esse programa interministerial:

Modalidade	Fonte de Recursos	Executor
Compra Direta da Agricultura Familiar	MDS/MDA	CONAB
Apoio a Formação de Estoques pela agricultura familiar	MDS/MDA	CONAB
Incentivo à produção e Consumo de Leite – PAA leite	MDS	Estados de região Nordeste e Norte de Minas Gerais.
Compra com Doação Simultânea	MDS	CONAB, estados e municípios.

Fonte: [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi\\_paa\\_geral/pg\\_principal.php?url=abertura](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi_paa_geral/pg_principal.php?url=abertura) (acessado em 05/09/2014).

No Relatório de Balanço Geral do ano de 2013<sup>10</sup>, a Conab relata que o PAA “atendeu 524 municípios e 41.412 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 123 mil toneladas de produtos” e que “o programa envolveu recursos na ordem de R\$ 666.083 mil no ano de 2013”.

<sup>10</sup> [http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/14\\_07\\_02\\_12\\_37\\_57\\_relatorio\\_de\\_gestao\\_de\\_2013\\_conab\\_versao\\_1.pdf](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/14_07_02_12_37_57_relatorio_de_gestao_de_2013_conab_versao_1.pdf)

## AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Administração Pública tem a responsabilidade de contribuir no enfrentamento das questões ambientais, buscando estratégias inovadoras que modifiquem os atuais padrões de produção e consumo, inserindo componentes sociais e ambientais. Diante disso, as instituições públicas têm sido motivadas a implementar iniciativas, e desenvolver programas e projetos que promovam a política de Responsabilidade Socioambiental do setor público.

A Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P é o principal programa de gestão socioambiental da Administração Pública, já tendo sido implementado por diversos órgãos e instituições das três esferas de governo, no âmbito dos três poderes, podendo ser usado como modelo de gestão socioambiental por outros segmentos da sociedade.

O Estado possui ampla capilaridade e papel indutor fundamental para estimular a inserção de critérios de sustentabilidade em suas atividades e integrar as ações sociais e ambientais com o interesse público. Além da capacidade de indução, o Estado pode usar as compras governamentais para a mobilização de importantes setores da economia, promovendo assim uma mudança nos padrões de produção e consumo, e a redução dos impactos socioambientais negativos gerados pela atividade pública.

Nesse contexto, o Programa A3P foi identificado como uma das prioridades do Plano de Produção e Consumo Sustentáveis, o qual deve ser consolidado como marco referencial de responsabilidade socioambiental no governo.

O Programa A3P trabalha em 6 eixos temáticos:

- ✓ Gestão de Resíduos: prevenção e redução na geração de resíduos, tendo como proposta a prática de hábitos de consumo sustentável e um conjunto de instrumentos para propiciar o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos - aquilo que tem valor econômico e pode ser reciclado ou reaproveitado -, e a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos - aquilo que não pode ser reciclado ou reutilizado.
- ✓ Licitação Sustentável: procedimento administrativo formal que contribui para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável mediante a inserção de critérios sociais, ambientais e econômicos nas aquisições de bens, contratações de serviços e execução de obras.
- ✓ Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho: adoção de medidas e adaptação dos espaços para proporcionar melhor qualidade de vida para servidores e a sociedade em geral.
- ✓ Sensibilização e Capacitação dos Servidores: criação de consciência cidadã e de responsabilidade socioambiental nos gestores e servidores públicos, por meio da capacitação e da sensibilização, inclusive com campanhas.
- ✓ Uso Racional de Recursos: redução no consumo de energia, água e outros insumos, resultando em maior conservação de recursos naturais.
- ✓ Construções Sustentáveis: concepção, construção, operação e renovação de edificações e ambientes que considerem medidas e adaptações para reduzir e otimizar o consumo de materiais e energia, e os resíduos gerados, a preservação do ambiente natural e a melhoria na qualidade de vida dos indivíduos e das comunidades.

Além do Programa A3P, outras iniciativas estão sendo implementadas para promover a sustentabilidade – ambiental, econômica e social – na Administração Pública, em todos os níveis de governo.

O **Projeto Esplanada Sustentável** – PES, iniciativa conjunta dos Ministérios do Planejamento; Meio Ambiente; e Minas e Energia; e da Secretaria-Geral da Presidência da República, tem por objetivo principal incentivar órgãos e instituições públicas federais a adotarem modelo de gestão organizacional e de processos estruturado na implementação de ações voltadas ao uso racional de recursos naturais, promovendo a sustentabilidade ambiental e socioeconômica na Administração Pública Federal.

Além desses objetivos, o PES busca melhorar a qualidade do gasto público pela eliminação do desperdício e pela melhoria contínua da gestão dos processos; incentivar a implementação de ações de eficiência energética nas edificações públicas; estimular ações para o consumo racional dos recursos naturais e bens públicos; garantir a gestão integrada de resíduos pós-consumo, inclusive a destinação ambientalmente correta; melhorar a qualidade de vida no ambiente do trabalho; e reconhecer e premiar as melhores práticas de eficiência na utilização dos recursos públicos, nas dimensões de economicidade e socioambientais.

Até a presente data, participam do PES a Presidência e 33 Ministérios, e se espera que, até dezembro de 2014, todos os órgãos da administração direta pública federal participem.

Os **Planos de Logística Sustentável** (PLS) são ferramentas de planejamento que permitem aos órgãos ou entidades estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública, os quais, segundo a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 10/2012, devem ser elaborados por todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica, fundacional e as empresas estatais dependentes.

A publicação da **Instrução Normativa nº 02/2014**, do MPOG, sobre eficiência energética, é outro componente importante para o estímulo à racionalização do uso da energia no setor público. A Instrução definiu regras para aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e o uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) nos projetos e respectivas edificações públicas federais novas ou que recebam *retrofit*.

Ela também determinou que, quando máquinas e aparelhos consumidores de energia se verificarem antieconômicos ou irrecuperáveis e, portanto, forem substituídos, deverão ser inutilizados ou submetidos ao desfazimento com destinação ambientalmente adequada, aplicando-se o disposto nas normas específicas que regulamentam o assunto, de acordo com a natureza e o tipo do bem. Essa medida impede que equipamentos de baixa eficiência sejam reintroduzidos no mercado, transformando-os unicamente em sucata para reciclagem.

Considerando que existem no Brasil cerca de 20.000 edificações públicas apenas na Administração Direta do Governo Federal, pode-se estimar o impacto dessas medidas regulatórias no consumo do Governo, além de seu efeito sobre todo as cadeias econômicas envolvidas.

## LINHAS DE ATUAÇÃO

Para ampliar o Programa Ambiental na Administração Pública, o Ministério do Meio Ambiente tem trabalhado em 9 linhas de atuação:

### Adesões à A3P

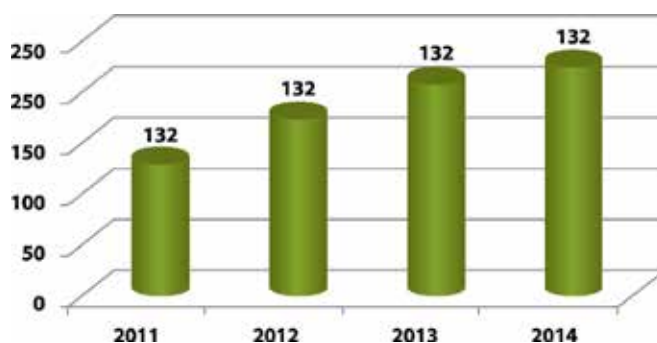
O Termo de Adesão é o instrumento de compromisso utilizado para implantação da A3P nas instituições públicas, celebrado entre os interessados e o MMA, cuja finalidade é integrar esforços para desenvolver projetos destinados à implementação da A3P. A assinatura do Termo demonstra o comprometimento da instituição com a agenda socioambiental e a gestão transparente.

A meta que se pretendia alcançar no contexto do Plano de Produção e Consumo Sustentáveis era ampliar o número adesões à A3P de órgãos e entidades dos governos federal, estaduais e municipais, incluindo o judiciário e o legislativo, das 110 existentes no lançamento do PPCS com, pelos menos, 20 adesões anuais.

Tendo em vista que a adesão ao programa A3P é uma decisão voluntária, sua divulgação junto às instituições públicas tem sido uma das principais estratégias de sensibilização e disseminação. Com o intuito de aumentar o número de adesões, entre outros, foi criado o Projeto Esplanada Sustentável - PES, realizados Fóruns Regionais e organizadas capacitações presenciais em várias regiões do país. As capacitações presenciais contribuíram para o aumento no interesse de instituições estaduais e municipais em aderirem à Agenda e serviram como ferramenta para divulgar de forma intensiva a A3P nos estados e municípios e para promover a agenda para seus gestores. A criação do Plano de Logística Sustentável demonstrou ser mecanismo bastante importante para ampliar as adesões à A3P.

Resultados alcançados: a meta prevista no âmbito do PPCS foi cumprida e mesmo superada. Tomando-se como referencial a data de 23 de novembro de 2011, publicação do PPCS, até 05 de setembro de 2014, foram assinados 118 novos Termos de Adesão. Ressalta-se que, além dessas adesões, há uma série de novos Termos de Adesão em andamento e cujo processo ainda não foi finalizado.

**Gráfico de evolução dos Termos de Adesão**



Obs.: dados de 2014 - até 05 de set/2014

### Campanhas A3P

Tendo como meta realizar, anualmente, por iniciativa do Executivo ou de seus parceiros, campanha nacional da A3P, com foco nos seus principais temas, buscando sempre a conexão com o atual PPCS, busca-se sensibilizar os gestores e servidores públicos para a importância de inclusão da temática da sustentabilidade na agenda de modernização do serviço público.

Para as ações de sensibilização e capacitação dos parceiros da A3P, são realizados eventos, seminários e campanhas temáticas, tanto nacionais como regionais. Essas iniciativas têm como intuito chamar a atenção dos gestores e servidores públicos para a importância de inserir a sustentabilidade como referencial na realização das suas atividades.



Computadores velhos: um dos alvos da campanha



Por meio do Programa A3P, não foi realizada nenhuma grande campanha nacional. No entanto, foram realizados vários eventos e seminários, além de campanhas internas e externas. No ano de 2012, foram implementadas 12 campanhas internas para sensibilização de servidores do MMA e entidades vinculadas. Em 2012 e 2014, foram organizadas Campanhas de Eletroeletrônicos, com o objetivo de sensibilizar os servidores públicos para a importância do descarte ambientalmente adequado desses materiais. Na segunda edição (2014), a iniciativa contou, além do MMA e suas vinculadas, com a parceria do Exército Brasileiro, da Secretaria-Geral da Presidência da República, do Ministério de Minas e Energia, e do Ministério do Trabalho e Emprego. Na primeira campanha, foram coletadas 2,5 toneladas de material eletroeletrônico e na segunda, um total de 1,6 toneladas.

### **Fórum Anual da A3P**

Os Fóruns da A3P têm como objetivo promover o debate acerca da formulação e viabilização de Políticas Públicas de Gestão Ambiental para a Administração Pública, a troca de experiências e o engajamento de novos parceiros que se comprometam com a implementação da A3P. Continuar a realização do Fórum, sendo cada edição orientada para a otimização de esforços de outras linhas e/ou programas do PPCS, como reciclagem e compras sustentáveis, com vistas a organizar quatro fóruns anuais até 2014 é a meta que orienta o objetivo de disseminar boas práticas e aumentar a cobertura do Programa.

Foram realizadas três edições do Fórum Nacional, em 2011, 2012 e 2014, além de quatro fóruns regionais, não previstos no âmbito do PPCS. A decisão de realizar os Fóruns bianualmente, a partir de 2012, foi tomada como forma de aperfeiçoamento da iniciativa. Ao todo, a A3P realizou oito fóruns nacionais, no período de 2005 a 2014. Em cada um desses eventos, estiveram presentes parceiros de todo o Brasil, com cerca de 400 participantes em cada uma das edições realizadas. Todas as edições dos fóruns foram realizadas na cidade de Brasília - DF.

Desde o início do PPCS, foram debatidas as seguintes temáticas:

- ✓ 6º Fórum Governamental de Gestão Ambiental na Administração Pública, realizado em novembro de 2011, com o tema: Contratações Públicas e Construções Sustentáveis;
- ✓ 7º Fórum, realizado em novembro de 2012, com o tema: Consumo Sustentável na Administração Pública e Desafios Socioambientais para a Gestão de Resíduos Sólidos;
- ✓ 8º Fórum, realizado em junho de 2014, com o tema: 15 Anos da A3P: Destaques.



No ano de 2012, pela primeira vez, foram realizados quatro Fóruns Regionais. Esses Fóruns tiveram como objetivos: fortalecer a implementação da A3P nos órgãos estaduais e municipais parceiros da Agenda; promover a adoção da A3P nos órgãos e entidades que não desenvolvam ações voltadas para a sustentabilidade; promover debates sobre temas relevantes para sustentabilidade na administração pública; aproximar os parceiros da A3P; e incentivar e disseminar conhecimentos e boas práticas sobre a sustentabilidade na Administração Pública.

Os quatro fóruns regionais contaram, em conjunto, com aproximadamente 410 participantes, representantes de 141 instituições. Em cada um dos Fóruns Regionais, foram criados grupos de discussão, que identificaram ações prioritárias para implementação e aperfeiçoamento da A3P. Os encaminhamentos foram apresentados na 7ª edição do Fórum Nacional, realizada no ano de 2012.

Com o processo de regionalização dos debates, foi possível ampliar o número de parcerias, divulgar o programa e incentivar boas práticas de sustentabilidade, principalmente junto aos municípios.

### Rede A3P

A Rede A3P é um canal de comunicação permanente para promover o intercâmbio técnico, difundir informações sobre temas relevantes à Agenda, sistematizar dados e informações sobre o desempenho ambiental das instituições, e incentivar programas de formação e mudanças organizacionais, permitindo a troca de experiências.

Fortalecer e dobrar a Rede A3P, que contava, em 2011, com 400 membros, constitui outra meta do Programa no contexto do PPCS, a qual busca fazer uso do desenvolvimento de novas tecnologias de conectividade e a publicação de um boletim eletrônico trimestral, visando a disseminar boas práticas e os avanços nos temas do PPCS.

A meta prevista no âmbito do PPCS foi cumprida e superada. Tomando-se como referencial a data de 23 de novembro de 2011, publicação do PPCS, até 05 de setembro de 2014, entraram na Rede A3P 900 novos membros. O total atual de cadastrados à Rede A3P é de 1.300 membros.

### Prêmio “Melhores Práticas em A3P”



Com a organização do Prêmio, pretende-se continuar a reconhecer as boas práticas e divulgar o Programa, realizando quatro edições do Prêmio até 2014. O Prêmio A3P de Melhores Práticas de Sustentabilidade foi criado, em 2008, com o intuito de dar visibilidade ao Programa, reconhecer o mérito das iniciativas dos órgãos e instituições do setor público e conhecer, in loco, as iniciativas que estão inovando a gestão pública no país.

Até o momento, foram realizadas três edições de premiação, nos anos de 2011, 2012 e 2014. A decisão de realizar o Prêmio bianual, a partir de 2012, foi tomada levando-se em consideração as mesmas questões já apresentadas para o Fórum Nacional.

A primeira edição do Prêmio A3P foi realizada em 2009, com a inscrição de 23 instituições públicas e 24 projetos. Já na segunda edição, realizada em 2010, foram contabilizadas 21 instituições e 29 projetos inscritos. Na terceira edição, 26 instituições e 39 projetos foram inscritos, e na quarta chegou-se à marca de 40 instituições e 74 projetos inscritos.

O aumento do número de projetos na quarta edição foi resultado da criação de uma nova categoria de premiação denominada “Destaque da Rede A3P”. Com isso, foi possibilitada a participação de órgãos e entidades que não têm Termo de Adesão assinado com a A3P, mas que participam da Rede do Programa.

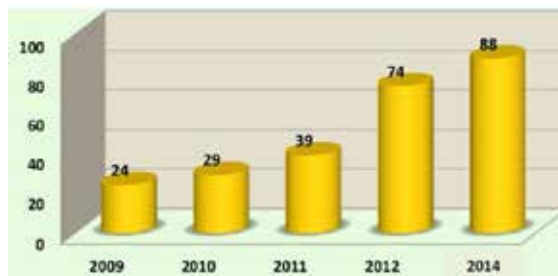


Figura 1 - Evolução da premiação – nº de projetos inscritos.

Na quinta edição da premiação, foi realizado um aperfeiçoamento do processo de premiação, com a inclusão de uma fase de avaliação *in loco*, o que concedeu maior credibilidade aos resultados alcançados. Nesse novo contexto, o prêmio passa a ser bianual.

### **Indicadores e mecanismos de verificação dos avanços**

Desenvolver indicadores e mecanismos de verificação é outro objetivo do Programa com vistas a acompanhar e monitorar as ações desenvolvidas pelos órgãos parceiros da A3P, e aperfeiçoar as ações e projetos de responsabilidade socioambiental por meio de com metas mensuráveis para a implementação do PPCS e da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

Os indicadores de monitoramento serão agregados a um banco de dados *online*, no qual os órgãos públicos parceiros da A3P poderão registrar os resultados de ações de sustentabilidade implantadas. Essas ações incluem medidas para eficiência no consumo de recursos naturais, qualidade de vida no trabalho e compras públicas sustentáveis, dentre outras.

O sistema de monitoramento já se encontra em desenvolvimento e permitirá avaliações qualitativa e quantitativa dos dados e resultados alcançados pelas instituições que aderiram à A3P. Ao reunir informações e resultados das ações implantadas, o sistema permitirá a realização de análises parciais ou totais. O sistema será ainda uma importante ferramenta de controle e monitoramento para os órgãos parceiros, que poderão visualizar graficamente a evolução de cada ação implantada.

### **Selo de Sustentabilidade na Administração Pública – Selo A3P.**

O Selo de Sustentabilidade constitui instrumento dos mais relevantes para incentivar as instituições parceiras da A3P a dar continuidade às ações de sustentabilidade em implementação, reconhecer o compromisso na adoção de políticas institucionais de responsabilidade socioambiental e divulgar práticas que se baseiam em conceitos de sustentabilidade.

São reconhecidos três tipos de selo: Verde, Prata e Laranja.

- ✓ Selo Verde: concedido a instituições públicas que aderem formalmente ao Programa (Termo de Adesão);
- ✓ Selo Prata: Termo de Adesão + Relatório anual de monitoramento das ações previstas no plano de trabalho, demonstrando cumprimento das metas;
- ✓ Selo Laranja: concedido aos órgãos que já tiveram ações destacadas pelo Prêmio A3P.



Com o lançamento da iniciativa, verificou-se um aumento no interesse pela adesão ao Programa. Também se observou um esforço maior das instituições parceiras com vistas a receber todos os três selos da A3P. Com isso, cria-se um maior comprometimento com a implementação de ações de sustentabilidade.

### **Cursos de capacitação presencial**

Capacitar os servidores públicos das três esferas de governo e dos três poderes para o planejamento, implantação, monitoramento e iniciativas de sustentabilidade na Administração Pública é um dos instrumentos mais importantes para ampliar as adesões e fortalecer a implementação do Programa A3P.

Os cursos presenciais são ferramentas de apoio técnico e de compartilhamento de ações exitosas implantadas no MMA e nos órgãos parceiros do Programa, possuindo carga horária de 24 horas e abordando nove temas principais:

Gerenciamento de projetos; Construções Sustentáveis; Eficiência Energética; Eficiência no uso da água; Gestão de Resíduos; Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho; Sensibilização e Capacitação dos Servidores; Análise do Ciclo de Vida de Produtos; e Licitações Sustentáveis.

Apenas em 2013, foram realizadas quatro turmas de capacitação, sendo três no Distrito Federal e uma no Ceará. Até julho de 2014, foram oito turmas, sendo uma em cada um dos seguintes estados: Pernambuco, Pará, Tocantins, Rio Grande do Sul, Paraná, Sergipe, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Ao todo, foram capacitados 475 servidores.

### **Cursos de capacitação à distância**

Os cursos de capacitação à distância visam a ampliar a capacidade da A3P em capacitar os servidores públicos das três esferas de governo e dos três poderes para o planejamento, implantação, monitoramento e iniciativas de sustentabilidade na Administração Pública.

Os cursos apresentam um conteúdo simplificado, em relação ao curso presencial, mas buscam fornecer um panorama geral sobre a sustentabilidade na Administração Pública, os deveres de cada órgão público e apoio técnico para os primeiros passos na implementação da A3P.

Foram realizadas duas turmas de capacitação à distância, sendo a primeira no mês de setembro e a segunda em outubro de 2014. Inicialmente, foram previstas duas turmas com 1.500 alunos cada. Para a primeira turma do curso o número de inscritos foi de 2.600 pessoas. As inscrições da próxima turma se encerraram em 30 de setembro de 2014.

## AUMENTO DE RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS

O enorme volume de lixo gerado pelas sociedades modernas pode gerar graves consequências ambientais, como a contaminação do solo, do ar e da água, e contribuir para o aumento das mudanças climáticas. O crescimento da geração de resíduos e o seu gerenciamento inadequado têm vários impactos negativos. Para se ter uma ideia do tamanho do problema, em 2010, cerca de 11 bilhões de toneladas de resíduos sólidos foram coletadas em todo mundo, de acordo com o relatório *O Estado do Mundo 2012*, da organização *World Watch*. Desses, somente 10% são reciclados. A saúde da população também fica mais vulnerável. Resíduos dispostos incorretamente estimulam a proliferação de vetores de transmissão de doenças, além dos perigos de contaminação gerados por substâncias tóxicas presentes em produtos e materiais utilizados cotidianamente.

Estudo encomendado pelo Compromisso Empresarial para a Reciclagem (Cempre), por exemplo, mostrou que os resíduos descartados pelos brasileiros geram 158 milhões de toneladas de Carbono por ano. A geração de resíduos sólidos no Brasil soma cerca de 66 milhões de toneladas anuais, de acordo com dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico de 2008, do IBGE. O crescimento econômico esperado tenderia a agravar o problema, não fosse a adoção da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), em 2010.

Além de gerar ganhos ambientais, a PNRS busca promover o aumento da reciclagem, com impactos positivos para a indústria, o consumidor e o país. De acordo com o estudo “Logística Reversa no Setor de Embalagens”, do Cempre, a reciclagem apresenta ganhos financeiros em diversos setores, com a redução do uso de energia na produção de bens que utilizam material reciclado e também na diminuição dos custos de produção em decorrência do uso de matéria-prima reciclada.

É nesse cenário que o aumento da reciclagem proposto pelo Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS) surge como oportunidade para a redução dos resíduos produzidos e despejados no meio ambiente. A prática da reciclagem contribui para a redução da extração de recursos naturais; a redução do volume de resíduos nos aterros e, com isso, o aumento da sua vida útil; a redução dos gastos com tratamento do lixo; a redução do uso de energia nas indústrias; e a intensificação da economia local, gerando empregos e formalizando milhares de postos de trabalho, com a inclusão social de catadores de material reciclável.

### Geração de Resíduos no Brasil

Das cerca de 66 milhões de toneladas anuais produzidas a cada ano, apenas 1,2 milhões são coletadas seletivamente. De acordo com dados do IPEA, o país perde anualmente cerca de R\$ 8 bilhões por não reciclar os resíduos sólidos gerados.

#### Geração de resíduos no Brasil, 2011



Na figura a seguir, o destaque são os números relacionados à destinação final dos resíduos coletados, cuja pesquisa revelou que 58,3% seguiram para aterros sanitários, em 2013, praticamente sem alteração do cenário registrado no ano anterior. Nesse sentido, é importante ressaltar que, dos 41,7% restantes, 24,3% seguiram para aterros controlados<sup>11</sup> e os demais 17,4% para lixões. Mesmo com a PNRS e todos os esforços empreendidos em sua implementação pelos entes subnacionais, a destinação inadequada de RSU se faz ainda presente em todas as regiões e estados brasileiros.

### Destinação final de Resíduos Sólidos Urbanos (t/dia)



Fonte: Pesquisa ABRELPE

### Quantidade de Municípios por Tipo de Destinação Adotada – 2012

Destinação Final	2012 – Região e Brasil					
	Norte	Nordeste	Centro - Oeste	Sudeste	Sul	BRASIL
Aterro Sanitário	90	450	157	814	702	2.213
Aterro Controlado	110	505	149	643	366	1.773
Lixão	249	839	160	211	120	1.579
<b>BRASIL</b>	<b>449</b>	<b>1.794</b>	<b>466</b>	<b>1.668</b>	<b>1.188</b>	<b>5.565</b>

Fonte: Pesquisa ABRELPE

Em 2013, sessenta por cento dos municípios ainda fazia uso de locais impróprios para destinação final dos resíduos coletados.

<sup>11</sup> Aterros controlados é uma categoria intermediária entre o lixão e o aterro sanitário. Eles são uma célula que foi remediada, ou seja, que recebeu cobertura de grama e argila. Nessa situação, há contenção do lixo que, depois de lançado no depósito, é coberto por uma camada de terra. Este sistema minimiza o mau cheiro e o impacto visual, além de evitar a proliferação de insetos e animais. Porém, não há impermeabilização e nem sistema de tratamento do chorume ou do biogás.

**Quantidade de Municípios por Tipo de Destinação Adotada – 2013**

Destinação Final	2013 – Região e Brasil					
	Norte	Nordeste	Centro - Oeste	Sudeste	Sul	BRASIL
Aterro Sanitário	92	453	161	817	703	2.226
Aterro Controlado	111	504	148	645	367	1.775
Lixão	247	837	158	206	121	1.589
BRASIL	450	1.794	467	1.668	1.191	5.570

Fonte: Pesquisa ABRELPE

O aumento da reciclagem, proposto no PPCS, pode ser atingido por meio de ações que promovam melhores escolhas de compra e descarte por parte do consumidor, e da adesão das cadeias produtivas na adoção de práticas sustentáveis, para menor geração de resíduos e reaproveitamento de matérias primas. Trata-se de processo que passa pela adesão de governos e da sociedade à coleta seletiva, pela educação do consumidor, pelo ajuste ambiental dos processos produtivos, e pela valorização e fortalecimento das associações de catadores, como previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos.

**Política Nacional de Resíduos Sólidos**

A Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Lei nº 12.305/2010) e o Decreto nº 7.404/2010 representam uma grande inovação: mudam a relação da sociedade com os resíduos por ela produzidos, atuando sobre a geração - no sentido de reduzi-la - e sobre o descarte e o desperdício, promovendo o reaproveitamento e a reciclagem.

A PNRS cria metas importantes, que contribuem para a eliminação dos lixões, e institui o planejamento nos níveis nacional, estadual, microrregional / intermunicipal, metropolitano e municipal, com a elaboração de planos de gerenciamento de resíduos sólidos.

Em quatro anos da publicação da PNRS, foram realizados esforços significativos para sua implementação. Entre 2010 e 2014, o Governo Federal, por meio do MMA, Ministério das Cidades e da Fundação Nacional da Saúde (Funasa), destinou R\$ 1,2 bilhão para implantar a Política e o número de municípios atendidos dobrou. Segundo dados do IBGE, em 2008, a disposição final ambientalmente adequada era implantada em 1.092 municípios, enquanto que, em 2013, esse número já somava 2,2 mil municípios. Em agosto de 2014, venceu o prazo para implantação da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, conforme estabelecido no art. 54 da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Lei nº 12.305/10). Boa parte dos municípios ainda não conseguiu desativar os chamados lixões e implementar os aterros sanitários.

A PNRS estabelece que somente os rejeitos devem ser dispostos, esgotadas todas as possibilidades técnicas e econômicas de reaproveitamento e de reciclagem, de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública, à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos, até a coleta seletiva.

Quando se trata da efetiva reciclagem dos resíduos sólidos urbanos no Brasil, seu percentual ainda é baixo frente ao potencial de reciclabilidade que se pode atingir com os resíduos recicláveis secos (papel e papelão, plásticos, metais e vidros). Dentro do grupo de resíduos sólidos, ainda há os chamados resíduos recicláveis úmidos ou

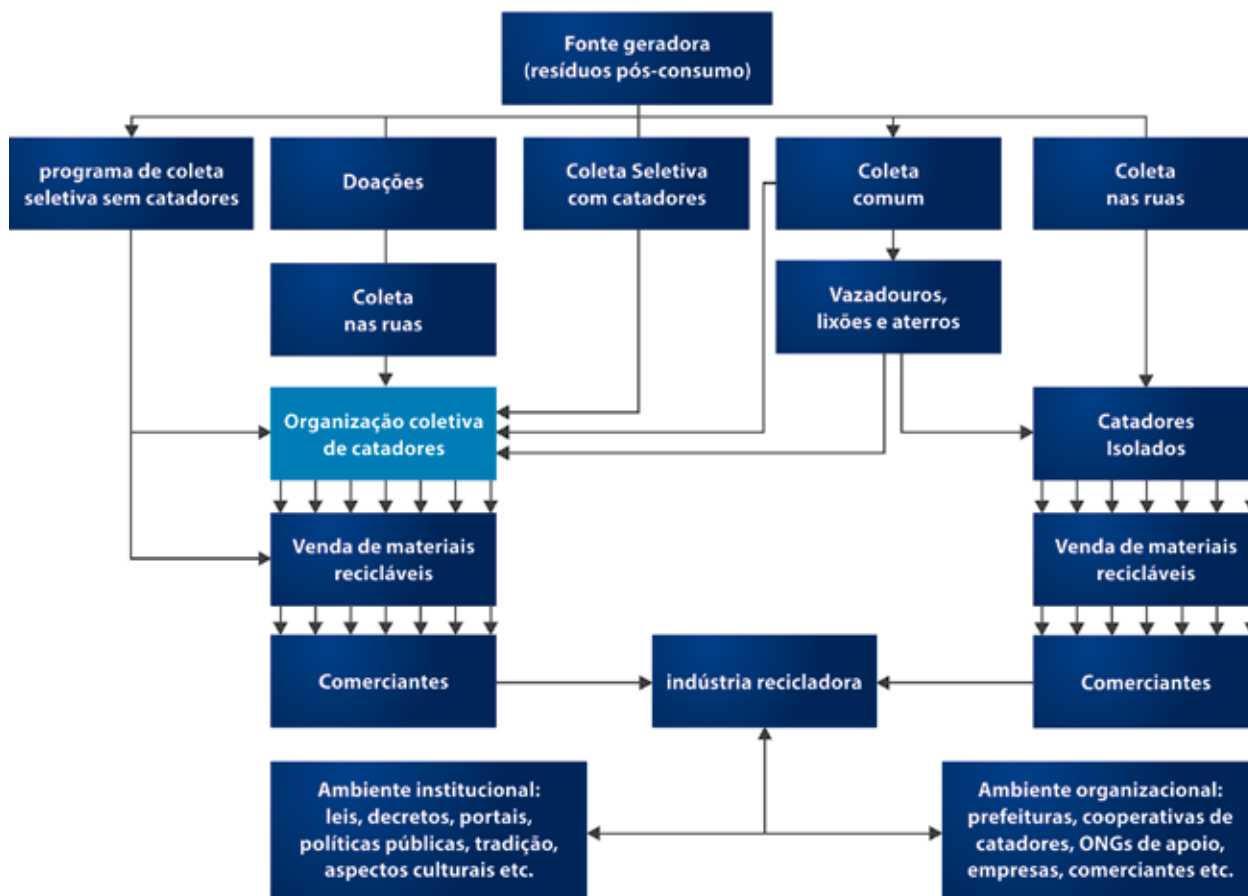
resíduos orgânicos facilmente biodegradáveis, que chegam a 50% dos resíduos urbanos, os quais podem ser reciclados por meio do processo de compostagem.

### A Reciclagem no Brasil

A consolidação da reciclagem enquanto setor produtivo com grande potencial de ganhos econômicos é algo relativamente recente. A viabilidade econômica da exploração desse setor veio principalmente do aumento considerável do nível de consumo nos centros urbanos nos últimos anos, o que acarretou, por um lado, o aumento de materiais a serem descartados na mesma proporção e, por outro, o encarecimento gradativo de matérias-primas para produção dos produtos de consumo em geral, cada vez mais demandados na sociedade. Com isso, novas tecnologias foram desenvolvidas para possibilitar a transformação de resíduos em matérias-primas que retornam para o processo produtivo (IPEA 2013).

A figura abaixo esquematiza, de maneira resumida, as principais relações estabelecidas entre atores, estruturas e relações comerciais que compõem a cadeia de valor da reciclagem:

**Fluxograma da cadeia de valor da reciclagem**



Fonte: Ipea (2011)

Além dos ganhos ambientais e sociais, o reaproveitamento de materiais também gera vantagens financeiras: dados do IBGE indicam que a substituição de celulose por fibras recicladas permitiria a economia de R\$ 331 reais



por tonelada, metade do custo sem a reciclagem (R\$ 687 por tonelada). No caso do alumínio, o valor cai de R\$ 6,1 mil para R\$ 3,4 mil por tonelada.

#### Benefícios econômicos da reciclagem\*

Material	Benefício econômico por dia			Custo adicional da reciclagem (R\$/ton)**	Benefício total (R\$/dia)
	Reciclagem incremental (ton/dia)	Insumos (R\$)	Ambiental (CO <sub>2</sub> , energia e biodiversidade) (R\$)		
<b>Aço</b>	253	32.164	18.741	113	22.287
<b>Alumínio</b>	61	164.496	20.539	113	178.189
<b>Celulose</b>	1.397	460.854	33.517	113	336.563
<b>Plástico</b>	554	644.545	31.009	113	612.982
<b>Vidro</b>	246	29.572	2.711	113	4.436
<b>Total</b>	2.511	1.331.632	106.517	113	1.154.457

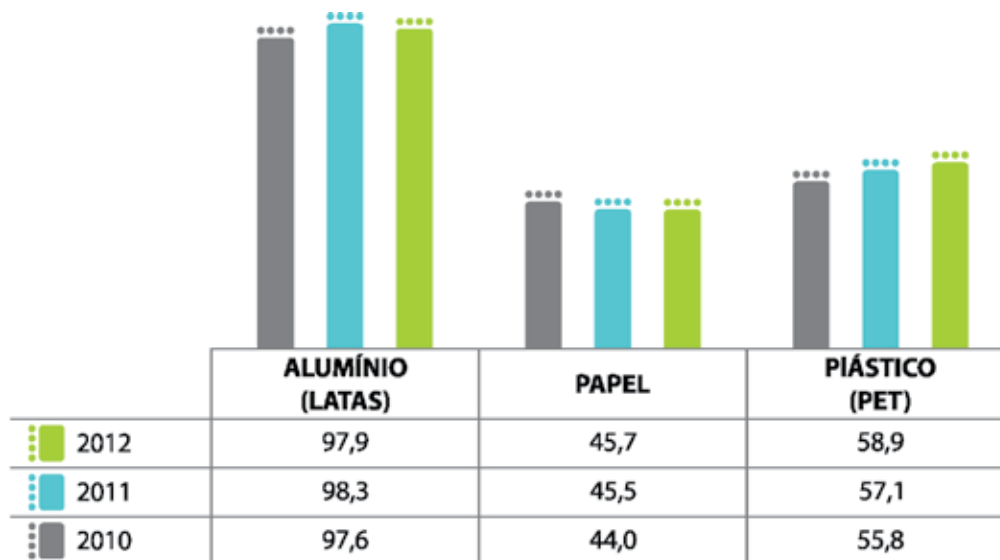
Fonte: IPEA/LCA

\*Projeção com base na cobertura da 90% da população das cidades-sede da Copa do mundo com coleta seletiva.

\*\*Custos da coleta seletiva (R\$136/ton) menos custos da disposição em aterro (R\$ 33/ton).

Alguns itens já apresentam índices de reciclagem relevantes no país, verificando-se uma tendência de crescimento ao longo dos anos, como demonstrado para os produtos abaixo:

Índices de Reciclagem Disponíveis para Alumínio, Papel e Plástico (PET)



Fontes: ABAL Associação Brasileira de Alumínio; BRACELPA Associação Brasileira de Celulose e PAPEL; ABIPET Associação Brasileira da Indústria de PET

A **4ª Conferência Nacional de Meio Ambiente**, realizada em 2013, teve papel fundamental na ampliação da discussão e conscientização sobre o tema Resíduos Sólidos, e a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, com foco em quatro eixos temáticos: Produção e Consumo Sustentáveis; Redução dos impactos ambientais; Geração de emprego e renda; e Educação Ambiental. O debate esteve baseado no conceito de Responsabilidade Compartilhada, em que cada setor da sociedade tem atribuições e papéis para solucionar ou mitigar problemas relacionados aos resíduos sólidos.

Com a mobilização de mais de 200 mil pessoas em todo o país, o que representa 65,61% dos municípios brasileiros, distribuídos em todos os 26 estados e no Distrito Federal, e 1.352 delegados apenas na etapa nacional, foi a maior conferência de meio ambiente realizada e marcou o início de uma forte articulação institucional, envolvendo União, estados, municípios, setor produtivo e sociedade civil, na busca de soluções e estratégias que contribuam com a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, aprovada em 2010, depois de 21 anos de tramitação no Congresso Nacional.

Cabe também mencionar os esforços de capacitação, por meio da plataforma de ensino à distância (EaD) do MMA, que disponibilizou o curso “Orientações para Elaboração de Plano Simplificado de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos”, com carga horária de 20 horas, com tutoria. Em 2013, foram inscritos 400 interessados, tendo sido aprovados 179; em 2014, foram 1.000 inscritos, estando o curso ainda em andamento; a 3ª edição está prevista para o 2º semestre de 2014, com a oferta de 1.000 vagas.

A **logística reversa** é “instrumento de desenvolvimento econômico e social, caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação”.

Conforme o artigo 15 do Decreto nº 7.404/10, os sistemas de logística reversa são implementados e operacionalizados por meio de Acordos Setoriais, regulamentos expedidos pelo Poder Público, dentre esses o instrumento de modelagem e governança, e por meio de termos de compromisso, que podem ser firmados com os poderes públicos estaduais e/ou municipais, devendo ser recepcionados pelo Acordo Nacional quando não conflitarem com a legislação federal e demais instrumentos que regulam a matéria.



Nas tabelas a seguir, estão listados os sistemas de logística reversa já implantados e em implantação:

<b>SISTEMAS DE LOGÍSTICA REVERSA IMPLANTADOS - ANTERIORES À PNRS</b>			
<b>Produtos</b>	<b>Norma legal</b>	<b>Data</b>	<b>Outras Normas Legais</b>
Embalagens de agrotóxicos	Lei nº 7.802/1989	11/7/1989	Decreto nº 4.074/2002
	Lei nº 9.974/2000 (alteração)	6/6/2000	-
Óleo lubrificante usado ou contaminado (OLUC)	Resolução CONAMA nº 362/2005	23/6/2005	Resolução CONAMA 450/2012
Pneus	Resolução CONAMA nº 416/2009	30/9/2009	-
Pilhas e baterias	Resolução CONAMA nº 401/2008	4/11/2008	Resolução CONAMA 424/2010

<b>SISTEMAS DE LOGÍSTICA REVERSA EM IMPLANTAÇÃO - PNRS</b>		
<b>Produtos</b>	<b>Situação Atual</b>	<b>Previsão de Publicação do Acordo</b>
Embalagens plásticas de óleos lubrificantes	Acordo assinado em 19/12/2012	Publicado no início de fevereiro de 2013
Lâmpadas de vapor de Sódio e Mercúrio e de luz mista	Texto de acordo passando por pequenos ajustes para ser enviado ao CORI	2014
Embalagens em geral	Texto de acordo passando por pequenos ajustes para ser enviado ao CORI	2014
Produtos eletroeletrônicos e seus resíduos	Em negociação com os proponentes	2014
Descarte de medicamentos	Edital publicado; previsão para recebimento das propostas 01/04/2014	2015

Outras iniciativas contribuem para esta prioridade do PPCS, tais como a criação de associações empresariais, como a Coalizão Empresarial para a Logística Reversa de Embalagens, que definiu como meta recuperar, até 2015, 20% das 55,4 mil toneladas de resíduos sólidos recicláveis que são descartadas diariamente no Brasil.

No Brasil, a **inclusão social de catadores de materiais recicláveis** atinge cerca de 600 mil pessoas, as quais, além de garantir o sustento de suas famílias com a separação dos resíduos, prestam um importante serviço ambiental para toda a sociedade, na medida em que são os maiores responsáveis pela reciclagem no país.

Atualmente, grande parte desses trabalhadores está nos lixões e aterros espalhados pelo Brasil. Com o advento da Lei nº 12.305/2010 (PNRS), ficou proibido o exercício dessa atividade nos lixões. Tornou-se necessário então integrá-los na cadeia da reciclagem e, dessa forma, promover a cidadania desses trabalhadores, com inclusão social e geração de emprego e renda. Nesse sentido, foi criado o Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC), o qual foi instituído por meio do Decreto nº 7.405/2010.

O CIISC, coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, é composto por integrantes dos ministérios do Meio Ambiente; do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; do Trabalho e Emprego; Previdência e Assistência Social; Educação; Saúde; Cidades; Turismo; Minas e Energia; Fazenda; Ciência e Tecnologia, e Planejamento, Orçamento e Gestão; além de Secretaria do Patrimônio da União; Secretaria-Geral da Presidência da República; Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Fundação Banco do Brasil; Eletrobras; Casa Civil da Presidência da República; Caixa Econômica Federal; Petrobras; Fundação Nacional de Saúde; Parque Tecnológico de Itaipu e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

Com a criação do CIISC, foi instituído o Programa Pró-Catador, com a finalidade de integrar e articular as ações do Governo Federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, à melhoria das condições de trabalho, à ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica, e à expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos, da reutilização e da reciclagem, por meio da atuação desse segmento.

O Programa Cataforte III – Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias é um projeto do Programa Pró-Catador que vem disponibilizando recursos para a estruturação de Redes de Cooperação de Empreendimentos Econômicos Solidários de Catadores de Materiais Recicláveis. Iniciado em 2007, o Cataforte atendeu, desde sua primeira fase, 768 empreendimentos de economia solidária em 21 estados. A terceira fase, lançada em 2013, tem previsão de contar com 170 milhões de recursos não reembolsáveis e mais 30 milhões de recursos reembolsáveis. O Edital do Programa Cataforte 3, lançado em 2014, disponibilizou recursos da ordem de R\$ 20 milhões para a estruturação de 24 Redes de Cooperação.

No âmbito do programa, foi criado, em 2013, o Prêmio Pró-Catador – premiação de iniciativa da Secretaria-Geral da Presidência da República em parceria com Ministério do Meio Ambiente, Fundação Banco do Brasil, IPEA e Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. A expectativa é dar visibilidade às prefeituras cujas práticas com inclusão social e econômica de catadores possam ser referência para incentivar outros municípios. Também busca aprofundar o conhecimento dos gestores públicos federais, estaduais e municipais sobre políticas públicas de reciclagem, coleta seletiva e inclusão social e econômica de catadores, e criar um banco de boas práticas municipais. Na primeira edição, lançada em 2013, foram escolhidas 4 iniciativas vencedoras. Na edição 2014, além da premiação, as iniciativas vencedoras podem apresentar proposta de investimento para projeto conjunto da prefeitura e da cooperativa ou associação de até R\$ 120 mil, num total de 12 iniciativas, em 4 categorias.

A PNRS também fortalece os catadores de material reciclável, promovendo a formação de cooperativas e sua inclusão na cadeia produtiva da reciclagem. Tudo isso fortalece a própria indústria da reciclagem, que vai receber resíduos da separação doméstica, da coleta seletiva e das cooperativas de catadores.

## Quadro-síntese da situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável no Brasil

Categorias	Indicadores	Brasil	Sul	Sudeste	Nordeste	Centro-Oeste	Norte
Demografia	Total de catadores	387.910	58.928	161.417	116.528	29.359	21.678
	Média de idade dos catadores	39,4	38,9	40,6	38,3	40,0	36,5
	Mulheres (%)	31,1	34,1	30,9	29,3	34,1	29,5
	Negros (pretos e pardos) (%)	66,1	41,6	63,0	78,5	71,3	82,0
	Catadores residentes em áreas urbanas (%)	93,3	93,5	96,2	88,5	95,6	93,2
	Total de residentes em domicílios com pelo menos um catador	1.426.584	196.787	578.190	456.060	99.412	96.135
	Razão de dependência de crianças em domicílios com pelo menos um catador	50,0	53,5	43,6	55,3	46,3	64,1
	Formalização da força de trabalho (CTPS e RJU) (%)	38,6	32,2	45,7	33,8	38,4	29,0
Trabalho e renda	Rendimento médio do trabalho dos catadores (R\$)	571,56	596,9	629,89	459,34	619,00	607,25
	Desigualdade de renda entre os catadores (Índice de Gini)	0,42	0,42	0,39	0,43	0,37	0,42
	Residentes em domicílios com pelo menos um catador extremamente pobre (menos de R\$80 per capita %)	4,5	4,1	2,2	8,4	1,8	3,8

Previdência	Catadores com contribuição previdenciária (dados PNAD 2012) (%)	15,4	25,9	17,7	6,2	10,6	7,4
	Cobertura da população idosa em domicílios com pelo menos um catador	57,8	59,1	56,1	61,5	55,1	54,8
Educação	Taxa de analfabetismo entre os catadores	20,5	15,5	13,4	34	17,6	17,2
	Catadores com 25 anos ou mais com pelo menos ensino fundamental completo (%)	24,6	20,6	28,3	20,4	23,9	30,0
	Catadores com 25 anos ou mais com pelo menos ensino médio completo (%)	11,4	7,9	13,5	9,7	10,8	14
Acesso a serviços públicos	Domicílios com pelo menos um catador com esgotamento sanitário adequado (%)	49,8	40,9	75,4	32,5	28,0	12,3
	Crianças (0 a 3 anos) que frequentam creche residentes em domicílios com pelo menos um catador (%)	22,7	19,8	27,9	21,7	18,5	13
	Domicílios com pelo menos um catador com acesso a energia elétrica (%)	99,2	98,5	99,7	98,4	99,5	98,4
Inclusão digital	Domicílios com pelo menos um catador com computador	17,7	20,1	26,4	7	19,2	9

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2012<sup>a</sup>); PNAD 2012 (IBGE, 2012b).

Dada a heterogeneidade que caracteriza essa categoria profissional, não é fácil chegar a um número preciso desses profissionais, tanto no Brasil como em qualquer parte do mundo. No estudo Diagnóstico sobre Catadores de Resíduos Sólidos, realizado pelo Ipea (2011), estimou-se, com base em dados de organizações públicas, empresariais e do próprio Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR, um intervalo entre 400 mil e 600 mil catadoras e catadores no país.

No Censo Demográfico de 2010, constatou-se a existência de 387.910 pessoas em todo o território brasileiro que se declararam catadoras e catadores como sua ocupação principal. Embora esse valor esteja bem próximo da estimativa elaborada pelo IPEA (2011), ele pode estar abaixo do quantitativo real, devido a alguns motivos. Um deles diz respeito à própria natureza da ocupação, que, por ser marcada por forte informalidade, está sujeita a flutuações do ambiente econômico e da demanda por trabalho em outros setores. Sobre esse ponto, Crivellari, Dias e Pena (2008) apontaram para a possibilidade de catadores (sobretudo os de maior escolaridade) terem sido estimulados a procurar outros postos de trabalho, com maior remuneração, que passaram a ser ofertados ao longo da última década com a recuperação do crescimento econômico e do mercado de trabalho no país. (IPEA 2013).

O Projeto “Inclusão Social e Produtiva das Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis” integra a Ação Nacional em Defesa dos Direitos Fundamentais e se destina a fomentar ações voltadas à tutela dos direitos desses trabalhadores, bem como crianças e adolescentes, no contexto da Política Nacional de Resíduos Sólidos e da legislação vigente. Para viabilizá-lo, entretanto, faz-se necessário tornar efetivas, concretas e incisivas as ações do Ministério Público Brasileiro para, em caso de irregularidades:

- ✓ Promover o resgate e a regularização da situação jurídica de catadoras e catadores adultos, idosos, crianças e adolescentes explorados na atividade de catação; e
- ✓ Promover a responsabilização jurídica dos Municípios.

#### **Foram estabelecidos, no âmbito do Projeto, os seguintes objetivos:**

- ✓ Realizar inspeções e instaurar procedimentos investigatórios, de ofício, em face dos Municípios que ainda não promoveram o encerramento dos seus lixões;
- ✓ Investigar e reprimir situações de trabalho degradantes nos lixões e nas ruas; e
- ✓ Expedir notificações recomendatórias, celebrar Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta e ajuizar Ações Cíveis Públicas.

Nessa iniciativa, o Conselho Nacional do Ministério Público lançou o Guia de Atuação Ministerial: Encerramento dos lixões e inclusão social e produtiva de catadoras e catadores de materiais recicláveis<sup>12</sup>.

Um dos principais instrumentos da PNRS a serem levados em conta para o fortalecimento da reciclagem é a instalação, nas cidades, de **programas de coleta seletiva**, envolvendo as etapas de coleta, transporte, tratamento e triagem do lixo gerado por famílias e empresas. Tais programas, além de possibilitarem uma maior eficiência para a reciclagem de materiais diversos, também reduzem os impactos ambientais causados pela disposição inadequada de resíduos sólidos, uma vez que permitem a redução do volume a ser descartado e seu redirecionamento para uma destinação mais adequada.

A coleta inclui resíduos orgânicos e inorgânicos, ou secos e úmidos, ou recicláveis e não recicláveis, que foram previamente separados na fonte geradora. Trata-se de um tipo de tratamento dado ao resíduo que começa na fonte geradora, com a segregação ou separação dos materiais em orgânicos e inorgânicos; e, em seguida, com sua disposição para a destinação, que poderá ser na porta da residência, estabelecimento comercial ou indústria, para posterior coleta pelo poder público ou por catadores, ou por entrega voluntária a pontos de entrega voluntária ou cooperativas de catadores. Posteriormente, esse material será separado em centrais de triagem, em papel (papelão, jornal, papel branco etc.), plástico (pet, pvc, pp etc.), metal (alumínio, flandre, cobre etc.), embalagens

<sup>12</sup> [http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Livro\\_Catadores\\_WEB.pdf](http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Livro_Catadores_WEB.pdf).



compostas e outros, os quais serão organizados e enfardados, e vendidos para serem reciclados, tornando-se produto ou insumo na cadeia produtiva.

A coleta seletiva constitui também uma maneira de sensibilizar as pessoas para a questão do tratamento dispensado aos resíduos sólidos produzidos no dia-a-dia, quer seja nos ambientes públicos quanto nos privados.

A Coleta Seletiva Multi-Seletiva compreende a coleta efetuada por diferentes tipologias dos resíduos sólidos, normalmente aplicada nos casos em que os resultados de programas de coleta seletiva implementados tenham sido satisfatórios.

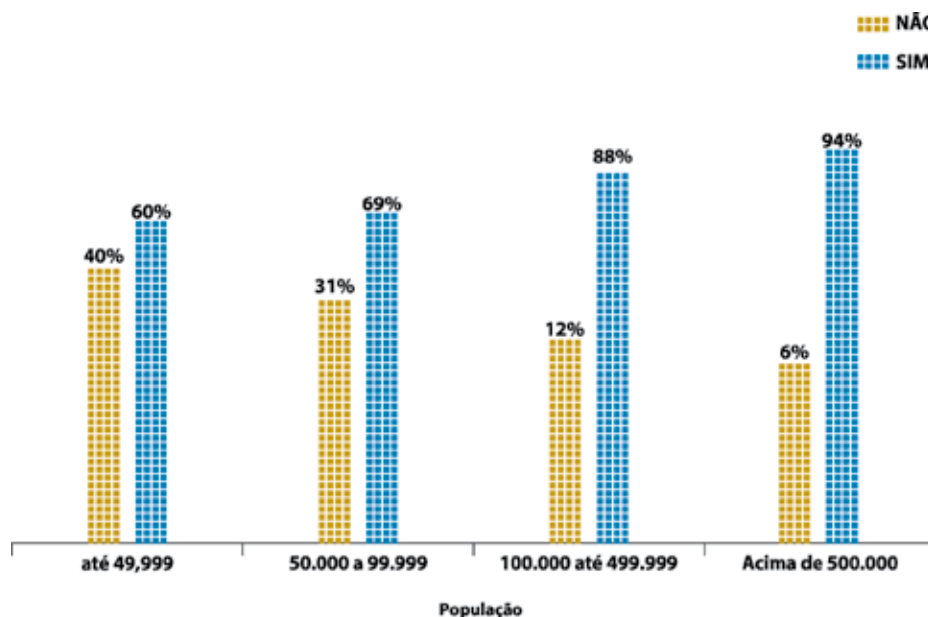
A Resolução CONAMA nº 275, de 25 de abril de 2001, estabelece um código de cores para os diferentes tipos de resíduos, a ser adotado na identificação de coletores e transportadores, bem como nas campanhas informativas para coleta seletiva:

- **Azul: papel / papelão**
- **Laranja: resíduos perigosos**
- **Vermelho: plástico**
- **Branco: resíduos ambulatoriais e de serviços de saúde**
- **Verde: vidro**
- **Roxo: resíduos radioativos**
- **Amarelo: metal**
- **Marrom: resíduos orgânicos**
- **Preto: madeira**
- **Cinza: resíduo geral não reciclável ou misturado, ou contaminado não passível de separação.**

A coleta seletiva possibilita melhores condições para os processos de reciclagem e de logística reversa, além de auxiliar o alcance de metas associadas à disposição de resíduos de forma adequada e sustentável.

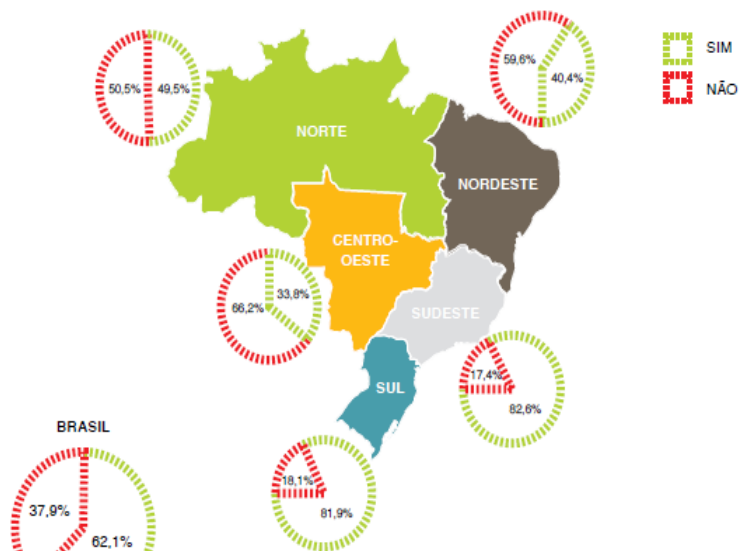
De acordo com pesquisa realizada em 2013 pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais – ABRELPE, 3.459 municípios brasileiros apresentavam iniciativas de coleta seletiva. Os gráficos, as figuras e tabelas a seguir mostram os resultados obtidos para o país:

### Iniciativas de Coleta Seletiva por Grupos de Municípios Classificados por Faixas de População (%)



Fonte: Pesquisa ABRELPE

### Distribuição dos Municípios com Iniciativas de Coleta Seletiva (%)



Fonte: Pesquisa ABRELPE

## Municípios com Iniciativas de Coleta Seletiva

Região	Norte		Nordeste		Centro - Oeste		Sudeste		Sul		Brasil	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013
Sim	213	223	678	725	148	158	1.342	1.378	945	975	3.326	3.459
Não	236	227	1.116	1069	318	309	326	290	243	216	2.239	2.111
<b>Total</b>	<b>450</b>		<b>1.794</b>		<b>467</b>		<b>1.338</b>		<b>1.191</b>		<b>5.570</b>	

Fonte: Pesquisa ABRELPE

Projeções realizadas com base em dados públicos mostram que 27% dos resíduos recicláveis (fração seca) coletados nas cidades foram efetivamente recuperados em 2012, ou seja, foram desviados dos lixões e aterros, retornando à atividade produtiva. No caso das embalagens, o índice de recuperações foi de 65,3%.

A seguir, é apresentada tabela com iniciativas/ações que vêm contribuindo para o alcance da meta do PPCS de aumentar a reciclagem de resíduos sólidos no país:

Ações em curso	Responsável	Tipo	Meta	Resultados
Campanha "Separe o Lixo e Acerte na Lata"	MMA, MDS, SECOM-PR	Ações de Parceria	Não há metas	
Programa Brasileiro de Eliminação de HCFCs – PBH	MMA	Ações governamentais	1 - congelamento do consumo e produção dos HCFCs em 2013, com base no consumo médio de 2009-2010;	O PBH foi aprovado na 64ª Reunião do Comitê Executivo do Fundo Multilateral para a Implementação do Protocolo de Montreal (FML), ocorrida entre os dias 25 a 29 de julho de 2011, com recursos de US\$ 19.597.166,00. Os recursos serão utilizados na implementação da primeira etapa do PBH, que compõe as ações previstas até 2015, com congelamento do consumo em 2013 e redução deste consumo em 16,6% até 2015.
			2 - redução de 10% do consumo em 2015, 35% em 2020, 67,5% em 2025, 97,5% em 2030, e eliminação do consumo em 2040	Meta em andamento.

Iniciativas Voluntárias das Conservadoras (ano da linha de base: 2010)	MMA, Unilever, Metalfrío	Iniciativas voluntárias	1 - Substituição dos gases HFC por gases naturais: 20% das conservadoras até 2012, 35% até final de 2014, 50% até 2016, 65% até 2018, e 80% até 2020;	
			2 - Reutilização e/ou reciclagem dos componentes ao final da vida útil da conservadora: 20% até 2013, 35% até 2015, 50% até 2017, 70% até 2019 e 100% até 2021	
Regulamentação da Lei nº 12.305/2010	Governo Federal	Ações governamentais	A Lei nº 12.375/2010 estabelece o crédito presumido do IPI na aquisição de resíduos recicláveis utilizados como matéria-prima, adquiridos diretamente de cooperativas de catadores	Foi introduzido na tabela de incidência do IPI – TIPI – o código NC (39-2) que reduz a zero a alíquota do imposto incidente sobre o produto constituído de mistura de plásticos exclusivamente reciclados, com camadas externas próprias para receber impressões, denominado papel sintético, classificado no código 3920.20.19, quando destinado à impressão de livros e periódicos.
Campanha “Saco é um Saco”	MMA e diversos parceiros	Ações de parceria	Redução do consumo nacional de sacolas plásticas em 50% até 2014	A meta não pode ser alcançada devido às decisões judiciais contrárias ao fim do fornecimento gratuito das sacolas de plástico. Porém, a discussão não acabou e o efeito é o aumento do consumo sustentável referente ao uso das sacolas plásticas e uma conscientização para o uso das sacolas reutilizáveis. A campanha provocou uma reflexão sobre a necessidade de uso das sacolas e fez despencar em 5 bilhões a quantidade de unidades utilizadas anualmente no Brasil.
Inclusão de simbologia de descarte seletivo em embalagens de bens de consumo	MMA e ABRE	Ações de parceria	3.000 embalagens/produtos entre 2012 e 2014	Meta cumprida

Caderno de Consumo Sustentável – Volume 1 – Reciclagem	MMA e CEMPRE	Ações de parceria	20.000 exemplares distribuídos até 2013	O MMA lançou a série Cadernos de Consumo Sustentável, que são exemplares explicativos e lúdicos, com informações sobre o consumo sustentável e suas colaborações para a sociedade e o meio ambiente. Os cadernos abordam os temas do consumo sustentável: reciclagem, construção e o consumo infantil. A tiragem foi de 100.000 para cada caderno. A meta agora é formar consumidores consciente.
LevPET - sistema de destinação adequada do pet - Portal com a localização dos pontos de entrega de embalagens pet pós-consumo	ABIPET	Iniciativas voluntárias	Informativo, sem metas	O Sistema já está em funcionamento no link: <a href="http://www.abipet.org.br/index.html?method=mostrarMapa&amp;mapa=true">http://www.abipet.org.br/index.html?method=mostrarMapa&amp;mapa=true</a>
Programa Resíduos Sólidos	MMA	Ações governamentais	1 - Apoio a 100 municípios para implantação de programas de coleta seletiva	766 municípios do país já contam com coleta seletiva (Dados da pesquisa Ciclossoft)
			2 - Capacitação e fortalecimento da participação na coleta seletiva de 60 mil catadores	
			3 - Fomento a constituição e implementação de 120 consórcios públicos com atuação em resíduos sólidos	
			4 - Fomento e fortalecimento de 500 cooperativas/associações e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis para atuação na coleta seletiva e nas cadeias da reciclagem	

			5 – Incremento de 100 redes de comercialização de materiais recicláveis coletados pelas associações de catadores	
			6 – Viabilização de infraestrutura para 280 mil catadores	
			7 – Implementação de 8 Acordos Setoriais de logística reversa em cadeias produtivas	
			8 - Elevação para 20% o percentual de municípios brasileiros com reciclagem de resíduos sólidos implantada	
			9 – Implementação de Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) em 35% dos municípios do país	
			10 – Implementação do Sistema de Informação de Resíduos Sólidos	
			11 – Contratação de R\$ 1,5 bilhão para apoio à execução de intervenções de destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos em municípios com presença de formas inadequadas de disposição final	

## VAREJO SUSTENTÁVEL

O Plano de Produção e Consumo Sustentáveis elegeu o Varejo Sustentável como uma de suas prioridades para o primeiro ciclo devido ao seu papel fundamental na economia. Não somente isso, viu também as cadeias de varejo como fortes parceiras do governo na implementação de iniciativas que contribuem para as políticas públicas direcionadas à sustentabilidade. Para entender essa importância, basta olhar alguns números do setor: desde 2003, o varejo cresce o dobro ou até o triplo do Produto Interno Bruto no Brasil e já representa 14% do PIB, com potencial de chegar a 30% em dez anos, segundo dados do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV).

Quando se trata de varejo sustentável, foram levantados questionamentos básicos para a implementação desta iniciativa, tais como que tipo de produto é comercializado e como essa prática é feita; quais são os critérios socioambientais utilizados; e se esses critérios são respeitados ou não em todos os processos, de ponta a ponta.

É fato que ao consumidor é franqueada a decisão sobre o quê e onde comprar, mas para que ele possa exercer seu livre arbítrio, é preciso ter oferta de alternativas. Entre os parceiros nesses esforços estão redes de supermercados, eletrodomésticos, materiais de construção, vestuário e combustíveis, entre outros segmentos do setor varejista. Nesse contexto, a urgente “mudança nos modelos de produção e consumo” sobressai, com muitos desafios a superar nos níveis local, nacional e internacional. Afinal, o varejo é o elo mais importante entre fornecedores e consumidores finais.

O Plano de Ação de Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS) lançou o desafio da implementação de práticas de sustentabilidade para o setor varejista, incluindo o estímulo ao consumo sustentável. O objetivo é incentivar ações para, entre outros:

- ✓ criar mecanismos de monitoramento que comprovem a economia crescente no uso de recursos e na geração de resíduos, principalmente aqueles gerados pelo uso de sacolas plásticas;
- ✓ ampliar o número de lojas ecoeficientes;
- ✓ aumentar o número de pontos de entrega voluntária de embalagens e resíduos;
- ✓ aumentar a oferta de produtos sustentáveis em quatro categorias: alimentos, utensílios, vestuário, e limpeza e higiene; e
- ✓ incentivar produtos que apresentam selos de qualidade e que incluam critérios socioambientais em seus processos de certificação.

Nos últimos anos, o setor avançou no atendimento da Responsabilidade Social das empresas, mas também entendeu que ela somente não basta para consolidar o elo entre sustentabilidade e rentabilidade, competitividade, efetividade e produtividade. Nessa nova abordagem, optar pela sustentabilidade não é considerado sinônimo de estagnação ou aumento de custos, mas sim de inovação e visão de futuro. No Brasil, os grandes grupos de varejo vêm atuando para além das estruturas físicas dos prédios, transformando as lojas verdes em lugares de disseminação de conceitos e práticas do consumo consciente.

Alguns resultados alcançados pelo setor, tais como aqueles obtidos pelas três maiores lojas de varejo do país e parceiras do Plano de Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS), são apresentados a seguir, como demonstrativos dos esforços realizados em todo o território nacional. Os dados e informações mencionados foram obtidos diretamente ou em publicações e páginas web de cadeias, associações, empresas e instituições, de modo a demonstrar o que já vem sendo feito no país, como também todo o potencial do setor para contribuir com a produção e o consumo sustentáveis. Eles incluem ações visando ao aumento na eficiência no consumo de

energia e à conseqüente redução nas emissões de gases; à redução na geração de resíduos, bem como sua coleta e destinação a cooperativas de materiais recicláveis; ao aumento da oferta de produtos com diferenciais e critérios de sustentabilidade; à adoção de embalagens econômicas e recicladas; à oferta de produtos orgânicos e provenientes da agricultura familiar; e à capacitação de seus funcionários para práticas de sustentabilidade, entre muitas outras.

Como exemplo, pode ser citado o Walmart Indaiatuba, no interior de São Paulo, o primeiro hipermercado com iluminação 100% LED no país. O sucesso dessa iniciativa foi alcançado graças ao trabalho em parceria com a cadeia, para identificar um fornecedor apto a desenvolver luminárias e sistemas sob medida para a unidade, que tem 7,9 mil metros quadrados de área construída. O uso exclusivo de LED proporciona economia superior a 27% em iluminação, bem como redução de custos de manutenção, em razão da maior longevidade do produto. Até o fim de 2014, o Walmart quer ter outras 15 lojas da rede, que passarão por reformas, com iluminação desse tipo nas suas áreas de vendas.

A Rede Walmart já conta no Brasil com 42 lojas denominadas **ecoeficientes** por agrupar uma série de iniciativas que visam a reduzir o uso dos serviços ecossistêmicos; 10 foram lançadas em 2013. A empresa conta ainda com um centro de distribuição ecoeficiente. Ao longo dos anos, o Walmart Brasil desenvolveu um menu com mais de 60 iniciativas sustentáveis, que devem ser utilizadas na construção de suas novas unidades ou nas reformas das antigas. Por exemplo, os equipamentos de refrigeração introduzidos nas novas lojas do Walmart Brasil não mais utilizam o gás refrigerante R22, que pode afetar a camada de ozônio do planeta e aumentar o efeito estufa. Em seu lugar, a companhia passou a usar o R404A, que não afeta a camada de ozônio. Em 2013, o Walmart atingiu a meta global de reduzir 20% de suas emissões de gases causadores do efeito estufa, tendo como ano-base 2005. O objetivo foi alcançado antes do prazo estipulado.

Assegurar aos consumidores maior **garantia da origem** da carne bovina por meio de um sistema de monitoramento e apoiar os pecuaristas da Amazônia na produção de gado de modo mais sustentável são os principais objetivos de dois novos projetos do Programa de Pecuária Sustentável do Walmart Brasil, lançados em parcerias com os frigoríficos da rede. O Clube de Produtores é outro programa, lançado há 12 anos, que dá, a pequenos e médios produtores, acesso ao grande varejo, e a clientes, acesso a produtos de qualidade superior e produção mais sustentável.

Por meio do Programa Sustentabilidade **Ponta-a-Ponta**, já em sua 4ª edição, são oferecidos pela rede produtos com melhor desempenho socioambiental, aliando qualidade com inovação e eficiência. Por meio do programa, as etapas do ciclo de vida do produto são detalhadas para identificação de oportunidades de melhorias que levem à redução de indicadores de consumo de recursos naturais, de energia e de emissões (para o ar e água) e de geração de resíduos sólidos, tanto industrial como pós-consumo. Também são identificadas ações de contribuição social e aquelas voltadas à educação ambiental.

Importante instrumento que o Walmart possui para demonstrar suas ações de sustentabilidade é a divulgação de seu Relatório de Responsabilidade Ambiental, que organiza suas iniciativas no modelo de relatório GRI (*Global Reporting Initiative*), disponibilizado em sua página eletrônica.

Desde 2013, o Grupo Carrefour vem atuando em um amplo programa de **gestão de resíduos**, voltado para os público interno e externo da rede. Internamente, todas as lojas da bandeira Carrefour passaram por adequações, que se iniciaram com a elaboração dos Planos de Gerenciamento de Resíduos (PGR), a adaptação das estruturas de operação (coletores, caçambas, locais de armazenamento), a identificação e desenvolvimento de parceiros na gestão de resíduos (empresas que atendam os critérios Carrefour e que possam dar um destino ambientalmente adequado para todos os resíduos segregados), bem como a formação dos mais de 45.000 colaboradores que atuam em nome da empresa no país.

Nesse programa, segundo dados da empresa, foram alcançados expressivos resultados no que tange a geração de resíduos, por exemplo: 40% a menos de resíduos desviados de aterros sanitários para o processo de reciclagem. A companhia também dispõe, em 55 lojas do estado de São Paulo, de um programa específico para reaproveitamento



de lixo orgânico. Todos os farináceos fora da validade e resíduos de sebos e ossos do açougue são transformados em ração animal.

Para o público externo, o Carrefour trabalha para oferecer amplas alternativas ao descarte inadequado de resíduos. Atualmente, as lojas Carrefour recebem embalagens em geral - papel, plástico, vidro, metais e embalagens Tetra Pak, óleo de cozinha usado, medicamentos vencidos, pilhas e baterias e cartuchos de impressoras. Mais de 110 lojas da rede recebem óleo de cozinha usado e o resíduo coletado é transformado em biodiesel e deixa de poluir milhões de litros de água todos os meses. Anualmente, 70 mil litros de óleo são recebidos e recolhidos nas lojas Carrefour em todo o país. Em parceria com a HP, 71 lojas da rede recebem cartuchos de impressoras.

Em 2014, o Carrefour completou a instalação da sua 138ª **Estação de Reciclagem**, consolidando seu projeto para 13 estados brasileiros, incluindo dez cidades sede dos jogos de 2014. O programa “Estações de Reciclagem” contemplou a renovação de 44 pontos já existentes e a instalação de outros 94. Com a expansão, a capacidade de coleta foi ampliada de 350 para mais de 1.000 toneladas ao mês e atende à crescente procura da população por locais que possam receber os resíduos recicláveis gerados em suas residências. São 138 pontos de reciclagem em hipermercados e supermercados, localizados em 47 importantes municípios brasileiros, por onde circulam mensalmente mais de 12,6 milhões de consumidores.

O Grupo Pão de Açúcar é outro que se destaca pelas estações de reciclagem, sendo a primeira rede de varejo a disponibilizar pontos de entrega voluntária. Em parceria firmada com a Unilever, foram criadas as Estações de Reciclagem Pão de Açúcar Unilever, que viraram referência no setor e hoje constituem o maior e mais antigo programa de reciclagem do varejo no País. Tudo o que é arrecadado é doado para cooperativas de reciclagem parceiras do programa, promovendo a inclusão social e a geração de renda.

Outra importante parceria foi o Programa Estação de Reciclagem Extra e Procter & Gamble que, desde julho de 2012, funciona como ponto de entrega voluntária de materiais recicláveis, como papel, plástico, metal, vidro e óleo de cozinha usado. Tudo o que é arrecadado é doado para as cooperativas de reciclagem parceiras, contribuindo assim para a inclusão social e a geração de renda.

O programa **Caixa Verde** é outra iniciativa que estimula a reciclagem, com foco no pré-consumo. No programa, os clientes podem deixar as embalagens secundárias que não precisam ser levadas para casa nas urnas instaladas na saída dos caixas. Podem ser packs promocionais, caixa de pasta de dente, creme de barbear ou pack de bebidas. O programa está presente em 100% das lojas do Pão de Açúcar de todo o país e tudo que é arrecadado também é doado para as cooperativas de reciclagem parceiras do programa.

É importante ressaltar que, no país, também já há empresas varejistas que realizam **inventários** de Carbono e incluem, no cálculo dos principais indicadores ambientais da empresa – consumo de água, energia e geração de resíduos, dados dos fornecedores terceirizados que fabricam parte de seus produtos. Além da criação de estações de reciclagem para estimular os consumidores a separar e levar seus recicláveis para devolução, são realizadas campanhas promocionais oferecendo descontos na conta na troca por embalagens vazias.

**Pactos setoriais, acordos ou ações voluntárias** também fazem parte das iniciativas desenvolvidas com o setor varejista, tais como:

- ABIPLA (Associação Brasileira de Indústrias de Limpeza e Afins): site do programa Movimento Limpeza Consciente, com cerca de mil acessos por mês, de promoção da redução do uso de água e energia, da redução da emissão de gases de efeito estufa, da redução de uso de químicos e de embalagens, e da maior ergonomia na cadeia e para o consumidor; e
- Abre (Associação Brasileira de Embalagem): inclusão da simbologia de descarte seletivo em 3.000 embalagens de produtos de bens de consumo não perigosos cadastrados, além de cerca de 2.000 ainda não cadastrados. A harmonização para a orientação do descarte seletivo de embalagens abrangeu as cadeias de alimentos, bebidas, cosméticos, utensílios e eletrodomésticos, entre outros.

- Além de outras iniciativas voluntárias, tais como:
  - ✓ Sanofi Farma - minimização dos impactos ambientais de suas ações promocionais, fomento ao consumo consciente para médicos e consumidores, promoção da fabricação de produtos mais sustentáveis, e publicação, impressa e em meio digital, do Guia de Consumo Consciente;
  - ✓ Instituto de Embalagens – capacitação técnica de servidores do MMA, das companhias aéreas, SENAI, SEBRAE e Confederação Nacional da Indústria (CNI) com o curso “Embalagens de A a V – do Aço ao Vidro” materiais de embalagens e seu descarte; elaboração de conteúdo do primeiro Caderno de Produção Sustentável sobre Embalagens, ecodesign e descarte de resíduos; e de um filme sobre a importância do ecodesign das embalagens e da correta escolha de materiais.

**Padrões e certificados de sustentabilidade** são instrumentos voluntários, geralmente avaliados por terceiras partes, relacionados a temas ambientais, sociais, éticos e de segurança alimentar. Adotados por empresas para demonstrar o desempenho de suas organizações, instalações, cadeias, processos ou produtos, estão cada vez mais presentes nas estratégias de sustentabilidade das empresas e das redes. A maior parte das certificações considera o tripé da sustentabilidade – qualidade ambiental, equidade social e prosperidade econômica.

Os produtos que usam o plástico verde, por exemplo, são identificados com o selo “I’m green™” em linhas que incluem alimentos para animais, cosméticos, embalagens de produtos de beleza, embalagens de arroz, sacolas promocionais e agroquímicos.

A Certificação LEED<sup>13</sup>, um dos principais selos da construção sustentável ao redor do mundo, é um sistema internacional de certificação e orientação ambiental para edificações que possui o intuito de incentivar a transformação dos projetos, obra e operação das edificações com foco na sustentabilidade. Muitas redes de varejo estão buscando a certificação LEED para suas lojas, reconhecimento que foi dado a 6 estádios da Copa 2014, no Brasil.

A Eurofios, indústria que desenvolve fios para trabalhos manuais a partir de resíduos de companhias têxteis, acaba de receber da Associação Brasileira do Varejo Têxtil (ABVTEX) uma certificação que atesta a confiabilidade da marca para o setor. Responsável pela fabricação de fios e barbantes para artesanato, a empresa já recolheu mais de 100 mil toneladas de resíduos de tecidos das indústrias têxteis e produz cortinas ecológicas.

Outro exemplo é a certificação AQUA – Alta Qualidade Ambiental, auditada pela Fundação Vanzolini, entidade vinculada à Universidade de São Paulo. Uma das lojas da Leroy Merlin, localizada em Niterói, recebeu a primeira certificação AQUA dada a um empreendimento do segmento de varejo no país. O “prédio verde” atendeu às exigências da certificação nas fases de Programa, Concepção do Projeto e Realização da Obra.

Os **Relatórios de Sustentabilidade** também vêm se tornando prática corrente entre as redes de varejo, prática de transparência junto à sociedade para evidenciar o compromisso com a sustentabilidade. A rede C&A foi a primeira empresa do setor de varejo de moda no Brasil a produzir um relatório de sustentabilidade baseado nas diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI). A rede está na 3ª edição do Relatório, no qual são apresentados os resultados e ações em sustentabilidade no período de 2012 e 2013, e contempladas metas para os próximos anos, sobre temas de responsabilidade na cadeia de fornecimento, impacto ambiental, impacto de produtos, gestão de pessoas e engajamento para a sustentabilidade.

O processo de relato, em geral, conta com auditoria externa, o que assegura a consistência dos dados apresentados e a transparência das informações socioambientais.

### Os Mais Sustentáveis – Prêmio GVcev

As empresas varejistas representam um grande potencial de contribuição no campo da responsabilidade social, principalmente por sua característica de contato direto com o consumidor e a comunidade em geral. A capilaridade





<sup>13</sup> <http://www.gbcbrazil.org.br/?p=certificacao>.

territorial e o amplo leque de relações do varejo reforçam sua vocação como agente de transformação social. Esse dado é fundamental para a conscientização do varejista de que não basta ser apenas um comerciante, é preciso criar laços de intimidade com os consumidores e com a comunidade.

Reflexo do avanço na mudança de paradigma do setor é a premiação do GVcev – Centro de Excelência em Varejo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP), que anuncia anualmente os vencedores do Prêmio de Responsabilidade Social e Sustentabilidade no Varejo. Com esse Prêmio, o GVcev – Centro de Excelência em Varejo da FGV-EAESP pretende reconhecer e incentivar programas, projetos ou ações de responsabilidade social desenvolvidos por empresas e instituições varejistas em todo o Brasil. O Prêmio é uma iniciativa que faz parte do Programa FGV-EAESP de Responsabilidade Social no Varejo, que tem como objetivos mobilizar, capacitar, reconhecer e disseminar as práticas de responsabilidade social de empresas e entidades varejistas de todos os portes, setores e regiões do país.

Por responsabilidade social empresarial, é entendida a posição ética e compromissada da empresa em relação às suas atividades e à sociedade, em um processo contínuo que abrange a adoção de princípios e valores nas relações com seus diversos públicos de interesse (funcionários, consumidores, fornecedores, acionistas, parceiros, governo, comunidade, meio ambiente, entre outros), visando a sua sustentabilidade em longo prazo.

O quadro abaixo apresenta os ganhadores da 6ª premiação do GVcev, realizada em 2012.

CATEGORIA	PROJETO	EMPRESA / ENTIDADE	CIDADE / UF
PEQUENA E MÉDIA EMPRESA	Plantar o Verde para colher Saúde	Farmácia Drogacentro	Piraju / SP
	Panetone do Bem	Galeão Supermercados	Blumenau / SC
VENCEDOR 	<b>Programa Ipê Amarelo</b>	<b>PB Lopes</b>	<b>Londrina / PR</b>
GRANDE EMPRESA*	Geração de Renda	Dudalina	Blumenau / SC
	Escola Social do Varejo	Walmart	São Paulo / SP
VENCEDOR 	<b>Economia Verde</b>	<b>Dpaschoal</b>	<b>Campinas / SP</b>
	<b>Qualidade Desde a Origem</b>	<b>Grupo Pão de Açúcar</b>	<b>São Paulo / SP</b>
SHOPPING CENTER	Ciclo Global Sustentável	Auto Shopping Global	Santo André / SP
	Recicla Mundo	Shopping Eldorado	São Paulo / SP
VENCEDOR 	<b>CenterVale Plantando o Futuro</b>	<b>Center Vale Shopping</b>	<b>São José dos Campos / SP</b>
ENTIDADE VAREJISTA	Programa de Qualificação de Fornecedores para o varejo Têxtil	ABVTEX - Associação Brasileira do Varejo Têxtil	São Paulo / SP
	Conexão Social Sindivarejista	Sindivarejista de Campinas e Região	Campinas / SP
VENCEDOR 	<b>Franchising de Baixo Carbono</b>	<b>AFRAS - Associação Franquia Sustentável</b>	<b>São Paulo / SP</b>

(\*) Devido a um empate no Julgamento da Comissão de Premiação foram escolhidos dos vencedores na categoria

## O Varejo e as Sacolas Plásticas

No Brasil, os supermercados saíram na frente e levantaram a bandeira da redução do consumo de sacolas plásticas. Um grande incentivo foi dado pela campanha lançada pelo Ministério do Meio Ambiente em junho de 2009, “Saco é um saco”, em parceria com diversas instituições e empresas, escolas, prefeituras, ONGs e rádios. Além de buscar a conscientização para os impactos provocados pela utilização das sacolas plásticas, a campanha buscou incentivar o uso de sacolas retornáveis e outras alternativas, tendo inclusive realizado o concurso “Sua frase na sacola”.



Dados divulgados pelo Ministério, em 2011, mostram que houve redução de consumo de 5 bilhões de sacolas plásticas em todo o país no período de dois anos depois do lançamento da campanha. Esse índice representou uma diminuição de 33% e corresponde a estimativas levantadas pelas redes de supermercado Walmart, Pão de Açúcar e Carrefour, por cidades que baniram as sacolas voluntariamente, como Xanxerê (SC) e Jundiaí (SP), e pelo Programa de Qualidade e Consumo Responsável de Sacolas Plásticas, do Instituto Nacional do Plástico (INP).

A Associação Brasileira de Supermercados (Abras), parceira do MMA, estipulou metas de redução que devem atingir todo o setor varejista, que corresponde a 76 mil estabelecimentos em todo o país. O objetivo era reduzir em 30% o uso das sacolas plásticas em lojas de todo o país até 2013 e 40% até 2014. No entanto, devido a decisões judiciais contrárias ao fim do fornecimento gratuito das sacolas de plástico, a meta não pode ser alcançada e terá que ser revista. O assunto ainda precisa ser discutido para avançar, entretanto, a campanha e as iniciativas resultaram em conscientização da população para o uso das sacolas reutilizáveis, o que vem aumentando ano a ano.

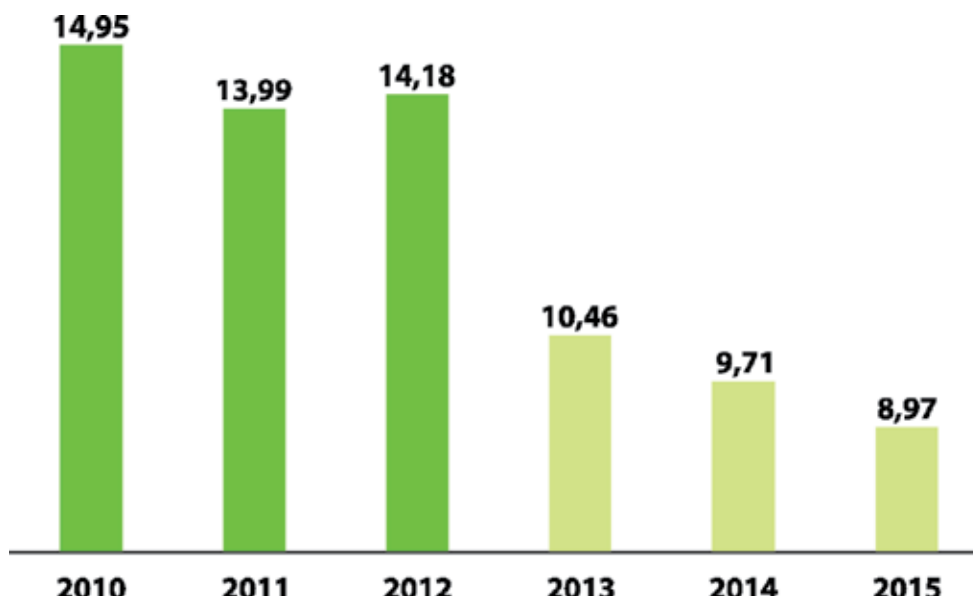
Nesse contexto, cabe ressaltar a criação do Grupo de Trabalho de Sacolas Plásticas, por meio da Portaria MMA nº 404/2012, com o objetivo de estudar o consumo sustentável de sacolas plásticas e propor o disciplinamento normativo da matéria. O GT, composto por representantes do MMA, MJ, INMETRO, instituições de defesa do consumidor, de entidades sem fins lucrativos e representativas dos setores atacadista e outros, busca: (i) identificar as tecnologias disponíveis no Brasil e avaliar os seus reais impactos no meio ambiente, natural e urbano, levando em conta os diferentes cenários de uso das sacolas plásticas; (ii) analisar a possibilidade de criação de certificações para os diferentes tipos de sacolas plásticas descartáveis e reutilizáveis, com o intuito de orientar o consumidor; (iii) selecionar tópicos e conteúdo a serem abordados em campanhas de conscientização sobre os problemas advindos do uso e descarte inadequados de sacolas plásticas; (iv) discutir os padrões de consumo sustentável de sacolas plásticas descartáveis e o papel das sacolas reutilizáveis na política de redução preconizada pelo Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis; e (v) identificar e avaliar instrumentos normativos, bem como propostas em tramitação, no Brasil e no mundo, com a finalidade de obter subsídios para o disciplinamento normativo objeto do GT Sacolas Plásticas.

O Ministério do Meio Ambiente tem também buscado continuar a incentivar a redução do consumo de sacolas plásticas, motivado pela compreensão do impacto acumulado pelo consumo excessivo e do desperdício no uso desses itens, inclusive no contexto do Pacto MMA/ABRAS (Associação Brasileira de Supermercados). O pacto entre

a ABRAS e o MMA foi assinado no Dia do Consumidor, 15 de março de 2011. Pelo termo de compromisso assinado à época, a ABRAS comprometeu-se a reduzir em 40% o consumo de sacolas plásticas até 2015, a orientando o consumidor a buscar sustentabilidade em suas compras.

### Projeção do consumo de sacolas plásticas nos supermercados (em bilhões)

\* Base 2010 – Consumo de 14,945 bilhões/Sacolas



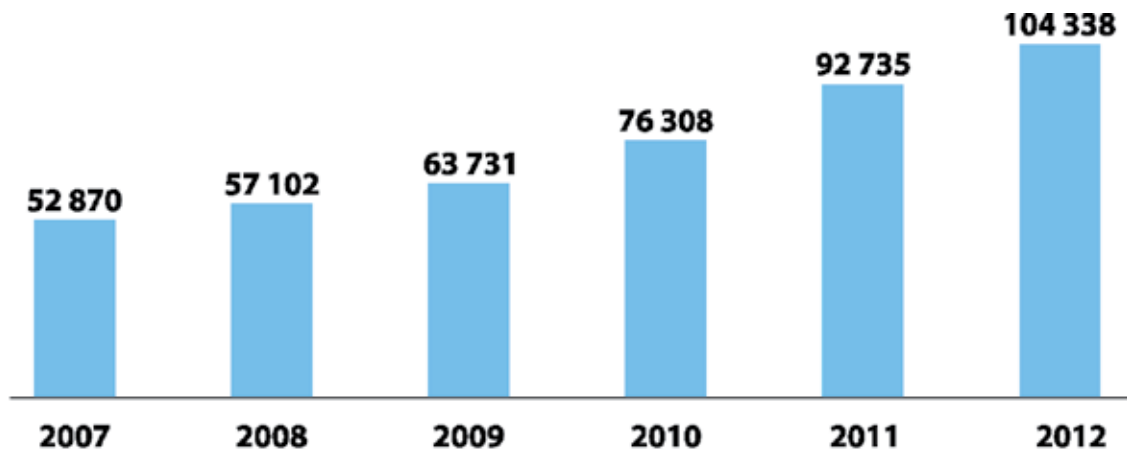
Fonte: Departamento de Economia e Pesquisa / PESQUISA RANKING ABRAS 2011/2012

Segundo a Abras, a campanha de redução do uso das sacolas foi iniciada no município de Jundiaí e continuada no Estado de São Paulo. No primeiro mês, houve uma redução de 57% do consumo de sacolas, mas, após a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público e o Procon de São Paulo, houve a retirada das sacolas biodegradáveis do mercado – então à venda pelo preço de custo –, o que gerou falta de alternativas baratas aos consumidores. A Associação Paulista de Supermercados - APAS criou uma série de benefícios para atender ao consumidor, no entanto, diante de uma ação judicial, foi determinado o retorno à distribuição das sacolas plásticas. A APAS recorreu com uma ação liminar, ainda não transitada em julgado. Segundo a APAS, só as campanhas de conscientização não são suficientes para causar redução expressiva no consumo de sacolas plásticas. A explicitação do preço das sacolas e a possível cobrança seriam ferramentas eficientes, passando a citar casos em outros países onde tal fato ocorreu.

## CONSTRUÇÕES SUSTENTÁVEIS

O setor da construção civil é um dos principais indutores de desenvolvimento nacional. A indústria da construção civil, que inclui a construção de edificações, obras viárias e a construção pesada (obras de infraestrutura e plantas industriais), estende-se para dezenas de segmentos de fornecedores de matérias-primas, equipamentos, serviços e distribuição ligados à sua atividade. Esse setor representa 11,6% do PIB brasileiro e as empresas do setor da construção empregaram, em 2010, cerca de 2,5 milhões de pessoas (IBGE, 2010).

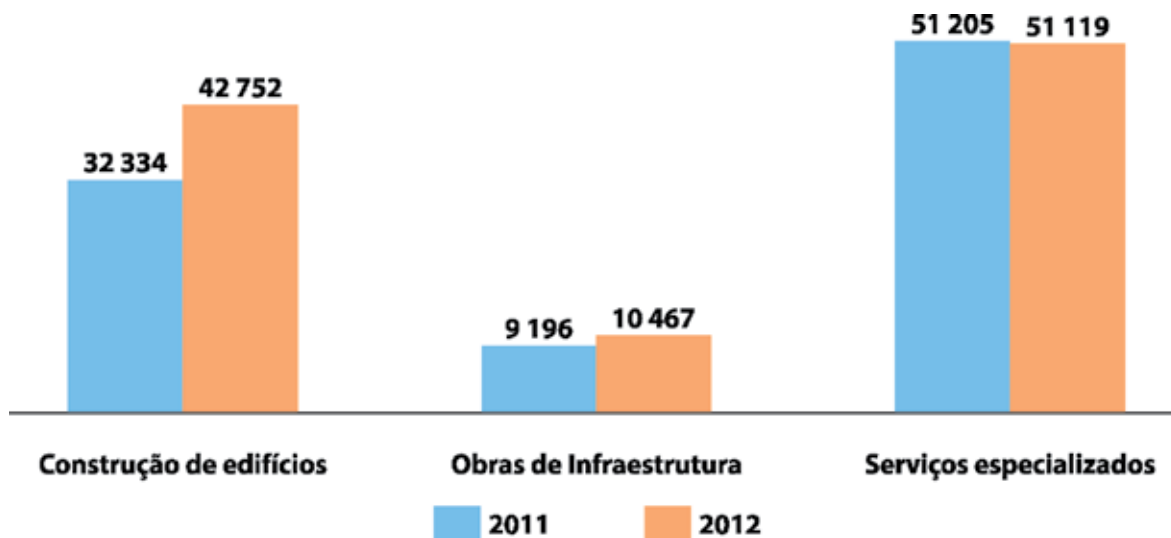
**Valor adicional da atividade da construção – Brasil / 2007 - 2012**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria, Pesquisa Anual da Indústria da Construção 2007/2012

Estima-se que, no Brasil, 50% dos recursos naturais extraídos têm como destino a indústria da construção, que é responsável também por mais de 50% da produção de resíduos sólidos urbanos (entulho) e por 40% da energia consumida. O setor tem alto consumo de recursos naturais e gera grandes volumes de resíduos, desde aqueles gerados na produção dos insumos utilizados, até os derivados da execução ou manutenção da obra (PNUD, 2014).

**Número de empresas segundo setor de atividade - Brasil - 2011/2012**



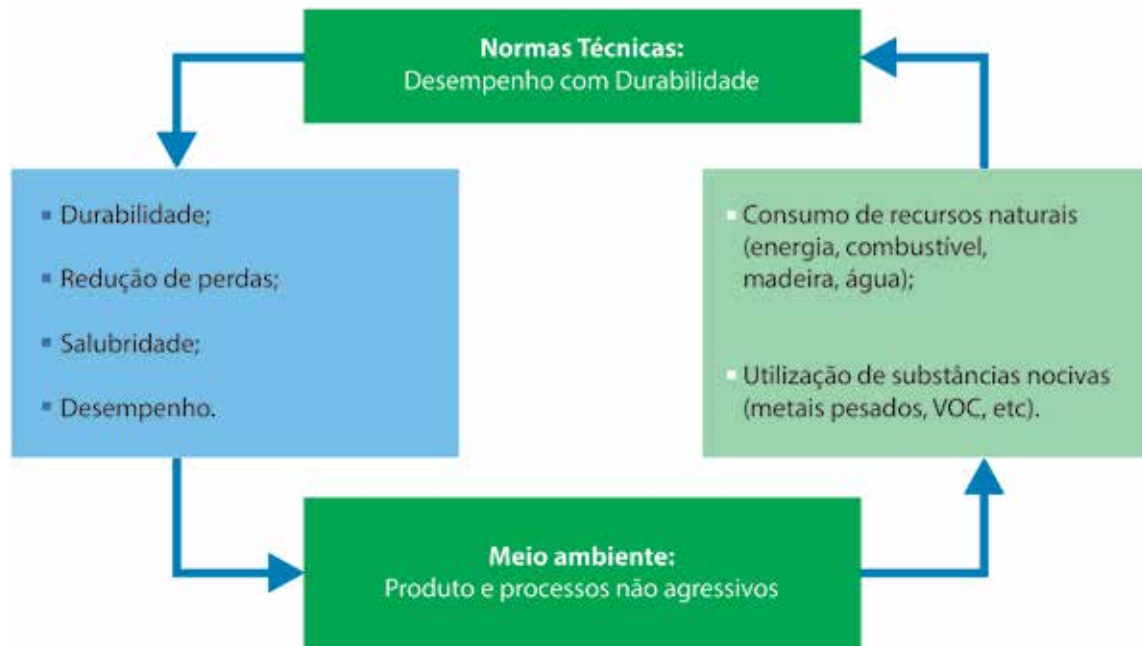
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria, Pesquisa Anual da Indústria da Construção 2011/2012

O principal objetivo do Plano de Produção e Consumo (PPCS) para o tema Construção Sustentável é induzir o setor da construção civil a adotar práticas que melhorem o desempenho socioambiental, desde o projeto até a construção efetiva, passando por uma criteriosa seleção de materiais e alternativas menos impactantes ao meio ambiente e à saúde humana.

Entre as diretrizes para indução do setor da construção sustentável promovidas pelo governo federal, por meio do PPCS, estão: promoção de programas que promovam a eficiência energética, o uso racional de água e seu reaproveitamento, potencialização das condições naturais (ventilação, iluminação, calor), uso de materiais e técnicas ambientalmente amigáveis, promoção da qualidade interna dos ambientes construídos e a gestão dos resíduos.



### Construção Sustentáveis



Fonte: PBQP-H/SNH/MCidades

Nesse contexto, para o primeiro ciclo do PPCS, o governo federal tem adotado medidas para indução da edificação sustentável no Brasil, estratégia que vem provando que pode haver um balanço positivo na conta de custo-benefício em relação às ações para o desenvolvimento sustentável do setor da construção civil. O retorno vem em benefício socioambiental em termos de redução do consumo de água, recursos naturais e energia, e também na produtividade em caso de habitações e na qualidade de vida da sociedade.

A título de ilustração, podem ser mencionadas as ações implementadas pelo governo federal para a promoção do setor, induzidas à sustentabilidade pelo PPCS, onde se destacam: o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H), o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), o PROCEL Edifica, o Selo Casa Azul da Caixa e a certificação das arenas da Copa 2014, exemplos de sucesso na indução do desenvolvimento da cadeia produtiva da construção civil com sustentabilidade.

Desde 2008, as normas do Governo Federal para programas habitacionais sustentáveis passaram a incorporar as variáveis socioambientais, trazendo as seguintes recomendações: minimizar os impactos da obra no meio ambiente; aproveitar os recursos naturais do ambiente local; realizar a gestão e economia de água e energia na construção; promover o uso racional dos materiais de construção; arborizar e estimular o plantio de árvores nos terrenos; promover a coleta e reciclagem dos resíduos sólidos nos empreendimentos; adotar soluções para a melhoria do conforto interno das habitações; e promover a educação ambiental dos moradores.

Essas medidas ajudam a promover um ambiente construído e urbano mais sustentável, ações fortalecidas pelo primeiro ciclo do (PPCS). O potencial de impacto dessa iniciativa pode ser avaliado quando se considera, por exemplo, o montante de recursos investido pelo Governo por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

## Previsão Inicial de Investimentos

Eixos	Investimentos		R\$ bilhões Total
	2011-2014	Pós 2014	
<b>PAC Cidade Melhor</b>	57,1	-	57,1
<b>PAC Comunidade Cidadã</b>	23,0	-	23,0
<b>PAC Habitação</b>	278,2	-	278,2
<b>PAC Água e Luz para todos</b>	30,6	-	30,6
<b>PAC Transportes</b>	104,5	4,5	109
<b>PAC Energia</b>	461,6	626,9	1088,5
<b>Total</b>	<b>955,0</b>	<b>631,4</b>	<b>1.586,40</b>

Fonte: Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão

**Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat – PBQP-H**

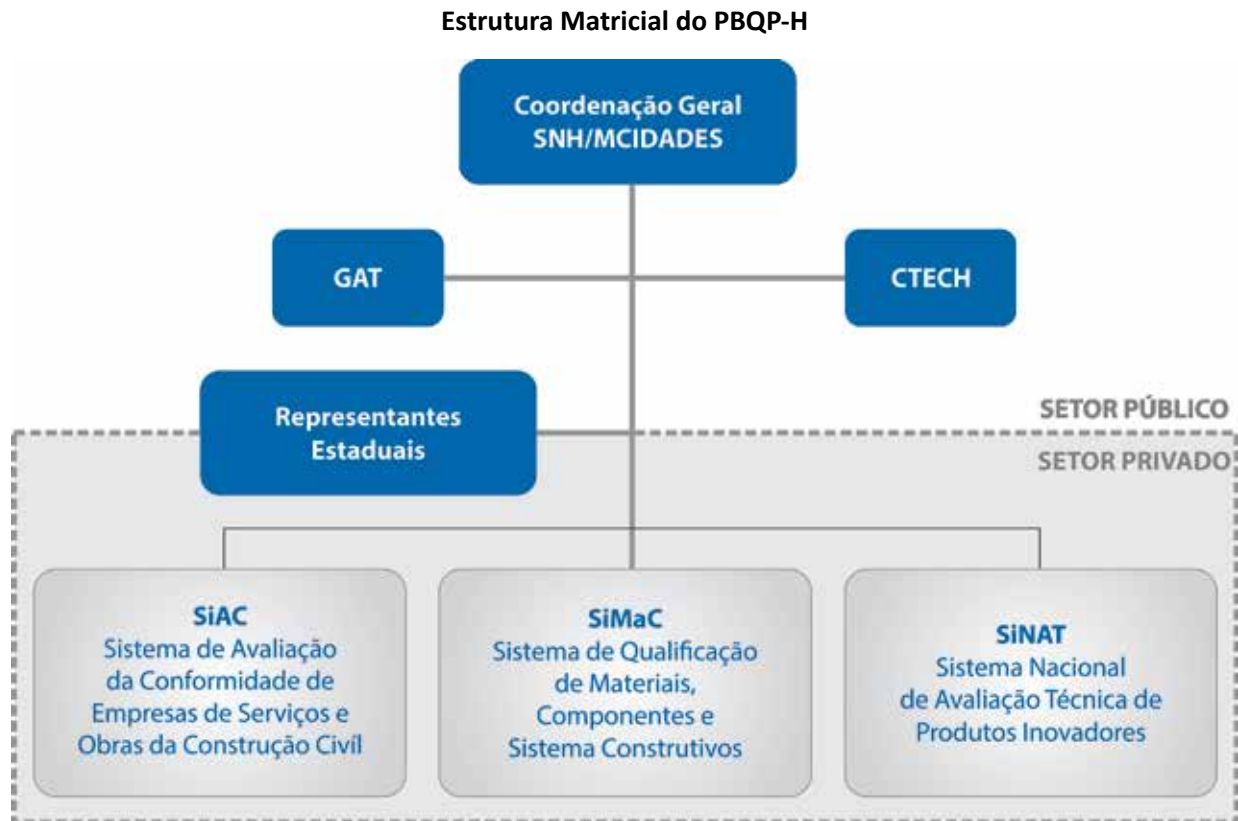


Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat

O **PBQP-H**<sup>14</sup> é um importante instrumento do Governo Federal que visa a promover a qualidade da produtividade do setor da construção civil, sendo organizado a partir de uma estrutura matricial de seus projetos. Para isso, foram criadas Coordenações, o Fórum de Representantes Estaduais, um Comitê Consultivo e um Grupo de Assessoramento técnico (Figura 1). Em nível federal, o programa é gerido pela Secretaria Nacional de Habitação (SNH) do Ministério das Cidades (MCidades).

A meta do PBQP-H é organizar o setor da construção civil em torno de duas questões principais: a melhoria da qualidade do habitat; e a modernização produtiva.

<sup>14</sup> Disponível no sítio <http://pbqp-h.cidades.gov.br>



Fonte: SNH / MCidades

O programa PBHP-H é uma parceria entre o setor público e setor privado e tem sido fundamental para promover mudanças no setor da construção civil. Visando à adequação às demandas de sustentabilidade, o programa PBHP-H desenvolveu sistemas avaliativos de qualidade e desenvolvimento para toda a cadeia produtiva do setor por meio dos sistemas SiAC, SiMaC e SiNAT. Esses sistemas matriciais são importantes porque viabilizam a determinação de indicadores e metas de verificação do atendimento às questões de sustentabilidade do ambiente construído. Os indicadores de sustentabilidade no PBQP-H têm mostrado resultados positivos (MCidades, 2014).

O **Sistema de Avaliação da Conformidade de Serviços e Obras – SiAC** é um projeto propulsor do PBQP-H que tem como objetivo avaliar a conformidade do sistema de gestão da qualidade das empresas de serviços e obras, considerando as características específicas da atuação dessas no setor da construção civil e baseando-se na série de normas ISO 9.000. Esse sistema já certificou aproximadamente 3.265 construtoras, em 3 níveis.

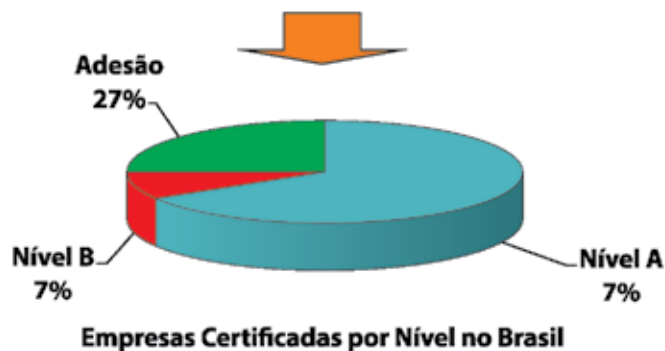
O Sistema busca contribuir para a evolução dos patamares de qualidade do setor, envolvendo especialistas técnicos de execução de obras, serviços especializados de execução de obras, gerenciamento de obras e de empreendimentos, e elaboração de projetos.

Os princípios do SiAC são: abrangência nacional; caráter evolutivo de níveis de avaliação da conformidade progressivos; caráter proativo na busca de criar um ambiente de suporte, que oriente as empresas na obtenção do nível de avaliação da conformidade almejado; flexibilidade na adequação às características regionais, às diferentes tecnologias e às formas de gestão próprias das especialidades técnicas e seus subsetores; sigilo das informações referentes a cada empresa; transparência; e impessoalidades, entre outros.

### Construtoras Certificadas pelo SiAC

#### Especialidade Técnica EXECUÇÃO DE OBRAS

Aproximadamente 3.265 construtoras certificadas no SiAC



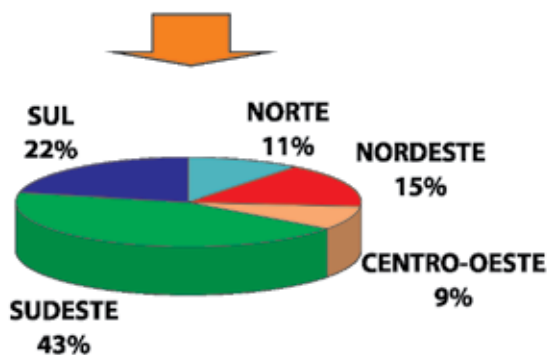
**100% das empresas que atuam no PMCMV**

Fonte: SNH/MCidades

### Empresas Certificadas por Regiões do Brasil

#### Especialidade Técnica EXECUÇÃO DE OBRAS

Aproximadamente 3.265 construtoras certificadas no SiAC



Fonte: SNH/MCidades

Um dos aspectos necessários à sustentabilidade está na qualidade e desempenho dos materiais e componentes construtivos do setor da construção civil. O **Sistema de Qualificação Empresas de Materiais, Componentes e de Sistemas Construtivos – SiMaC** foi criado para combater a não conformidade técnica dos materiais, o desperdício e a baixa produtividade, em parceria com o setor privado.

A meta do SiMaC do PPA 2012-2015 para o Programa Moradia Digna é elevar e manter em 90% o percentual médio de conformidade com as normas técnicas dos produtos que compõem a cesta de promoção da qualidade dos materiais de construção. Por meio de Programas Setoriais da Qualidade (PSQs), se possibilita o combate à não conformidade sistemática dos produtos com base no Código do Consumidor.

### Conjunto de operações que caracterizam o SiMaC



Fonte: SNH/MCidades

Sabe-se que a não-conformidade técnica de materiais e componentes da construção civil resulta em habitações e obras civis de baixa qualidade, afetando o cidadão, as empresas e o ambiente construído e urbano. O SiMaC já apresenta resultados positivos: antes da implantação do Sistema, o percentual médio de não-conformidade dos materiais e componentes da construção civil habitacional estava em torno de 50%. Com a implementação dos Programas Setoriais da Qualidade (PSQs), conseguiu-se reduzir este percentual para aproximadamente 20%, sendo que alguns segmentos já atingiram níveis próximos a 100% de conformidade.

O **Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Produtos (SiNAT)** é uma iniciativa de mobilização da comunidade técnica da construção civil que visa a dar suporte à operacionalização de um conjunto de procedimentos reconhecidos por toda cadeia produtiva da construção civil. Seu objetivo é avaliar novos produtos utilizados no processo de produtivo de construção, que não tenham tradição de uso nacional, para análise de desempenho.

Esse sistema tem como metas o estímulo à inovação tecnológica, o aumento de alternativas tecnológicas disponíveis para a produção habitacional e a competitividade do setor da construção civil.

### Novos Sistemas Construtivos Estimulados pelo SiNAT



#### Inovação

Entende-se como **produtos e processos inovadores que não possuem norma técnica brasileira** para a análise de desempenho e não tenha tradição de uso no território nacional.

#### Emprego de novas Tecnologias

Fonte: SNH /MCidades

### Diretrizes para Avaliação Técnica de Produto e Sistemas Construtivos - SiNAT

A Diretriz para avaliação técnica de Produtos inclui os requisitos e critérios de desempenho, bom como métodos de avaliação a serem adotados.

#### Aspecto de Desempenho Considerados na Avaliação

##### A) SEGURANÇA

- Segurança estrutural
- Segurança contra o fogo
- Segurança no uso e operação

##### B) HABITALIDADE

- Estanqueidade à água
- Desempenho térmico
- Desempenho acústico



##### C) SUSTENTABILIDADE

- Durabilidade
- Manutenibilidade



Fonte: SNH/MCidades

Foram publicadas diretrizes do SiNAT referentes aos sistemas construtivos inovadores e elaborados documentos de avaliação técnica pelas Instituições Técnicas Avaliadoras - ITAs. Essas iniciativas visam a aprimorar componentes e sistemas construtivos e promover a qualidade das habitações.

### Publicações das Diretrizes do SiNAT



#### Diretrizes SiNAT Publicadas

**Nº 001** - Paredes de concreto armado moldadas no local - julho/2009;

**Nº 002** - Painéis estruturais pré-moldados - novembro/2009;

**Nº 003** - Light Steel Framing - abril/2010;



**Nº 004** - Paredes de concreto com formas de PVC incorporadas - set/ 2010;

**Nº 005** - Light Wood Framing - agosto/2011;

**Nº 006** - Argamassa decorativa para revestimento monocamada - julho/2012;

**Nº 007** - Telhas plásticas para Telhado - julho/2012;



**Nº 008** - Alvenaria interna não estrutural de blocos de gesso - dez/2012;

**Nº 009** - Sistema de vedação vertical externa - dez/2012;

**Nº 010** - "Painéis Sanduíche" - fev/2014.

Fonte: (MCidades, 2014)

#### Documentos de Avaliação Técnica - DATec Publicados:

- ✓ Nº 001 –A –Sistema Construtivo SERGUS com Fôrmas tipo Banche – julho/2011
- ✓ Nº 002 – Sistema Construtivo SULBRASIL em Paredes de Concretos Armado Moldadas no Local – dez/2010
- ✓ Nº 003-A Sistemas Construtivos VIVER de Paredes Constituídas de Painéis Maciços Pré-moldados de Concreto Armado – dez /2010
- ✓ Nº004 – Sistema Construtivo TENDA em Paredes de Concreto Armado Moldadas no Local – fev/2011
- ✓ Nº 005-A- Sistema Construtivo HOBRAZIL de Paredes Maciças Moldadas no Local, de Concreto Leve com Polímero e Armadura de Fibra de Vidro Protegida com Poliéster – junho/2011
- ✓ Nº007 – Sistema ROSSI de painéis estruturais maciços pré-moldados de concreto armado para execução de paredes – Nov/2011
- ✓ Nº 008 - Sistema JET CASA (PDG REALTY S.A) de painéis pré-moldados mistos de concreto armado e blocos cerâmicos para paredes – Nov/2011
- ✓ Nº009-A – Sistema CASA EXPRESS de painéis pré-moldados mistos de concreto armado e blocos cerâmicos para paredes – fev/2012
- ✓ Nº 010 - Sistema Construtivo BAIRRO NOVO em paredes de concreto armado moldados do local – março/2012

- ✓ N° 11 – sistema Construtivo CARRILHO em paredes de concreto armado moldadas no local- maio/2012
- ✓ N° 012 Sistema Construtivo PRECON de painéis de vedação pré-fabricados mistos- julho/2012
- ✓ N°013 – Sistema Construtivo em paredes constituídas de painéis pré-moldados mistos de concreto armado e blocos cerâmicos – Construtora DHARMA – dez/2012
- ✓ N° 014 – Sistema Construtivo a seco SAINT – GOBAIN Light Steel Frame – abril/2013
- ✓ N° 015 – Sistema construtivo LP BRASIL OSB Light Steel Frame e fechamento em chapa de OSB revestidas com siding vinílico – abril/2013
- ✓ N° 016 – Sistema Construtivo LP BRASIL OSB Light Steel Frame e fechamento Smart Side Panel -abril/2013
- ✓ N° 017 – Sistema Construtivo GLOBAL de paredes constituídas por painéis de PVC preenchidos com concreto – agosto/2013
- ✓ N° 018 – Sistema Construtivo GIASSI composto por painéis de concreto armado pré-fabricado- agosto/2013
- ✓ N°019 – Argamassa decorativa “Weber – pral classic SE” para revestimento – outubro/2013
- ✓ N° 020 – Sistema Construtivo TECVERDE: “Sistema leve em madeira” – novembro/2013
- ✓ N° 021 – Sistema Construtivo “CASAS OLÉ” – janeiro/2014.

#### Sustentabilidade – Economia de Água:

Um resultado positivo das iniciativas de sustentabilidade para o aperfeiçoamento do setor da construção civil no Brasil, por meio do PBQP-H, tem sido o esforços para melhorar o desempenho nos âmbitos de redução do consumo de água, melhoria do desempenho funcional de equipamentos, melhoria da estanqueidade das torneiras, e a aplicação de inovação e de novas tecnologias para produtividade e qualidade do habitat, entre outros. Um exemplo prático é a redução de água consumida por descarga no uso de bacias sanitárias que reduzem em até 40% o consumo de água em cada aparelho, e em até 15% o consumo diário de água de uma habitação.



## Redução de Água de Consumo por Descarga

### Bacias Sanitárias

Redução de 40% no consumo de cada aparelho, reduzindo em até 15% o consumo diário de água de uma habitação.



### Metais Sanitários

Melhoria da estanqueidade e dispersão do jato de torneiras e registros, reduzindo de 10 a 15% as perdas de águas por vazamento.

Fonte: SNH/MCidades

### Resíduos Sólido de Construção (RSC):

Um dos desafios estratégicos do PBQP-H é a implementação do Plano da qualidade da Obra (PQO) que possa definir os destinos adequados para os resíduos sólidos e líquidos produzidos pelas obras (entulhos, esgotos, águas servidas), que respeitem o meio ambiente e estejam em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) e com as legislações estaduais e municipais aplicáveis. Sabe-se que 40% a 70% do entulho são dispostos irregularmente, sendo que 60% a 80% de RSC são passíveis de serem reciclados (BLUMENSCHEIN, 2007 e NORIE/UFRGS).

A redução da geração do resíduo da construção está diretamente ligada ao processo construtivo como um todo que, devidamente integradas, reduzem o nível de perdas, diminuindo a geração de resíduos. O PBQP-H propõe a inclusão de indicadores da qualidade voltados à sustentabilidade do canteiro de obras da empresa por meio de indicador de geração de resíduos ao longo da obra em metros cúbicos por trabalhadores ao mês, indicador de consumo de água em metros cúbicos por metro quadrado de área construída, e de indicador de consumo de energia ao longo da obra em kWh por trabalhador ao mês e ao final da obra em kWh por metro quadrado de área construída.

As metas dos indicadores são definidas pela própria construtora. Sendo que o Organismo de Avaliação da Conformidade (OAC) acompanha a evolução desses indicadores entre uma obra e outra, verificando se foram implementadas ações que visem à melhoria dos resultados de sustentabilidade dos empreendimentos.

### Programa MINHA CASA MINHA VIDA – PMCMV

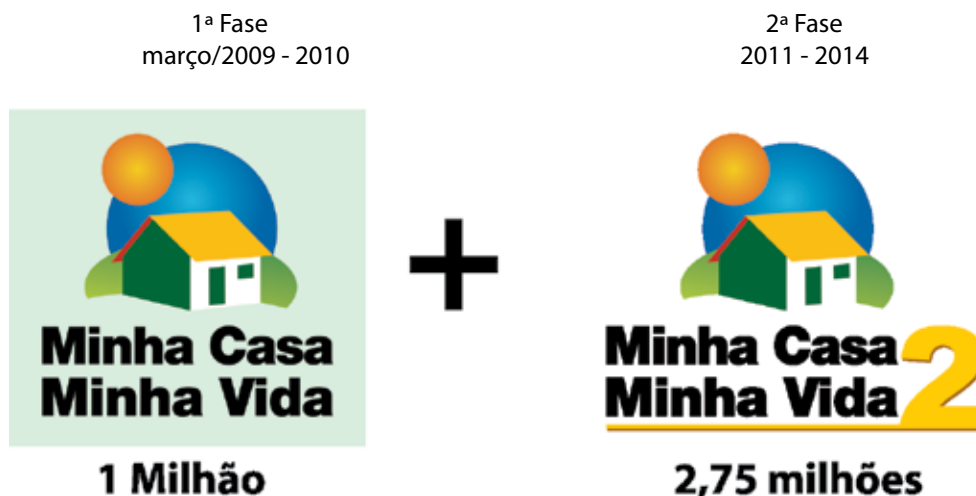
Em março de 2009, o Governo Federal lançou o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV (Lei nº 11.977/09), com meta de produzir 3,75 milhões de habitações até o final de 2014. As diretrizes gerais para aquisição e alienação dos imóveis do Programa – recursos, Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)<sup>15</sup> estão definidas nas seguintes Portarias do Ministério das Cidades:

- ✓ Portaria nº 168, de 12/04/2013 – para atuação nas capitais e respectivas regiões metropolitanas, quando existentes, nas regiões metropolitanas de Campinas/SP e Baixada Santista/SP, nos municípios limítrofes à Teresina/PI e que pertençam à respectiva Região Integrada de Desenvolvimento – RIDE, no Distrito Federal e nos municípios com população igual ou superior a 50.000 habitantes e municípios enquadrados no item 4.1, Anexo I, da Portaria.
- ✓ Portaria nº 363, de 12/08/2013 – para atuação dos demais municípios com população inferior a 50.000 habitantes.

O Programa Minha Casa, Minha Vida, responsável pela produção, em cinco anos, de mais de 3 milhões de novas habitações de interesse social, constitui a nova fronteira de atuação do setor público em construções sustentáveis, juntamente com o setor de construção civil: implantação da norma ABNT de desempenho, com importantes implicações na sustentabilidade das edificações pelo impacto da aplicação nas condições pós-ocupação das edificações.

#### Números de Habitações Produzidas no PMCMV

**3,75 milhões de Habitações até o final de 2014**



Fonte: SNH/Ministério das Cidades

A sustentabilidade do Programa está no atendimento às ações que visam à promoção da melhoria da qualidade de vida das famílias atendidas, à criação de novos postos de trabalho diretos e indiretos, em especial por meio da cadeia produtiva da construção civil, e à promoção de condições de acessibilidade às áreas públicas e de uso comum nos empreendimentos. As diretrizes do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H), entre elas, a utilização de materiais de construção produzidos conforme as normas técnicas e

<sup>15</sup> As especificações dos empreendimentos estão dispostas no endereço: <http://www.cidades.gov.br/index.php/programas-e-acoes/1069-fundo-de-arrendamento-residencial-far.html>.

a contratação de empresas construtoras certificadas, também devem ser respeitadas. O (PMCMV)<sup>16</sup> prevê ainda que os projetos precisam estar regularizados nas prefeituras, concessionárias e órgãos ambientais, e atender à legislação trabalhista. É recomendada ainda a arborização dos empreendimentos na proporção de uma árvore por casa, nos empreendimentos horizontais, e uma árvore por apartamento, nos empreendimentos verticais.

O Governo Federal, por meio do Ministério das Cidades, regula todo o Programa, desde o enquadramento do público a ser atendido, as revisões do MCMV e as regras dos operadores do sistema (Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, estados e municípios, principalmente).

Segundo a Secretaria Nacional de Habitação (SNH), a manutenção de programas que atendam à classe C é fundamental, assim como a parceria entre o poder público e privado. Além disso, Magalhães apontou os custos – aderência ao perfil das famílias e barateamento dos processos de produção, qualidade e sustentabilidade, como os principais desafios do programa Minha Casa, Minha Vida 2 (MCidades, 2014).

Na implementação do PMCMV, tem sido feito esforço na busca de um equilíbrio entre a proteção ambiental, justiça social e viabilidade econômica no combate ao déficit habitacional e na qualificação dos centros urbanos, visando a construir empreendimentos habitacionais planejados segundo princípios de sustentabilidade que contemplem a conformidade com a legislação do uso e ocupação do solo, os aspectos ambientais e as normas de edificação, permitindo a integração com a comunidade do entorno e preservando o meio ambiente.

Além disso, busca-se valorizar a auto-estima dos atuais e futuros usuários, e conferir uma condição mais digna e reipeitosa junto ao seu meio social e comunitário, por meio de estratégias arquitetônicas que permitam ventilação adequada, conforto térmico e acústico, iluminação com o máximo aproveitamento da luz solar e reaproveitamento da água proveniente das chuvas, além de pavimento mais permeável, com redução da área impermeabilizada.

### Unidades Habitacionais Contratadas

Total de Unidades Habitacionais Contratadas: 3.239.629

RENDA FAMILIAR	UNIDADES HABITACIONAIS CONTRATADAS
FAIXA 1: ATÉ R\$ 1.600,00	1,52 Milhão
FAIXA 2: ATÉ R\$ 2.750,00	1,29 Milhão
FAIXA 3: DE R\$ 2.750,01 ATÉ R\$ 5.000,00	417 Mil

Investimento R\$ 199 Bilhões

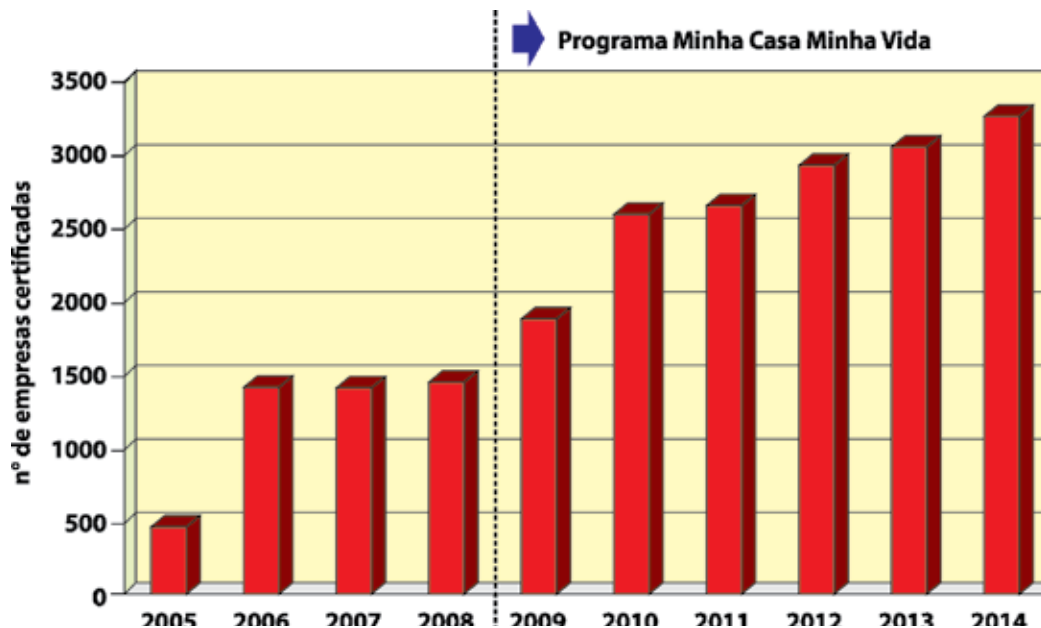
Unidades Habitacionais Entregue 1.509.520

Fonte: SNH/MCidades

<sup>16</sup> Informações do PMCMV disponíveis no sítio <http://www.cidades.gov.br/>

As diretrizes do (PBQP-H) foram atendidas no Programa Minha Casa, Minha Vida para as unidades habitacionais entregues, sendo utilizados materiais produzidos por empresas Qualificadas nos PSQs, realizada a contratação de empresas construtoras certificadas no SiAC e atendido o SINAT para produtos inovadores.

**Números de Empresas Certificadas no PMCMV**



Fonte: SNH/MCidades

**Aquecedores Solares de Água:**

**Programa Minha Casa Minha Vida  
COM AQUECIMENTO SOLAR**



**Tipos de Projetos - Tipo 1**



O Programa Minha Casa Minha Vida também estimula um financiamento extra para instalação de aquecimento solar de água nas casas populares.

O Sol fornece anualmente quinze mil vezes mais energia do que a consumida pela população mundial. Há várias formas de aproveitar a energia solar, entre as quais se destaca o aquecedor solar de água, excelente tecnologia para produção de energia limpa e renovável. O aquecedor solar proporciona uma economia mensal média de 35% do consumo de energia elétrica, contribuindo para reduzir a conta de luz.

O Programa Minha Casa Minha Vida (faixa 1) abrange casas térreas em áreas urbanas, em cidades com mais de 50 mil habitantes e para famílias com renda de até R\$ 1,6mil. Para esse grupo de 340 mil unidades, 100% estão sendo atendidas com aquecimento solar (MCidades, 2014).

A meta é o financiamento de 400 mil aquecedores, por linha de crédito da Caixa Econômica Federal (Construcard), sendo o recurso de R\$ 680 milhões disponibilizado para que os interessados possam adquirir os equipamentos para suas residências. Até março de 2014, as ações desenvolvidas alcançaram uma economia de energia de 1,3 milhão de MWh/ ano, equivalente à energia total que será gerada pela Usina Hidrelétrica de Santo Antônio (RO).

Na primeira fase do Programa Minha Casa Minha Vida (2010/2011), 41.449 famílias de baixa renda foram beneficiadas com aquecedores solares em suas novas residências. A meta era de 40 mil, superada em 27,8%, atingindo 50.745 unidades até março de 2014. A ideia do Governo Federal para a segunda fase do PMCMV (2012) é proporcionar às casas térreas de todas as regiões do país aquecedores solares (MCidades, 2014).

Cabe mencionar também o esforço da Eletrobras Procel em direcionar parte de suas ações para a disseminação do uso do potencial de aproveitamento da energia solar para aquecimento de água. Segundo a Eletrobras, o estímulo ao uso de sistema de aquecimento solar traz benefícios para o sistema elétrico, uma vez que possibilita a retirada de carga do horário de ponta, além de propiciar benefícios econômicos para os usuários, considerando que 24% de toda energia elétrica entregue às residências brasileiras é direcionada para aquecer a água para banho (Eletrobras Procel, 2013).

Pode-se citar ainda a parceria entre a Eletrobras, a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), objetivando fornecer estrutura tecnológica para realização de ensaios de eficiência energética em coletores solares e reservatórios térmicos, tendo-se desenvolvido uma ampla pesquisa de campo para avaliar questões relacionadas à manutenção, ao dimensionamento e à qualidade do serviço de instalação dos sistemas de aquecimento solar. Esse estudo serviu de base para gerar um plano de ação para o Programa, bem como subsidiar o Ministério do Meio Ambiente (MMA) no plano brasileiro para disseminação da energia solar, com a meta de dobrar a área instalada de coletores solares no Brasil até 2015.

Cabe ressaltar que, em 2011, a Eletrobras Procel firmou parceria com o Centro Universitário (UNA), de Belo Horizonte (MG), para constituição da Rede Eletrobras Procel Solar, que conta com apoio e atuação de universidades, centros de pesquisas e institutos de educação nas cinco regiões brasileiras. Tendo como principal objetivo criar centros regionais de capacitação profissional e realizar estudos de Medição e Verificação (M&V), priorizando o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

## Eficiência Energética

O Governo criou **Programa de Eficiência Energética em Edificações – PROCEL EDIFICA** em dezembro de 1985, por meio dos Ministérios de Minas e Energia e da Indústria e Comércio, gerido por meio de uma Secretaria-Executiva subordinada à Eletrobrás. Em 18 de julho de 1991, o Procel foi transformado em programa de governo, tendo sua abrangência e responsabilidades ampliadas.



O Programa de Eficiência Energética em Edificações – Procel Edifica é um programa voluntário de etiquetagem e eficiência em edifícios públicos e comerciais – abrangendo o envoltório, a parte física do edifício; o sistema de iluminação; e o sistema de condicionamento de ar – que avalia o tipo de aparelho a ser utilizado e sua eficiência nas diferentes áreas do edifício, sendo um dos subprogramas específicos do Programa de Conservação de energia Elétrica – PROCEL (Eletrobras Procel, 2013).

O Procel Edifica tem como objetivo o desenvolvimento de um conjunto de projetos visando a:

- ✓ investir em capacitação tecnológica e profissional, estimulando a pesquisa e o desenvolvimento de soluções adaptadas à realidade brasileira, de forma a reduzir o consumo de energia elétrica nas edificações;
- ✓ atrair um número cada vez maior de parceiros ligados aos diversos segmentos da construção civil, melhorando a qualidade e a eficiência das edificações brasileiras;
- ✓ divulgar os conceitos e práticas do bioclimatismo, por meio da inserção do tema conforto ambiental e eficiência energética nos cursos de Arquitetura e Engenharia, formando uma nova geração de profissionais comprometidos com o desenvolvimento sustentável do país;
- ✓ disseminar os conceitos e práticas de Eficiência Energética na Edificação entre os profissionais de arquitetura e engenharia, e aqueles envolvidos em planejamento urbano;
- ✓ apoiar a implantação da Regulamentação da Lei de Eficiência Energética (Lei nº 10.295/2001), por meio do Programa Brasileiro de Etiquetagem de Edificações – PBE, no que toca às edificações brasileiras, além de orientar tecnicamente os agentes envolvidos e técnicos de prefeituras, para adequar seus Códigos de Obras e Planos Diretores.

Para atingir seus objetivos, o Procel Edifica atua em seis diferentes vertentes: Capacitação, Tecnologia, Disseminação, Regulamentação, Habitação e Eficiência Energética, e Planejamento.

Em 2013, as principais atividades realizadas pelo Procel Edifica foram:

- Realização de 16 cursos de capacitação para aplicação dos Regulamentos Técnicos de Avaliação do Nível de Eficiência Energética em Edificações Residenciais, Comerciais, Públicas e de Serviços, promovidos em parceria com as instituições integrantes da Rede de Eficiência Energética em Edificações (R3E). No total, foram treinados 280 profissionais de nível Superior;
- Lançamento do Software de Simulação Higrotermoenergético de Edificações Domus Eletrobras, bem como realização de três cursos de capacitação para uso do software, contribuindo para disseminação de conhecimentos sobre conforto ambiental e eficiência energética em edificações, para um total de 90 participantes;
- Avaliação técnica da eficiência energética da edificação sede da Eletrobras no Rio de Janeiro, para verificar a classe de eficiência alcançada no PBE-Edifica, por meio do software Domus Eletrobras. Também foi feita a análise de sensibilidade para obtenção da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (Ence) classe A, com posterior proposição de melhorias na edificação e avaliação de retorno de investimento;
- Elaboração da 3ª edição do livro “Eficiência Energética na Arquitetura”;
- Realização de atendimento ao público, por meio da ouvidoria técnica, totalizando 360 e-mails respondidos;
- Apoio ao Inmetro na publicação do “Requisito de Avaliação de Conformidade para Eficiência Energética de Edificações”, que reúne escopos de “Edifícios Comerciais, de Serviços e Públicos” e “Edifícios Residenciais”, para simplificar processo de obtenção da Ence, bem como apresentar o novo modelo de etiqueta;
- Finalização de um Plano de Contingência para a compulsoriedade do PBE Edifica, bem como de um Plano de Ação do Procel Edifica no período 2013-2015, em parceria com a SAGA Consultoria em Sistemas Energéticos e a Embaixada Britânica; e
- Apoio à concessão da Ence, em parceria com o Inmetro, para um total de 987 edificações, sendo 24 edificações construídas. Merece destaque a Ence classe A obtida pelo Centro Sebrae de Sustentabilidade, construído em Cuiabá – MT.

Com a queda do desmatamento no Brasil, a eficiência energética em edifícios e o agronegócio passam a ser alvos de projetos que visam à redução das emissões de gases de efeito estufa. Importante projeto para apoio à promoção da eficiência energética de edifícios no país é a ferramenta **ProjetEEE**, desenvolvida no âmbito do projeto “**Transformação do Mercado de Eficiência Energética no Brasil - ProjetEEE**”, coordenado pelo MMA, por meio da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental.

O objetivo dessa ferramenta é influenciar e desenvolver o mercado de eficiência energética em edificações comerciais e públicas, e visa a contribuir com uma economia de até 4 milhões de MWh de eletricidade nos próximos vinte anos e com a redução de emissões de GEE em até 2 milhões de toneladas de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>eq) (ANEEL, 2014). Dessa forma, amplia-se a parcela de participação das ações de eficiência energética na redução de emissões prevista nas metas voluntárias do Brasil pelo setor de energia (PNUD, 2014).



O Bloco B da Esplanada dos Ministérios, que abriga os Ministérios do Meio Ambiente e da Cultura, servirá de projeto modelo de eficiência energética para outros edifícios públicos (foto: Fabiana Pullen/PNUD)

“O setor de edificações tem enorme potencial para a redução de emissões de gases de efeito estufa na atmosfera”, diz Alexandra Maciel, analista de infraestrutura da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

A importância da eficiência energética de edifícios para a redução da emissão de gases de efeito estufa vem crescendo devido a uma mudança no perfil das emissões, consequência do trabalho significativo no combate ao desmatamento realizado no Brasil.

Cientes do potencial desse segmento e das necessidades de desenvolvimento de estratégias e políticas para redução das emissões, PNUD, MMA, Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Protocolo de Montreal se uniram para desenvolver um projeto que visa a transformar o mercado de eficiência energética de edifícios no Brasil, por meio do fomento à realização de projetos na área e do aumento dos investimentos na modernização de sistemas de iluminação, ar condicionado e infraestrutura de edifícios públicos e comerciais (PNUD, 2014).

A estimativa é de que, em 20 anos, o projeto contribua para uma economia de até 4 milhões de MW/h, o suficiente para abastecer todo o estado do Mato Grosso do Sul por um ano (dados da Aneel). Além disso, pelo mesmo período de tempo, 2 milhões de toneladas de dióxido de Carbono equivalente (CO<sub>2</sub>eq) deixarão de ser emitidas na atmosfera.

Na primeira fase do Projeto, foi feita uma simulação energética do Bloco B da Esplanada dos Ministérios, visando à certificação do edifício por meio de uma Etiqueta do Programa Brasileiro de Etiquetagem do Inmetro, a exemplo do que já acontece com equipamentos domésticos e eletrônicos, como geladeiras e ar condicionado. O prédio entra agora na fase de certificação do projeto que será implantado, e contempla as soluções e medidas de economia sugeridas pela simulação. A redução no consumo de energia será equivalente a 30%.





Etiqueta do Inmetro que certifica a eficiência energética em edificações comerciais, de serviços e públicas

A intenção é que o projeto desenvolvido para o prédio do MMA e MinC possa ser replicado por outros ministérios que possuem desafios parecidos dentro do Projeto Esplanada Sustentável, e, assim, possam também ter a indicação “A” do selo de eficiência energética.

O governo federal possui 28 mil edifícios espalhados pelo país. Se apenas 47 edifícios públicos com consumo de energia semelhante ao prédio dos dois ministérios implementassem o projeto, a meta de redução de emissões do projeto seria atingida. Para sensibilizar e capacitar o setor público, o projeto realizará, no segundo semestre, um programa nacional de capacitação na etiquetagem de edifícios em cooperação com a Escola de Administração Fazendária (ESAF) do Ministério da Fazenda.

O Projeto busca também formas de minimizar as dificuldades para que empreendedores, gestores ou consultores e empresas de serviços de conservação de energia (ESCO) consigam acesso a linhas de financiamento para desenvolverem os projetos de eficiência energética. Esse processo é conhecido como *Mecanismo de Garantia de Eficiência Energética (EEGM, na sigla em inglês)*, em que uma carta de fiança fornecida pelo BID facilita a empreendedores ou gestores obter créditos junto a instituições financeiras para implantação de projetos de eficiência energética. Assim, tanto o setor público quanto o setor privado passam a ter mais acesso às linhas de financiamento do mercado.

Também para facilitar a concessão de crédito para projetos nessa área, MMA e PNUD, em parceria com o BID, estão realizando capacitações para que instituições financeiras saibam como avaliar projetos de eficiência energética, acabando com o mito de que esses seriam investimentos de alto risco.

Além disso, treinamentos estão sendo oferecidos para consultores e gestores de projetos, com o intuito de capacitá-los a desenvolver projetos de eficiência energética de forma a acessar o EEGM. Brevemente, modelos desses projetos serão disponibilizados ao público para que sirvam de exemplo para a elaboração de projetos relacionados ao tema.

Outras ações que compõem o Projeto são:

- ✓ O *Projetee*, ferramenta online gratuita, desenvolvida pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por meio da qual o usuário, arquiteto, engenheiro ou projetista seleciona a cidade onde a edificação será realizada e a ferramenta oferece soluções simples de eficiência energética de acordo com as características bioclimáticas do local;
- ✓ Desenvolvimento de material informativo e didático acerca da etiquetagem de edifícios para os setores público e privado; e
- ✓ Estudo sobre o estado da arte para contratações de projetos de eficiência energética no Brasil.

### **Selo Casa Azul Caixa – Classificação Socioambiental de Projetos de Empreendimentos Habitacionais**

O Selo Casa Azul da Caixa é o primeiro sistema de classificação da sustentabilidade de projetos habitacionais ofertado no Brasil e desenvolvido para a realidade da construção habitacional brasileira.



O objetivo do selo é reconhecer os projetos habitacionais que demonstram suas contribuições para redução dos impactos ambientais. As construtoras podem se candidatar a receber o Selo Casa Azul CAIXA em seus projetos, que pode ser obtido em três níveis – ouro, prata e bronze –, dependendo da quantidade de critérios atendidos pelo empreendimento, dentro de seis categorias: Qualidade Urbana, Projeto e Conforto, Eficiência Energética, Conservação de Recursos Materiais, Gestão da Água e Práticas Sociais (CEF, 2014).

Com a implementação do Selo Casa Azul CAIXA, pretende-se incentivar o uso racional de recursos naturais na construção de empreendimentos habitacionais, reduzir o custo de manutenção dos edifícios e as despesas mensais de seus usuários, bem como promover a conscientização de empreendedores e moradores sobre as vantagens das construções sustentáveis.

Para auxiliar as construtoras candidatas ao Selo, foi desenvolvido o Guia Caixa de Sustentabilidade Ambiental – Selo Casa Azul (CEF, 2010).

### **Série Cadernos de Consumo Sustentável - Construção e Reformas Particulares Sustentáveis**

A publicação e distribuição da “Construção e Reformas Particulares Sustentáveis”, que faz parte da série Cadernos de Consumo Sustentável, do MMA, teve como objetivo difundir práticas de construção e reforma que gerem economia e durabilidade dentro dos conceitos de habitação sustentável. A BASF, empresa de químicos para construção, colaborou na elaboração desse volume, em parceria que permitirá a distribuição de 100 mil exemplares em todo o país.



De maneira didática, a publicação traz um mapa que mostra, em cada cômodo da casa, quais são as opções para execução de uma obra dentro dos conceitos de sustentabilidade. Além disso, o caderno aponta quais são as melhores disposições dos ambientes em uma residência, para garantir o grau adequado de insolação e ventilação natural em relação a cada lugar.

A publicação aponta o desafio que a sociedade moderna enfrenta: introduzir na área urbana um novo conceito de habitação e construção, que ofereça mais qualidade de vida aos habitantes das grandes cidades com menor impacto ao meio ambiente. Uma das alternativas para alcançar esse objetivo é praticar o consumo sustentável, usando com mais eficiência os recursos e os materiais necessários para a construção ou reforma e diminuindo, assim, o desperdício.

A publicação ratifica a importância de desenvolver projetos que utilizem a iluminação e a ventilação naturais, e outras vantagens que o meio ambiente provê, promovendo os “3 Rs”: reduzir, reutilizar e reciclar nas obras de construção e reforma.

### **Estudo sobre o Estado da Arte da Construção Sustentável<sup>17</sup>**

Outro exemplo meritório de incentivo as edificações sustentáveis foi a elaboração, em 2013, de estudo relativo ao Estado da Arte da Construção Sustentável, por meio de uma parceria entre o MMA, o Conselho Brasileiro da Construção Sustentável (CBCS) e o PNUMA, no âmbito do Projeto PNUMA nº 61-P7 (Brazil Project): “Produção e Consumo Sustentáveis”, o qual servirá como fonte para identificação dos aspectos mais críticos do setor quanto a não sustentabilidade de seus processos e o levantamento de casos de sucesso que apresentem mudança nas práticas de produção que poderá ser utilizados na elaboração das políticas públicas.

Na continuidade dessa parceria, foi também desenvolvido o estudo “Aspectos da Construção Sustentável no Brasil e Promoção de Política Pública Nacional”, publicado em outubro de 2014, o qual procurou organizar um diagnóstico do estado atual da construção civil como subsídio para propor um conjunto de orientações para balizar, de forma técnica e objetiva, políticas públicas futuras, para contribuir com o direcionamento de práticas para uma construção mais sustentável. O escopo definido para o trabalho concentrou-se em três grandes áreas na construção civil: água, energia e materiais. A abordagem do trabalho englobou linhas prioritárias no ambiente construído: edificações e sistemas, com foco na demanda. Foram considerados dados de uma pesquisa virtual com profissionais do setor para agregar demandas da cadeia.

A primeira etapa do projeto teve como objetivo compreender a atuação dos agentes envolvidos no setor da construção civil, suas necessidades e dificuldades, com base em pesquisa com profissionais do setor, em três áreas: eficiência energética, uso racional e gestão da água, e seleção e destinação de materiais no ambiente construído.

A pesquisa apontou as seguintes demandas: (1) carências de conhecimento, necessidade de campanhas de esclarecimento à população e demanda por maior grau de capacitação técnica dos envolvidos; (2) necessidade

<sup>17</sup>Estudo disponível no site: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/producao-e-consumo-sustentavel/estudos-em-pcs>

de criação de ferramentas específicas; (3) necessidade de criação de incentivos e linhas de financiamentos; e (4) demanda de legislação e regulamentos específicos.

O estudo traz, além da identificação de sugestões gerais, recomendações específicas para as áreas foco do estudo. Na questão relativa à água, entre outras, é recomendada a atualização, ampliação e implementação de programas institucionais de gestão da demanda, através da articulação entre os setores públicos e privados, além do estímulo ao uso eficiente por meio de incentivos fiscais ou tarifários, e a substituição ou adequação de equipamentos hidráulicos e a modernização de sistemas hidráulicos prediais.

Entre as 27 políticas e ações prioritárias identificadas para a questão de energia, foi recomendado o apoio e fortalecimento do PBE Edifica (Programa Brasileiro de Etiquetagem), complementado por um programa de avaliação e certificação do desempenho energético operacional de edifícios em fase de uso, o estímulo ao *retrofit* ou reabilitação de edifícios existentes, e a capacitação e treinamento de profissionais, inclusive por meio do fortalecimento de instituições técnicas.

No que tange a cadeia de materiais, a proposta de ACV Modular - encaminhada ao PBACV pela coordenação da área de Materiais ABRAMAT/FIESP-Deconcic – foi considerada coerente com a normalização internacional, simples o suficiente para engajar pequenas e médias empresas a participar da Declaração Ambiental de Produto, e passível de ampliação para escopo o completo, gerando como benefícios extras um *benchmark* do setor e um inventário de gases do efeito estufa. A redução do consumo de matérias primas foi identificada como prioridade. A promoção da industrialização da construção foi considerada uma boa alternativa para reduzir as perdas e, em consequência, os impactos ambientais da construção, bem como para reduzir a geração de resíduos na construção. A inovação foi avaliada como fundamental para a sustentabilidade, a qual poderia ser fortalecida com a criação de um programa de fomento à eco-inovação, com potencial significativo de retorno ambiental e de ganho de competitividade da indústria.

### **Resíduos de Obras**

A Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009) determina, em seu artigo nº 11, parágrafo único, que decreto do Poder Executivo estabelecerá metas gradativas de redução de emissões antrópicas de diversas atividades, entre elas a construção civil. A Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS (Lei nº 12.305/2009) também contém dispositivos importantes para a redução e a reutilização dos resíduos sólidos produzidos pela indústria da construção ao estabelecer que construtoras e municípios devem assumir responsabilidade compartilhada sobre os resíduos produzidos pela construção civil.

A destinação adequada e o reaproveitamento de resíduos ainda é um dos principais gargalos do setor da construção civil. É vital para o futuro de uma efetiva sustentabilidade que sejam incorporadas técnicas de economia de recursos naturais e minimização do impacto no meio ambiente causado pelos resíduos do setor. O potencial do reaproveitamento e reciclagem de resíduos da construção é enorme, mas muito ainda se desperdiça.

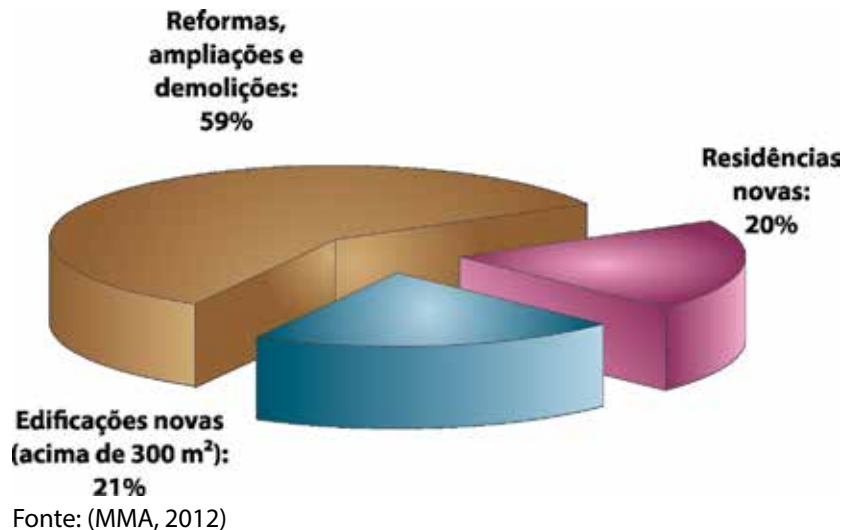
Nos últimos anos, houve avanços importantes nas políticas de gerenciamento de resíduos sólidos nos canteiros de obras, como a criação da Resolução nº 307/2002, e suas alterações, do Conselho Nacional do Meio Ambiente, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão desses resíduos, classificando-os em quatro diferentes classes:

Classe A. resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados (tijolo, concreto etc.)

Classe B. resíduos reutilizáveis/recicláveis para outras indústrias (plástico, papel etc.)

Classe C. resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias viáveis que permitam sua reciclagem (gesso e outros)

Classe D. resíduos perigosos (tintas, solventes etc.) ou contaminados (de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros).

**Origem do RCD em algumas cidades brasileiras (% da massa total)**

Outro importante passo dado pelo governo foi a aprovação da nova Política Nacional de Resíduos Sólidos. O reaproveitamento desse material ganhou um impulso importante já que os municípios brasileiros deverão estabelecer um plano de gestão integrada de resíduos, fiscalizando sua disposição de forma regular e estimulando sua reciclagem. Muitos municípios também possuem leis próprias.

De acordo com a Associação Brasileira para Reciclagem de Resíduos da Construção Civil e Demolição (Abrecon), o Brasil conta atualmente com cerca de 120 usinas de reciclagem em operação ou em fase de implantação, concentradas em sua maioria nas regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba e no Norte Paulista. Considerando as ações isoladas de algumas construtoras, que adquiriram equipamentos de britagem para seus projetos, a Abrecon contabiliza atualmente em torno de 300 iniciativas voltadas à reciclagem de entulhos.

Ainda segundo a Abrecon, cerca de 70% das usinas de reciclagem existentes atualmente estão concentradas na região Sudeste do país, sendo que 80% delas são operadas pelo poder público (prefeituras) ou em regime de concessão para a iniciativa privada. Apenas os 20% restantes correspondem a projetos privados estruturados em sua origem. Em geral, essas unidades fixas trabalham com uma capacidade instalada de 3.000 toneladas por mês de material reciclado, suficiente para atendimento a um município com 300 mil habitantes.

O desafio é grande. Sabe-se que o resíduo sólido de construção e demolição é responsável por um grande impacto ambiental e é frequentemente disposto de maneira clandestina, em terrenos baldios e áreas públicas, ou em botafora e aterros, tendo sua potencialidade desperdiçada.

Para enfrentamento desses desafios, o Governo Federal incentiva a implantação de um modelo tecnológico que prevê a erradicação de lixões e “bota-foras”, sendo que o gerenciamento deve ser realizado na ordem de prioridades definidas na PNRS: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final, preferencialmente em aterros regionais, para obtenção de melhor escala operacional.

Assim, a busca por soluções na área de resíduos reflete a demanda da sociedade, que pressiona por mudanças motivadas pelos elevados custos socioeconômicos e ambientais. O desafio para a gestão de resíduos pode se tornar uma grande oportunidade, visto que, se manejados adequadamente, os resíduos sólidos adquirem valor comercial e podem ser utilizados em forma de novas matérias-primas ou novos insumos. A implantação de um Plano de Gestão trará reflexos positivos no âmbito social, ambiental e econômico, pois não só tende a diminuir o consumo dos recursos naturais, como proporciona a abertura de novos mercados, gera trabalho, emprego e

renda, conduz à inclusão social e diminui os impactos ambientais provocados pela disposição inadequada dos resíduos.

As atuais políticas desenvolvidas pelo governo federal, como a PNRS e a Resolução Conama nº 307 para resíduos da construção civil, têm proporcionado mudanças na atual gestão de RSC, sendo a principal meta atual adequar as cidades às exigências das leis e normas em vigor, para que se possa coletar, transportar e dispor os RSC de forma ambientalmente adequada. Para isso tem-se investido fortemente em ações de parceria entre o setor público e do setor privado.

### **Certificação e Gestão Sustentável das Arenas Esportivas**

Cabe, ainda, destaque para a construção das 12 arenas para a Copa do Mundo 2014, em bases sustentáveis, com base em critérios da certificação LEED (*Leadership in Energy and Environmental Design*) de origem norte-americana, desenvolvida pela ONG *United States Green Building Council*. Tal ação resultou na determinação, pela FIFA, de que as próximas edições do evento adotem a certificação como padrão.

Os critérios avaliados pelo LEED (GBC Brasil, 2014) são:

- ✓ Espaço sustentável – promoção de estratégias que minimizam o impacto no ecossistema durante a implantação da edificação e aborda questões fundamentais de grandes centros urbanos, como redução do uso do carro e das ilhas de calor;
- ✓ Eficiência do uso da água – promoção de inovações para o uso racional da água, com foco na redução do consumo de água potável e em alternativas de tratamento e reuso dos recursos;
- ✓ Energia e Atmosfera – promoção de eficiência energética nas edificações, por meio de estratégias simples e inovadoras, como por exemplo simulações energéticas, medições, comissionamento de sistemas e utilização de equipamentos e sistemas eficientes;
- ✓ Materiais e recursos – encorajamento do uso de materiais de baixo impacto ambiental (reciclados, regionais, recicláveis, de reuso etc.) e redução da geração de resíduos, além da promoção do descarte consciente, desviando o volume de resíduos gerados dos aterros sanitários;
- ✓ Qualidade ambiental interna - promoção da qualidade ambiental interna do ar, essencial para ambientes com alta permanência de pessoas, com foco na escolha de materiais com baixa emissão de compostos orgânicos voláteis, controlabilidade de sistemas, conforto térmico e priorização de espaços com vista externa e luz natural;
- ✓ Inovação e processos - incentiva à busca de conhecimento sobre *Green Buildings*, assim como à criação de medidas projetuais não descritas nas categorias do LEED. Pontos de desempenho exemplar estão habilitados para esta categoria; e



**Mineirão (Belo Horizonte)**

- ✓ Créditos regionais - incentivo aos créditos definidos como prioridade regional para cada país, de acordo com as diferenças ambientais, sociais e econômicas existentes em cada local. Quatro pontos estão disponíveis para esta categoria.



Em mais uma iniciativa voluntária do governo brasileiro, o financiamento do BNDES aos projetos das arenas foi condicionado à obtenção do padrão básico de certificação em construção sustentável.

Dessa forma, a Copa 2014 foi a primeira a ter todas as Arenas Certificadas, o que deve impulsionar o mercado da construção sustentável no país e consolidar a capacidade das principais construtoras brasileiras no setor.

A partir dessa iniciativa, a orientação do Governo Federal é que os próximos eventos esportivos sejam caracterizados pela sustentabilidade. Portanto, a construção de estádios, arenas, quadras esportivas em todo o país deverá observar as diretrizes da construção sustentável. Nesse contexto, o Brasil sediará as Olimpíadas no Rio de Janeiro em 2016 com base em critérios de sustentabilidade.

### Certificação das Arenas da Copa

Arena	Certificação
Fortaleza (Castelão)	LEED Certificado
Manaus (Arena da Amazônia)	LEED Certificado
Recife (Arena Pernambuco)	LEED Prata
Salvador (Fonte Nova)	LEED Prata
Rio de Janeiro (Maracanã)	LEED Prata
Porto Alegre (Beira Rio)	LEED Prata
Belo Horizonte (Mineirão)	LEED Platinum
Brasília (Estádio Nacional de Brasília)	Possui pontuação para ouro – plateia Platinum
Curitiba (Arena da Baixada)	Em análise final pelo Green Building Council – falta comissionamento
Natal (Arena das Dunas)	Certificação Inmetro de Eficiência Energética e em fase de complementação dos relatórios finais para obtenção da certificação LEED
São Paulo (Arena Corinthians)	Fase de Complementação dos relatórios finais para obtenção da certificação LEED
Cuiabá (Arena Pantanal)	Fase de Complementação dos relatórios finais <u>para</u> obtenção da certificação LEED

Fonte: Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis/MMA

## OUTRAS INICIATIVAS

### 1. FINANÇAS SUSTENTÁVEIS

A coordenação de esforços para direcionar a economia brasileira para uma trajetória mais sustentável requer a articulação entre as esferas de governo, as empresas e a sociedade. Como agente envolvido no direcionamento dos recursos para as atividades produtivas, a comunidade financeira tem importante papel a desempenhar, alinhada com o conceito de finanças sustentáveis.

Em outras palavras, os efeitos indesejáveis do crescimento econômico têm preocupado a sociedade civil e suas instituições há algumas décadas, devido aos impactos socioambientais das atividades industriais e à progressiva escassez de recursos naturais. Nesse contexto, o setor financeiro passou a ser estimulado a utilizar variáveis associadas à sustentabilidade em seus processos de concessão de crédito, dando origem às denominadas finanças sustentáveis.

A contribuição da comunidade financeira pode estar na indicação de que empresas, governos e cidadãos devem associar suas decisões de alocação de recursos ao conceito de sustentabilidade, que sugere que, no longo prazo, não há sociedade desenvolvida com empresas fracas, nem empresas vencedoras em sociedades derrotadas. Isto pode ser visto como uma extensão natural da ênfase usual da gestão financeira corporativa em criação de valor, passando-se a considerar, na discussão sobre *value drivers* das organizações, um conjunto maior de grupos de interesse (*stakeholders*).

No que diz respeito às Finanças Sustentáveis, o Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis (DPCS) auxiliou o Banco Central do Brasil (BACEN) na construção das condições necessárias para a publicação da **Resolução nº 4.327**, de 25 de abril de 2014, que dispõe sobre as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Atualmente, trabalha-se no intuito de reinstalar o Fórum dos Bancos, composto por representantes de instituições financeiras públicas, privadas e do Governo Federal, com o objetivo de estabelecer **diretrizes voluntárias** que nortearão a elaboração das políticas de responsabilidade socioambiental, e de criar uma agenda comum com o intuito de fomentar a adoção de critérios de sustentabilidade nos processos de tomada de decisão dessas instituições.



## 2. DIÁLOGOS SETORIAIS

No contexto da promoção da Produção e do Consumo Sustentáveis, o Ministério do Meio Ambiente busca estimular que os processos produtivos se tornem menos impactantes e que o consumo se torne mais responsável para que seja possível progredir rumo a uma economia verde. O resultado que se espera desse processo é a melhora contínua da qualidade de vida da população e a proteção ambiental, por meio de práticas de produção e consumo que respeitem a capacidade de suporte do Planeta, no presente e no futuro.

Uma das agendas prioritárias dessa política se refere a estimular/fomentar os órgãos governamentais a realizarem contratações públicas sustentáveis. Nessa direção, entende-se as contratações públicas sustentáveis como as que consideram critérios ambientais, econômicos e sociais, em todos os estágios do processo de contratação, transformando o poder de compra do Estado em um instrumento de proteção ao meio ambiente, e de desenvolvimento econômico e social.

Diante dessa realidade, um dos desafios para os órgãos públicos tem sido identificar os bens, serviços e obras mais adquiridos pelo Governo Federal para analisar a viabilidade de adotar exigências de sustentabilidade nas licitações futuras, possibilitando ao comprador optar pela contratação que cause menor impacto ambiental.

Nessa perspectiva, foram elaboradas estratégias de curto, médio e longo prazos para que o fomento às contratações públicas sustentáveis possa ser realizado de forma estruturada e consistente ao longo dos próximos anos. Em consequência disso, foi definido como marco inicial dessa estratégia a realização de estudos que apontem os critérios de sustentabilidade que se pode adotar no momento de caracterizar e, posteriormente, selecionar o bem ou serviço demandado.

Além disso, foi identificada a necessidade de mapear quais produtos são ofertados no mercado e qual o estado da arte desses produtos, na perspectiva das características ambientais de sua composição e dos respectivos processos produtivos utilizados em sua produção. Em suma, constatou-se que não basta identificar e listar critérios de sustentabilidade sem que se conheça o atual estágio tecnológico do produto, das matérias-primas necessárias a sua concretude e da combinação de fatores de produção que proporciona a obtenção do produto final.

Diante desse desafio, dois processos foram iniciados. O primeiro foi o de viabilizar a elaboração de **estudo**, em parceria com a Fundação Universidade de Brasília (FUB), com o objetivo de identificar, descrever, catalogar e definir critérios socioambientais relativos a três famílias de bens, selecionados a partir da quantidade demandada pela Administração Pública, quais sejam: os produtos de limpeza e afins, mobiliários e informática. O objetivo desse estudo é o de construir parâmetros que deverão ser utilizados como instrumento operacional efetivo das contratações públicas sustentáveis, no âmbito do sistema de catalogação de materiais (CATMAT).

O segundo processo iniciado foi o de ancorar as discussões dos resultados do estudo no ambiente institucional proporcionado pela Coordenação Sistemática de Produção Sustentável do Plano Brasil Maior, por meio de **Diálogos Setoriais**, para que a definição desses critérios de sustentabilidade possa ser construída a partir da colaboração de representantes do Governo, da academia e da indústria, dando legitimidade e proporcionando a todas as partes interessadas a possibilidade de participar da construção desse instrumento estratégico de política pública ambiental.

Importante destacar, por fim, que a ancoragem dos debates no Plano Brasil Maior é fundamental, na medida em que se trata da política industrial, tecnológica e de comércio exterior do governo federal, sendo composto por um conjunto de diretrizes que norteiam a implementação da estratégia de fomento ao desenvolvimento tecnológico e à inovação na economia brasileira. Acelerar ganhos de produtividade, promover o adensamento produtivo e tecnológico das cadeias de valor, ampliar mercados, criar empregos de melhor qualidade e garantir um crescimento inclusivo e sustentável são alguns dos objetivos que integram um plano de desenvolvimento nacional baseado na mobilização social, na equidade e na criação de um ambiente empresarial propício aos investimentos e à inovação. No âmbito desse plano, diversas medidas de natureza sistêmica voltadas para o desenvolvimento da indústria e dos serviços de apoio à produção foram estruturadas.

**Acordos / Pactos / Iniciativas (Parcerias)**

Organização	Objeto
<b>ABIPLA</b>	Desenvolvimento de trabalhos técnicos, e a respectiva divulgação, concementes aos seguintes temas: (I) melhores práticas na utilização de produtos saneantes, inclusive o uso correto de produtos compactados ou concentrados; (II) responsabilidade pós-consumo das embalagens utilizadas na comercialização desses produtos e (III) da sensibilização dos órgãos governamentais quanto a importância da realização de compras de produtos saneantes junto a empresas que apresentam regularização técnica / jurídica de seus processos produtivos.
<b>ABIQUIM</b>	Desenvolvimento de trabalhos técnicos, e a respectiva divulgação, concementes aos seguintes temas; (I) melhores práticas na utilização de produtos ou processos na indústria química; (II) responsabilidade pós-consumo das embalagens utilizadas na comercialização desses produtos (III) da sensibilização dos órgãos setoriais e governamentais quanto a importância do registro de substância químicas fabricadas ou exportadas, e da substituição dos produtos químicos mais perigosos junto a empresas que apresentam regularização técnica / jurídica de seus processos produtivos, (IV) da capacitação dos trabalhos do setor da indústria química para estimular a produção responsável, o consumo consciente e a difusão de padrões ainda mais elevados de produção e de tecnologia em âmbito Nacional e (V) emprego da simbologia técnica do descarte seletivo e da simbologia técnica de identificação de materiais nas respectivas embalagens, conforme simbologia internacionalmente harmonizada para rotulagem ou na ABNT/NRB 13230, qual sejam, a inclusão da simbologia técnica do descarte seletivo em XXXX produtos/embalagens ano em nível nacional e a inclusão da simbologia técnica de identificação de materiais em XXX produtos/ embalagens ano.

<b>INICIATIVAS VOLUNTÁRIAS</b>	
Organização	Objetivo
<b>Instituto de Embalagens</b>	I – Elaboração de um Caderno de Produção Sustentável sobre Embalagens, ecodesign e descarte de resíduos, II – capacitação de servidores do MMA, seus parceiros e companhias aéreas sobre matérias de embalagens e seus respectivos descartes; III – vídeo sobre a importância do ecodesign das embalagens e da correta encolha de materiais, IV – divulgação de publicações e eventos afins.
<b>Loreal Brasil</b>	I – Oferecer cursos sem tutoria: 6 vídeos aulas de 2 horas cada para cabeleireiros, a respeito dos cuidados fundamentais com uso de água e de energia e com o descarte de resíduos, II – Atingir a meta de carbono zero até 2014 em uma de suas indústrias que está sendo instalada em São Paulo; III – Instalar pelo menos 3 postos de coleta em pontos de venda que possibilitem o retorno de embalagens dos produtos de cosméticos e higiene pessoal do Grupo; IV – Adesão ao Pacto Setorial da Simbologia do Descarte Seletivo firmado entre o MMA e a ABRE, dispondendo-se a inserir em todos os seus produtos o símbolo do descarte seletivo e o especificação de materiais.
<b>Grupo Sanofi Brasil</b>	I – Minimizar os impactos ambientais de suas ações promocionais, II - promover a educação para a cidadania ambiental e consumo consciente, III – promover quando possível o ecodesign em seus produtos.

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	
Organização	Objeto
CAU/BR	Desenvolver ações conjuntas, principalmente de capacitação de pessoal, para proporcionar a disseminação dos critérios e práticas de sustentabilidade, consumo e descarte, fiscalização, a gestão dos resíduos sólidos gerados nos canteiros de obras nas empresas construtoras de pequeno, médio e grande portes, e consumo consciente de energia elétrica, de água, matérias e uso de novas tecnologias na Indústria da Construção Civil.
SINDUSCON/DF	Desenvolver ações conjuntas, principalmente de capacitação de pessoal, para proporcionar a disseminação de critérios e práticas de sustentabilidade, a gestão dos resíduos sólidos gerados nos canteiros de obras às empresas construtoras de pequeno médio e grandes portes, o consumo consciente de energia elétrica, água, materiais e uso de novas tecnologias na indústria da Construção Civil.
CREA/DF	Desenvolver ações conjuntas, principalmente de capacitação de pessoal, para proporcionar a disseminação de critérios e práticas de sustentabilidade, a gestão dos resíduos sólidos gerados nos canteiros de obras às empresas construtoras de pequeno médio e grandes portes, o consumo consciente de energia elétrica, água, materiais e uso de novas tecnologias na indústria da Construção Civil.
CNI	Colaboração e cooperação no desenvolvimento de ações comuns envolvidos o tema produção e consumo sustentáveis.

### 3. RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Há mais de duas décadas, surgiu a percepção de que um bom desempenho socioambiental poderia ser fonte de vantagem competitiva, levando a processos mais eficientes, melhoria da produtividade, menores custos de adequação e novas oportunidades de mercado. Esse entendimento evoluiu com o conceito de *Tripple Bottom Line*, integrando as dimensões ambiental, social e econômica.

O Governo Brasileiro, conforme disposto no parágrafo 47 da Declaração “O Futuro que Queremos” (Rio+20), se comprometeu a encorajar as empresas a considerar a integração das informações sobre a sustentabilidade de suas atividades em seus relatórios periódicos. Buscando a efetiva implementação desse compromisso, os Governos da África do Sul, Brasil, Dinamarca e França criaram, no ano de 2012, o **Grupo de Amigos do Parágrafo 47 - Group of Friends 47 (GoF 47)**.

Com efeito, no Brasil, não existe uma política ou uma estratégia nacional para estimular a publicação de relatórios integrados de sustentabilidade. No entanto, existem diversas iniciativas, sobretudo na esfera privada, que criam um ambiente de aceitação dos relatórios e que pode favorecer a construção de uma estratégia nacional. Esse ambiente tem se dado a partir de diferentes experiências, iniciativas e organizações, que vêm atuando na área de publicação de relatórios. Dentre elas, pode-se citar como exemplo o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da BM&FBOVESPA, que estimula a publicação voluntária de relatórios de sustentabilidade ou similares pelas empresas que desejam ter suas ações negociadas no ISE<sup>18</sup>.

Com relação à agenda atinente aos Relatórios Integrados de Sustentabilidade, foi criado um **Grupo de Trabalho de Relatórios de Sustentabilidade** (GT) com dois objetivos: (1) apontar diretrizes, ou conteúdo mínimo, que

<sup>18</sup> Importante relatar que o Banco Central do Brasil realizou, no ano de 2012, consulta pública de Resolução que dispõe sobre a elaboração e a divulgação do Relatório de Responsabilidade Socioambiental pelas instituições financeiras. A proposta baseia-se no princípio da transparência, em linha com as melhores recomendações e protocolos para a autorregulação, como o Protocolo Verde e os Princípios para o Investimento Responsável. A proposta, embora ainda não publicada, representa um avanço potencial em termos de qualidade da informação.

orientem as empresas e instituições quando da elaboração de seus respectivos relatórios; e (2) formular uma estratégia nacional de estímulo à publicação desses relatórios. São pontos que deverão ser tratados no âmbito desse GT: i) Como o governo usa as informações dos relatórios; ii) Quais as decisões no âmbito governamental que são tomadas a partir dos relatórios; iii) A legislação/regulamento que institui o relatório deve ser genérica ou setorial; iv) Como é feita a fiscalização e a participação social nas informações presentes nos relatórios; v) Quais são as penalidades/incentivos; vi) Como se dá a governabilidade na implementação e uso dos relatórios por parte do governo; vii) Quais órgãos estão envolvidos; e viii) Qual o impacto da normativa.

#### 4. INOVA SUSTENTABILIDADE

O **Programa Inova Sustentabilidade** é uma iniciativa conjunta do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), que tem por finalidade coordenar as ações de fomento à inovação e aprimorar a integração dos instrumentos de apoio disponíveis para investimentos em meio ambiente.

O objetivo do Inova Sustentabilidade é apoiar Planos de Negócio com foco em inovações que induzam a sustentabilidade no desenvolvimento brasileiro. O programa apoia planos de negócio com foco em inovações que induzam a sustentabilidade no desenvolvimento brasileiro em quatro linhas temáticas: Produção sustentável; Recuperação de Biomas Brasileiros e Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis de Base Florestal; Saneamento Ambiental; e Monitoramento de Desastres Naturais. As linhas de produção e de saneamento receberam mais de 90% da demanda de planos de negócio.

Trata-se de uma das iniciativas do Plano Inova Empresa, cujo orçamento total é de R\$ 32,9 bilhões, lançado pela Presidência da República e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) em março de 2013. O edital do programa prevê orçamento de R\$ 2 bilhões, podendo haver aumento do valor disponibilizado a critério das instituições apoiadoras.

Na Etapa 3 do edital do Inova Sustentabilidade, a Finep/MCTI recebeu 196 demandas de planos de negócio. Com isso, a demanda inicial, que somava R\$ 8,4 bilhões, foi reduzida para R\$ 5 bilhões. Estão na disputa projetos de 136 empresas líderes. O valor médio por plano é R\$ 25,7 milhões.

#### 5. INDICADORES E MONITORAMENTO

Informações estatísticas, permanentemente atualizadas e de amplo escopo temático e geográfico, são fundamentais para subsidiar a elaboração, o acompanhamento e a avaliação das ações, projetos, planos e programas. No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, instituição da administração pública federal subordinada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, é o principal provedor de dados e informações, atendendo às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal.

Um grande esforço foi realizado nos últimos 30 anos no Brasil para ampliar o escopo temático coberto pelas pesquisas do IBGE e também para torná-las acessíveis aos seus principais usuários na Administração Pública e à sociedade em geral. Além de pesquisas, censos e estatísticas, índices econômicos e projeções, o IBGE vem desenvolvendo indicadores muito importantes para a área ambiental e do desenvolvimento sustentável.

Desde 2002, o IBGE vem construindo e disponibilizando Indicadores de Desenvolvimento Sustentável no Brasil, integrando-se ao conjunto de esforços internacionais para concretização das ideias e princípios formulados na

Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, no que diz respeito à relação entre meio ambiente, desenvolvimento e informações para a tomada de decisões.

Em sua última edição (2010), foram apresentados 55 indicadores que, em sua maior parte, correspondem àqueles constantes na edição de 2008 – revistos e atualizados – e originam-se de estudos e levantamentos do IBGE, e de outras instituições. Fornecem, em sua dimensão ambiental, informações relacionadas ao uso dos recursos naturais e à degradação ambiental, organizadas nos temas atmosfera, terra, água doce, mares e áreas costeiras, biodiversidade e saneamento. Em sua dimensão social, os indicadores vinculam-se à satisfação das necessidades humanas, melhoria da qualidade de vida e justiça social, abrangendo os temas população, trabalho e rendimento, saúde, educação, habitação e segurança. A dimensão econômica dos indicadores busca retratar o desempenho macroeconômico e financeiro, e os impactos no consumo de recursos materiais e uso de energia, mediante a abordagem dos temas quadro econômico e padrões de produção e consumo. Por sua vez, a dimensão institucional, desdobrada nos temas quadro institucional e capacidade institucional, oferece informações sobre a orientação política, a capacidade e os esforços realizados com vistas às mudanças necessárias para a implementação do desenvolvimento sustentável.

Além dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, o IBGE vem incorporando às pesquisas regulares o levantamento de dados e informações que contribuem para o monitoramento e avaliação da gestão ambiental no país, bem como dos objetivos e metas internacionalmente acordados, tais como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, e compromissos relativos a questões de gênero e outras. Ressalta, nesse sentido, a inclusão na **Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013 – MUNIC2013**, inclusive por demanda do Ministério do Meio Ambiente, das seguintes tabelas:

**Tabela 7** - Municípios, total e adesão dos gestores municipais a Agenda de Compromissos dos Objetivos do Milênio - ODM, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

**Tabela 8** - Municípios, total e adesão dos gestores municipais a Agenda de Compromissos dos Objetivos do Milênio - ODM, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

**Tabela 13** - Municípios, total e com Plano Diretor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

**Tabela 14** - Municípios, total e com Plano Diretor, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

**Tabela 15** - Municípios, total e com instrumentos de planejamento urbano, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

**Tabela 16** - Municípios, total e com instrumentos de planejamento urbano, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

**Tabela 17** - Municípios, total e os atingidos em sua área urbana nos últimos 5 anos, por alagamento e processo erosivo acelerado, segundo as Grandes Regiões e as população dos municípios - 2013

**Tabela 18** - Municípios, total e os atingidos em sua área urbana nos últimos 5 anos, por alagamento e processo erosivo acelerado, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

**Tabela 19** - Municípios, total e os atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enchentes ou inundações graduais, com indicação dos eventos com maior número de edificações atingidas e de ações para evitar ou minimizar os danos causados, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

**Tabela 20** - Municípios, total e os atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enchentes ou inundações graduais, com indicação dos eventos com maior número de edificações atingidas e de ações para evitar ou minimizar os danos causados, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

**Tabela 21** - Municípios, total e os atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enxurradas ou inundações bruscas, com indicação dos eventos com maior número de edificações atingidas e de ações para evitar ou minimizar os danos causados, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

**Tabela 22** - Municípios, total e os atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enxurradas ou inundações bruscas, com indicação dos eventos com maior número de edificações atingidas e de ações para evitar ou minimizar os danos causados, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

**Tabela 23** - Municípios, total e os atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por escorregamentos ou deslizamentos, com indicação dos eventos com maior número de edificações atingidas e as ações para evitar ou minimizar os danos causados segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

**Tabela 24** - Municípios, total e os atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por escorregamentos ou deslizamentos, com indicação dos eventos com maior número de edificações atingidas e as ações para evitar ou minimizar os danos causados, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

**Tabela 25** - Municípios, total e com instrumentos de planejamento, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

**Tabela 26** - Municípios, total e com instrumentos de planejamento, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

**Tabela 27** - Municípios, total e com instrumentos de gerenciamento de riscos de desastres decorrentes de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas, nas áreas urbanas, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

**Tabela 28** - Municípios, total e com instrumentos de gerenciamento de riscos de desastres decorrentes de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas, nas áreas urbanas, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

**Tabela 29** - Municípios, total e com instrumentos de gerenciamento de riscos de desastres decorrentes de escorregamentos ou deslizamentos de encostas, nas áreas urbanas, com indicação da estimativa da população vulnerável aos eventos, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

**Tabela 30** - Municípios, total e com instrumentos de gerenciamento de riscos de desastres decorrentes de escorregamentos ou deslizamentos de encostas, nas áreas urbanas, com indicação da estimativa da população vulnerável aos eventos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

**Tabela 49** - Municípios, total e com estrutura na área de meio ambiente, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

**Tabela 50** - Municípios, total e com estrutura na área de meio ambiente, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

**Tabela 51** - Pessoal ocupado na área de meio ambiente, por vínculo empregatício, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

**Tabela 52** - Pessoal ocupado na área de meio ambiente, por vínculo empregatício, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

**Tabela 53** - Municípios, total e com Conselho Municipal de Meio Ambiente, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

**Tabela 54** - Municípios, total e com Conselho Municipal de Meio Ambiente, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

**Tabela 55** - Municípios, total e com Fundo Municipal de Meio Ambiente, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

**Tabela 56** - Municípios, total e com Fundo Municipal de Meio Ambiente, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

**Tabela 57** - Municípios, total e com Agenda 21, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

**Tabela 58** - Municípios, total e com Agenda 21, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

**Tabela 59** - Municípios, total e com legislação específica para tratar da questão ambiental, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

**Tabela 60** - Municípios, total e com legislação específica para tratar da questão ambiental, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

**Tabela 61** - Municípios, total e que fazem parte de Comitê de Bacia Hidrográfica, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

**Tabela 62** - Municípios, total e que fazem parte de Comitê de Bacia Hidrográfica, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

**Tabela 63** - Municípios, total e com programas implantados em parceria com o Governo Federal, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

**Tabela 64** - Municípios, total e com programas implantados em parceria com o Governo Federal, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

**Tabela 65** - Municípios, total e com Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA de âmbito estadual ou similar, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

**Tabela 66** - Municípios, total e com Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA de âmbito estadual ou similar, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

**Tabela 67** - Municípios, total e com Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, nos termos estabelecidos na Política Nacional de Resíduos Sólidos, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

**Tabela 68** - Municípios, total e com Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, nos termos estabelecidos na Política Nacional de Resíduos Sólidos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

**Tabela 69** - Municípios, total e com iniciativa na área de consumo sustentável, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

**Tabela 70** - Municípios, total e com iniciativa na área de consumo sustentável, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

**Tabelas 71 a 92** – dados sobre serviços e estruturas relacionados à questão de gênero.

De particular interesse para o monitoramento e avaliação da implementação do Plano de Produção e Consumo Sustentáveis – PPCS são as Tabelas 67 e 68 – gestão de resíduos sólidos, e 69 e 70 – consumo sustentável, reproduzidas no Anexo 2.

## 6. DIREITO DO CONSUMIDOR E SUSTENTABILIDADE

Consumo não é apenas um fenômeno econômico, que reflete os desejos individuais e move a economia por meio do comportamento coletivo, mas constitui-se também em um processo social e cultural por meio do qual as pessoas expressam suas identidades e estabelecem seu lugar na sociedade. Além de ser um processo físico que, literalmente, consome recursos. O que as pessoas comem, como iluminam suas casas e como vão para o trabalho pode parecer algo que diga respeito apenas a elas mesmas. Entretanto, as consequências coletivas dessas decisões de consumo, e de como são atendidas as necessidades são os principais motores de significativos impactos ambientais, tais como as mudanças climáticas, que têm por sua vez efeitos sobre as pessoas, os países e as espécies de todo o mundo.

O comportamento dos consumidores determina o sucesso ou o fracasso de novos produtos e serviços comercializados com base em sua sustentabilidade. Apesar do aumento significativo da consciência ambiental dos consumidores, o número daqueles que não consideram os impactos de seus padrões de consumo, de suas decisões de compra e de seu comportamento ainda é muito grande. Porém, para exercer seu papel de consumidor com consciência e responsabilidade, os indivíduos, as empresas e os governos necessitam de instrumentos que os capacitem a considerar as consequências de suas escolhas.

O sistema de direito do consumidor, iniciado no Brasil na década de 1960, tem-se constituído em instrumento fundamental para garantir o direito à segurança, à informação e de escolha, contribuindo significativamente para fortalecer a consciência dos brasileiros enquanto consumidores, no sentido de compreender que um consumo mais sustentável não é apenas uma questão de que produtos ou serviços eles adquirem, mas um estilo de vida no qual a sustentabilidade encontra-se refletida em todos os aspectos de seu comportamento enquanto consumidores.

Em 2012, foi criada a **Secretaria Nacional do Consumidor – Senacon**, cujas atribuições foram estabelecidas no art. 106 do Código de Defesa do Consumidor e no art. 3º do Decreto nº 2.181/97. A atuação da Senacon concentra-se no planejamento, elaboração, coordenação e execução da Política Nacional das Relações de Consumo, com seguintes objetivos: (i) garantir a proteção e exercício dos direitos consumidores; (ii) promover a harmonização nas relações de consumo; e (iii) incentivar a integração e a atuação conjunta dos membros do SINDC.

Entre outras iniciativas, a Secretaria disponibiliza materiais de educação para o consumo produzidos pelo Governo Federal, Órgãos de Defesa do Consumidor (Procons) e entidades civis de todo o país, compartilhando informações a fim de implantar a consciência de respeito aos direitos dos consumidores em nossa sociedade. Entre os materiais disponibilizados pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, podem ser citados: Código de Defesa



do Consumidor; Aviso Saúde e Segurança; Boletim Consumo e Saúde; Boletim Consumo e Finanças; Boletim de Proteção ao Consumidor/Investidor; Calendário do consumidor; e Diretrizes do comércio eletrônico.

A **Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC)**, criada em 2007, contribui nesse esforço capacitando, atualizando e especializando os técnicos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Disponibilizando cursos presenciais e virtuais, a Escola tem a função de sustentar de maneira contínua e duradoura os programas de capacitação de agentes e entidades voltadas à defesa do consumidor e, nesse sentido representa um avanço para a proteção do consumidor no Brasil. Ademais, a Escola Nacional visa a incentivar a criação pelos Estados de suas escolas estaduais de defesa do consumidor.

Entre os cursos oferecidos, podem ser ressaltados os Cursos Virtuais para o Jovem Consumidor, capacitação voltada a jovens brasileiros que desejam se tornar consumidores mais conscientes e informados, abordando temas como saúde e higiene, ensino particular, internet e redes sociais, educação financeira e consumo sustentável, entre outros.

Em parceria com o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor – DPDC, no âmbito da Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON) do Ministério da Justiça, o Ministério do Meio Ambiente, visando a expandir o conhecimento sobre consumo sustentável e seu respectivo Plano (PPCS), participou de eventos de **capacitação** realizados pelo DPDC, apresentando a evolução do tema, desde o histórico internacional conduzido pela iniciativa internacional do Processo de Marrakesh, até o desmembramento da elaboração do Plano Brasileiro focado no consumo sustentável, a importância de sua implementação para as políticas brasileiras e o alinhamento de suas prioridades com a perspectiva da defesa do consumidor. O público alvo dessas capacitações são agentes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, PROCONS, Ministérios Públicos, Defensorias Públicas, Delegacias de Defesa do Consumidor, Juizados Especiais Cíveis, Entidades Cíveis de Defesa do Consumidor e Agências Reguladoras.

O **Plano Nacional de Consumo e Cidadania - Plandec** (Decreto nº 7.963/2013) tem o objetivo de garantir a melhoria na qualidade de produtos e serviços, além de incentivar o desenvolvimento das relações de consumo. O plano também visa a integrar os sistemas de defesa do consumidor, atuar na prevenção dos conflitos e promover a efetividade das normas. Como parte das ações, está a criação de Câmara Nacional de Relações de Consumo, composta pelos ministérios da Justiça, Fazenda, Desenvolvimento, Planejamento e Casa Civil, que deverá formular uma relação de produtos essenciais ao consumidor, os quais terão eventuais problemas solucionados imediatamente.

Uma das diretrizes básicas do Plandec é o atendimento ao direito básico do cidadão, sobre garantir a liberdade de escolha, o recebimento da informação qualificada e da importância da educação para se ter no País padrões de consumo adequados. O destaque do Decreto nº 7.963/13, consonante a promoção de padrões de consumo sustentáveis, é que estabelece em seu Art. 3º os objetivos do Plano Nacional de Consumo e Cidadania e, entre esses:

*V - promover o acesso a padrões de produção e consumo sustentáveis;*

A implementação do plano apresenta uma série de desafios estruturantes, dentre eles, a necessidade de tratamento transversal das questões no nível do governo e a ênfase das relações pós-venda, no que diz respeito às responsabilidades do setor produtivo, do varejo e do consumidor.

Referente às relações pós-venda, há que mencionar o Comitê Técnico de Consumo e Pós Venda, no âmbito do Observatório Nacional das Relações de Consumo, criado pelo Plandec. O objetivo do Comitê Técnico é promover estudos e formular propostas para consecução dos objetivos do Plandec, e acompanhar a execução das políticas, programas e ações do Plano. Esses objetivos são convergentes, tanto com a evolução das prioridades elencadas na esfera do Plano de Produção e Consumo Sustentáveis, quanto com a implementação da Política Nacional de Resíduo Sólido, principalmente no que tange aos Acordos Setoriais de logística reversa no país e aos Planos de Resíduos Sólidos nos estados.

## 7. PARCERIA COM O PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE - PNUMA



O PNUMA foi, desde o princípio, o grande e principal parceiro do MMA na promoção de ações e iniciativas voltadas a tornar mais sustentáveis os padrões de produção e consumo no Brasil, referenciadas no Quadro Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis (10YFP). Em março de 2010, o Ministério do Meio Ambiente e o PNUMA estabeleceram o **projeto “Eficiência de Recursos e Consumo e Produção Sustentáveis”**, cujo objetivo é fomentar no Brasil um vigoroso e contínuo processo de ampliação das ações alinhadas ao conceito de Consumo e Produção Sustentáveis, estabelecido pelo Processo de Marrakesh, integrado aos esforços nacionais de enfrentamento das mudanças climáticas, combate à pobreza, desenvolvimento econômico e conservação da biodiversidade e recursos.

O projeto MMA/PNUMA tem como principais objetivos: promover a validação, lançamento e implementação do Plano para Produção e Consumo Sustentáveis; e monitorar, revisar e sistematicamente aperfeiçoar o PPCS, e gerar subsídios sobre seu progresso, contribuindo para a dimensão internacional do Processo de Marrakesh.

Além de apoiar os estudos necessários para o desenvolvimento do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis, o projeto com o PNUMA tem sido o principal instrumento para viabilizar a execução de iniciativas e ações do MMA voltadas para a implementação, monitoramento e aperfeiçoamento do Plano de Produção e Consumo Sustentáveis, tais como:

- ✓ Iniciativa de Compras Sustentáveis e Grandes Eventos – MMA, PNUMA e FGV
- ✓ Cursos à distância para Agentes Ambientais, com especialização em Produção e Consumo Sustentáveis
- ✓ Projeto SPPEL Brasil – *Sustainable Public Procurement and Ecolabeling*.



A parceria, a qual permitiu a geração dos dados e estudos iniciais que constituíram as bases para a construção do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis, foi bastante fortalecida com a doação para o PNUMA, realizada pelo Governo brasileiro, de US\$ 1 milhão, voltada para a promoção de padrões de consumo e produção sustentáveis, por meio do financiamento de atividades em países em desenvolvimento.

### **Pesquisa “O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável”**

No contexto desse projeto, foi realizada em 2012 a pesquisa “O que o brasileiro pensa do ambiente e do consumo sustentável”, a qual mostrou uma evolução significativa na consciência ambiental dos brasileiros. A pesquisa teve como objetivos produzir um painel de informações públicas sobre consciência ambiental no país; continuar a série histórica iniciada em 1991 sobre o tema; conhecer os hábitos de consumo da população brasileira; e sondar os hábitos e atitudes pró meio ambiente, e o conhecimento sobre desenvolvimento sustentável e temas associados.

Na pesquisa<sup>19</sup>, realizada entre os dias 15 e 30 de abril de 2012, o indicador mais evidente dessa transformação positiva estava no número de pessoas que, espontaneamente, não sabiam mencionar um problema ambiental no Brasil, em sua cidade ou bairro; de 46% em 1992 para 10% em 2012. O levantamento entrevistou 2,2 mil pessoas de áreas urbanas e rurais de todas regiões do País e identificou que o meio ambiente está em sexto lugar na lista de preocupações dos brasileiros, ficando atrás de saúde e hospitais (81%); violência e criminalidade (65%); desemprego (34%); educação (32%); e políticos (23%). Seis anos antes, o meio ambiente aparecia na 12ª colocação, à frente apenas de reforma agrária e dívida externa.

Além de indicadores gerais, a pesquisa incluiu questões específicas relativas a consumo sustentável, desde algumas relativas ao conhecimento do tema, sobre atitudes e hábitos de consumo, coleta e tratamento de resíduos, e medidas de economia de produtos e recursos naturais, entre outras.

As perguntas relativas a hábitos de consumo e reciclagem indicam que políticas como a de resíduos sólidos e a campanha que buscou reduzir o consumo de sacolas plásticas ecoam junto à população, provocando forte disposição para adesão. De modo geral, a pesquisa demonstrou que os brasileiros ainda possuem hábitos bastante prejudiciais ao meio ambiente, sobretudo no descarte incorreto de vários itens, na fase pós-consumo. Entretanto, a série histórica indica que campanhas pela separação de lixo e pelo combate ao desperdício de água e energia permanecem como pontos altos, tendo grande aderência junto aos brasileiros.

### **Campanha Passaporte Verde**

Com o slogan “Eu Cuido do Meu Destino”, a campanha Passaporte Verde, coordenada pelo PNUMA e pelos ministérios do Meio Ambiente e do Turismo, aproveitou a Copa do Mundo para iniciar um trabalho voltado para que consumidores e empresários optassem por práticas mais sustentáveis. A campanha foi implementada por meio de uma plataforma de comunicação em consumo e produção sustentáveis, com portal interativo, aplicativo móvel e forte presença nas mídias sociais.



<sup>19</sup>Relatório final: [http://www.akatu.org.br/Content/Akatu/Arquivos/file/12\\_08\\_20\\_ConsumoConsciente\\_PesquisaMMAQuanti\\_Completa\\_agosto2012.pdf](http://www.akatu.org.br/Content/Akatu/Arquivos/file/12_08_20_ConsumoConsciente_PesquisaMMAQuanti_Completa_agosto2012.pdf)

## Construções Sustentáveis

O PNUMA apoiou alguns estudos importantes para o avanço do tema das construções sustentáveis no Brasil, em parceria com o MMA e o Conselho Brasileiro da Construção Sustentável (CBCS), tais como o estudo relativo ao Estado da Arte da Construção Sustentável, realizado no âmbito do Projeto PNUMA nº 61-P7 (Brazil Project): “Produção e Consumo Sustentáveis”, o qual servirá como fonte para identificação dos aspectos mais críticos do setor quanto a não sustentabilidade de seus processos e o levantamento de casos de sucesso que apresentem mudança nas práticas de produção que poderá ser utilizados na elaboração das políticas públicas.

Na continuidade dessa parceria, foi também desenvolvido o estudo “Aspectos da Construção Sustentável no Brasil e Promoção de Política Pública Nacional”, publicado em outubro de 2014, o qual procurou organizar um diagnóstico do estado atual da construção civil como subsídio para propor um conjunto de orientações para balizar, de forma técnica e objetiva, políticas públicas futuras, para contribuir com o direcionamento de práticas para uma construção mais sustentável. O escopo definido para o trabalho concentrou-se em três grandes áreas na construção civil: água, energia e materiais.

## 8. REDE DE MULHERES BRASILEIRAS LÍDERES PELA SUSTENTABILIDADE

A Rede de Mulheres Líderes pela Sustentabilidade foi lançada em novembro de 2011, em Brasília, em encontro promovido pelo Ministério do Meio Ambiente como contribuição brasileira à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20, 2012).

A Rede reúne mulheres líderes da gestão executiva, de conselhos ou tomadoras de decisão, representantes de instituições públicas e privadas, com e sem fins lucrativos, que atuam com questões relativas à promoção de compromissos em prol da sustentabilidade e do empoderamento feminino, e que possam implementá-los no âmbito de suas instituições. Todo o trabalho é feito de forma voluntária e colaborativa.

Em 2012, a Rede lançou o documento Plataforma 20, durante a Rio+20, o qual reflete as expectativas, consensos e esforços das integrantes da Rede, no sentido da construção de um país mais justo, equitativo e sustentável, que reconheça e valorize suas mulheres.

A Plataforma 20 apresenta um sumário com as principais propostas de ação a serem implementadas, vinculadas a três agendas consideradas prioritárias pela Rede em seu encontro de novembro de 2011:

- Empoderamento das mulheres (em consonância com os objetivos da ONU – Mulheres e da SPM/ Brasil) – promover lideranças femininas em cargos estratégicos nas estruturas de poder público e privado, no recorte estruturante da sustentabilidade;
- Empreendedorismo Verde ou Negócios Sustentáveis – fomentar a capacidade empreendedora em negócios sustentáveis dentro do marco institucional da economia verde inclusiva; e
- Necessidade de mudar os padrões de consumo e produção (Marrakesh/PNUMA e Plano de Ação de Consumo e Produção Sustentáveis/Brasil) – promover novos padrões de consumo, especialmente nas classes médias urbanas com estratégias de comunicação de massa e alianças estratégicas com segmentos sociais que tenham objetivos semelhantes.

Com o olhar na visão de futuro, a Rede assumiu alguns compromissos a serem alcançados mediante o engajamento das empresas participantes e outras empresas e instituições, juntamente com o Ministério do Meio Ambiente, composto por 5 objetivos, 8 metas e 14 ações em parceria.

Em junho de 2014, foi instituída Portaria MMA (Portaria nº 211, de 12/06/2014), formalizando uma nova estrutura para a Rede, aprovada por seu Conselho Estratégico. A nova estrutura de governança, com mandato de 18 meses,

compõem-se de um Conselho de caráter deliberativo e uma Secretaria Executiva. O Conselho, instância superior de aconselhamento e decisão da Rede, é atualmente composto pela Ministra de Estado do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, como Presidente de Honra; Samyra Crespo, Presidente do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico, como Presidente Executiva; Vania Somavilla, da Vale, como Vice-Presidente Executiva; e Andréa Álvares, da Pepsico Brasil, como 2ª Vice-Presidente Executiva; além de 18 Conselheiras Plenas. A Secretaria Executiva da Rede é exercida pela Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do MMA.

Como exemplos das ações desenvolvidas pelas empresas e instituições da Rede podem ser citados: a linha de Negócios Sustentáveis e Empreendedorismo Verde Kapeh, composta de cosméticos elaborados à base de café certificado de alta qualidade, produzidos de modo sustentável, com divulgação de origem e rastreabilidade; a iniciativa de Negócios Sociais da Coca-Cola Brasil, que busca promover a participação de comunidades de baixa renda em atividades da empresa, o empreendedorismo feminino e a reciclagem; o Movimento da Editora Abril pela Sustentabilidade, projeto multiplataforma com estratégias de comunicação para o consumo sustentável; e a estratégia Consumo Consciente no Walmart Brasil, que abrange questões de compras responsáveis, redução de resíduos, promoção do consumo consciente e uso eficiente de água e energia.

<http://hotsite.mma.gov.br/redemulheres/>



## 9. COPA SUSTENTÁVEL 2014

Além dos benefícios socioeconômicos, como geração de empregos, melhoria da infraestrutura, aumento do fluxo de turistas e outros, a realização da Copa do Mundo de Futebol da FIFA no Brasil, em 2014, representou uma excelente oportunidade para a implementação de projetos socioambientais, os quais não apenas deixaram um legado de grande relevância para o país, como se tornaram um novo marco para a realização de grandes eventos em todo o mundo, no qual o desenvolvimento sustentável passa a constituir referencial fundamental nas etapas de preparação, organização e realização. Assegurar o desempenho para o desenvolvimento sustentável nesse tipo de competição global significa contribuir para a redução de custos sociais e ambientais, de ineficiências e desperdícios, além de colaborar para maior integração com a sociedade e com o desenvolvimento contínuo das pessoas, das comunidades e para um melhor relacionamento entre a sociedade e o meio ambiente.

Cinco eixos temáticos organizaram as ações programadas para o Mundial em relação à sustentabilidade:

- Certificação e gestão sustentável das arenas (coordenação do Ministério do Esporte):

Esta foi a primeira Copa do Mundo em que todos os estádios seguiram modelos de construção e gestão sustentável, capazes de obter certificação internacional. Algumas arenas receberam e outras estão em processo de certificação para receberem o selo LEED (*Leadership in Energy and Environmental Design*), reconhecido mundialmente. Inclusive, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) passou a adotar critérios de sustentabilidade como exigência para a liberação de financiamento aos projetos. Seis estádios alcançaram a certificação. A Arena Castelão apresentou reduções de 67,6% no consumo potável e de 12,7% no consumo anual de energia, e 97% dos resíduos do projeto foram desviados do aterro sanitário. A Arena Fonte Nova, por sua vez, possui 20% de seus materiais de construção feitos de material reciclado, 75% dos resíduos do projeto de construção desviados do aterro sanitário e 35% de sua energia proveniente de fontes renováveis como solar e eólica<sup>20</sup>. A FIFA gostou da ideia e irá fazer as mesmas exigências nas próximas edições do Mundial.

- Gestão de resíduos e reciclagem (coordenação do Ministério do Meio Ambiente):

- O Governo Federal abriu linha de apoio às cidades-sede para a inclusão de catadores e seis capitais foram contempladas com R\$ 2,3 milhões. Com o investimento, os catadores realizaram a coleta seletiva no entorno das arenas nas festas oficiais para as torcidas. Todo o material recolhido foi destinado às cooperativas de reciclagem. Além disso, o BNDES abriu linha de financiamento para estruturar a coleta seletiva em caráter permanente em Brasília, Curitiba, Porto Alegre, e Rio de Janeiro. O projeto chamado “Cidades da Copa” teve um total de aproximadamente R\$ 79 milhões em investimentos.

- Compensação e Mitigação das Emissões (coordenação do Ministério do Meio Ambiente):

- No combate ao aquecimento global, o Brasil compensou sete vezes mais do que o estimado para as emissões diretas de gases de efeito estufa geradas pela realização da Copa do Mundo. A excelência do processo foi reconhecida pelas Nações Unidas. Foi realizado, ainda, o inventário *ex-ante* de Emissões da Copa 2014, com a projeção das emissões relacionadas ao evento. O inventário coordenado pelo MMA estimou que as emissões totais do Mundial chegariam a 1,406 milhão de tCO<sub>2</sub>eq. Do total, 87,1% viriam do transporte aéreo internacional e 9,2%, dos voos nacionais (emissões indiretas). O restante se dividia entre hospedagem (1,8%), obras (0,5%) e operações (1,4%).

<sup>20</sup>Portal EcoD.



Ainda antes da Copa, em 03 de junho de 2014, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, entregou o Selo Baixo Carbono aos representantes das 11 empresas que aderiram à Chamada Pública destinada a neutralizar as emissões causadas pelo Mundial. Ao todo, foram compensadas 420,5 toneladas de gás carbônico equivalente (tCO<sub>2</sub>eq). O número ultrapassou as 59,2 mil tCO<sub>2</sub>eq estimadas para atividades como obras, uso energético nos estádios e deslocamento de veículos oficiais. Os números decorreram de ação alinhada entre o governo federal e a iniciativa privada, a partir do lançamento de chamada pública às empresas brasileiras. Com isso, companhias de todo o país doaram e ainda poderão doar Reduções Certificadas de Emissões (RCEs), os créditos de carbono, que são projetos de compensação de emissões certificados pelas Nações Unidas.

A compensação das emissões do Mundial não envolveu recursos financeiros e representou um marco na política ambiental brasileira relacionada às emissões de gases de efeito estufa. De acordo com a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, ações de adaptação e mitigação das mudanças climáticas serão prioridade do governo federal. “Houve um enorme aprendizado”, declarou. “É preciso transpor a Copa e fazer com que todos estejam engajados numa economia de baixo carbono.”

- Campanha Passaporte Verde (coordenação dos ministérios do Meio Ambiente e do Turismo, além do Pnuma):

Com o slogan “Eu Cuido do Meu Destino”, a campanha Passaporte Verde aproveitou a Copa do Mundo para iniciar um trabalho voltado para que consumidores e empresários optassem por práticas mais sustentáveis. A campanha passou a ser uma plataforma de comunicação em consumo e produção sustentáveis, com portal interativo, aplicativo móvel e forte presença nas mídias sociais.

Entre os destaques nas 12 cidades-sede estavam os Roteiros Passaporte Verde, com sessenta opções de passeios, a partir de cada uma das capitais; as Jornadas da Sustentabilidade, seminários de engajamento em práticas de ecoeficiência para estabelecimentos comerciais; e o compromisso Passaporte Verde, uma ferramenta on-line para os empresários realizarem uma autoavaliação e conhecer o nível de sustentabilidade do seu negócio. Ao aderir à campanha, os estabelecimentos ficaram disponíveis para consultas online dos consumidores via hotsite e aplicativo.



- Campanha Brasil Orgânico e Sustentável (coordenação ministérios do Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Agrário):

No âmbito do Projeto Copa Sustentável, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, foi lançada a Campanha Brasil Orgânico Sustentável, com o objetivo de incentivar a comercialização e o consumo de produtos orgânicos e da agricultura familiar, antes, durante e após a Copa de 2014. Além de fomentar a agricultura familiar, promovendo a inserção social dos pequenos produtores rurais, a campanha visou a contribuir para o incremento do comércio de produtos orgânicos, com geração de emprego e renda para centenas de trabalhadores.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) criou a Campanha Brasil Orgânico Sustentável para a Copa do Mundo de 2014. O evento foi sediado em 2014, em 12 cidades brasileiras: Brasília, Curitiba, Cuiabá, Belo Horizonte, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador.

A Copa do Mundo foi uma oportunidade para inclusão do tema produção e consumo dos produtos orgânicos na agenda nacional de sustentabilidade, com grande visibilidade dos turistas. A principal estratégia foi sensibilizar os consumidores e aumentar a demanda por produtos orgânicos e sustentáveis, cuja produção é baseada nos princípios de sustentabilidade, comércio justo e alimentação saudável. Durante a Copa, os agricultores comercializaram seus produtos em pontos de venda que foram instalados nas cidades-sede do Mundial no período de 11 e 27 de junho. Os quiosques foram instalados em áreas de circulação dos turistas da Copa, e em várias cidades serão complementados pela integração ao circuito local de Feiras Orgânicas, que aderiram à Campanha BOS.

Foram selecionados por Edital Público 60 grupos e associações de produtores, sendo que cada Quiosque teve produtores dos vários biomas brasileiros. Ao todo, representam cerca de 25 mil famílias de produtores de todo o país que tiveram, na ação, oportunidade de promoção e comercialização de seus produtos. Os quiosques foram instalados em áreas de circulação dos turistas e, em várias cidades, foram complementados pela integração ao circuito local de feiras orgânicas que aderiram à Campanha. O objetivo, além da comercialização, foi que a campanha deixasse como legado uma cadeia produtiva cada vez mais organizada e estruturada. Total do investimento R\$ 2.691.630,00.





Kits Lanche para os voluntários: os participantes do Programa Brasil Voluntário do Governo Federal receberam um kit de alimentos orgânicos não perecíveis. Os produtos foram adquiridos pelo MDS, por meio da modalidade de Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em uma iniciativa inédita. Os produtos foram distribuídos juntamente com o Kit do Voluntário. Os alimentos foram adquiridos junto a cooperativas e associações e incluíram sucos orgânicos, castanhas, barras de cereais, frutas desidratadas, biscoitos e outros. O objetivo foi promover a alimentação saudável e sustentável entre os voluntários, que atuaram como agentes multiplicadores junto ao público atendido no Mundial.



Até mesmo a escolha do mascote da Copa refletiu a preocupação com o meio ambiente. O animal brasileiro escolhido foi o tatu-bola, que figura na lista vermelha das espécies em risco de extinção, segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA). A escolha dessa espécie de tatu se deu porque, ao se defender, ele se fecha em forma de bola, protegendo as partes moles do corpo no interior da carapaça rígida. Estudo recentes mostram que o tatu-bola sofreu um declínio superior a 30% ao longos dos últimos 12 anos, como resultado da caça, da agricultura e da redução dos seu habitat.

## 10. PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS NO MERCOSUL

Em 28 de junho de 2007, o Conselho do Mercado Comum do Mercosul aprovou, por meio da Decisão nº 26/2007, a “Política de Promoção e Cooperação em Produção e Consumo Sustentáveis no Mercosul”. Essa Política regional pretende orientar para melhorar a eficiência dos processos produtivos, reduzindo os riscos para a saúde humana e para o meio ambiente. Tendo em conta os princípios e compromissos adotados pelos Estados Parte do Mercosul, considera-se necessário realizar uma mudança para um consumo mais sustentável, uma gestão ambiental das empresas orientada para um consumo mais racional e eficiente dos recursos naturais, a prevenção da contaminação e a melhoria da competitividade. As ações e ferramentas para a produção e o consumo sustentáveis devem facilitar a criação de empregos, a redução da pobreza e a inclusão social nos Estados parte.

Por Produção mais Limpa (P+L), compreende-se a aplicação contínua de uma estratégia ambiental preventiva e integrada aos processos produtivos, produtos e serviços, orientada a melhorar a eficiência, reduzir os riscos para a saúde humana e para o ambiente, através da poupança de matérias-primas, água e energia, da eliminação de insumos perigosos e da redução da quantidade e toxicidade de emissões e resíduos na fonte. O conceito de Produção Sustentável (PS) integra sistemicamente as variáveis econômicas, ambientais e sociais na produção de bens e serviços.

Já o Consumo Sustentável (CS) é o uso de bens e serviços que responde às necessidades do ser humano e proporcionam uma melhor qualidade de vida, e ao mesmo tempo minimiza o uso de recursos naturais, de materiais perigosos e a geração de resíduos e contaminantes, sem colocar em risco as necessidades das futuras gerações.

O **projeto ECONORMAS Mercosul** faz parte do Programa Indicativo Regional (PIR) 2007-2013 para a cooperação da União Europeia com o Mercosul e está ancorado em três pilares:

- Apoio à institucionalização do Mercosul
- Apoio à consolidação e ao aprofundamento
- Os esforços para fortalecer e melhorar a participação da sociedade civil e conhecimento do processo de integração regional.

O programa surgiu de estratégias, planos e agendas setoriais definidos pelo próprio Mercosul, através dos seus grupos técnicos (Sub Grupo de Trabalho Nº 3 “Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade” e Subgrupo de Trabalho Nº 6 “Meio Ambiente”) e seus fóruns políticos (ex.: Reunião de Ministros dos setores de meio ambiente, comércio e indústria).

O projeto, com duração de 60 meses, é um projeto piloto que visa a convergir as estratégias transversais de cada Estado Parte em estratégias regionais coerentes e executáveis, além de articular quatro linhas de ações integradas e complementares entre si:

1. A promoção da produção e do consumo sustentáveis (PCS);
2. A luta contra a desertificação e os efeitos da seca (DeS);
3. Avanços para a implementação do Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos (SGA), definidos pelo SGT Nº 6; e
4. A convergência da base normativa e regulamentadora - qualidade e segurança - dos produtos em áreas específicas selecionadas - madeira e móveis (no Uruguai e no Paraguai), produtos elétricos, metalomecânica – e criação de capacidades regionais de avaliação da conformidade, definida pelo SGT Nº3.

A Resolução GMC Nº41/09 aprovou a assinatura do Convênio de Financiamento para o Projeto “Programa de Apoio ao Aprofundamento do Processo de Integração Econômica e Desenvolvimento Sustentável do Mercosul (ECONORMAS MERCOSUL)” DCI-ALA/2009/19707, entre a Comunidade Europeia, representada pela Comissão das Comunidades Europeias, e o Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai), representado pelo Grupo Mercado Comum do MERCOSUL, que nomeou o Laboratório Tecnológico do Uruguai (LATU) da República Oriental do Uruguai como Entidade Executora do Projeto.

**O projeto tem como objetivo geral** melhorar a qualidade e a segurança dos produtos do Mercosul e reforçar a sua capacidade de conciliar o crescimento econômico e a atividade comercial com a gestão sustentável dos recursos, e reforçar a proteção ambiental. Para isso, adotou como foco a promoção de boas práticas de produção e consumo sustentáveis, o reforço da proteção do ambiente e da saúde, bem como o aumento do comércio através da convergência de regulamentos técnicos e avaliação da conformidade.

#### **Os resultados esperados com a implementação do projeto são:**

**Resultado 1:** Consumo e Produção Sustentáveis (PCS) foram promovidos através da incorporação progressiva de sistemas de gestão ambiental e produção mais limpa nas PME, e os padrões de consumo sustentável por parte dos consumidores, a fim de melhorar a qualidade de vida da região.

**Resultado 2:** Houve uma convergência de planos nacionais para combater a desertificação e os efeitos da seca (DYS), através do Mercosul Subprograma envolve a elaboração de planos participativos em áreas selecionadas.

**Resultado 3:** Nós temos feito progressos significativos na implementação do Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos (GHS) do Mercosul e criou regional capacidades analíticas.

**Resultado 4:** Nós completamos o desenvolvimento de normas técnicas e regulamentares de base harmonizada do MERCOSUL aspectos de qualidade e segurança dos produtos em áreas selecionadas: madeira e mobiliário no Uruguai e no Paraguai, produtos elétricos e metais, construção de capacidade avaliação da conformidade na região.

As atividades previstas para alcançar os resultados mencionados são:

Atividades relacionadas com Resultado 1: Promover a Produção e Consumo Sustentáveis (PCS).

**Atividade 1.1** Produzir e divulgar informações sobre as melhores práticas de PCS para os sectores-alvo (consumidores, as PME, microempresas e do setor público) do MERCOSUL, tendo em conta as características particulares de cada Estado Parte. Esta atividade tem como objetivo fornecer informações sobre os grupos-alvo sobre as capacidades regionais de gestão ambiental, produção mais limpa e consumo sustentável.

**Atividade 1.2** Criação de um mecanismo regional no sentido de implementar práticas de gestão ambiental e produção limpa por parte das PME no MERCOSUL.

Atividades relacionadas com Resultado 2: Combate à desertificação e aos efeitos da seca (DYS).

**Atividade2.1** Promover a convergência dos planos nacionais de luta contra a DYS através de um programa regional no MERCOSUL e implementação de intervenções, a força curativa ou corretiva por parte do governo, pelo menos em quatro áreas homogêneas selecionadas pelos Estados Partes, SGT-6.

**Atividade 2.2** Identificar e implementar intervenções de força preventiva, corretiva ou curativa, em pelo menos quatro alterações propostas pelo Comité Diretivo do Projeto. Com esta atividade é executar pelo menos quatro preventiva, corretiva ou curativa, para fins de demonstração em cada Estado Parte em algumas das áreas identificadas como prioritárias (por exemplo, o reflorestamento com espécies nativas, fortalecendo os interstícios da natureza entre as culturas, uso do solo compatível com a vocação ecológica, controle de torrente, recuperação de solos salinos). Estas intervenções serão identificadas na atividade 2.1 e deve ser proposta pelo Comité Diretivo do Projeto e implementado pelo governo central e/ou locais de cada Estado Parte.

**Atividade 2.3** Desenvolver e divulgar projetos-piloto para cada uma das quatro intervenções propostas nas áreas identificadas como prioritárias, visando a identificar o uso e técnicas de manejo sustentável da terra e áreas degradadas digno de recuperação. Com esta atividade é focar em resolver o problema “à medida” não só para o Mercosul, mas para cada uma das áreas identificadas. É, portanto, espera-se estreita em cada uma das zonas, áreas-piloto representativas, em pequenas áreas e desenvolver um plano detalhado para cada um deles que depois pode ser estendido para toda a área. O principal critério para estabelecer a representatividade do problema na área em questão. Dois critérios principais serão envolvidas na identificação de áreas-piloto: a geográfica e ao tamanho das explorações, mas estes podem adicionar outros que são considerados adequados. Esta atividade será coordenada e aplicada, simultaneamente com a atividade A1.1.2 já que envolve o mesmo SGT6 instituições. Os recursos alocados para prever a incorporação de sistemas de informação gráfica e georreferenciamento de informações e elementos gráficos digitais.

Atividades relacionadas com Resultado 3: Antecipada a adoção de diretrizes internacionais do Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos (GHS) no MERCOSUL e para o desenvolvimento regional de competências analíticas.

**Atividade 3.1** Promover a adopção das normas internacionais do SME e sua compatibilidade com a legislação REACH da União Europeia. Esta atividade tem como objetivo mostrar as regras e regulamentos em cada Estado Parte, direta ou indiretamente, afetam a implementação do GHS.

**Atividade 3.2** Fortalecer e desenvolver a capacidade local de análise química e reforçar as infraestruturas laboratoriais disponíveis para implementar o GHS.

Atividades relacionadas com o Resultado 4: Definindo normas técnicas básicas e harmonizar aspectos regulamentares do Mercosul em qualidade e segurança dos produtos selecionados em áreas específicas - madeira e móveis (Uruguai e Paraguai) e produtos elétricos, metal e mecânica – e avaliação de capacitação em conformidade na região (Regulamentos Técnicos e Procedimentos de Avaliação de Conformidade).

**Atividade 4.1** Promover a convergência regulamentar, os procedimentos de regulação e avaliação da conformidade (PECs) nas áreas selecionadas.

**Atividade 4.2** Credenciar testes.

**Atividade 4.3** Reforço de avaliação da conformidade dos produtos nacionais.

Sob a linha de ação “Promoção da Produção e do Consumo Sustentáveis (PCS)” do projeto ECONORMAS e com o apoio para o trabalho de “Serviços de consultoria para a implantação e posterior avaliação das práticas de gestão ambiental e produção mais limpa nas PMEs do MERCOSUL”, realizado pelo consórcio GOPA-ITA-Euro Invest nas PMEs da região atendida, foram elaborados manuais de Boas e Melhores Práticas de Produção Mais Limpa e Gestão Sustentável em Matéria Ambiental, para serem divulgados entre as pequenas e médias empresas (PMEs) e as organizações da região.



O objetivo dos manuais é produzir e divulgar, principalmente, os conceitos de produção mais limpa e consumo sustentável, potencializando e gerando parâmetros para as atividades das empresas, dentro do marco normativo ambiental vigente em matéria de gestão de resíduos e habilitações operacionais. São 4 publicações que se referem a um setor produtivo por país: Resíduos Elétricos e Eletrônicos (RAEES), na Argentina; Têxtil e Confecções, no Brasil; Açúcar Orgânico, no Paraguai; e Serrarias e produtos madeireiros, no Uruguai.

Links para os Manuais:

Produção mais Limpa, Consumo Sustentável e Boas Práticas Ambientais para a Gestão Sustentável do setor de Serrarias e produtos madeireiros no Uruguai >>

Produção mais Limpa, Consumo Sustentável e Boas Práticas Ambientais para a Gestão Sustentável dos Resíduos do setor açucareiro no Paraguai >>

Boas Práticas para a Gestão Sustentável dos Resíduos de Aparelhos Elétricos e Eletrônicos (RAEE)>>



**Evento “MERCOSUL produz sustentavelmente” (agosto de 2014)**

## V. CONEXÕES E SINERGIAS

Um dos principais objetivos do “Programa-Quadro de 10 anos para Consumo e Produção Sustentáveis” (10YFP, na sigla em inglês), adotado na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20, 2012), é integrar a questão da produção e consumo sustentáveis nas políticas, planos, programas e estratégias de desenvolvimento sustentável dos países, inclusive aquelas dedicadas à redução da pobreza e ao alcance dos objetivos internacionalmente adotados.

A articulação e promoção de sinergias entre as ações voltadas à produção e ao consumo sustentáveis, e as demais ações, tanto governamentais, em todos os níveis, quanto empresariais e da sociedade civil em geral, fortalecem o alcance dos objetivos de todas as políticas públicas envolvidas e mesmo o cumprimento das metas e compromissos assumidos no contexto das convenções e acordos internacionais.

Ao fomentar o uso de fontes de energias mais limpas e renováveis nas construções; a eficiência energética em processos produtivos e em instalações; a redução do desmatamento, por meio de sistemas de controle de origem e de rastreamento; entre várias outras ações, o Plano de Produção e Consumo Sustentáveis está contribuindo de maneira inequívoca para os objetivos da Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009) e o cumprimento dos compromissos assumidos no contexto da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, do Protocolo de Quioto e dos demais instrumentos sobre mudança do clima.

As iniciativas implementadas no quadro das prioridades “Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P” e “Aumento de Reciclagem de Resíduos Sólidos”, entre outras, utilizam os princípios, os instrumentos e as institucionalidades estabelecidas na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), visando ao enfrentamento dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos, contribuindo também para a inclusão de catadoras e catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, no contexto das estratégias nacionais de redução da pobreza e inclusão social.

Com a utilização do poder de compra governamental, o Governo é capaz de induzir novas práticas de mercado e mobilizar importantes setores das compras públicas sustentáveis rumo a uma produção mais sustentável, a partir dos critérios de sustentabilidade estabelecidos para a aquisição de bens e serviços. Além de promover um sistema de comércio mais moderno, competitivo – nacional e internacionalmente – e inclusivo, o Governo fortalece as políticas, programas e ações de desenvolvimento local e de combate às desigualdades regionais.

“As aquisições públicas podem auxiliar na criação de um grande mercado para negócios sustentáveis, aumentando as margens de lucro dos produtores através de economias de escala, e reduzindo seus riscos. Por outro lado, as autoridades públicas, como consumidores de grande escala, podem incentivar a inovação, estimular a competição na indústria, garantindo, aos produtores, retornos pelo melhor desempenho ambiental de seus produtos, através da demanda do mercado ou de incentivos concretos. Esses mecanismos de mercado têm um papel importante e há vários exemplos que ilustram como a escolha consciente dos compradores públicos tem mudado consideravelmente a estrutura do mercado.”<sup>1</sup>

O Programa Nacional de Florestas (PNF), os planos de ação para prevenção e controle do desmatamento, os instrumentos de conservação da biodiversidade – inclusive a Convenção da Diversidade Biológica (CDB, 1992) –, o desenvolvimento rural sustentável, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), além de várias outras políticas, programas, projetos e ações, têm seus objetivos fortalecidos quando Governo e empresas limitam o consumo ao atendimento de necessidades reais, sem desperdício e adotando a reutilização para prolongar a vida útil dos produtos; comprando produtos com menor impacto negativo e utilizando-os de maneira eficiente, impedindo ou minimizando a poluição ou a pressão sobre os recursos naturais; desenvolvendo produtos e serviços inovadores; evitando a transferência de impactos ambientais negativos de um ambiente para outro; incentivando melhorias ambientais em todos os estágios da

<sup>1</sup> <http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/wp-content/uploads/2010/06/Cartilha.pdf>.

vida do produto e levando em conta todo o ciclo de vida – produção, distribuição, uso e disposição – dos produtos e serviços nas tomadas de decisão sobre suas compras.

Ao introduzir critérios ambientais nas compras públicas dos setores de Educação, Agricultura e Transportes, o Governo está favorecendo a qualidade de vida e a saúde da população, não apenas daquela diretamente almejada pelos programas, como também de suas famílias e comunidades.

Esses são apenas alguns exemplos de como uma mudança nos padrões de produção e consumo tem enorme potencial para contribuir com os objetivos de desenvolvimento sustentável, em seus pilares econômico, social e ambiental. Mais do que isso, essa mudança é tão mais viável quanto maiores forem os esforços de articulação e coordenação intersetorial, tanto nas esferas de Governo como no contexto mais amplo da sociedade.

No documento final da Rio+20 “O Futuro que Queremos”, os Chefes de Estado e de Governo “afirmaram a necessidade de uma melhor **integração** dos aspectos econômicos, sociais e ambientais do desenvolvimento sustentável em todos os níveis, e reconheceram as relações existentes entre esses diversos aspectos para se alcançar o desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões. Reconheceram que a erradicação da pobreza, **a mudança dos modos de consumo e produção não viáveis para modos sustentáveis**, bem como a proteção e gestão dos recursos naturais, que estruturam o desenvolvimento econômico e social, são objetivos fundamentais e requisitos essenciais para o desenvolvimento sustentável. Reafirmaram também que, para a realização do desenvolvimento sustentável, é necessário: promover o crescimento econômico sustentável, equitativo e inclusivo; criar maiores oportunidades para todos; reduzir as desigualdades; melhorar as condições básicas de vida; promover o desenvolvimento social equitativo para todos; e promover a gestão integrada e sustentável dos recursos naturais e dos ecossistemas, o que contribui notadamente com o desenvolvimento social e humano, sem negligenciar a proteção, a regeneração, a reconstituição e a resiliência dos ecossistemas diante dos desafios, sejam eles novos ou já existentes”.

A implementação do Plano de Ação de Produção e Consumo Sustentáveis pode e deve ser, cada vez mais fortemente, um instrumento fundamental para a realização do futuro idealizado na Rio+20.

## VI. DESAFIOS E OPORTUNIDADES

A manutenção de um modelo de crescimento com inclusão social e ampliação da renda e do emprego para todos implica uma política ampla de mudança dos padrões de produção e consumo no país, num contexto de negociações globais. Esse desafio se expressa com mais ênfase no debate sobre o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e, principalmente, dos novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a serem adotados no contexto da Agenda de Desenvolvimento das Nações Unidas Pós-2015, para o que o mundo e o Brasil precisa produzir bens e serviços de modo mais eficiente, usando menos recursos e gerando menos resíduo e poluição.

No que diz respeito à dimensão socioambiental, importa registrar que se trata de uma ação que abarca o compromisso do conjunto das políticas públicas. Nesse contexto, revela-se fundamental enfrentar a complexidade de definir as prioridades e os instrumentos que deem direção estratégica e robustez ao 2º ciclo do Plano de Produção e Consumo Sustentáveis.

Diante desse contexto, a experiência do 1º ciclo revela como um dos caminhos o fortalecimento do papel de articulação das políticas que direta e indiretamente têm forte influência na promoção de mudanças no padrão de produção e consumo no Brasil. Os resultados do 1º ciclo mostram que o primado dessa função é o de fortalecer e gerar instrumentos de ação do Estado que mirem o resultado integrado das políticas setoriais.

Além da importância de uma articulação horizontal do Governo Federal, é indispensável construir uma plataforma de promoção de políticas que envolva os demais entes federativos, Estados e Municípios. Embora parte desse desafio deva ser creditado ao caráter federativo das políticas setoriais do Governo, o êxito dos instrumentos federativos da Política Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, SISNAMA – mostra que eles podem contribuir de forma complementar, comprometendo o conjunto das unidades da Federação.

A implementação das prioridades do 1º ciclo mostrou ainda desafios específicos para a continuidade desses temas no 2º ciclo:

A **EDUCAÇÃO AMBIENTAL** (EA) para a produção e o consumo é instrumento estratégico na transição rumo a um paradigma mais sustentável e menos impactante junto ao ambiente, natural e construído, e a seus recursos. Se a educação por si não assegura mudança, sem ela as mudanças necessárias não se efetivam na cultura e no cotidiano.

Assim, um dos grandes desafios é incorporar a EA nas diversas políticas públicas, como item transversal, em diálogo com outras temáticas correlatas, como a sustentabilidade da produção e do consumo. A educação, como a política socioambiental, demanda ações sinérgicas que assim podem propiciar melhores resultados aos esforços governamentais, também na temática de produção e consumo sustentáveis.

Outro grande desafio e oportunidade da Política Nacional de Educação Ambiental nessa área temática é aproximar e focar mais seus princípios e diretrizes, promovendo uma reflexão crítica e criativa, que seja capaz de estimular ações estruturantes e integradas na construção de sociedades sustentáveis. Ou seja, ao mesmo tempo em que informa e mobiliza, cotidianamente, os cidadãos e populações, oferece às suas organizações, redes e comunidades conteúdos abrangentes, capazes de contribuir, inclusive na difusão, no controle e na participação social, junto às políticas públicas voltadas à produção e ao consumo conscientes, responsáveis e sustentáveis.

Na prioridade **COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS**, foram identificados desafios relevantes para os gestores públicos e os fornecedores, tais como:

- Redução do transporte de pessoal e materiais, utilizando-se de videoconferência, de sistemas eletrônicos de digitalização de documentos e de assinatura digital. A substituição do transporte de documentos por modais convencionais por meio eletrônicos torna-se uma opção de redução, principalmente de combustíveis;
- ✓ Opção por modais mais eficientes e de menor emissão por tonelada ou passageiro transportado;
- ✓ Escolha de veículos com maior eficiência energética e com selo “A” do INMETRO/COMPET, e uso de combustíveis renováveis quando for o caso de veículos para transporte de pessoas ou de cargas, induzindo racionalidade do uso dos meios de transporte;
- ✓ Quando possível, estímulo ao uso de veículos elétricos, de emissão zero, na Administração Pública;
- ✓ Estímulo ao transporte coletivo público ou privado por servidores para acesso e retorno do local de trabalho;
- ✓ Consolidação da geração distribuída nos prédios públicos por meio da instalação, quando possível, de sistemas de aproveitamento de fontes alternativas de energia;
- ✓ Instalação de sistemas de redes inteligentes nos prédios públicos, para a apropriada gestão e adequação de contratação da demanda e da energia consumida;
- ✓ Consideração das externalidades econômicas negativas nos cálculos de menor custo e isonomia para que as compras sustentáveis sejam justas<sup>2</sup>.
- ✓ Alteração do paradigma de “proposta mais vantajosa” em razão do menor preço pela análise dos custos ambientais ao longo de todo o ciclo de vida do produto, e dos parâmetros sociais;
- ✓ Inserção da conservação da biodiversidade como princípio nas compras públicas sustentáveis;
- ✓ Utilização de sistemas de pagamento por serviços ambientais nas compras públicas sustentáveis;
- ✓ Ampliação da capacidade dos gestores públicos, em especial, daqueles que fazem parte das Subsecretarias de Planejamento, Gestão e Administração – SPOAS;
- ✓ Inclusão nos procedimentos, quando da elaboração dos termos de referência, da ótica das compras sustentáveis;
- ✓ Consideração da multidisciplinariedade da sustentabilidade quando da capacitação dos servidores em geral;
- ✓ Fortalecimento do entendimento de segurança alimentar e nutricional como bem público, através de campanhas de divulgações em variadas mídias;
- ✓ Difusão da política do PGPM-Bio como fator de fortalecimento e desenvolvimento econômico e social das populações tradicionais e valorização da floresta em pé;
- ✓ Consolidação de uma Central de Compra Compartilhada;

<sup>2</sup> O menor preço, muitas vezes pode significar maiores custos para o poder público quando se trata de saúde da população e preservação ambiental. A recuperação de uma área degradada que seja resultado de um processo produtivo inadequado pode ser muito mais cara que a parcela a mais paga por um produto que tenha um processo produtivo sustentável e não agressivo ao meio ambiente.



- ✓ Disseminação do conhecimento e das experiências adquiridas de compra compartilhada por meio de capacitação, visando à sensibilização dos gestores públicos e ao envolvimento da Administração Pública em suas diferentes esferas de atuação;
- ✓ Criação de novas redes (conselhos, comitês) de gestores públicos para a realização de compras compartilhadas sustentáveis;
- ✓ Ampliação da quantidade de órgãos e entidades envolvidos com compras compartilhadas e com contratações sustentáveis;
- ✓ Desburocratização/otimização dos processos das compras compartilhadas;
- ✓ Aumento do volume de contratações sustentáveis: não basta cadastrar no Catmat e estimar, mas consumir pela opção sustentável;
- ✓ Dotação dos Ministérios do Planejamento e do Meio Ambiente, além do INMETRO, com recursos humanos, orçamentários e logísticos para compras sustentáveis;
- ✓ Melhoria contínua das especificações/padronização dos produtos e melhor conhecimento, por meio da análise do ciclo de vida dos produtos;
- ✓ Determinação de atributos de Sustentabilidade mais sistêmicos nos Editais, como aqueles de menor impacto ambiental, como recicláveis/reutilizáveis, menor toxicidade de materiais e produtos, com matéria-prima renovável, uso de tecnologias limpas, maior eficiência energética, menor uso de água e redução de emissão de gases;
- ✓ Criação de linhas de pesquisa, desenvolvimento técnico e tecnológico, e inovação, em parcerias com universidades, para apoio à definição de critérios de sustentabilidade e desenvolvimento de produtos sustentáveis;
- ✓ Criação de selos verdes, em parceria com INMETRO, para produtos e serviços sustentáveis;
- ✓ Implementação do SICAF Sustentável; e
- ✓ Promoção de instrumentos econômicos que fomentem o mercado de produtos e serviços sustentáveis (financiamento especial para aquisição de maquinários, redução de taxas etc.).

O grande desafio para o Programa **AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA A3P** é, juntamente com outras iniciativas e programas do governo federal, fazer com que a sustentabilidade venha a se constituir em uma agenda central nas atividades desenvolvidas pela Administração Pública, em todos os níveis de governo. Além desse, outros desafios para a Agenda dizem respeito à ampliação das ações de capacitação dos gestores e servidores públicos, e ao alcance da Agenda como referencial nacional de sustentabilidade, especialmente, junto aos municípios.

O monitoramento e avaliação sistemática das ações implementadas pelos parceiros da A3P em todo o país, de forma a consolidar os ganhos reais consequentes de sua implementação, também são desafios a serem enfrentados nos próximos anos.

Complementarmente, aperfeiçoar a Agenda para que, além de um referencial de sustentabilidade, ela possa ser um instrumento de apoio técnico-financeiro e de certificação das iniciativas de sustentabilidade já desenvolvidas pelas instituições públicas também é importante desafio a ser enfrentado a partir de 2015.

“A implantação da política nacional de **RESÍDUOS SÓLIDOS** é difícil e complexa num país continental e bastante diverso como o Brasil. Os desafios são complexos e demandam muito tempo e um esforço de diversas áreas do governo nas suas três esferas, federal, estadual e municipal, além da sociedade civil e empresas. Não é uma

questão só de erradicar lixões, só realizar coleta seletiva, apesar de esses serem pontos importantes do processo. Temos horizontes bastante desafiadores, como mudar nosso padrão de consumo, ser mais sustentáveis e reduzir a geração de resíduos.” (Ney Maranhão, 2014)

- ✓ Embora seja possível observar inúmeros avanços, ainda há prefeituras que não se adaptaram e têm dificuldade em cumprir com a meta estabelecida pela PNRS. Um caminho para essas prefeituras pode ser a assinatura de um Termo de Ajuste de conduta (TAC) com o Ministério Público Estadual, prevendo a ampliação no prazo para cumprimento da PNRS. Nesse sentido, o Governo Federal liberou recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC2), da Caixa Econômica Federal, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Fundação Nacional Saúde (FUNASA).
- ✓ Materialização da responsabilidade compartilhada sobre a destinação dos rejeitos: nenhuma proposta/plano vai funcionar enquanto todos os seguimentos da sociedade não receberem informações suficientes e forem conscientizadas quanto à redução do consumo, à utilização por longo prazo, ao reaproveitamento de materiais e ao descarte definitivo apropriado.
- ✓ O Governo Federal busca consenso entre os vários segmentos da sociedade, especialmente a indústria, principal agente de transformação no que se refere aos custos de redução e reciclagem. A busca de consenso é feita por meio de acordos setoriais, regulamentos e compromissos públicos para implementar a responsabilidade compartilhada.
- ✓ A logística reversa é a materialização da responsabilidade compartilhada entre fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e o poder público, para recolocar resíduos sólidos na cadeia produtiva e ampliar o mercado de reciclagem no Brasil.
- ✓ A criação de mecanismos eficientes para fiscalização e autuação, visando à garantia dos acordos setoriais.
- ✓ Ampliação dos investimentos para abertura de mais aterros sanitários em todo Brasil.

A falta de informação e esclarecimento ainda está na base dos principais desafios para a incorporação de critérios sustentáveis em diversos setores, e claro, o **VAREJO** não é exceção. Com muitos dilemas e problemas encontrados pelo caminho, a sustentabilidade requer constante aprendizado e troca de experiências. Além disso, o varejo tem como um dos seus dilemas o estímulo ao uso do crédito. É uma contradição ter uma loja que vende produtos certificados, mas incentivar o consumidor a se afogar em dívida por meses a fio, pagando taxas de juros elevadas. Essa é uma questão que vai muito além de sistemas, logísticas e construções sustentáveis.

- ✓ Demanda pelo produto sustentável: um dilema do varejo é transpor a barreira de um pensamento predominante de que um produto sustentável é caro e portanto interessa apenas a uma pequena parcela da população, não gerando vendas em volume e, por consequência, diminuindo os lucros. As grandes empresas já conseguiram desfazer essa associação, mas as médias e pequenas ainda encontram dificuldades em ultrapassar essa barreira.
- ✓ Gerenciamento da Cadeia Produtiva: incentivo aos fornecedores para o desenvolvimento de produtos com diferenciais ambientais e/ou sociais. Faz-se necessário somar esforços para implementar compras sustentáveis e encorajar o surgimento e o fortalecimento de pequenos fornecedores.
- ✓ Educação e Informação para os Consumidores: incentivar a compra de produtos sustentáveis, assim como educar para usar e descartar produtos de forma apropriada. Outra contribuição importante é disponibilizar pontos de coleta seletiva e sinalizar aspectos de sustentabilidade nos produtos por meio de etiquetas.

- ✓ Garantir a sustentabilidade em todo o processo: é preciso considerar valores e aspectos que vão além do financeiro, a exemplo do social e do ambiental, tais como: o desenvolvimento de comércio justo e relações comerciais éticas; o bom aproveitamento dos recursos e sua origem; a poluição gerada na produção e no transporte; e as condições de trabalho e remuneração justas das pessoas envolvidas na cadeia produtiva.
- ✓ Avançar em certificações e selos de sustentabilidade, na criação de associações setoriais e no rastreamento dos produtos, por exemplo. Algumas estratégias, como a capacitação de funcionários, investimento em campanhas de marketing e comunicação responsáveis, parcerias com outras empresas, ONGs e governos também são imprescindíveis.

Nesses processos, o consumidor é peça-chave, que legitima a empresa e a cadeia de valor por trás dela.

A sustentabilidade na **CONSTRUÇÃO** requer a qualificação de todos os atores da cadeia produtiva da construção para promover, entre outras, as seguintes medidas, que ainda constituem desafios a serem enfrentados:

- Integração do edifício ao entorno;
- Projeto baseado em desempenho;
- Maior qualidade dos edifícios;
- Industrialização;
- Ferramentas de avaliação de impacto das decisões de projeto;
- Gestão de resíduos;
- Materiais mais ecoeficientes.

As oportunidades e desafios para o setor da construção civil são diversos, porém, em síntese, consistem na redução e otimização do consumo de matérias e energia, na redução dos resíduos gerados pelas obras, na preservação do ambiente natural, na melhoria da qualidade do ambiente construído e alternativas menos impactantes ao meio ambiente e à segurança e saúde humana. É importante avançar ainda mais nas ações em parceria entre o setor público, o setor privado e a sociedade civil, que possibilitem:

- ✓ mudanças do processo produtivo convencional, na direção de projetos integrados flexíveis, com possibilidade de readequação para futuras mudanças de uso e atendimento de novas necessidades, reduzindo as demolições;
- ✓ busca de soluções inovadoras que promovam o uso racional de energia ou de energia renováveis;
- ✓ gestão ecológica da água;
- ✓ redução e/ou eliminação do uso de matérias com alto impacto ambiental;
- ✓ redução dos resíduos da construção, com modulação de componentes para diminuir perdas e especificações que permitam a reutilização de materiais;
- ✓ criação de valor no setor da construção civil;
- ✓ promoção de projetos colaborativos, empregando Tecnologia da Informação na Construção (TIC);
- ✓ desenvolvimento de métodos de Avaliação do Ciclo de Vida (ACV);
- ✓ incentivos, modelos e ferramentas para a avaliação de desempenho de edifícios, infraestrutura e suas partes, incluindo métodos e equipamentos de ensaio;

- ✓ fomento a modelos de sistema de gestão do conhecimento que sirvam de suporte para implantação do Sistema de Códigos de Práticas Nacional;
- ✓ pesquisa sobre aplicações de Tecnologias da Informação na construção, incluindo projeto, construção, operação e manutenção de edifícios e infraestruturas;
- ✓ desenvolvimento de componentes, sistemas e processos inovadores para obras de edificações públicas e privadas;
- ✓ desenvolvimento de materiais, componentes, equipamentos e sistemas ecoeficientes;
- ✓ desenvolvimento de sistemas de produção, envolvendo temas como: gestão de custos, prazos e riscos; gestão de pessoas; logística e gestão de suprimentos; e produção enxuta;
- ✓ disseminação de informações sobre métodos e ferramentas para a gestão do uso, operação e manutenção; e
- ✓ desenvolvimento de métodos e ferramentas sobre conforto ambiental e energia na escala urbana.

Por fim, a construção e o gerenciamento do ambiente construído devem ser encarados da perspectiva de vida útil e de ciclo de vida das edificações. Dessa forma, a implementação do segundo ciclo do PPCS, induzirá, ainda mais, ações e programas para a construção sustentável por meio da elaboração de uma gestão estratégica na simulação de cenários, estudos e pesquisas para o setor da Indústria da Construção Civil, que indique no futuro a possibilidade de uma Política Nacional para Construção Sustentável no Brasil.

REFERÊNCIAS<sup>3</sup>

1. Brasil. Ministério do Meio Ambiente. 2011 - Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS). [http://www.mma.gov.br/images/arquivos/responsabilidade\\_socioambiental/producao\\_consumo/PPCS/PPCS\\_Sumario%20Executivo.pdf](http://www.mma.gov.br/images/arquivos/responsabilidade_socioambiental/producao_consumo/PPCS/PPCS_Sumario%20Executivo.pdf)
2. Brasil. Ministério do Meio Ambiente. 2012 – Política Nacional de Resíduos Sólidos. [http://www.sinir.gov.br/documents/10180/12308/PNRS\\_Revisao\\_Decreto\\_280812.pdf/e183f0e7-5255-4544-b9fd-15fc779a3657](http://www.sinir.gov.br/documents/10180/12308/PNRS_Revisao_Decreto_280812.pdf/e183f0e7-5255-4544-b9fd-15fc779a3657)
3. Brasil. Ministério do Meio Ambiente. 2011 – Guia de elaboração dos Planos de Gestão de Resíduos Sólidos. [http://www.mma.gov.br/estruturas/srhu\\_urbano/\\_arquivos/guia\\_elaborao\\_plano\\_de\\_gesto\\_de\\_resduos\\_rev\\_29nov11\\_125.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/srhu_urbano/_arquivos/guia_elaborao_plano_de_gesto_de_resduos_rev_29nov11_125.pdf)
4. Brasil. IPEA. 2013 – Situação social das catadoras e catadores de material reciclável e reutilizável. [http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/situacao\\_social/131219\\_relatorio\\_situacaosocial\\_mat\\_reciclavel\\_brasil.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacaosocial_mat_reciclavel_brasil.pdf)
5. Brasil. Instituto Ethos. 2013 – Lixo Zero - Gestão de Resíduos Sólidos para uma Sociedade Mais Próspera – Autores Ricardo Abramovay, Juliana Simões Speranza e Cécile Petitgand. <http://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Residuos-Lixo-Zero.pdf>
6. ABRELPE – Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais - Panorama *dos Resíduos Sólidos no Brasil 2013*, 11ª edição do relatório anual <http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2013.pdf>
7. Brasil. Conselho Nacional Ministério Público. 2014 - Guia de atuação ministerial: encerramento dos lixões e Inclusão social e produtiva de catadoras e catadores de materiais recicláveis. [http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Livro\\_Catadores\\_WEB.pdf](http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Livro_Catadores_WEB.pdf)
8. Apresentações da SRHU/MMA <http://www.senado.leg.br/atividade/comissoes/listaAudiencia.asp?cc=1729>
9. Lei Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.
10. Decreto Nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, que regulamenta a Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências.
11. Sites do Ministérios do Meio Ambiente - [www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br); do Planejamento, Orçamento e Gestão - [www.planejamento.gov.br](http://www.planejamento.gov.br); das Cidades - [www.cidades.gov.br](http://www.cidades.gov.br); e da Educação - [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br).
12. BANCO DO BRASIL. (2013). *Programa Minha Casa Minha Vida*. Fonte: Banco do Brasil: <<http://www.bb.com.br/portalbb/page44,116,19522,1,1,1,1.bb?>>
13. BLUMENSCHNEIN. (2007). Manual técnico: Gestão de Resíduos sólidos em Canteiros de Obras. Brasília, SEBRAE/DF, Brasil.
14. CBIC. (09 de setembro de 2014). *Câmara Brasileira da Indústria da Construção*. Fonte: BANCO DE DADOS: <<http://www.cbicdados.com.br/home/>>
15. CEF. (2010). *Selo Azul Caixa: Boas Práticas para Habitação mais sustentável*. Acesso em 2014 de 09 de 05, disponível em São Paulo: Páginas e Letras - Editora e Gráfica: <<http://www.labeee.ufsc.br/projetos/manual-selo-casa-azul-caixa>>

<sup>3</sup> Os acessos às páginas eletrônicas indicadas foram realizados no período de agosto a outubro de 2014.

16. CEF. (06 de junho de 2014). *BRASIL, HABITAÇÃO*. Fonte: Agência Caixa de Notícias. Eletrobras Procel. (2013). *Resultados PROCEL 2014 - Ano Base 2013*. Brasília/DF: Eletrobras.
17. GBC Brasil. (02 de agosto de 2014). *CONSTRUINDO UM FUTURO SUSTENTÁVEL*. Acesso em 07 de setembro de 2014, disponível em GREEN BUILDING COUNCIL BRASIL: <<http://www.gbcbrasil.org.br/?p=certificacao>>
18. IBGE. (10 de setembro de 2010). *Pesquisa Anual da Indústria da Construção - 2010*. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística : <<http://ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/paic/2010/defaulttabpdf.shtm>>
19. IPEA. (02 de 08 de 2014). *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. Acesso em 05 de 09 de 2014, disponível em <<http://www.ipea.gov.br/portal/>>
20. MCidades. (23 de maio de 2014). Indicadores de Sustentabilidade no PBQP-H. Brasília, Distrito federal, Brasil.
21. MCidades. (07 de agosto de 2014). *Ministérios Das Cidades*. Acesso em 06 de 09 de 2014, disponível em Secretaria Nacional de Habitação: <<http://www.cidades.gov.br/>>
22. PBQP-H /MCidades. (11 de agosto de 2011). *DESAFIOS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA 2*. Fonte: Apresentação PBQP-H - 83º ENIAC: <<http://www.cbic.org.br/sala-de-imprensa/noticia/83-enic-evento-discute-desafios-do-programa-minha-casa-minha-vida-2>>
23. PNUD. (2014). *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento*. Fonte: <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3888>>
24. BRASIL. Lei 12.424, de 16 de junho de 2011. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV 2 e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Brasília, 2011.
25. Lei 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Brasília, 2009a.
26. Exposição de Motivos Interministerial 33/2009/MF/MJ/MP/MMA/MCidades, de 24 de março de 2009. Encaminha Projeto de Medida Provisória que institui o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV. Brasília, 2009b.
27. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Portaria 93, de 24 de fevereiro de 2010. Dispõe sobre a aquisição e alienação de imóveis sem prévio arrendamento no âmbito do Programa de Arrendamento Residencial – PAR e do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV. Brasília, 2010a.
28. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Como produzir moradia bem localizada com recursos do programa minha casa minha vida?: implementando os instrumentos do Estatuto da Cidade. Organização de Raquel Rolnik, textos de Raphael Bischof, Danielle Klintowitz e Joyce Reis. Brasília: Ministério das Cidades, 2010b.

## ANEXO 1 – CHECKLIST: CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO LEED

Crédito 5.2	Desenvolvimento do espaço, maximizar espaços abertos		10% a 20% do Conteúdo
Crédito 6.1	Projetos para água Pluviais, Controle da quantidade	Crédito 5	Materiais Regionais
Crédito 6.2	Projetos para água Pluviais, Controle da quantidade		10% a 20% dos Materiais Extraído, Processado
Crédito 7.1	Redução da Ilha de calor, Áreas Descobertas	Crédito 6	Materiais de Rápida Renovação
Crédito 7.2	Redução da Ilha de calor, Áreas Cobertas	Crédito 7	Madeira Certificado
Crédito 8	Redução da População Luminosa		
			Quantidade Ambiental Interna
	Uso Racional da Água		
		Pré-requisito 1	Desempenho Mínimo da Qualidade do Ar Interno
Pré-requisito 1	Redução no Uso da Água	Pré-requisito 2	Controle da fumaça do cigarro
Crédito 1	Uso eficiente de água no paisagismo	Crédito 1	Monitoração do Ar Externo
	Redução de 50%	Crédito 2	Aumento da Ventilação
	Uso de Água não potável ou sem irrigação	Crédito 3.1	Plano de Gestão de Qualidade do Ar, Durante a Construção
Crédito 2	Tecnologias inovadoras para água	Crédito	Plano de Gestão de Qualidade do Ar Antes
Crédito 3	Redução do consumo de água	Crédito	Materiais de Baixa Emissão, Adesivos e
	Redução de 30%	Crédito 4.2	Materiais de Baixa Emissão, Tintas e Vernizes
	Redução de 35%	Crédito 4.3	Materiais de Baixa Emissão, Carpetes e sistema de piso

	Redução de 40%	Crédito 4.4	Materiais de Baixa Emissão, Madeiras Compostas e Produtos de
			Agrofibras
		Crédito 5	Controle Interno de Poluentes e produtos químicos
	Energia e Atmosfera	Crédito 6.1	Controle de Sistema, Iluminação
		Crédito 6.2	Controle de Sistema, Conforto Térmico
	Comissionamento dos sistemas de energia	Crédito 7.1	Conforto Térmico, Projeto
	Performance mínima de Energia	Crédito 7.2	Conforto Térmico, Verificação
	Gestão Fundamental de Gases Refrigerantes, Não uso de CFC's	Crédito 8.1	Iluminação Natural e Paisagem, luz do dia
	Otimização da Performance energética	Crédito 8.2	Iluminação natural e Paisagem, Vistas
	12% Prédios novos ou 8% Prédios reformados		

Fonte: GBC Brasil, 2014



## ANEXO 2 – TABELAS IBGE MUNIC 2013



Perfil dos Municípios Brasileiros 2013

**Tabela 67 - Municípios, total e com Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, nos termos estabelecidos na Política Nacional de Resíduos Sólidos, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013**

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios		
	Total	Com Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	
		Total	Com plano abrangendo apenas o município investigado
<b>Brasil</b>	<b>5 570</b>	<b>1 865</b>	<b>1 436</b>
Até 5 000	1 247	400	312
De 5 001 a 10 000	1 227	330	248
De 10 001 a 20 000	1 378	438	321
De 20 001 a 50 000	1 080	396	316
De 50 001 a 100 000	339	156	118
De 100 001 a 500 000	260	122	103
Mais de 500 000	39	23	18
<b>Norte</b>	<b>450</b>	<b>151</b>	<b>135</b>
Até 5 000	80	17	15
De 5 001 a 10 000	81	14	11
De 10 001 a 20 000	110	49	42
De 20 001 a 50 000	111	43	41
De 50 001 a 100 000	42	21	20
De 100 001 a 500 000	24	6	5
Mais de 500 000	2	1	1
<b>Nordeste</b>	<b>1 794</b>	<b>428</b>	<b>253</b>
Até 5 000	234	31	15
De 5 001 a 10 000	360	53	28
De 10 001 a 20 000	577	127	71
De 20 001 a 50 000	443	140	95
De 50 001 a 100 000	119	51	26
De 100 001 a 500 000	50	19	14
Mais de 500 000	11	7	4
<b>Sudeste</b>	<b>1 668</b>	<b>481</b>	<b>398</b>
Até 5 000	374	102	83
De 5 001 a 10 000	397	85	73
De 10 001 a 20 000	359	97	77
De 20 001 a 50 000	290	87	69
De 50 001 a 100 000	107	45	38
De 100 001 a 500 000	124	57	50
Mais de 500 000	17	8	8

<b>Sul</b>	<b>1 191</b>	<b>640</b>	<b>536</b>
Até 5 000	420	208	173
De 5 001 a 10 000	280	144	115
De 10 001 a 20 000	228	129	108
De 20 001 a 50 000	159	96	86
De 50 001 a 100 000	52	28	25
De 100 001 a 500 000	48	32	27
Mais de 500 000	4	3	2
<b>Centro-Oeste</b>	<b>467</b>	<b>165</b>	<b>114</b>
Até 5 000	139	42	26
De 5 001 a 10 000	109	34	21
De 10 001 a 20 000	104	36	23
De 20 001 a 50 000	77	30	25
De 50 001 a 100 000	19	11	9
De 100 001 a 500 000	14	8	7
Mais de 500 000	5	4	3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.



Tabela de Resultados

**Tabela 68 - Municípios, total e com Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, nos termos estabelecidos na Política Nacional de Resíduos Sólidos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios		
	Total	Com Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	
		Total	Com plano abrangendo apenas o município investigado
<b>Brasil</b>	<b>5 570</b>	<b>1 865</b>	<b>1 436</b>
<b>Norte</b>	<b>450</b>	<b>151</b>	<b>135</b>
Rondônia	52	19	11
Acre	22	1	1
Amazonas	62	50	49
Roraima	15	5	5
Pará	144	38	35
Amapá	16	8	8
Tocantins	139	30	26
<b>Nordeste</b>	<b>1 794</b>	<b>428</b>	<b>253</b>
Maranhão	217	55	45
Piauí	224	15	12
Ceará	184	101	59

Rio Grande do Norte	167	22	7
Paraíba	223	37	23
Pernambuco	185	59	32
Alagoas	102	43	16
Sergipe	75	34	11
Bahia	417	62	48
<b>Sudeste</b>	<b>1 668</b>	<b>481</b>	<b>398</b>
Minas Gerais	853	165	127
Espírito Santo	78	16	7
Rio de Janeiro	92	39	27
São Paulo	645	261	237
<b>Sul</b>	<b>1 191</b>	<b>640</b>	<b>536</b>
Paraná	399	253	237
Santa Catarina	295	122	83
Rio Grande do Sul	497	265	216
<b>Centro-Oeste</b>	<b>467</b>	<b>165</b>	<b>114</b>
Mato Grosso do Sul	79	29	16
Mato Grosso	141	25	18
Goiás	246	110	79
Distrito Federal	1	1	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.



Perfil dos Municípios Brasileiros 2013

**Tabela 69 - Municípios, total e com iniciativa na área de consumo sustentável, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013**

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Total	Com iniciativa na área de consumo sustentável					
		Total	Iniciativa				
			Redução do uso de sacolas plásticas	Sustentabilidade ambiental das instituições públicas, como a Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P	Redução do consumo de água ou energia	Uso de critério ambiental em compra ou concorrência pública	Outra(s) iniciativa(s)
<b>Brasil</b>	<b>5 570</b>	<b>2 286</b>	<b>915</b>	<b>417</b>	<b>1 093</b>	<b>435</b>	<b>1 213</b>
Até 5 000	1 247	401	161	37	188	67	202
De 5 001 a 10 000	1 227	390	156	60	189	65	208

De 10 001 a 20 000	1 378	571	224	98	260	109	304
De 20 001 a 50 000	1 080	510	206	99	239	92	276
De 50 001 a 100 000	339	203	82	45	116	46	103
De 100 001 a 500 000	260	181	74	60	83	45	102
Mais de 500 000	39	30	12	18	18	11	18
<b>Norte</b>	<b>450</b>	<b>182</b>	<b>67</b>	<b>51</b>	<b>68</b>	<b>27</b>	<b>102</b>
Até 5 000	80	27	13	6	10	4	12
De 5 001 a 10 000	81	20	9	5	7	1	14
De 10 001 a 20 000	110	50	17	12	20	9	30
De 20 001 a 50 000	111	45	12	17	15	5	21
De 50 001 a 100 000	42	21	7	3	8	1	12
De 100 001 a 500 000	24	17	7	7	6	6	11
Mais de 500 000	2	2	2	1	2	1	2
<b>Nordeste</b>	<b>1 794</b>	<b>637</b>	<b>265</b>	<b>131</b>	<b>338</b>	<b>104</b>	<b>290</b>
Até 5 000	234	52	19	4	33	7	15
De 5 001 a 10 000	360	74	34	8	34	12	31
De 10 001 a 20 000	577	200	83	37	99	32	87
De 20 001 a 50 000	443	195	81	42	106	29	104
De 50 001 a 100 000	119	67	32	22	43	16	25
De 100 001 a 500 000	50	41	14	14	20	7	23
Mais de 500 000	11	8	2	4	3	1	5
<b>Sudeste</b>	<b>1 668</b>	<b>768</b>	<b>285</b>	<b>152</b>	<b>405</b>	<b>207</b>	<b>422</b>
Até 5 000	374	133	43	14	68	37	77
De 5 001 a 10 000	397	147	51	26	84	33	79
De 10 001 a 20 000	359	163	67	33	88	48	88
De 20 001 a 50 000	290	152	56	26	73	41	84
De 50 001 a 100 000	107	68	24	13	40	18	38
De 100 001 a 500 000	124	93	39	31	44	25	50
Mais de 500 000	17	12	5	9	8	5	6
<b>Sul</b>	<b>1 191</b>	<b>530</b>	<b>233</b>	<b>46</b>	<b>209</b>	<b>72</b>	<b>303</b>
Até 5 000	420	150	70	10	58	16	81
De 5 001 a 10 000	280	114	44	10	51	12	67
De 10 001 a 20 000	228	124	54	9	41	16	75
De 20 001 a 50 000	159	83	38	7	30	12	48
De 50 001 a 100 000	52	34	14	4	18	7	19
De 100 001 a 500 000	48	22	12	5	10	6	12
Mais de 500 000	4	3	1	1	1	3	1
<b>Centro-Oeste</b>	<b>467</b>	<b>169</b>	<b>65</b>	<b>37</b>	<b>73</b>	<b>25</b>	<b>96</b>
Até 5 000	139	39	16	3	19	3	17
De 5 001 a 10 000	109	35	18	11	13	7	17
De 10 001 a 20 000	104	34	3	7	12	4	24
De 20 001 a 50 000	77	35	19	7	15	5	19
De 50 001 a 100 000	19	13	5	3	7	4	9
De 100 001 a 500 000	14	8	2	3	3	1	6

Mais de 500 000

5

5

2

3

4

1

4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.



Perfil dos Municípios Brasileiros 2013

**Tabela 70 - Municípios, total e com iniciativa na área de consumo sustentável, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Total	Com iniciativa na área de consumo sustentável					
		Total	Iniciativa				
			Redução do uso de sacolas plásticas	Sustentabilidade ambiental das instituições públicas, como a Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P	Redução do consumo de água ou energia	Uso de critério ambiental em compra ou concorrência pública	Outra(s) iniciativa(s)
<b>Brasil</b>	<b>5 570</b>	<b>2 286</b>	<b>915</b>	<b>417</b>	<b>1 093</b>	<b>435</b>	<b>1 213</b>
<b>Norte</b>	<b>450</b>	<b>182</b>	<b>67</b>	<b>51</b>	<b>68</b>	<b>27</b>	<b>102</b>
Rondônia	52	20	5	6	7	6	9
Acre	22	9	3	3	6	1	5
Amazonas	62	35	14	12	16	3	15
Roraima	15	8	3	3	4	3	5
Pará	144	52	16	12	13	6	37
Amapá	16	6	3	2	2	1	3
Tocantins	139	52	23	13	20	7	28
<b>Nordeste</b>	<b>1 794</b>	<b>637</b>	<b>265</b>	<b>131</b>	<b>338</b>	<b>104</b>	<b>290</b>
Maranhão	217	81	30	10	33	13	50
Piauí	224	47	20	3	25	14	13
Ceará	184	108	46	35	74	10	54
Rio Grande do Norte	167	43	18	8	28	4	18
Paraíba	223	54	21	7	31	4	21
Pernambuco	185	82	33	25	39	16	29
Alagoas	102	40	17	8	22	8	24
Sergipe	75	34	10	8	13	6	16
Bahia	417	148	70	27	73	29	65
<b>Sudeste</b>	<b>1 668</b>	<b>768</b>	<b>285</b>	<b>152</b>	<b>405</b>	<b>207</b>	<b>422</b>
Minas Gerais	853	264	95	29	134	40	153
Espírito Santo	78	44	10	9	21	11	26
Rio de Janeiro	92	53	13	19	19	6	29
São Paulo	645	407	167	95	231	150	214
<b>Sul</b>	<b>1 191</b>	<b>530</b>	<b>233</b>	<b>46</b>	<b>209</b>	<b>72</b>	<b>303</b>

Paraná	399	200	89	25	75	27	126
Santa Catarina	295	129	61	7	47	16	78
Rio Grande do Sul	497	201	83	14	87	29	99
<b>Centro-Oeste</b>	<b>467</b>	<b>169</b>	<b>65</b>	<b>37</b>	<b>73</b>	<b>25</b>	<b>96</b>
Mato Grosso do Sul	79	30	11	6	17	2	16
Mato Grosso	141	45	18	1	17	7	29
Goiás	246	93	36	29	38	16	51
Distrito Federal	1	1	-	1	1	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

### (Footnotes)

1 A SEMA foi criada pelo Decreto nº 73.030, de 30 de outubro de 1973, no Ministério do Interior. Este decreto foi alterado pelo Decreto nº 99.604, de 13 de outubro de 1990, que tornou a SEMA órgão de assistência direta do Presidente da República. Atualmente, após históricas mudanças, vigora o Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, que dispõe sobre as competências do Ministério do Meio Ambiente

2 Lei de Crimes Ambientais, acessível em <http://www.mma.gov.br/port/gab/asin/lei.html>.

Ministério do  
**Meio Ambiente**

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PÁTRIA EDUCADORA